



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Gilmara Rodrigues da Cunha


**De dama da corte a Condessa de Belmonte:
a primeira mestra de D. Pedro II (1808 – 1855)**

Rio de Janeiro

2021

Gilmara Rodrigues da Cunha

**De dama da corte a Condessa de Belmonte:
a primeira mestra de D. Pedro II (1808 – 1855)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, ao Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Orientador: Prof.^a Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C972 Cunha, Gilmar Rodrigues da.
De dama da corte a Condessa de Belmonte: a primeira mestra de D. Pedro II
(1808 – 1855) / Gilmar Rodrigues da Cunha. – 2021.
179 f.

Orientadora: Maria Celi Chaves Vasconcelos.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Educação.

1. Educação – Teses. 2. Coutinho, Mariana Carlota de Verna Magalhães,
1779-1855 – Teses. 3. Pedro II, Imperador do Brasil, 1825-1891 – Teses. I.
Vasconcelos, Maria Celi Chaves. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Gilmara Rodrigues da Cunha

**De dama da corte a Condessa de Belmonte:
a primeira mestra de D. Pedro II (1808 – 1855)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, ao Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Aprovada em 03 de agosto de 2021.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dra. Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Prof.^a Dra. Ramofly Bicalho dos Santos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Prof.^a Dra. Alexandra Lima da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dra. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico a dois grandes amores da minha vida: o meu pai, seu Oswaldo (*in memoriam*), e o meu filho, Régis, que, de “*pequeno príncipe*”, se transformou no homem que é o meu maior orgulho. Graças à nossa relação, que foi construída pautada no amor, no respeito, na amizade e na verdade, eu me transformei na mulher que sou.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é o sentimento mais intenso que trago comigo neste momento, porque foram inúmeras as pessoas que cruzaram o meu caminho, deixando um pouco de si e levando um pouco de mim. Tenho certeza de que não sou a mesma Gilmara de antes de começar a cursar o doutorado, e mais certeza ainda de que não serei a mesma Gilmara que concluiu o curso, graças aos amigos que sempre estiveram comigo e aos que conheci durante essa etapa da minha vida.

Primeiramente agradeço a Deus e à Nossa Senhora Aparecida, cuja devoção aprendi com os meus pais, pelas bençãos alcançadas e pela proteção que me sustentou para que tudo acontecesse no tempo certo.

Aos meus pais (*in memoriam*), seu Oswaldo e dona Geralda, que estão presentes em mim, mesmo depois da partida. Com eles aprendi a ter fé e a ser uma mulher perseverante, que acredita que no tempo exato colhemos tudo que plantamos.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), instituição da qual me orgulho por fazer parte do seu quadro de servidores técnico-administrativos há 29 anos, em especial à Camila Eller, Katherina Coumendouros, Lana Fonseca, Roberto Lelis e Josane Resende. Tenho certeza de que me dedicarei para retribuir a oportunidade que me foi dada graças à autorização para o meu afastamento integral das atividades que desenvolvia na Pró-Reitoria de Extensão e para a licença para capacitação, que foi pleiteada durante o afastamento, devido à alteração do cronograma de finalização da tese, em função dos procedimentos de enfrentamento da covid-19.

Ao meu irmão, Joel, que, através das nossas brincadeiras, das nossas conversas e da sua maneira silenciosa de ser, demonstrou o cuidado que sempre teve e tem comigo, sua irmã caçula. Inúmeras foram as vezes que ele esperou que eu chegasse à minha casa para depois dormir na sua, no mesmo quintal. Eu só sabia da sua preocupação por causa de minha cunhada, Ermelinda, grande amiga, que comentava comigo no dia seguinte. Ambos acompanharam mais uma conquista da minha vida e sempre se importaram com o meu bem-estar.

Às minhas amigas Gilmarinha e Sandra, cuja amizade se iniciou na infância, passou pela adolescência, pela fase adulta e permanece na maturidade. Vivemos os melhores ciclos das nossas vidas juntas e assim continuaremos.

Aos meus amigos Ary, Tobias e Danieli, amizade iniciada nas reuniões de estudo nos finais de semana, na casa da Danieli, movidas ao som do Kid Abelha e de lanche partilhado.

Cada um se envolvia para que os nossos trabalhos fossem concluídos, e com eles eu acreditei que era possível ser estudante de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Não seria surpreendente depois nos tornamos grandes compadres.

Aos amigos que a Pró-Reitoria de Extensão me apresentou: Carlos, Jorge e Eduardo. Ao Carlos, pelos diálogos compartilhados no período em que trabalhamos juntos; ao Jorge, um dos incentivadores para que eu pleiteasse uma vaga no processo seletivo do doutorado; e ao Eduardo, pelas longas conversas cultivadas sobre as nossas vidas, sobre o tema da minha tese e pela tradução de um artigo, bem como da versão de meu resumo para o espanhol. Todos estarão sempre comigo, porque não vivo sem o amor dos meus amigos.

Aos profissionais que se tornaram meus amigos: Zilda, que cuida há anos do meu lar, meu “local sagrado”, além da Dora, Eliana, Gerson, Angela, Riany e Zezé. Todos, com suas experiências profissionais, contribuíram imensamente para a minha saúde física, mental e para o meu autoconhecimento, ajudando-me a perceber minhas limitações e, assim, fortalecendo-me para encarar, com sabedoria, as barreiras encontradas pelo caminho.

À minha querida amiga Daniele Bechtluft, um “anjo da guarda” que estendeu a sua mão, abrindo as portas da sua casa em Petrópolis, num momento muito difícil da minha vida. Se hoje eu concluo o doutorado é graças a essa grande amiga, que foi a maior incentivadora para que eu concluísse o mestrado.

Aos integrantes do grupo de pesquisa *História e memória das políticas educacionais no território fluminense*, do ProPEd - UERJ, em especial às amigas Jaqueline, Fabiana, Karine, Eveline, Vanessa, Beatriz e Tiago, pelas trocas de experiências e pela amizade que foi construída ao longo desta minha caminhada acadêmica.

Ao Paulo Cezar Miguel, o amor que nasceu no período do doutorado. Estudamos juntos na infância, seguimos caminhos distintos e reencontramo-nos depois de muitos anos e de forma inesperada. Muito obrigada pelas nossas conversas, pelas palavras de incentivo, pela paciência, pelo carinho, pelo seu amor.

Ao Luciano Cavalcanti de Albuquerque, pelo privilégio de conhecê-lo, pela gentileza e pela confiança depositada em mim ao disponibilizar o tesouro mais precioso para a minha pesquisa de campo: o seu arquivo pessoal.

À incrível amiga Larissa, presente que o mestrado me deu e desde então não nos desgradamos mais. Concluímos o curso e depois o nosso foco passou a ser o doutorado. Aprendemos que é possível estudar juntas, mesmo que estejamos em universidades e linhas de pesquisa diferentes. Não tenho palavras para descrever o quanto você foi importante neste ciclo da minha vida e sempre será. Agradeço por você insistir para que eu fosse para sua casa,

no período da pandemia da covid-19, para estudarmos juntas, porque o tempo não parou. Deixei um pouco da Condessa de Belmonte em você e você deixou um pouco do ensino de Química em mim. Te amo!

À Alessandra Fraguas e ao Cleber Belmiro, do Museu Imperial; ao Rutonio Sant'Anna, da Biblioteca Nacional; ao Sátiro Nunes, do Arquivo Nacional; e à Iliana Monteiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela forma atenciosa e acolhedora com que me atendiam toda vez que eu chegava para realizar estudos presenciais nessas instituições, antes e no decorrer da pandemia, quando se desdobravam para localizar e enviar as fontes que eu tanto precisava incluir nesta tese. Muito obrigada!

À professora Maria Celi Chaves Vasconcelos, agradeço pela oportunidade, pela confiança em mim depositada, pelo privilégio de tê-la como orientadora e por ter aberto a porta de sua casa para receber-me e, melhor ainda, acolher-me. É impossível mensurar o quanto suas orientações foram fundamentais para a construção deste estudo, e espero ter correspondido às suas expectativas.

Aos professores que fizeram parte da banca de defesa do doutorado: Maria Teresa dos Santos Cunha, Ramofly Bicalho dos Santos, Alexandra Lima da Silva e Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, agradeço por aceitarem fazer parte desse momento tão importante da minha vida acadêmica.

Ao Paulo Rezzutti, pelas vezes que esclareceu as dúvidas que surgiram durante a escrita deste estudo; ao Daniel, pela gentileza de fazer a versão do meu resumo para o inglês; e à Vania, minha revisora, sempre atenta aos detalhes que passavam despercebidos.

À equipe do ProPEd e à Emília, da biblioteca da UERJ, pela presteza em atender minhas demandas.

Ao prof. Mário Luiz Menezes Gonçalves, padre que tenho o privilégio de conhecer desde a minha adolescência, quando estive à frente da paróquia de São Sebastião, em Lages, Paracambi - RJ, acompanhando momentos importantes da minha vida, dentre eles o nascimento do meu filho. Obrigada pela oportunidade e alegria de ter podido discutir com você sobre fontes utilizadas neste estudo.

Enfim, a todos que não medem esforços para realizar seus sonhos.

Hum Soberano verdadeiramente Christão ha de infallivelmente fazer a felicidade dos Povos que lhe forem sugeitos, sendo as bases do Seu Throno as Virtudes principaes da Religião a Justiça e a Caridade.

Mariana Carlota de Verna

RESUMO

CUNHA, Gilmar Rodrigues da. **De dama da corte a Condessa de Belmonte: a primeira mestra de D. Pedro II (1808 – 1855)**. 2021. 179 f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A proposta do presente trabalho é elucidar aspectos da vida e do pensamento pedagógico da primeira mestra do Imperador D. Pedro II, a preceptora da casa imperial brasileira, Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, Condessa de Belmonte, analisando sua importância na formação do futuro soberano do Brasil, no momento de constituição de uma nova nação que apostava no segundo reinado como perspectiva de ruptura com os processos herdados da colônia e da dominação portuguesa. Mariana Carlota de Verna, considerada uma mulher de muitas virtudes e admirada por D. Pedro I, chegou ao Brasil em 1808, com sua família, e em pouco tempo - e repentinamente - ficou viúva. O Imperador D. Pedro I percebeu nessa mulher qualidades que a diferenciavam das outras damas da corte e, por isso, convidou-a para morar no Paço de São Cristóvão e ser aia do príncipe herdeiro, que nasceria dentro de um mês. Exercendo suas funções desde o nascimento do príncipe, após um ano, com o falecimento precoce de Leopoldina, que o deixou órfão, assumiu o papel de segunda mãe e viveu ao seu lado até o casamento. Nesse contexto, passou a ser responsável pela transmissão de uma educação de aspecto marcadamente moral, segundo ela necessária para quem, no futuro, se tornaria o sucessor no trono brasileiro. Para análise da trajetória da Condessa de Belmonte junto ao príncipe D. Pedro II, foram utilizados acervos localizados no Rio de Janeiro e em Petrópolis, entre eles documentos inéditos pertencentes ao arquivo pessoal de um descendente, além de fontes históricas, incluindo cartas, pesquisadas no Museu Imperial, na Biblioteca Nacional e em outras instituições de guarda de documentos históricos. A revisão bibliográfica sobre o tema propõe um diálogo com biógrafos de D. Pedro II, visando conhecer aspectos da vida de Mariana Carlota de Verna e sua relevância para a formação educacional do futuro soberano. O referencial utilizado como aporte teórico aborda a obra de Marc Bloch (2001), para uma análise historiográfica; Burke (2009), para uma melhor compreensão de como era a sociedade de corte brasileira e como os monarcas eram preparados para o trono; Perrot (2005), que traz os elementos necessários para dialogar com a Condessa de Belmonte na condição de mulher esquecida e silenciada, apesar da sua influência sobre o futuro imperador do Brasil; Vasconcelos (2005), para compreender a educação das elites oitocentistas no Brasil; e Gomes (2004) e Cunha (2019), para contribuir com a análise e interpretação das cartas e do arquivo pessoal disponível. Uma das hipóteses comprovadas é que o conhecimento transmitido pela Condessa de Belmonte influenciou sobremaneira a personalidade do jovem monarca e seu pensamento político. A dedicação da preceptora a suas funções pode ser verificada, entre outros, pela preparação do livro denominado *Pequeno Catecismo Histórico*, com a finalidade exclusiva de tomar as lições do príncipe, cujo original, ainda não estudado, se encontra em poder do seu descendente e é analisado, como fonte, neste estudo. A par dos ensinamentos da Condessa, presentes em diversas fontes, é possível recompor aspectos da educação considerada adequada para o governo da nação brasileira, que aspirava libertar-se dos resquícios da colônia e ladear as nações tidas como civilizadas.

Palavras-chave: Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho. Condessa de Belmonte. Educação de crianças nobres. D. Pedro II. Brasil Império.

ABSTRACT

CUNHA, Gilmar Rodrigues da. **From dame of the court to Countess of Belmonte: the first master of D. Pedro II (1808 – 1855)**. 2021. 179 f. (Doctorate in Education) – Faculty of Education, State University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The purpose of this work is to elucidate aspects of the life and pedagogical thinking of the first master of Emperor D. Pedro II, the preceptor of the Brazilian imperial house, Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, Countess of Belmonte, analyzing her importance in the formation of Brazil's future sovereign, at the time of the constitution of a new nation that bet on the second reign as a perspective of rupture with the processes inherited from the colony and Portuguese domination. Mariana Carlota de Verna, considered a woman of many virtues and admired by D. Pedro I, arrived in Brazil in 1808, with her family, and in a short time - and suddenly - became a widow. The Emperor D. Pedro I perceived in this woman qualities that differentiated her from the other ladies of the court and, for that, he invited her to live in the Palace of São Cristóvão and be a maid of the crown prince, who would be born within a month. Performing her duties since the birth of the prince, after one year, with the early death of Leopoldina, which left him an orphan, she took on the role of second mother and lived by his side until the wedding. In this context, she became responsible for the transmission of an education of markedly moral aspect, which according to her was necessary for those who, in the future, would become the successor to the Brazilian throne. For analysis of the trajectory of the Countess of Belmonte alongside with the prince D. Pedro II, collections located in the Rio de Janeiro and in Petrópolis were used, among them unpublished documents belonging to the personal archive of a descendant, in addition to historical sources, including letters, researched at the Imperial Museum, in the National Library and other institutions for the keeping of historical documents. The literature review on the subject proposes a dialogue with biographers of D. Pedro II, in order to know aspects of the life of Mariana Carlota de Verna and its relevance to the educational formation of the future sovereign. The framework used as a theoretical contribution addresses the work of Marc Bloch (2001), for a historiographical analysis; Burke (2009), for a better understanding of what the Brazilian court society was like and how monarchs were prepared for the throne; Perrot (2005), which brings the elements necessary to dialogue with the Countess of Belmonte as a forgotten and silenced woman, despite her influence on the future emperor of Brazil; Vasconcelos (2005), to understand the education of the 18th century elites in Brazil; and Gomes (2004) & Cunha (2019), to contribute to the analysis and interpretation of the available letters and personal archive. One of the proven hypotheses is that the knowledge transmitted by the Countess of Belmonte greatly influenced the personality of the young monarch and his political thought. The preceptor's dedication to its functions can be verified, among others, by the preparation of the book entitled *Pequeno Catecismo Histórico* (*Little Historic Catechism* on a free translation), for the sole purpose of taking the lessons of the prince, whose original, not yet studied, is found in the possession of his descendant and is analyzed, as a source, in this study. In addition to the countess' teachings, present in various sources, it is possible to rebuild aspects of education considered appropriate for the government of the Brazilian nation, who aspired to free itself from the remnants of the colony and to match the nations seen as civilized.

Keywords: Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho. Countess of Belmonte. Education of noble children. D. Pedro II. Imperial Brazil.

RESUMEN

CUNHA, Gilmara Rodrigues da. **De dama de la corte a Condesa de Belmonte: la primera maestra de D. Pedro II (1808 – 1855)**. 2021. 179 f. (Doctorado en Educación) – Facultad de Educación, Universidad del Estado de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

La propuesta del presente trabajo es elucidar aspectos de la vida y del pensamiento pedagógico de la primera maestra del Imperador D. Pedro II, la preceptora de la casa imperial brasileña, Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, Condesa de Belmonte, analizando su importancia en la formación del futuro soberano de Brasil, en el momento de constitución de una nueva nación que apostaba en el segundo reinado como perspectiva de ruptura con los procesos heredados de la colonia y de la dominación portuguesa. Mariana Carlota de Verna, considerada una mujer de muchas virtudes y admirada por D. Pedro I, llegó a Brasil en 1808, con su familia, y en poco tiempo – y de un día para otro - estuvo viuda. El Imperador D. Pedro I percibió en esa mujer cualidades que la diferenciaban de las otras damas de la corte y, por eso, la invitó para vivir en el Paço de São Cristóvão y convertirse en aya del príncipe heredero, que nacería dentro de un mes. Ejerciendo sus funciones desde el nacimiento del príncipe, después de un año, con el fallecimiento precoz de Leopoldina, que lo ha dejado huérfano, se encargó del papel de segunda madre y vivió a su lado hasta la su boda. En ese contexto, se convirtió en la responsable por la transmisión de una educación de aspecto marcadamente moral, según ella necesaria para quien en el futuro, se convirtiera en el sucesor em el trono brasileño. Para análisis de la trayectoria de la Condesa de Belmonte junto al príncipe D. Pedro II, fueron utilizados acervos ubicados en Rio de Janeiro y en Petrópolis, entre ellos documentos inéditos pertenecientes al archivo personal de un descendiente, además de fuentes históricas, incluyendo cartas, pesquisadas en el Museo Imperial, en la Biblioteca Nacional y en otras instituciones de guarda de documentos históricos. La revisión bibliográfica acerca del tema propone un diálogo con biógrafos de D. Pedro II, con el objetivo de conocer aspectos de la vida de Mariana Carlota de Verna y su relevancia para la formación educacional del futuro soberano. El referencial utilizado como aporte teórico trata la obra de Marc Bloch (2001), para un análisis historiográfico; Burke (2009), para una mejor comprensión de como era la sociedad de corte brasileña y como los monarcas eran preparados para el trono; Perrot (2005), que trata de los elementos necesarios para dialogar con la Condesa de Belmonte como mujer olvidadiza y silenciada, a pesar de su influencia sobre el futuro imperador de Brasil; Vasconcelos (2005), para comprender la educación de las elites *oitocentistas* en Brasil; y Gomes (2004) e Cunha (2019), para contribuir con el análisis e interpretación de las cartas y del archivo personal disponible. Una de las hipótesis comprobadas es que el conocimiento transmitido por la Condesa de Belmonte influyó, altamente, la personalidad del joven monarca y su pensamiento político. La dedicación de la preceptora a sus funciones se puede verificar, entre otros, por la preparación del libro denominado *Pequeno Catecismo Histórico*, con la finalidad exclusiva de ofrecer lecciones al príncipe, cuyo original, todavía no se han estudiado, se encuentra en poder de su descendiente y es analizado, como fuente, en este estudio. De posesión de las enseñanzas de la Condesa, presentes en diversas fuentes, es posible recomponer aspectos de la educación considerada apropiada para el gobierno de la nación brasileña, que aspiraba libertarse de los restos de la Colonia y rodear las naciones clasificadas como civilizadas.

Palabras-clave: Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho. Condesa de Belmonte. Educación de niños nobles. D. Pedro II. Brasil Imperio.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Relação de cartas entre a Condessa de Belmonte e D. Pedro I e relativas à condessa, em ordem cronológica	26
Quadro 2 –	Obras selecionadas para a revisão da literatura, contendo informações que tratam sobre a Condessa de Belmonte	26
Quadro 3 –	Periódicos localizados na Hemeroteca Digital Brasileira da BN, que fazem referência à Condessa de Belmonte, por período e ocorrência.	31
Quadro 4 –	Referências à Condessa de Belmonte nos 20 periódicos localizados na Hemeroteca Digital Brasileira da BN, por ordem cronológica.....	32
Quadro 5 –	Relação dos documentos que foram utilizados nessa tese e pertencem ao Arquivo Pessoal de Luciano Cavalcanti de Albuquerque.....	34
Quadro 6 –	Relação da frota portuguesa que partiu no dia 29 de novembro de 1807 do rio Tejo.....	46
Quadro 7 –	Estimativa da composição da população do Rio de Janeiro com a chegada da família real em 1808	52
Quadro 8 –	Síntese das notícias encontradas nos periódicos analisados	70
Quadro 9 –	Relação dos títulos de nobreza colhidos no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do RJ - 1848, referente aos anos 1846 e 1847.....	73
Quadro 10 –	Relação dos mestres que lecionaram para D. Pedro II.....	107
Quadro 11 –	Síntese dos assuntos elencados nas orientações, que constam no Compêndio Histórico da Doutrina Cristã, do padre José Caetano de Mesquita.....	128
Quadro 12 –	Tópicos que são ensinados em cada lição do <i>Pequeno Catecismo Histórico</i>	139

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Carta da Condessa de Belmonte a D. Pedro I	24
Figura 2 – Continuação da carta da Condessa de Belmonte a D. Pedro I	25
Figura 3 – Quadro <i>Sagração de D. Pedro II</i>	36
Figura 4 – Recorte da edição 9.617, de 10 de setembro de 1957, do periódico O Globo	37
Figura 5 – Fotografia da ampliação da imagem da Condessa de Belmonte	38
Figura 6 – Desenho da Condessa de Belmonte	39
Figura 7 – Fotografia da chácara do Engenho Novo, onde morou a Condessa de Belmonte	55
Figura 8 – Planta da chácara do Engenho Novo	56
Figura 9 – Recorte da edição 23.805, de 20 de novembro de 1970, do periódico <i>Correio da Manhã (RJ)</i>	57
Figura 10 – Paço da Cidade no século XIX	58
Figura 11 – Desenho do Paço de São Cristóvão feito por Maria Graham	59
Figura 12 – Despacho com nomeação da Condessa de Belmonte	67
Figura 13 – Lista dos nobres retirada da edição 05, do ano de 1848, do <i>Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro RJ</i>	72
Figura 14 – Recorte da edição 61, do ano de 1852, do periódico <i>Correio Mercantil, Instructivo, Politico, Universal – RJ</i>	77
Figura 15 – Recorte da edição 253, do ano de 1854, do periódico O Globo Jornal Commercial Litterario e Politico (MA)	78
Figura 16 – Recorte da edição 00411, do ano de 1847, do periódico <i>A Revista – Folha Politica e Litteraria (MA)</i> , sobre a Condessa de Belmonte ter sido representante de uma madrinha	79
Figura 17 – Recorte da edição 00288, do ano de 1855, do periódico <i>Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ</i> , com a notícia do falecimento da Condessa de Belmonte	80
Figura 18 – Trecho do documento de assentamento do túmulo da Condessa de Belmonte	82
Figura 19 – Trecho do documento de assentamento com a transferência dos restos mortais do filho da Condessa de Belmonte	82

Figura 20 – Fotografia da lápide onde estão os restos mortais da Condessa de Belmonte	83
Figura 21 – Fotografia da lápide da Condessa de Belmonte e de parte da quadra com outros túmulos.	83
Figura 22 – José Bonifácio de Andrada e Silva.....	90
Figura 23 – Trecho da carta de Mariana Carlota de Verna para D. Pedro I, de 23 de outubro de 1831	92
Figura 24 – Crianças imperiais retratadas em um momento de estudo	101
Figura 25 – Frei Antônio de Arrábida	104
Figura 26 – D. Pedro II em 1830, com 5 anos de idade	105
Figura 27 – Luiz Aleixo Boulanger	111
Figura 28 – Cândido José de Araújo Viana	115
Figura 29 – Coronel Luís Alves de Lima e Silva	116
Figura 30 – Capa do livro Introdução ao Pequeno Catecismo Histórico, de D. Pedro II, elaborado por Mariana Carlota de Verna	137

LISTA DE SIGLAS

BN –	Biblioteca Nacional
Ibram –	Instituto Brasileiro de Museus
IHGB –	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INL –	Instituto Nacional do Livro
LCA –	Luciano Cavalcanti de Albuquerque
POB –	Coleção Pedro de Orléans e Bragança
ProPEd –	Programa de Pós-Graduação em Educação
TDIC –	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UCP –	Universidade Católica de Petrópolis
UDESC –	Universidade do Estado de Santa Catarina
UERJ –	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFPE –	Universidade Federal de Pernambuco
UFRRJ –	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTA DE ABREVIATURAS

A.A.	Altezas
Acontecim ^{tos}	Acontecimentos
Am ^o	Amigo
Conseq ^a	Consequencia
Corretam ^{te}	Corretamente
Ds	Deus
Ex	Excelência
Exm ^a	Excelentíssima
Ex ^{ma}	Excelentíssima
Exma	Excelentíssima
Igualm ^{te}	Igualmente
Imp. ^s	Imperiais
M ^a	Minha
Mag ^{de}	Majestade
Mages ^{de}	Majestade
Merecim ^{to}	Merecimento
M ^{mo}	Mesmo
M ^r	Monsieur
M ^{ta}	Muita
M ^{to}	Muito
P ^a	Para
Q'	Que
Q ^m	Quem
Respeitosam ^{te}	Respeitosamente
S. A.	Sua Alteza
S.M.	Sua Majestade
S.M.I.	Sua Majestade Imperial
Sr.	Senhor
Sr ^a	Senhora
Srs.	Senhores
S.S.M.M.I.I.	Suas Majestades Imperiais
V.M.I.	Vossa Majestade Imperial

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	18
1	DE DAMA DA CORTE, PRECEPTORA, A CONDESSA DE BELMONTE	41
1.1	A transferência da família real portuguesa para o Brasil	43
1.2	A vida na corte nos primórdios dos Oitocentos	49
1.3	O convite para ser aia de D. Pedro II	60
1.4	A condessa nos periódicos da época	66
1.4.1	<u>Aparições públicas de Mariana Carlota de Verna</u>	71
1.4.2	<u>O falecimento da condessa nos periódicos</u>	79
2	A EDUCAÇÃO DE D. PEDRO II, A REGÊNCIA E AS INTRIGAS PALACIANAS	85
2.1	“Os órfãos da Quinta”: os tutores, a preceptora, os regentes e as intrigas	89
2.2	A formação do imperador: professores, salários, estudos e preferências	102
3	CATECISMO HISTÓRICO: UM MONUMENTO PARA A FORMAÇÃO DO PRÍNCIPE	123
3.1	Orientações do Compêndio Histórico da Doutrina Cristã do Padre José Caetano de Mesquita	127
3.1.1	<u>Ignorância e suas causas</u>	128
3.1.2	<u>A necessidade desse ensino e dos catecismos</u>	129
3.1.3	<u>Defeitos dos catecismos</u>	130
3.1.4	<u>Os métodos</u>	130
3.1.5	<u>Objetivo desse compêndio da doutrina</u>	132
3.1.6	<u>Com que estilo se deve ensinar</u>	133
3.1.7	<u>O uso do catecismo pequeno e grande</u>	134
3.1.8	<u>Os mestres</u>	135
3.2	Escritos da Condessa para a educação de D. Pedro II	136
3.2.1	<u>A história da religião cristã na formação do monarca</u>	140
3.2.2	<u>As virtudes cristãs para a educação de um soberano</u>	145
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
	REFERÊNCIAS	158
	APÊNDICE A – Fontes de Pesquisa	166

ANEXO A – Lei de 15 de outubro de 1827, publicado na Coleção de Leis do Império do Brasil do mesmo ano	169
ANEXO B – Instruções do Marquês de Itanhaém para os mestres de D. Pedro II, da obra: BRASIL, Arquivo Nacional. Infância e adolescência de D. Pedro II. Rio de Janeiro: Officinas Graphics do Archivo Nacional, 1925	172

INTRODUÇÃO

Minha muito respeitavel Sra

A sua carta, que acabo de receber escripta aos 23 de outubro do anno p.p. causou-me hum grande prazer e foi hum poderoso lenitivo as saudades que tenho dos meus charos filhos, e as fortes lembranças que conservo e conservarei de todas as senhoras que nesse paço deixei, e que tão dignas são do respeito de todos os homens de bem, sendo sem duvida huma das primeiras a Senhora D. Marianna que sempre se tem mostrado digna de educar hum imperador[...].¹

O trecho acima demonstra as lembranças que um pai nutria da época em que esteve em companhia de seus filhos. Nota-se também que, apesar da distância, se sentia tranquilo ao perceber que estavam sendo bem cuidados.

Nesse sentido, as cartas são manifestações de informações e sentimentos que ultrapassam o tempo, trazendo à tona lembranças do passado de uma forma específica para quem as lê. Os detalhes escondidos que se podem elucidar por meio de uma carta, de uma fotografia ou de um livro há muito tempo me interessam. Ao ingressar no mestrado em educação tive a oportunidade de cursar disciplinas que contribuíram significativamente para que eu me identificasse com a pesquisa histórico-documental. Cada visita a instituições de guarda de documentos, procurando vestígios de outra época e interpretando fotografias antigas, me fascinava.

Na pesquisa de mestrado, estudei a criação e a trajetória da Escola Operária da Companhia Brasil Industrial e sua finalidade para a formação de novos operários. A fábrica, fundada no século XIX em Macacos, atual município de Paracambi, recebeu visitas de cidadãos ilustres, inclusive da família imperial, que foram noticiadas nos relatórios da Companhia e nos jornais nacionais e internacionais de circulação da época. Tal fato despertou-me o interesse em ler, posteriormente, sobre a vida de D. Pedro II, que examinou cada espaço da fábrica, demonstrou satisfação pelo que viu e se fez presente na reinauguração do prédio, após um incêndio.

¹ CARTA DE D. PEDRO I À CONDESSA DE BELMONTE. Paris, 10 de janeiro de 1834. Fonte: Biblioteca Nacional (BN) 64,02,002 nº 21.

Quando finalizei a dissertação, reafirmei a ideia de que continuaria meus estudos na linha de pesquisa da história da educação, já buscando arquivos que estivessem relacionados à família imperial.

Assim, a proposta deste estudo começou a se tornar realidade após me matricular em uma disciplina, como aluna especial do Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e fazer parte do grupo de pesquisa *História e Memória das Políticas Educacionais no Território Fluminense*, coordenado pela Prof^a Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos. Nesse grupo conheci o Ateliê Belmonte, cujo proprietário é descendente da Condessa de Belmonte, a primeira preceptora do Imperador D. Pedro II. Surgiu, de imediato, o interesse em estudá-la e em iniciar a busca por informações sobre essa mulher.

Elucidar algumas páginas da história do nosso país a partir da vida de uma mulher – aia, segunda mãe e preceptora –, que possivelmente teve grande influência na formação do jovem monarca, foi se desenhando como um tema para a minha pesquisa de doutoramento.

De acordo com Vasconcelos, preceptores:

Eram mestres ou mestras que moravam na residência da família, às vezes, estrangeiros, contratados para a educação das crianças e jovens da casa (filhos, sobrinhos, irmãos menores). Por vezes, encontram-se preceptores denominados aios ou amos, aias ou amas, principalmente quando se trata da nobreza portuguesa. Ainda encontramos preceptoras atuando como governantas da casa, ou seja, não só administrando a educação das crianças, como administrando também a casa. Os mestres preceptores caracterizam-se pelo fato de viverem na mesma casa de seus alunos, constituindo-se, assim, dentro da realidade da educação doméstica, naqueles que parecem ter o maior custo para as famílias, sendo encontrados nas classes mais abastadas (VASCONCELOS, 2005, p. 12).

Acredita-se que o desenvolvimento do ser humano - sua formação, suas realizações e sua trajetória - esteja intimamente ligado ao que lhe foi oferecido ou proporcionado ao longo de sua vida em sociedade, e grande parte desse aprendizado acontece por intermédio dos mestres que deixam marcas em seus discípulos.

Diante do exposto, a pesquisa em pauta tem como problema de investigação a análise e discussão dos principais direcionamentos na primeira educação do Imperador D. Pedro II, particularmente a formação recebida pelo monarca sob a tutela da Condessa de Belmonte, encarregada pelo próprio pai, D. Pedro I², para governar a educação do futuro soberano do país.

² Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon, 28º rei de Portugal, 24º do Algarve, primeiro Imperador do Brasil, nasceu em Portugal, no Palácio de Queluz, em 12 de outubro de 1798. O nome completo do

Partindo desse problema de estudo, o objetivo da pesquisa é investigar e analisar a formação educacional que o imperador do Brasil, D. Pedro II, recebeu de Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, a Condessa de Belmonte. Para alcançar esse objetivo, pretende-se: demonstrar quem foi essa condessa e os aspectos de sua vida e trajetória, levantando dados sobre sua família e filhos e evidenciando sua vinda para o Brasil a serviço da família real; ilustrar a vida da condessa na corte a partir do convite para ser aia de D. Pedro II, incluindo possíveis questões que aconteciam nos bastidores do palácio e a influenciaram; levantar o contexto político da época em que ela atuou como preceptora de D. Pedro II e analisar o *Pequeno Catecismo Histórico* para a formação de D. Pedro II.

Esta pesquisa justifica-se pela ausência de publicações que elucidem o verdadeiro papel exercido pela Condessa de Belmonte na formação de D. Pedro II. Acredita-se que o conhecimento transmitido por ela tenha sido fundamental para a formação educacional do jovem monarca. Entre diversas ações nesse sentido destaca-se o fato de ela ter preparado um livro, denominado *Pequeno Catecismo Histórico*, exclusivamente para tomar as lições com o príncipe.

Confiado desde que veio ao mundo aos cuidados de D. Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, sua verdadeira mãe no amor e na criação, D. Pedro II teve nessa senhora sua primeira mestra. D. Mariana era uma dama de preclaras qualidades de coração e de inteligência, e dedicou-se com zelo maternal à educação dos príncipes, órfãos em idade infantil (GARCIA, 1946, p. 7-8).

A prática de estudar catecismos era comum na Europa e influenciou a colônia portuguesa no Brasil. Acreditava-se que se os nobres recebessem uma educação pautada em padrões morais e religiosos tornar-se-iam grandes governantes (VASCONCELOS, 2006).

A partir dessa suposição, surgiu o questionamento que norteia esta pesquisa: qual a educação oferecida pela Condessa de Belmonte a D. Pedro II, futuro imperador do Brasil? Para isso, faz-se necessário conhecer a trajetória de vida dessa mulher.

O recorte temporal da pesquisa está compreendido entre 1808, ano em que Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho chegou com a família imperial ao Brasil, e 1855, ano de seu falecimento.

A partir da escolha do tema e do período a ser estudado, iniciou-se a procura por referenciais bibliográficos sobre a Condessa de Belmonte e sua relevância na educação do imperador, nas principais fontes de pesquisa documental.

príncipe, como usual na família Bragança, consistia na união de nomes de pessoas da família, do santo protetor, de arcanjos e anjos (REZZUTTI, 2015).

Localizar um descendente da Condessa de Belmonte, o arquiteto Luciano Cavalcanti de Albuquerque, possibilitou ter acesso a fontes do seu arquivo pessoal, nas quais encontrei muitos dados e também indícios para a construção deste estudo.

É nesse contexto em que se insere tal investigação que visa recompor aspectos da educação oitocentista, considerada adequada para o governo da nação brasileira.

No que se refere aos procedimentos teórico-metodológicos para alcançar os objetivos relativos à educação do imperador do Brasil, D. Pedro II, transmitida pela Condessa de Belmonte, a presente pesquisa parte de um panorama da educação doméstica do século XIX, para uma análise historiográfica de diversos documentos, incluindo escritos pessoais e cartas.

Para a realização do estudo, cujas fontes se encontravam dispersas entre as mais diversas manifestações escritas no século XIX, tornou-se imprescindível procurar referenciais metodológicos que norteassem uma investigação essencialmente bibliográfica e documental, haja vista que se trata de uma pesquisa com caráter histórico documental, ou seja, que tem os documentos históricos como sua maior fonte de elementos.

Uma das maiores dificuldades em qualquer pesquisa histórica refere-se à localização e o acesso às fontes de pesquisa. Como não se dispõe, ainda, de uma rede integrada de consulta a arquivos e acervos, a única forma de localizar e mapear as possibilidades institucionais de investigação é a visita a cada um deles e a busca em seus catálogos, sejam manuais ou virtuais (VASCONCELOS, 2010, p. 27).

Diante dessas informações, fez-se necessário realizar uma análise historiográfica através da perspectiva de Marc Bloch (1886-1944). O historiador, juntamente com Lucien Febvre, renovou a pesquisa histórica ao adicionar, nos estudos que efetuava, métodos das ciências sociais a partir da fundação da Escola dos Annales.

Em primeiro lugar, a história não seria mais entendida como uma “ciência do passado”, uma vez que, segundo Bloch, “passado não é objeto de ciência”. Ao contrário, era no jogo entre a importância do presente para a compreensão do passado e vice-versa que a partida era, de fato, jogada[...] “Documentos são vestígios”, diz Marc Bloch, contrapondo-se à versão da época, que definia o passado como um dado rígido, que ninguém altera ou modifica (SCHWARCZ, 2001, p. 7-8).

O grupo reunido por Bloch e Lucien Febvre defendia a teoria de que, para analisar documentos, era necessário haver uma coerência pautada na crítica. Ou seja, por mais óbvio que pareça, é indispensável saber interrogar as fontes, como se revelam e o que, de fato, indagam. Segundo o autor, elas não são integrais e invariáveis, mas sim indícios que, dependendo do olhar do pesquisador, dos questionamentos feitos e, sobretudo, do contexto, poderão levá-lo a uma determinada interpretação de um fato histórico.

Para uma melhor compreensão de como um monarca era preparado para o trono e dos significados de sua representação para uma sociedade, utilizou-se a obra de Peter Burke (2009), *A Fabricação do Rei*, que relata a construção da imagem pública de Luiz XIV e a influência dela no seu reinado.

Nesse sentido, um dos protagonistas dessa fabricação do rei foi uma mulher, cuja aparição e menção histórica se encontra apenas em verbetes: Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, a primeira preceptora, a quem D. Pedro I confiou a educação do seu filho. Em *As mulheres ou os silêncios da história*, Perrot (2005) traz os argumentos necessários para dialogar com a Condessa de Belmonte, na condição de mulher esquecida e silenciada, apesar da possível influência sobre o futuro Imperador do Brasil.

Sendo assim, a triangulação formada é constituída por uma corte em construção, um rei em formação e uma mulher protagonista desse contexto e dessa formação, que é silenciada por diversas razões, tão importante, mas esquecida.

Para compreender a educação oitocentista no Brasil, especificamente a recebida pela elite, foi utilizada a obra *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*, escrita por Maria Celi Chaves Vasconcelos. Segundo a autora, a educação da nobreza era dada no ambiente de casa, ou seja, uma educação doméstica, nos moldes europeus. As questões de classe social foram marcantes para impor a educação que a sociedade recebia (VASCONCELOS, 2005).

Para analisar as cartas que compõem esta pesquisa e o arquivo pessoal e para trazer à tona informações e documentos que antes estavam silenciados, sobre Mariana Carlota de Verna, foram utilizados os estudos de epistolografia de Gomes (2004) e a obra *(DES)arquivar arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente*, escrita por Maria Teresa Santos Cunha (2019).

Cabe ressaltar que, durante toda a tese, se empregou um recurso de não linearidade para proporcionar aos leitores mais liberdade, a fim de buscar informações adicionais ao tema principal abordado. Para tanto, foram utilizados hipertextos. Os hipertextos são uma modalidade de organização textual que faz interferências no texto acrescentando comentários explicativos sobre personagens, cenários, traduções e transcrições, entre outras interações. Esse recurso linguístico surgiu a partir das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), que permitem acessar, processar e comunicar ideias de forma cada vez mais rápida e diversificada. O termo hipertexto surgiu na década de 1960 com Theodore

Holm Nelson, que o definiu como a escrita e leitura não lineares em sistemas informáticos, nas quais as informações são passadas por meio de links navegáveis, constituindo-se como uma linguagem híbrida e flexível (CHUDZIK, 2015).

O hipertexto não é um gênero textual nem um simples suporte de gêneros diversos, mas um tipo de escritura. É uma forma de organização cognitiva e referencial cujos princípios constituem um conjunto de possibilidades estruturais que caracterizam ações e decisões cognitivas baseadas em (séries de) referências não contínuas e não progressivas (MARCUSCHI, 1999, p. 21).

Nesta tese, optou-se pela utilização do recurso do hipertexto como nota de rodapé, tendo em vista a quantidade de personagens e cenários que transitam no texto e que fazem parte da história de Mariana Carlota de Verna ou do contexto a qual estava inserida. Por isso que me detive em um caminho e deixei o hipertexto para os caminhos complementares, pois falar do Império e da Condessa de Belmonte inclui múltiplos cenários com muitos protagonistas, e não haveria como eu traçar ou fazer uma trajetória de escrita encadeada se eu tivesse que trazê-los a todo momento para o corpo do texto.

Cartas, biografias, periódicos e imagens: fontes na busca pela condessa

Angela de Castro Gomes trata como os textos autorreferenciais adquiriram espaço nas pesquisas historiográficas do país. Segundo a autora, cartas, diários íntimos e memórias ganharam evidência, tanto no mercado editorial quanto no meio acadêmico. A fonte em questão era muito utilizada no século XIX, numa época em que não existiam os recursos tecnológicos atuais, e as missivas eram a única forma de as pessoas manifestarem sentimentos e se comunicarem.

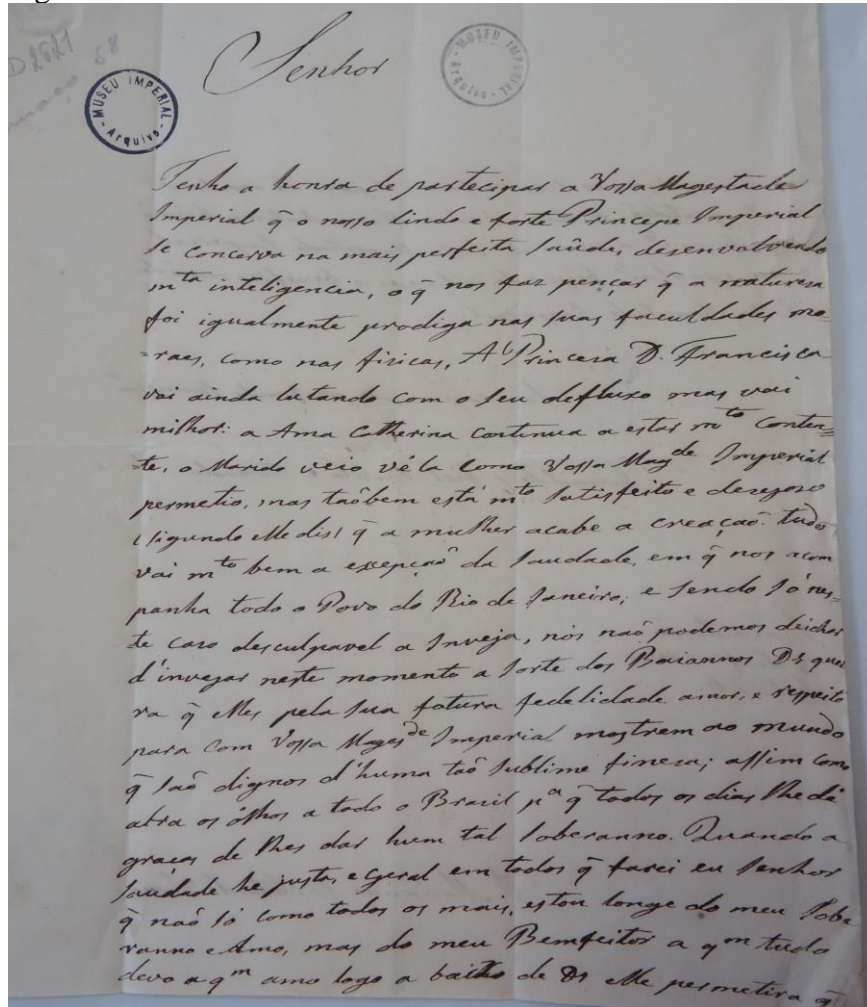
As cartas oitocentistas possuíam regras impostas por outro ritmo de tempo, no qual as distâncias eram maiores, fazendo com que as missivas custassem a chegar, e também demorassem para retornar, provocando, no seu destinatário, expectativas e sensações que poderiam variar de alegrias e tristezas (AGUIAR, 2015, p. 38).

As cartas podem nos trazer histórias fictícias ou reais, demonstrar o contexto histórico em que estão inseridas e, especialmente, revelar experiências, relações, impressões pessoais e emoções.

Considerando essas características, deseja-se, a partir da interpretação das escritas epistolares encontradas tanto nas instituições de guarda de documentos quanto no arquivo pessoal do descendente da Condessa de Belmonte, recompor, ou melhor, verificar a história da mulher que educou D. Pedro II e que lhe serviu como uma segunda mãe.

As Figuras 1 e 2 trazem como exemplo imagens da carta enviada por Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho a D. Pedro I, dando notícias de suas filhas e informando que o príncipe estava em perfeita saúde e desenvolvimento³.

Figura 1 – Carta da Condessa de Belmonte a D. Pedro I⁴

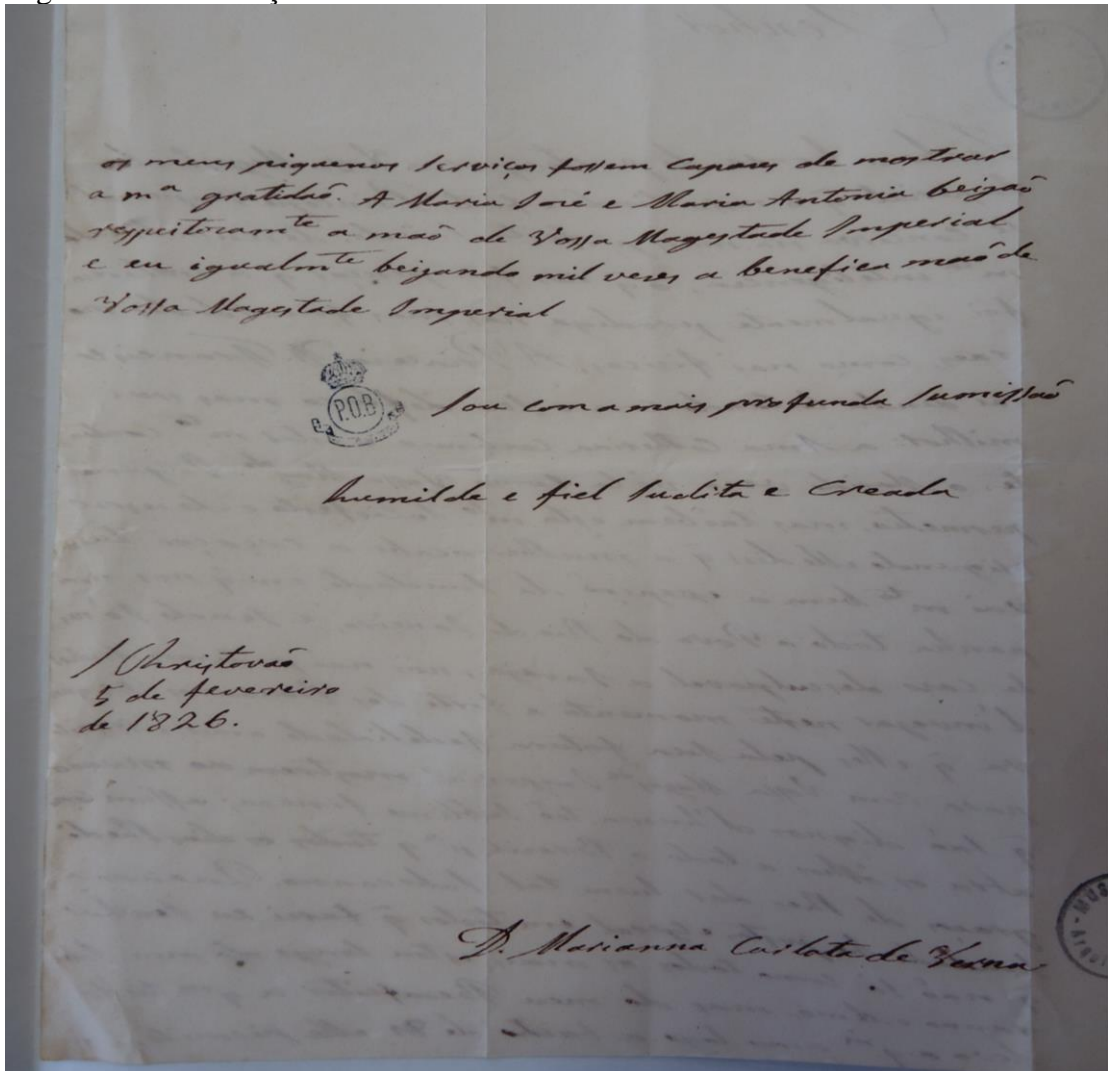


Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo/nº 05/2021.

³ A transcrição da carta foi adquirida por meio do Arquivo Pessoal de Luciano Cavalcanti de Albuquerque (LCA).

⁴ Transcrição das Figuras 1 e 2 - Senhor, Tenho a honra de participar a Vossa Magestade Imperial q` o nosso lindo e forte Principe Imperial se concerva na mais perfeita saúde, desenvolvendo m^{ta} inteligencia, o q` nos faz pençar q` a natureza foi igualmente prodiga nas suas faculdades moraes, como nas físicas. A Princesa D. Francisca vai ainda lutando com o seu refluxo mas vai melhor: a Ana Catherina continua a estar m^{to} contente, o Marido veio vê-la como Vossa Mag^{de} Imperial permetio, mas tao bém está m^{to} satisfeito e desejoso (sigundo elle diz) q` a mucher acabe a criação. Tudo vai m^{to} bem a exceção da saudade, com q` nos acompanha todo o Povo do Rio de Janeiro, e sendo só neste caso desculpavel a Inveja, nós não podemos deichar d` invejar neste momento a sorte dos Baiannos Ds queira q` elles pela sua futura fedelidade amor e respeito para com Vossa Mages^{de} Imperial mostrem ao mundo q` são dignos d` huma tão sublime fineza; assim como abra os ólhos a todo o Brasil p^a q` todos os dias lhe dê graças de lhes dar um tal Soberanno. Quando a saudade he justa e geral em todos q` farei eu Senhor q` não só como todos os mais, estou longe do meu Soberanno e Amo, mas do meu Bemfeitor a q^m tudo devo a q^m amo logo a baicho de Ds elle Me permitira q` os meus piquenos Serviços fossem capazes de mostrar a m^a gratidão. A Maria José e Maria Antonia beijão respeitosa^{te} a mão de Vossa Magestade Imperial e eu igualm^{te} beijando mil vezes a benefica mão de Vossa Magestade Imperial. Sou com a mais profunda submissão humilde e fiel Sudita e Creada. S. Christovao 5 de fevereiro de 1826 D. Marianna Carlota de Verna.

Figura 2 – Continuação da carta da Condessa de Belmonte a D. Pedro I



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo/ nº 05/2021.

Conforme consta em sua assinatura, a futura Condessa de Belmonte assumia publicamente o nome de solteira, sem o sobrenome do marido, que era Magalhães Coutinho. Nota-se ainda que o nome vinha precedido da abreviação do pronome Dona⁵, o que era comum naquela época quando se referia a uma mulher que detinha respeito ou superioridade. A partir deste momento, seu nome será descrito, nesta tese, da forma com a qual ela mesma se apresentava: Mariana Carlota de Verna.

O Quadro 1 mostra a relação das cartas trocadas entre a Condessa de Belmonte e D. Pedro I e outras relativas à condessa, as quais foram obtidas no Arquivo Histórico do Museu Imperial e na Biblioteca Nacional e que serão utilizadas como fonte desta pesquisa.

⁵ Era usado para designar senhoras brancas, de elevadas classes sociais, viúvas respeitadas que serviam à rainha ou princesas, ou ainda mulheres mais velhas e religiosas (AZEREDO, 2016); BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Volume 3, 1713, p.287-288, Verbetes Dona. Disponível em: http://purl.pt/13969/4/1-2773-a/1-2773-a item4/1-2773-a PDF/1-2773-a PDF 24-C-R0090/1-2773-a_0000_capa-cap_a_t24-C-R0090.pdf. Acesso em 15.09.2020.

Quadro 1 - Relação de cartas⁶ entre a Condessa de Belmonte e D. Pedro I e relativas à condessa, em ordem cronológica

Correspondências	Localização	Ano
Cartas da Condessa de Belmonte a D. Pedro I	Museu Imperial	1826
Carta da Condessa de Belmonte a D. Pedro I	Museu Imperial	1831
Carta de D. Pedro I a seu filho	Museu Imperial	1832
Cartas de D. Pedro I a seus filhos	Museu Imperial	1832
Carta de D. Pedro I a Condessa de Belmonte	Biblioteca Nacional	1834

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

A fim de obter mais informações sobre a Condessa de Belmonte, realizou-se uma revisão de literatura, conforme mostra o Quadro 2, principalmente baseada nas biografias de D. Pedro II, que normalmente a citam na parte em que abordam a infância do jovem monarca.

Quadro 2 – Obras selecionadas para a revisão da literatura⁷, contendo informações que tratam sobre a Condessa de Belmonte

Autor	Título	Ano
1 – AZEREDO, Carlos Magalhães de.	Dom Pedro II – Traços de sua physionomia moral	s.d.
2 – BELLEM, Antonio Manuel da Cunha	Imperador do Brasil	s.d.
3 – CAMPOS, Joaquim Pinto de	O senhor D. Pedro II – imperador do Brasil – biografia	1871
4 – RIO DE JANEIRO, IHGB	Homenagem do IHGB à memória de D. Pedro II	1894
5 – BRASIL, Arquivo Nacional	Infância e adolescência de D. Pedro II	1925
6 - WILLIAMS, Mary Wilhelmine	Dom Pedro. The Magnanimous	1937
7- LYRA, Heitor	História de D. Pedro II	1977
8 – FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis	El emperador D. Pedro II, y el Instituto Histórico	1938
9 – CALMON, Pedro	O rei filósofo	1938
10 – RANGEL, Alberto	A educação do príncipe	1945
11 – CALMON, Pedro	História de D. Pedro II	1975
12 - FREITAS, Sebastião Costa Teixeira de	D. Pedro II	2001
13 – BARMAN, Roderick J.	Imperador cidadão	2012
14 – REZZUTTI, Paulo	D. Pedro II: o último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos	2019a

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

Segundo Sabina Loriga (2011), no século XIX diversos autores empenharam-se em apresentar uma dimensão individual da história, a partir de biografias e do que Johann Gustav Droysen chamou de “pequeno x”.

[...] chamamos A o gênio individual, a saber, tudo o que o homem é, possui e faz, então este A é formado por a + x, em que a contém tudo o que lhe vem das circunstâncias externas, de seu país, de seu povo, de sua época, etc., e em que x representa sua contribuição pessoal, a obra de sua livre vontade (p. 14).

⁶ As cartas foram dispostas em ordem cronológica.

⁷ Obras dispostas em ordem cronológica.

Em poucas palavras, pode-se resumir que essas obras levam em consideração uma visão mais ampla e complexa da história, que privilegia os sujeitos e seus contextos e não apenas fatos em que as pessoas são vistas como mero pano de fundo.

Pedro Calmon⁸ (1975) traz, na obra intitulada *História de D. Pedro II*, uma frase de Joaquim Nabuco⁹: “Sem a biografia do Imperador não se pode escrever a história do Império”, corroborando essa dimensão mais individual da história. Em *Dom Pedro II: traços de sua physionomia moral*, Carlos Magalhães de Azeredo¹⁰ (1872-1963), um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, retrata o imperador de forma bem positiva, demonstrando claramente a admiração do autor pelo monarca e pelo Império, em uma narrativa entrelaçada tanto por fatos nacionais quanto pessoais, no livro de 104 páginas, publicado no Rio de Janeiro.

O livro *Imperador do Brasil*, escrito pelo jornalista português Antonio Manuel da Cunha Bellem¹¹ (1834-1905), é um esboço biográfico e corresponde ao número 15 da coleção *Os contemporaneos*, publicada em Lisboa. A obra não apresenta data de publicação.

A obra *O senhor D. Pedro II – imperador do Brasil* foi escrita por Joaquim Pinto de Campos¹² em 1871 e publicada na cidade de Porto. O autor era professor, político, publicista e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Academia Real das Ciências de Lisboa. A biografia foi publicada no ano em que o Imperador D. Pedro II visitou Portugal e contou com a colaboração de Camillo Castelo Branco¹³ para compor o prefácio.

⁸ Pedro Calmon Moniz de Bittencourt nasceu em Amargosa, BA, em 23 de dezembro de 1902, e faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de junho de 1985. Foi professor, político, historiador, biógrafo, orador e membro da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid=193/biografia>. Acesso em: 29 jul. 2020.

⁹ Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu no Recife, PE, em 19 de agosto de 1849, e faleceu em Washington, EUA, em 17 de janeiro de 1910. Foi escritor, diplomata, deputado e membro fundador da cadeira nº 27 da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco/biografia>. Acesso em: 29 jul. 2020.

¹⁰ Carlos Magalhães de Azeredo nasceu no Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1872, e faleceu em Roma, Itália, em 4 de novembro de 1963. Foi jornalista, diplomata, poeta, contista, ensaísta, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Academia Internacional de Diplomacia, ao Instituto de Coimbra, e foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/carlos-magalhaes-de-azeredo/biografia>. Acesso em: 29 jul. 2020.

¹¹ Antonio Manuel da Cunha Bellem nasceu a 12 de dezembro de 1834, em Lisboa, e faleceu a 12 de março de 1905, também em Lisboa. Formou-se médico pela Universidade de Coimbra, foi general de brigada do corpo de médicos militares, deputado, jornalista e diretor do jornal *A Revolução de Setembro*. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$antonio-cunha-belem](https://www.infopedia.pt/$antonio-cunha-belem). Acesso em: 29 jul. 2020.

¹² Joaquim Pinto de Campos nasceu em Flores, PE, em 04 de abril de 1819, e faleceu em Lisboa, em 05 de dezembro de 1887. Foi padre, orador, publicista, professor, político, comendador da ordem da Rosa e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Real das Ciências de Lisboa e de outras associações culturais. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=1616;http://www.araujo.eti.br/familia.asp?numPessoa=17489&dir=genxdir/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

¹³ Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco, reconhecido escritor português, nasceu em Lisboa em 16 de março de 1825 e faleceu em São Miguel de Seide em 01 de junho de 1890. Recebeu o título de Visconde de Correia

Segundo o prefaciador, essa biografia foi de extrema relevância, pois, além da preocupação com a “verdade histórica”, trouxe ao conhecimento dos portugueses um pedaço da vida política do Brasil e, conseqüentemente, de Portugal.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, localizado no Rio de Janeiro, lançou em 1894 um livro dedicado à memória de D. Pedro II. Em seu prefácio, escrito por Henri Raffard¹⁴, destaca o pesar com a morte do seu “Augusto Protector” (p. 11) e a intenção de compilar todos os artigos publicados desde o dia 05 de dezembro de 1891, data de seu falecimento. Segundo o prefaciador, buscou-se reproduzir, de maneira fiel, tudo o que se pôde encontrar, na intenção de publicar um livro completo e original a respeito de D. Pedro II.

Também no sentido de comemoração, porém dessa vez em relação ao primeiro centenário do nascimento do imperador, o livro *Infância e Adolescência de D. Pedro II*, lançado pelo Arquivo Nacional, traz uma coletânea de documentos publicados nos primeiros anos de vida do monarca até a sua fase pueril. É composto por cartas, decretos, instruções e notícias diversas.

Heitor Lyra¹⁵ (1977) escreveu uma biografia completa e bastante rigorosa em relação à documentação consultada por ele. Durante o período em que trabalhou como secretário na Embaixada do Brasil em Roma, tendo como chefe imediato Carlos Magalhães de Azeredo, Lyra realizou sua pesquisa documental e escreveu *História de Dom Pedro II: ascensão, fastígio e declínio*, que possui três volumes totalizando mais de mil páginas. Para tanto, teve acesso aos arquivos da família imperial no Castelo D’Eu¹⁶, de propriedade do filho da Princesa Isabel, Pedro de Alcântara de Orléans e Bragança¹⁷. A obra ateu-se a contar muito

Botelho, concedido pelo rei de Portugal, D. Luís I. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/366610.PDF>. Acesso em: 29 jul. 2020.

¹⁴ Henri Raffard nasceu em 26 de dezembro de 1851 e faleceu em 4 de agosto de 1906, no Rio de Janeiro. Filho de Eugênio Emílio Raffard, cônsul-geral da Suíça, seguiu carreira no comércio e na indústria, onde contribuiu para a organização da Companhia Agrícola Brasileira e, por duas vezes, geriu o consulado geral da Suíça. Foi sócio correspondente e primeiro-secretário do IHGB. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/perfil/userprofile/henrirfd.html>. Acesso em: 29 jul. 2020.

¹⁵ Heitor Pereira de Lyra nasceu no Recife em 1893 e faleceu em Lisboa em 1973. Seguiu carreira diplomática e manteve amizade com o neto de Dom Pedro II, o Príncipe Dom Pedro de Alcântara. Foi um dos principais biógrafos de D. Pedro II, pois conseguiu acessar os arquivos no Castelo d’Eu, na França, e também os arquivos dos ministérios de Negócios Estrangeiros da França e da monarquia austro-húngara (FERTIG; PETTER, 2016).

¹⁶ O Castelo d’Eu está localizado na comuna (menor subdivisão administrativa do território) de Eu, na França. Tornou-se residência da família imperial brasileira no período do exílio graças ao Conde d’Eu, que foi autorizado pelos seus familiares a morar no castelo com sua esposa, a Princesa Isabel, e três filhos. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo_d%27Eu. Acesso em: 30 jul. 2020

¹⁷ Pedro de Alcântara Luís Filipe Maria Gastão Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orléans e Bragança nasceu em Petrópolis, em 15 de outubro de 1875, e faleceu na mesma cidade, em 29 de janeiro de 1940. Príncipe do Grão-Pará e filho primogênito da princesa Isabel Leopoldina de Bragança e Bourbon, viveu no exílio com sua família no Castelo d’Eu, na França, onde serviu o exército e retornou ao Brasil na década de 1930,

mais que a vida do imperador, trouxe uma trama bem escrita e repleta de questões políticas, um panorama completo e complexo do segundo reinado.

O livro *El emperador D. Pedro II, y el Instituto Historico* foi escrito originalmente por Julio E. Payró¹⁸ e traduzido por Afonso Celso de Assis Figueiredo¹⁹ em 1938, em homenagem ao primeiro centenário de criação do IHGB. A admiração do autor pelo monarca e por sua contribuição ao IHGB foi marcante nessa obra. Em sua apresentação, cita que, durante os quarenta anos de governo, o imperador presidiu mais de quinhentas sessões do referido instituto, até poucos dias antes da queda da monarquia.

Pedro Calmon, historiador, professor e político brasileiro, publicou o ensaio biográfico *A vida de D. Pedro II, o rei filósofo* originalmente em 1938, tendo sido reeditado em 1975. A obra tem um caráter narrativo e remete-nos a um imperador intelectualizado, ligado à cultura e ao saber: “Nas preocupações científicas e no constante estudo é que acho consolo e me preservo das tempestades moraes...” (ALCANTARA, 1891, p.11).

O mesmo autor também publicou a biografia *História de Dom Pedro II*, em 1975, premiada pelo Instituto Nacional do Livro²⁰. Dada a sua extensão, mais de duas mil páginas sobre a vida do imperador, foi dividida em cinco volumes. Para compor a presente tese foi analisado o primeiro volume da obra de Calmon, pois aborda o período de 1825 a 1853, compreendendo a infância e a juventude do monarca.

A biografia escrita por Alberto Rangel²¹ (1945) ateu-se à educação que D. Pedro II recebeu. Os documentos apresentados ao longo do livro foram colhidos no arquivo do Castelo d’Eu e no Palácio d’Orsay²² em Paris, quando Alberto Rangel foi diplomata na França. O

estabelecendo-se no Palácio Grão-Pará, em Petrópolis. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_de_Alc%C3%A2ntara_de_Orl%C3%A9ans_e_Bragan%C3%A7a. Acesso em: 20 jul 2020.

¹⁸ Julio E. Payró nasceu em Buenos Aires, em 1899, e faleceu em 1971. Foi pintor, ensaísta, crítico de arte e membro da Academia Nacional de Belas Artes da Argentina. Disponível em: https://www.biografiasyvidas.com/biografia/p/payro_julio.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

¹⁹ Afonso Celso de Assis Figueiredo nasceu em Ouro Preto, MG, em 21 de fevereiro de 1837, e faleceu em Petrópolis, RJ, em 21 de dezembro de 1912. Foi jurista de renome e político, ocupando os cargos de deputado, senador, ministro e vice-presidente. Também dirigiu, ao longo de sua vida, vários jornais, escrevendo sobre política e direito. Ganhou o título de Visconde de Ouro Preto em 1888. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/acdafigueiredo.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

²⁰ Instituto Nacional do Livro (INL). Fundado em 21 de dezembro de 1937, com a função de aumentar e melhorar a edição de livros no país, de editar obras raras ou preciosas e incentivar a organização e manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. Foi extinto em 1991, sendo incorporado à Biblioteca Nacional (TAVARES, 2014).

²¹ Alberto Rangel nasceu no Recife, PE, em 29 de maio de 1871, e faleceu em Nova Friburgo, RJ, em 14 de dezembro de 1945. Foi engenheiro militar e cônsul. Escreveu vários livros de história, biografias e romances, entre outros. Teve acesso ao arquivo do Castelo d’Eu, na França, resultando na biografia do *Último Conde d’Eu* e *A educação do príncipe*, 1945. Foi membro do IHGB. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/arangel.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

²² O Palácio d’Orsay foi um edifício administrativo situado às margens do Rio Sena em Paris que foi construído para ser a sede do Conselho de Estado Francês. Em 1871 sofreu um grande incêndio e em seu lugar foi

livro cumpre o papel a que se propõe, de trazer um esboço histórico e crítico da educação de D. Pedro II.

Roderick J. Barman²³ (2012), historiador inglês brasilianista²⁴, escreveu a biografia *Imperador Cidadão* em 1937, publicada no Rio de Janeiro. Essa obra retrata D. Pedro II não apenas a partir de suas intervenções políticas e públicas, mas também desde sua intimidade, seus anseios e frustrações.

No livro *D. Pedro II, a história não contada*, o historiador Paulo Rezzutti²⁵ (2019a) descreve a história do imperador e delimita os acontecimentos que não constam em biografias anteriores, numa linguagem clara e interessante.

Para compor esta tese e seus objetivos, todas as obras serão analisadas compreendendo o período da infância e juventude do imperador, ou seja, o recorte temporal em que Mariana Carlota de Verna esteve presente na vida de D. Pedro II.

Além dos autores e obras citados, para contextualizar o cenário que está sendo detalhado nesta tese, referente à história do país, José Murilo de Carvalho²⁶ (2007) será um dos referenciais bibliográficos que dará suporte à operação historiográfica, porque seus estudos contemplam uma visão ampla das questões que estavam sendo postas naquele momento, início da Regência, no século XIX.

O contexto histórico a ser ressaltado procura colocar em cena aspectos do cenário político e social em que a preceptora, Condessa de Belmonte, esteve mais diretamente inserida nos acontecimentos, pois o imperador era ainda uma criança, e seu protagonismo, como tal, não se faz sentir nessa questão.

Para ter acesso às fontes, solicitei à coordenação do ProPEd declarações de matrícula no curso de doutorado, nas quais também era comunicado o tema da tese, justificando a

erguido o Museu d'Orsay. Disponível em: <https://www.conseil-etat.fr/le-conseil-d-etat/histoire-patrimoine/les-lieux-du-conseil-d-etat/le-palais-d-orsay>. Acesso em: 20 jul. 2020.

²³ Roderick J. Barman, historiador inglês e professor emérito do departamento de história da University of British Columbia, no Canadá. Escreveu os livros *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX* e *Imperador cidadão*. Disponível em: <https://history.ubc.ca/profile/roderick-barman/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

²⁴ Estrangeiro especializado em assuntos brasileiros.

²⁵ Paulo Rezzutti nasceu em São Paulo, SP, em 1972. É escritor, pesquisador, membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e autor da coleção *A História Não Contada*, em que consta, além da sua obra mais recente, *D. Pedro II*, as publicações *Tilília e Demonão*, *Domitila* e *D. Pedro*, que em 2016 recebeu o Prêmio Jabuti na categoria biografia. No ano seguinte lançou o livro *D. Leopoldina*. Disponível em: <http://www.leya.com.br/autor/paulo-rezzutti/>. Acesso em 10 nov. 2020.

²⁶ José Murilo de Carvalho nasceu em Andrelândia, MG, em 8 de setembro de 1939. É professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador emérito do CNPq, membro da Academia Brasileira de Ciências, ocupante da cadeira nº 5 da Academia Brasileira de Letras desde 2004, Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2014) e pela Universidade de Coimbra (2015) Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4930404695775517;https://www.academia.org.br/academicos/jose-murilo-de-carvalho/biografia>. Acesso em 04 set. 2020

pesquisa acadêmica. Estive em várias instituições, visando obter informações sobre a Condessa de Belmonte e sobre a importância dela na formação de D. Pedro II. Na Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro, no Setor de Obras Gerais e no Setor de Manuscritos, tive acesso a publicações e manuscritos que contribuíram para a minha pesquisa.

Além disso, acessando a Biblioteca Digital Brasileira e a Hemeroteca Digital Brasileira, ambas pertencentes ao site da Biblioteca Nacional, foi possível localizar os periódicos de circulação da época que fazem referência à Condessa de Belmonte, usados como fonte, apresentados nos Quadros 3 e 4.

Quadro 3 – Periódicos localizados na Hemeroteca Digital Brasileira da BN, que fazem referência à Condessa de Belmonte, por período e ocorrência.

Nº	Periódico	Período	Ocorrências
1	Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia (BA)	1854 a 1863	02
2	Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ)	1844 a 1885	21
3	Anuario político, historico e estatistico do Brazil (RJ)	1846 a 1847	01
4	A Revista: Folha Política e Litteraria (MA)	1843 a 1850	02
5	Correio Mercantil e Instructivo, Politico, Universal (RJ)	1848 a 1868	12
6	Diario de Pernambuco (PE)	1840 a 1859	03
7	Diário do Rio de Janeiro	1821 a 1858	10
8	Imprensa e Lei	1854 a 1855	01
9	Jornal do Commercio (RJ)	1840 a 1859	06
10	Novo e Completo Indice Chronologico da Historia do Brasil (RJ)	1842 a 1889	02
11	O Brasil: Vestra res agitur (RJ)	1840 a 1852	01
12	O Cearense (CE)	1846 a 1891	01
13	O Correio da Tarde: Jornal Commercial, Politico, Litterario e Noticioso (RJ)	1855 a 1862	01
14	O Correio da Tarde: Jornal Politico, Litterario e Commercial (RJ)	1848 a 1852	02
15	O Diario Novo (PE)	1842 a 1848	03
16	O Globo Jornal Commercial, Litterario e Politico (MA) ²⁷	1852 a 1890	01
17	O Mercantil (s.i.)	1844 a 1845	01
18	O Republico (RJ)	1830 a 1855	01
19	Sentinella da Monarchia: periodico politico e litterario (RJ)	1840 a 1847	01
20	Treze de Maio (PA)	1845 a 1861	01
	Total		73

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

²⁷ Durante a análise dos periódicos encontrados na Hemeroteca Digital Brasileira percebeu-se que o título e o ano da publicação do *O Globo (RJ)* não coincidia com o documento que está digitalizado para pesquisa. Busquei a página inicial do referido periódico e constatei que o título correto é *O Globo Jornal Commercial Litterario e Politico (MA)*.

Quadro 4 – Referências à Condessa de Belmonte nos 20 periódicos localizados na Hemeroteca Digital Brasileira da BN, por ordem cronológica

Periódico	Ano	Edição
O Diario Novo – PE	1844	00121
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro	1845	00002
Novo e Completo Indice Chronologico da Historia do Brasil	1845	00001
O Mercantil (s.i.)	1845	00088
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro	1846	00003
Diário de Pernambuco (PE)	1846	00288
Jornal do Commercio (RJ)	1846	00318
O Diario Novo – PE	1846	00277
Sentinela da Monarchia – periódico político e litterario – RJ	1846	00854
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro	1847	00004
Annuario político, historico e estatistico do Brazil – RJ	1847	00002
A Revista – Folha Política e Litteraria (MA)	1847	00411
Diário de Pernambuco (PE)	1847	00218
Diário do Rio de Janeiro	1847	07547
Diário do Rio de Janeiro	1847	07595
Jornal do Commercio (RJ)	1847	00248
O Cearense (CE)	1847	00088
A Revista – Folha Política e Litteraria (MA)	1848	00466
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro	1848	00005
Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal – RJ	1848	00277
Diário do Rio de Janeiro	1848	07911
Diário do Rio de Janeiro	1848	07916
Jornal do Commercio (RJ)	1848	00282
Novo e Completo Indice Chronologico da Historia do Brasil	1848	00001
O Brasil – Vestra res agitur – RJ	1848	01241
O Correio da Tarde: Jornal Político, Litterario e Commercial – RJ	1848	00218
O Correio da Tarde: Jornal Político, Litterario e Commercial – RJ	1848	00222
O Diario Novo – PE	1848	00235
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro	1849	00006
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro	1850	00007
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro	1851	00008
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro	1852	00009
Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal – RJ	1852	00061
Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal – RJ	1852	000354
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro	1853	00010
Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal – RJ	1853	00094
Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal – RJ	1853	00103
Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal – RJ	1853	00150
Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal – RJ	1853	00220
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia	1854	0001
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro	1854	00011
O Globo Jornal Commercial Litterario e Político – MA	1854	00253
O Republico – RJ	1854	00121
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro	1855	00012
Treze de Maio – PA	1855	00588
Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal – RJ	1855	00202
Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal – RJ	1855	00288
Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal – RJ	1855	00289
Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal – RJ	1855	00294
Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal – RJ	1855	00299
Diário de Pernambuco (PE)	1855	00255
Diário do Rio de Janeiro	1855	00131

Quadro 4 – Referências à Condessa de Belmonte nos 20 periódicos localizados na Hemeroteca Digital Brasileira da BN, por ordem cronológica

Periódico	Ano	Edição
Diário do Rio de Janeiro	1855	00151
Diário do Rio de Janeiro	1855	B00013
Diário do Rio de Janeiro	1855	B00014
Diário do Rio de Janeiro	1855	B00020
Diário do Rio de Janeiro	1855	B00028
Imprensa e Lei	1855	00683
Jornal do Commercio (RJ)	1855	00287
Jornal do Commercio (RJ)	1855	00292
Jornal do Commercio (RJ)	1855	00296
O Correio da Tarde: Jornal Commercial, Politico, Litterario e Noticioso – RJ	1855	00059
Total		62

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

As 73 ocorrências que fazem referência à Condessa de Belmonte foram encontradas nas 62 edições dos periódicos pesquisados.

Os termos de busca utilizados foram: Mariana Carlota de Verna, Mariana Carlota de Verna, Dadama e Condessa de Belmonte, devido às diferentes formas com que a condessa foi citada na literatura. Apesar de ultrapassar um pouco o recorte proposto nesta tese, o período temporal escolhido para a busca na hemeroteca foi de 1800 a 1859, em intervalos de nove anos, por conta dos filtros disponibilizados no site. Só foram encontrados registros nos periódicos de circulação da época com a palavra-chave “Condessa de Belmonte”.

As ocorrências foram bem variadas, desde a citação da presença em eventos da corte até a notícia do seu falecimento. É possível inferir, a partir das notícias nos periódicos, a relevância da condessa na corte e seu papel na vida de D. Pedro II.

Os documentos acima citados serão analisados à luz da autora Tânia de Luca (2011), que diz que o estudo de publicações periódicas pode proporcionar ao pesquisador um trabalho mais amplo, considerando os temas em voga na época, a forma como foram abordados e quem eram os autores e leitores, dentre outras informações relevantes.

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa (LUCA, 2011, p. 139).

Além disso, é preciso considerar as motivações que levaram a público algum acontecimento e os possíveis destaques dados. Em resumo, pode-se afirmar que uma notícia de periódico não deve ser analisada como um texto isolado, e sim como um produto

historicamente definido acerca de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.

A par dos periódicos da época, localizou-se no Museu Imperial o anuário da instituição de 1946, que traz um capítulo sobre os “Mestres do Imperador”, de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia e outro sobre a Condessa de Belmonte, escrito por Manoel Ignacio Cavalcanti de Albuquerque.

Outra fonte relevante para a realização da pesquisa foi o arquivo pessoal do descendente da Condessa de Belmonte, arquiteto Luciano Cavalcanti de Albuquerque, localizado nas cidades de Petrópolis e do Rio de Janeiro e disponibilizado para análise. Nele encontram-se certidão de batismo, certidão de casamento, certidão de óbito e testamento; alguns documentos vindos de Elvas, que relatam a cidade nos anos de Setecentos; documentos do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, descrevendo em que circunstâncias Ernesto Frederico de Verna faleceu em combate; transcrições de cartas, recortes de jornais e transcrições de documentos feitos pela paleógrafa licenciada Alice Estorminho, conforme mostra o Quadro 5.

Quadro 5 - Relação dos documentos que foram utilizados nessa tese e pertencem ao Arquivo Pessoal de Luciano Cavalcanti de Albuquerque

Fontes	Data
Transcrição do trecho do Livro de Baptizados da freguesia de S. Salvador de Elvas, folhas 23, 72v, 73 e 73v	1776 a 1782
Transcrição da fl. 124 do Livro 3 de registros de casamento da Freguesia da Lapa, conselho e distrito de Lisboa, incorporado ao Arquivo dos Registros Paroquiais	s.d.
Transcrição da carta de Joaquim José de Magalhães Coutinho, escrita no Rio de Janeiro para suas irmãs	1811
Transcrição da carta escrita por Mariana Carlota de Verna a D. Pedro I	1826
Livro Introdução ao Pequeno Catecismo Histórico	1830
Fotografia da chácara do Engenho Novo, onde morou a Condessa de Belmonte.	s.d.
Planta da chácara do Engenho Novo.	s.d.
Fotografia da ampliação da imagem da Condessa de Belmonte, do quadro Sagração de D. Pedro II, de François René Moureau.	s.d.
Cópia do desenho da Condessa de Belmonte, de autoria de Luiz Aleixo Boulanger, cujo original se encontra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	s.d.
Recorte da edição 9.617, do periódico O Globo.	1957
Livro de assentamentos de óbitos n. 3, fls. 52v, conforme declaração do pároco da Paróquia de São Francisco Xavier, Mons. Vital B. Cavalcanti	1965
Carta escrita pela paleógrafa Alice Estorminho de Lisboa, com transcrição de documentos do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, que descreve em que circunstâncias Ernesto Frederico de Verna faleceu em combate, de documentos relacionados aos pais de Mariana Carlota de Verna e à cidade de Elvas, nos anos de Setecentos.	1965
Transcrição da Certidão do Testamento- fls. 1/4v de Mariana Carlota de Verna, de 17 de outubro de 1850.	1967

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

Vale ressaltar a relevância de conhecer e convencer o descendente da Condessa de Belmonte a autorizar o manuseio do seu arquivo pessoal, que difere dos arquivos das

instituições de guarda de documentos por conta da singularidade, na condição de como as fontes são preservadas.

Os arquivos pessoais, todavia, em geral trazem a marca de um processo de acumulação pautado por subjetividades individuais, expressas na seleção dos documentos a serem preservados, bem como em sucessivas avaliações, descartes e ordenamentos a que os conjuntos podem ser submetidos (HEYMANN, 2012, p. 179).

O encontro com o descendente aconteceu após um contato prévio para agendamento de uma visita ao seu ateliê. Além disso, através de e-mail, expliquei o motivo do meu interesse em elaborar um projeto de pesquisa visando concorrer a uma vaga no curso de doutorado em educação, especificamente na linha *Instituições, Práticas Educativas e História*. Recebi prontamente uma resposta positiva de Luciano, marcando uma visita para conhecê-lo e ter o primeiro contato com seu arquivo pessoal.

Na visita, que aconteceu no mesmo mês, obtive a autorização e o acesso à parte de seu arquivo pessoal, pois ele está dividido entre as cidades de Petrópolis e do Rio de Janeiro. Após ingressar no doutorado, marcamos outras visitas para que eu pudesse me debruçar nos documentos, buscando mais informações sobre a Condessa de Belmonte.

Um dos documentos que merece destaque é o original do livro *Pequeno Catecismo Histórico*, confeccionado por Mariana Carlota de Verna e dado de presente a D. Pedro II, que serviu como base para o estudo dos dogmas da religião cristã, que eram tidos como essenciais para a formação de valores morais e virtudes desejáveis a um imperador. O livro dava ênfase à piedade, justiça e caridade como pontos principais na criação de um bom homem e, portanto, de um bom rei.

Em toda a Europa, sobretudo a partir da Baixa Idade Média, surgiu um tipo especial de literatura destinada à educação de reis, príncipes, nobres, fidalgos, cavaleiros e senhores. Apesar de não demonstrarem uma uniformidade, há, porém, nessa literatura, aspectos unificadores, pois quase todas apresentam, como uma meta pedagógica a atingir, um retrato do governante ideal e todas estão centradas em torno de problemas éticos, dirigindo-se, principalmente, à formação moral e religiosa do “príncipe” (VASCONCELOS, 2006, p. 71).

Cabe ressaltar que Mariana Carlota de Verna não criou um catecismo da sua imaginação, a partir de suas convicções religiosas, ela reescreveu um livro baseando-se em outros catecismos existentes e conforme a doutrina da Igreja Católica (doutrina cristã). Porém, ela o organizou da maneira que julgou adequada para a educação de D. Pedro II, fazendo suas adaptações e tornando-o personalizado para o futuro imperador.

O *Pequeno Catecismo Histórico*, que será analisado detalhadamente ao longo deste estudo, versava, notadamente, sobre diferentes histórias bíblicas. A obra é dividida em duas partes: a primeira, com trinta lições, aborda desde a criação do mundo até a liberdade da

igreja e fundação dos religiosos, e a segunda parte, igualmente com trinta lições, contém um “compêndio em abreviatura” da doutrina cristã.

Além da análise detalhada do *Pequeno Catecismo Histórico*, outro catecismo será abordado, visando a um maior entendimento do papel da doutrina cristã na educação da época, o *Compêndio histórico da Doutrina Cristã*, de 1787, do padre José Caetano de Mesquita, que pertencia à Real Biblioteca de Lisboa²⁸.

Apesar do número relevante de publicações que citam a condessa, e de sua importante contribuição na educação do imperador, foram encontradas apenas duas imagens dessa mulher. Manoel Ignacio Cavalcanti de Albuquerque²⁹, ao longo de uma pesquisa sobre sua ascendência, identificou a imagem de uma cerimônia em que a condessa não poderia deixar de estar presente: a Sagração de D. Pedro II, ocorrida em 1841 (Figura 3).

Figura 3 – Quadro *Sagração de D. Pedro II*³⁰



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

²⁸ Livro pertencente à Real Biblioteca Portuguesa, que foi em parte transferida para o Brasil após a vinda da Família Real em 1808. Sobre o assunto ver: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/139-biblioteca-real>. Acesso em 04 set 2020.

²⁹ Manoel Ignacio Cavalcanti de Albuquerque (1902-1983), historiador, trineto da Condessa de Belmonte e tio de Luciano Cavalcanti de Albuquerque, pretendia escrever sobre a Condessa. Iniciou uma pesquisa sobre sua ascendência, mas não foi totalmente concluída.

³⁰ “Sagração de S.M.I. Dom Pedro II”, de François René Moureau, pintor francês especializado em retratos, gênero de pintura que é tido como precursor da fotografia, por descrever as pessoas com uma riqueza de detalhes, permitindo, assim, conhecer as fisionomias de personalidades históricas.

De acordo com Peter Burke (2004), o significado de uma imagem deve levar em consideração todo o contexto em que está inserido. Dessa forma, pode-se ter clareza da importância da Condessa de Belmonte, visto que se encontrava ao lado da família imperial, em ocasião de importância única, para aquele momento singular. Estava na tribuna imperial, ao lado das princesas D. Francisca e D. Januária e de Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias³¹.

[...] o significado das imagens depende do seu “contexto social”. [...] incluindo aí o “contexto” geral, cultural e político, bem como as circunstâncias exatas nas quais a imagem foi encomendada e também seu contexto material, em outras palavras, o lugar físico onde se pretendia originalmente exibi-la. Nesta visão resumida de enfoques mais ou menos novos para a imagem, há um lugar para a história social e cultural (BURKE, 2004, p. 225).

É oportuno acrescentar que foi graças ao quadro em questão que Manoel Ignacio Cavalcanti de Albuquerque, trineto da Condessa de Belmonte, pôde fazer uma ampliação da imagem de sua ascendente. A descoberta foi noticiada no periódico *O Globo*³², de 1957 (Figura 4).

Figura 4 – Recorte da edição 9.617, de 10 de setembro de 1957, do periódico O Globo



Fonte: Arquivo Pessoal de Luciano Cavalcanti de Albuquerque (LCA).

³¹ Descrição do quadro Sagração e coroação de D. Pedro II. Disponível em: <http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/10239>. Acesso em: 05 nov. 2020.

³² *O Globo* foi fundado pelo jornalista Irineu Marinho em 29 de julho de 1925, com a proposta inicial de criar uma publicação que se identificasse com o Rio de Janeiro. Com menos de um mês da fundação o jornalista Eurycles de Matos assumiu o comando do periódico por conta do falecimento do fundador, e alguns anos depois o herdeiro Roberto Marinho assumiu o controle efetivo do *O Globo*, que ainda continua em circulação. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-eacute-lancedilado-9196292>. Acesso em 18 dez. 2020.

Em uma das visitas ao ateliê do descendente Luciano Cavalcanti de Albuquerque, no Rio de Janeiro, foi possível fotografar um quadro, que ele mantém fixado na parede do seu estabelecimento há décadas, com a referida ampliação (Figura 5).

Figura 5 – Fotografia da ampliação da imagem da Condessa de Belmonte



Fonte: Arquivo Pessoal de Luciano Cavalcanti de Albuquerque.

Além disso, foi possível encontrar em seu arquivo pessoal informações que levaram a localizar um desenho da Condessa de Belmonte, feito por Luiz Aleixo Boulanger, cujo original se encontra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Figura 6).

Acredita-se que o desenho seja um retrato fidedigno de Mariana Carlota de Verna, visto que Luiz Aleixo Boulanger esteve em sua convivência pelo menos durante o período em que lecionou para D. Pedro II. Além disso, por tratar-se de desenho de uma figura humana, todos os aspectos são considerados e detalhados, como os contornos, feições, vestimenta e sentimentos (KONELL; ODORIZZI; KREISCH, 2016). Percebe-se que Mariana Carlota de Verna, quando foi desenhada, se encontrava com uma roupa usada no cotidiano e em seus cabelos não havia nenhum adorno usado em ocasiões formais. Também é possível identificar um semblante de serenidade e respeito.

Figura 6 – Desenho da Condessa de Belmonte



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Assim é, sobretudo, para recompor silêncios sobre essa mulher da imagem retratada acima, Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, a Condessa de Belmonte, que esta tese se propõe em seus diferentes capítulos.

Dessa forma, cabe, agora, descrever a estrutura deste estudo. O Capítulo 1 aborda a vinda da Condessa de Belmonte para o Brasil, junto com a sua família, a serviço da família real, sua vida na corte e o convite para ser aia de D. Pedro II, além de apresentar a referência

nos periódicos sobre essa aristocrata e o seu papel na corte, a fim de localizar, de antemão, o leitor sobre a importância que ela teve no contexto brasileiro do primeiro reinado.

O Capítulo 2 discute a educação de D. Pedro II no período da Regência e o cotidiano dos palácios onde ele morava. Sendo assim, descreve sua rotina com os dois tutores, José Bonifácio e o Marquês de Itanhaém, e cita seus mestres, além do contexto político em que se inserem os acontecimentos narrados, incluindo aqueles em que a preceptora do jovem monarca, Mariana Carlota de Verna, teve participação.

O Capítulo 3 inicia-se com uma reflexão sobre o uso dos catecismos na educação de jovens nobres e a educação católica naquela época. Traz o histórico e utiliza como exemplo o catecismo escrito pelo padre José Caetano de Mesquita, baseado nos ensinamentos de Santo Agostinho, que foi trazido para o Brasil pela família real. A partir desse catecismo faz-se uma análise do livro intitulado *Pequeno Catecismo Histórico*, escrito pela Condessa de Belmonte para compor a educação de D. Pedro II.

Para finalizar, foram apresentadas as considerações que este estudo permitiu alcançar e os anexos relevantes para a pesquisa, além de identificar algumas demandas consideradas importantes para investigações posteriores.

1 DE DAMA DA CORTE, PRECEPTORA, A CONDESSA DE BELMONTE

Apresenta-se neste capítulo um pouco da trajetória de vida da Condessa de Belmonte, que engloba suas origens, nascimento, batizado, casamento e a constituição da sua família, até receber o convite de D. Pedro I para ser aia³³ do seu filho, Pedro de Alcântara, que posteriormente se tornou imperador do Brasil. Além disso, faz-se uma análise dos periódicos de circulação, no período proposto pelo estudo, visando verificar a importância dessa mulher na corte.

Grande parte dos documentos analisados para esta pesquisa foi adquirida por Manoel Ignacio Cavalcanti de Albuquerque, trineto da referida condessa, na Biblioteca Nacional de Elvas, Portugal. Esses documentos, atualmente, fazem parte do Arquivo Pessoal de Luciano Cavalcanti de Albuquerque, também descendente da Condessa de Belmonte.

Um arquivo pessoal pode ser formado por uma variedade de documentos, como cartas, diários, poesias, recortes de jornais, fotografias e cartões, entre outros. A partir desse conjunto documental é possível conhecer os indivíduos em suas histórias de vida, suas memórias e experiências, assim como:

[...] dimensionar o empreendimento de seus autores, que, ao valorizarem certos acontecimentos e experiências, assinalaram não apenas seu desejo de imortalidade como também de preservar ações e feitos, seus próprios e de seus contemporâneos, evitando tanto seu apagamento e esquecendo como remetendo para o futuro a compreensão e julgamento dos enredos dos quais foram partícipes. Além de protelar a morte, uma vez que os documentos podem sobreviver aos seus próprios proprietários, esses acervos pessoais acolhem com deleite o historiador, oferecendo uma espécie de certificado de presença, testemunhando e autenticando o vivido (CUNHA, 2019, p. 28-29).

Além disso, outras informações foram obtidas na obra de Henri Raffard, *Apontamentos acerca de pessoas e cousas do Brasil* (1899), a partir de relatos da neta da condessa, Francisca Carolina de Verna Magalhães Fonseca Monteiro de Barros³⁴.

Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho³⁵, filha do capitão Ernesto Frederico de Verna³⁶ e de Joaquina Rosa de Souza Almeida Castello Branco³⁷, nasceu em 05 de fevereiro de 1779, na cidade de Elvas, antiga província do Alentejo³⁸, em Portugal.

³³ Quando uma aia era contratada, passava a ser “responsável pela educação de todas as crianças nobres daquela casa, meninos ou meninas, que por vezes recebiam lições conjuntas. No Brasil, as nomenclaturas normalmente encontradas para designar aqueles que se dedicavam à educação doméstica eram as de mestre ou professor” (VASCONCELOS, 2005, p. 54-55).

³⁴ Francisca Carolina de Verna Magalhães (1845-1919) era filha de Maria Antonia de Verna Magalhães e Luis Carlos da Fonseca. Casou-se com Eugênio Augusto de Miranda Monteiro de Barros. Disponível em: <http://pagfam.geneall.net/2762/costados.php?id=1073771>. Acesso em: 04 set 2020.

³⁵ A grafia do nome Mariana também aparece em alguns documentos com dois “n”, assim como o sobrenome Verna aparece com “w”.

No pequeno Largo da Vila, silencioso e austero – o “Adro do Salvador”, como então era conhecido -, estava situada a casa de seus pais, onde vem ao mundo. Com escassos habitantes, quase deserto, nele reinavam a ordem, o recolhimento, a simplicidade³⁹.

Ao fundo da vila ficava a igreja de Salvador, onde a então menina foi batizada aos dez dias de vida por seu tio, o cônego vigário da Santa Fé de Elvas e vigário-geral do bispado, Pedro Antonio de Souza Almeida Castellobranco, tendo como padrinhos o ilustre cavalheiro, o general José Joaquim de Mello e Lacerda⁴⁰, e Anna Vicencia de Souza Almeida Castellobranco, representada por seu irmão José Antonio de Souza Almeida Castellobranco, ambos tios da batizada (Livro de Baptizados do anno de 1776 a 1782 da Freg^a de S. Salvador de Elvas, folhas 72v e 73 e 73v).

Apesar da simplicidade, a família de Mariana Carlota de Verna ocupava uma posição de destaque na localidade e na diocese. Seu pai, segundo documentos do Arquivo Histórico Militar de Lisboa⁴¹, foi um militar que se distinguiu por seus feitos. Ingressou nas Forças Armadas aos 25 anos, comandou o 1º Regimento de Olivença e o 1º Regimento do Porto, onde lutou bravamente nas Guerras do Roussillon⁴² e Catalunha⁴³, e faleceu em combate em 1795, deixando quatro filhos, Maria Ernestina de Verna, Ana Frederica de Verna, Mariana Carlota de Verna e José Frederico de Verna. Não foram encontrados registros com a data do falecimento de Joaquina, mãe de Mariana Carlota de Verna, conforme informação que consta em carta escrita por Alice Estorminho, de Lisboa, em 03 de julho de 1965 (ARQUIVO PESSOAL DE LCA).

³⁶ Alemão, natural da cidade de Kassel (até 1926 era oficialmente Cassel), no estado de Hesse, capitão de Granadeiros do primeiro Regimento. Antes de ser admitido no exército de Portugal chamava-se Ernest Friedrich Von Verna (ARQUIVO PESSOAL DE LCA).

³⁷ Portuguesa, natural da Villa de Extremos, arcebispado de Évora (ARQUIVO PESSOAL DE LCA).

³⁸ Alentejo é uma região do centro-sul de Portugal, com uma área de aproximadamente 31 mil Km² e 270 mil habitantes que, em 1801, se dividia em dez comarcas, entre elas, Elvas, cidade natal de Mariana Carlota de Verna. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/alentejo-populacao-e-economia-em-finais-de-setecentos>. Acesso em: 31 jul. 2020.

³⁹ Transcrição do trecho do Livro de Baptizados do anno de 1776 a 1782 da freguesia de S. Salvador de Elvas, folhas 72v, 73 e 73v., que pertence ao Arquivo Pessoal de LCA.

⁴⁰ Coronel-comandante do 1º Regimento de Infantaria de Elvas. Transcrição do trecho do Livro de Baptizados do anno de 1776 a 1782 da freguesia de S. Salvador de Elvas, folha 23, que pertence ao Arquivo Pessoal de LCA.

⁴¹ O Arquivo Histórico Militar é uma instituição de guarda de documentos de valor histórico relativos ao exército, criado em 1911, onde foram reunidos arquivos militares que remontam desde 1600. Disponível em: <https://arqhist.exercito.pt/>. Acesso em: 04 ago. 2020.

⁴² Com a morte de Luís XVI, durante a revolução francesa, algumas potências europeias se uniram contra a França. Portugal foi combater as tropas francesas ao lado dos exércitos da Espanha no conflito que ficou conhecido como Guerra de Roussillon, que aconteceu de 1793 até o final de 1794. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1421>. Acesso em 04 ago. 2020.

⁴³ A Guerra da Catalunha foi o conflito que ocorreu naquela região, em 1794, onde os franceses ganharam das tropas aliadas, resultando em muitos portugueses mortos e feridos. A batalha fez parte da guerra entre as potências ibéricas contra a França revolucionária, que teve fim com o tratado de paz de junho de 1795. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1421>. Acesso em: 04 ago. 2020.

Em 21 de setembro de 1796, data-se o registro de casamento⁴⁴ de Joaquim José de Magalhães Coutinho e Mariana Carlota de Verna, na Paróquia de Nossa Senhora da Lapa, na cidade de Lisboa. Na ocasião, a futura condessa já se encontrava órfã e com 17 anos.

O casal teve três filhos: Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho, nascido em 8 de maio de 1799, na cidade de Lisboa; Maria Antonia de Verna Magalhães Coutinho, nascida em 26 de dezembro de 1806, também em Lisboa; e Leopoldina Isabel de Verna Magalhães Coutinho, nascida em 22 de janeiro de 1817, na cidade do Rio de Janeiro.

Acredita-se que a escolha do nome da filha caçula de Mariana Carlota de Verna deu-se em homenagem à imperatriz Leopoldina, pois a data do tratado de seu casamento com D. Pedro I, em 28 de novembro de 1816 (REZZUTTI, 2017b), assim como da divulgação nos periódicos da época, foi bem próxima ao nascimento da filha da condessa (IDADE D'OURO DO BRAZIL (BA), 1816, ed. 103; GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 1817, ed. 00022).

Para uma melhor compreensão da trajetória de Mariana Carlota de Verna e das circunstâncias que a levaram a se tornar a preceptora de D. Pedro II, faz-se necessário voltar um pouco no tempo e relatar o contexto histórico que ocasionou a vinda da família real e, conseqüentemente, uma mudança nos rumos da monarquia portuguesa e do Brasil.

1.1 A transferência da família real portuguesa para o Brasil

Para entender os motivos que levaram a família imperial a sair de Portugal rumo ao Brasil, foi necessário voltar um pouco na história para abordar um trecho da revolução francesa que desencadeou na ascensão de Napoleão Bonaparte.

Após a Proclamação da República Francesa, em 21 de setembro de 1792, e o rei Luiz XVI e a rainha Maria Antonieta serem executados na guilhotina, os jacobinos⁴⁵ ganharam as eleições e obtiveram maioria na Convenção Nacional. Começava-se um governo popular que instituiu impostos para os mais ricos, abriu escolas, fixou preços de produtos e aboliu a escravidão nas colônias francesas. Contudo, em julho de 1794 esse governo foi derrubado pelos girondinos⁴⁶, e algumas das medidas anteriores foram canceladas.

⁴⁴ Fls. 124 do Livro 3 de registros de casamento da Freguesia da Lapa, conselho e distrito de Lisboa, incorporado ao Arquivo dos Registros Paroquiais (ARQUIVO PESSOAL DE LCA).

⁴⁵ Os jacobinos eram liderados pela pequena burguesia rural e urbana e apoiados pelas massas populares de Paris. Lutavam por aumento dos direitos do povo e por maior igualdade social. Eram assim chamados porque se reuniam no convento de Saint Jacques (COGGIOLA, 2013).

⁴⁶ Os girondinos pertenciam à grande burguesia, eram políticos moderados a conservadores que procuravam negociar com a monarquia. O nome provinha do fato de seu líder e de outros membros pertencerem a uma região que acabou virando o departamento de Gironda (maior departamento metropolitano francês da época) (COGGIOLA, 2013).

Durante esse período, além da tensão de guerra e da dificuldade financeira, o governo, na tentativa de conter novos ataques, resolveu pedir ajuda ao Exército, e, em 1795, o jovem Napoleão Bonaparte⁴⁷ foi escolhido para organizar a defesa interna do país.

Napoleão acabou se tornando uma importante força política na França e, conforme o seu prestígio crescia, em 1799 foi chamado para fazer parte do governo (Diretório). Em 09 de novembro do mesmo ano deu um golpe conhecido como 18 Brumário⁴⁸ em que acabou com o Parlamento e iniciou o seu governo. Em 1804 tornou-se imperador da França⁴⁹.

Após a Revolução Francesa, começou uma longa luta entre a França e os países absolutistas. Com o domínio de Napoleão e sua habilidade tática, a luta foi ainda mais acirrada e a Europa tornou-se uma fileira de campos de batalha sem precedentes (WILCKEN, 2005).

Em 1805, Inglaterra, Prússia, Áustria e Rússia uniram-se contra a França. Mas Napoleão conseguiu vencer todos, menos a Inglaterra, que era uma superpotência com muito prestígio e uma marinha poderosa. Em contrapartida, Napoleão decretou o bloqueio continental, fechando o continente europeu à Inglaterra.

Em meio a tudo isso, Portugal tentou se manter neutro, pois de um lado se encontrava a Inglaterra, sua velha aliada comercial, e do outro a França, com seu gênio guerreiro e político, Napoleão, alargando suas fronteiras.

[...] O ideal para um temperamento como o do príncipe regente seria a neutralidade. Ficar neutro – que delícia! Mas a neutralidade não cabe no surrão dos débeis. Neutro, ou melhor, fora da peleja das armas manteve-se enquanto houve margem para tergiversações e subterfúgios. Aproximava-se a hora, porém, em que seria forçoso optar (SOUSA, 1972, p. 17).

Alguns acontecimentos denotam a histórica adesão política de Portugal à Inglaterra, como, por exemplo, o posicionamento contrário à França, em 1793, quando aderiu ao Tratado de Londres⁵⁰, mandando navios para compor a esquadra britânica e também uma divisão do

⁴⁷ Nasceu com nome de Napoleone Buonaparte, em 15 de agosto de 1769, na Ilha de Córsega, quando a região já pertencia à França. Estudou em escolas para nobres franceses, completando seus estudos na Escola Militar de Paris, em 1785, com 16 anos, como o único tenente de artilharia corso. Era um jovem dedicado, tinha muito interesse em astronomia, matemática e geografia, além de artilharia prática (ENGLUND, 2011).

⁴⁸ 18 de brumário do ano IV – Calendário revolucionário francês. Corresponde à data de 09 de novembro de 1799 no calendário normal. Representou o fim da Revolução Francesa e o início da Era Napoleônica.

⁴⁹ A sagração, segundo a tradição francesa, consistia na cerimônia em que era dada ao rei a unção da igreja, considerada mais importante que propriamente a coroa, que também era dada na mesma ocasião. Napoleão não atribuía o significado espiritual à cerimônia, que aconteceu em 02 de dezembro de 1804, quando o próprio Napoleão se coroou imperador no altar da Catedral de Notre Dame, tendo o Papa Pio VII apenas olhado (ENGLUND, 2011).

⁵⁰ Tratado assinado em 26 de setembro de 1793 entre Portugal e Inglaterra, de auxílio mútuo contra a França. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1421>. Acesso em: 04 ago. 2020.

Exército; e a perda de Olivença para a Espanha⁵¹, com a ajuda da França, em 1801 (SOUSA, 1972).

Em 1807, a situação chegou a um ponto crítico, e como Portugal não queria aderir ao bloqueio por sua economia estar subordinada à Inglaterra, Napoleão enviou uma carta intimidativa para D. João:

[...] em que propunha a êste o dilema: escolher entre o continente e a Inglaterra, com tôdas as garantias no primeiro caso, correndo todos os riscos no segundo. [...] Mas aproximava-se o fim da enervante dúvida, da ansiosa expectativa. Napoleão já se fixara no tocante a Portugal: pelo Tratado de Fontainebleau, a 27 de outubro, partira e demarcara o reino luso, como se fôsse terra de ninguém, despôjo prévio de ulterior conquista (SOUSA, 1972, p. 21).

Com a iminência de invasão a Portugal, cogitou-se a retirada do príncipe D. Pedro e suas irmãs para o Brasil. Muito se discutiu a respeito e, como o país não tinha a menor chance de resistir ao exército napoleônico, a alternativa foi a transferência de toda a família real para o Brasil, sob a proteção da parceira comercial Inglaterra (WILCKEN, 2005).

Decidiu-se que, se obrigada a isso, a frota partiria levando não apenas a família real, mas também a corte e o governo, seus funcionários e o aparato de Estado – em suma, toda a elite portuguesa – para a cidade colonial do Rio de Janeiro. Lá chegando, a corte e o governo se reinstalariam e continuariam a governar dos trópicos (WILCKEN, 2005, p.29).

Seguiram-se os preparativos para a viagem de D. João. Os navios da esquadra foram reparados para levar a família real e toda a corte, além de tudo que fosse de valor econômico ou histórico e que pudessem transportar, incluindo uma biblioteca inteira⁵². Apesar de uma certa antecedência e planejamento, segundo Sousa (1972, p. 29), nos três dias que antecederam a saída o clima era de “salve-se quem puder”, pois nem tudo tinha sido organizado e ainda havia a necessidade de manter a viagem em segredo, aumentando o nervosismo que precede uma mudança tão drástica.

No dia 29 de novembro de 1807 partiram os fidalgos, os privilegiados e todos os que estavam ligados à corte e ao governo. O rei deixava pra trás o povo, à sorte dos franceses. No entanto, quando estes chegaram a Portugal não passavam de “tropas mal preparadas, mal municadas, com uma artilharia reduzida a seis bôcas-de-fogo, com soldados descalços e molhados pela chuva que fazia transbordar os rios e tornava os caminhos intransitáveis”

⁵¹ Em 27 de fevereiro 1801, em meio às guerras napoleônicas, Portugal foi invadido por 60 mil homens das forças espanholas, numa guerra conhecida como Guerra das Laranjas, que ocuparam grande parte do Alto Alentejo e conquistaram a cidade de Olivença. Portugal, incapaz de defender o seu território, assinou em 6 de junho do mesmo ano o tratado de paz em que se concedia definitivamente o território de Olivença à Espanha (SVOBODOVÁ, 2016).

⁵² A biblioteca que veio com a família real portuguesa faz parte do acervo da Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro.

(SOUSA, 1972, p.33). Diante desse Exército, mesmo sem o rei, os portugueses, junto aos ingleses, conseguiram expulsar os homens de Napoleão das terras lusitanas.

A frota portuguesa (Quadro 6), composta por dezesseis embarcações, incluindo oito naus⁵³, deixou Portugal em direção à costa brasileira, com a família real dividida nas embarcações. A nau *Príncipe Real* transportou D. João VI, sua mãe, a Rainha Maria I, o príncipe D. Pedro, os infantes D. Miguel e D. Pedro Carlos (sobrinho e futuro genro de D. João VI) e vários médicos e outros empregados do rei. Há relatos de que a tripulação dessa nau era de 1.600 pessoas. D. Carlota Joaquina e quatro filhas foram a bordo do *Afonso de Albuquerque*, e todos os demais se dividiram entre as outras embarcações (SOUSA, 1972).

Quadro 6 – Relação da frota portuguesa que partiu no dia 29 de novembro de 1807 do rio Tejo

Nome	Tipo de embarcação
1 - Príncipe Real	Nau
2 - Rainha de Portugal	Nau
3 - Conde D. Henrique	Nau
4 - Medusa	Nau
5 - Afonso de Albuquerque	Nau
6 - D. João de Castro	Nau
7 - Príncipe do Brasil	Nau
8 - Martim de Freitas	Nau
9 - Minerva	Fragata ⁵⁴
10 - Golfinho	Fragata
11 - Urânia	Fragata
12 - Charrua Princesa S. S.	Fragata
13 - Voador	Brigue ⁵⁵
14 - Vingança	Brigue
15 - Gaivota	Brigue
16 - Curiosa	Escuna ⁵⁶

Fonte: Quadro adaptado pela pesquisadora do original de GRAHAM (1990, p. 68-69).

É interessante notar que, embora dispusessem de dezesseis embarcações, todos os herdeiros da família real estavam na mesma nau, o que consistia em sério risco, porque uma vez que esta afundasse, não haveria nenhum herdeiro varão ou de linhagem direta para assumir o trono.

Se o Príncipe Real tivesse ido a pique nas tormentas que aguardavam a frota, a monarquia portuguesa, tão recentemente salva da destruição certa nas mãos dos franceses, teria encontrado seu fim nas águas do Atlântico Norte (WILCKEN, 2005, p.45-46).

⁵³ Antiga embarcação à vela, de alto bordo, com três mastros e numerosas bocas de fogo.

⁵⁴ Navio de três mastros de marinha de guerra.

⁵⁵ Embarcação de dois mastros, com velas circulares ou quadrangulares, sendo o maior deles inclinado para a popa.

⁵⁶ Embarcação pequena com um ou mais mastros.

A travessia, como já era de se esperar, foi longa, com quase dois meses no mar, e cheia de percalços: mares revoltos, avarias nos navios, superlotação e péssimas condições de viagem.

A escassez começou a se agravar com o decorrer das semanas. Caixotes de roupas de cama e mesa tinham sido deixados em Lisboa, e a maioria das mulheres fez a travessia do Atlântico com a roupa do corpo. [...] No Alfonso de Albuquerque, os sofrimentos foram agravados por uma infestação de piolhos que se espalhou pelos conveses abarrotados. Os nobres lançaram suas perucas infestadas ao mar e as mulheres, de dona Carlota para baixo, fizeram fila para raspar a cabeça (WILCKEN, 2005, p. 51).

Segundo relato de Lord Strangford⁵⁷ descrito por Sousa (1972), a situação em que o príncipe regente se encontrava era de desconforto e de toda a sorte de dificuldades. A esquadra inglesa precisou prover os navios com itens básicos. Faltava até comida e água. Muitos mantimentos não haviam sido embarcados no porto de Portugal, e por isso a assistência britânica foi constante durante toda a viagem.

[...] ao oitavo dia de viagem já era corrupta e podre a água de nação, de maneira que se lançam fora os bichos para poder beber-se; tem-se lançado ao mar muitos barris de carne salgada podre. Enfim tudo aqui é uma desordem pela falta de providência em tudo [...] (SOUSA, 1972, p. 42).

O mau tempo fez com que a esquadra portuguesa se separasse e não chegasse ao seu destino ao mesmo tempo. As naus *Príncipe Real* e *Afonso de Albuquerque* aportaram primeiramente na Bahia; já a *Rainha de Portugal* e a *Conde D. Henrique* aportaram no Rio de Janeiro e ficaram à espera dos outros navios; a *Medusa* ancorou em Pernambuco e a *D. João de Castro*, na Paraíba (NORTON, 2008). Kenneth Light⁵⁸ refutou a versão de que os barcos se separaram devido ao mau tempo, após ter acesso aos arquivos da Marinha Britânica, onde estão guardados os diários de bordo dos navios que vieram de Portugal. Para o autor, a decisão de aportar na Bahia foi deliberada por D. João e não um problema meteorológico em alto mar.

A chegada quase inesperada na Bahia foi festejada pelos brasileiros, em um misto de curiosidade, orgulho e esperança de tempos melhores. Era a primeira vez que um monarca viajava para as Américas, e não era uma visita qualquer, mas a criação de um novo império (WILCKEN, 2005; SOUSA, 1972).

A entrada da esquadra real no porto de Salvador mudou o cotidiano da cidade. Além do número expressivo dos membros da comitiva, cerca de cem pessoas, a presença da família real era um acontecimento de grande magnitude para boa parte de seus habitantes (SOUSA, 2008, p. 29).

⁵⁷ Embaixador da Grã-Bretanha na corte portuguesa.

⁵⁸ Kenneth Light (1997). *A viagem da família real para o Brasil*. Tribuna de Petrópolis, nov. 1997.

Durante o período em que D. João esteve na Bahia, além dos compromissos sociais, foi tomada uma das decisões de maior alcance na estruturação do império português na América: a assinatura da carta régia de abertura dos portos ao comércio de todas as nações amigas, em 28 de janeiro de 1808, autorizando a importação de gêneros transportados por navios de países que estivessem em paz com a Coroa Portuguesa (SOUSA, 2008).

A parada em Salvador também acendeu o desejo de muitos comerciantes locais de que a cidade se tornasse a sede da corte. Em pedido feito ao príncipe enfatizava-se que a Bahia tinha sido a primeira terra povoada do Brasil e também a primeira a receber o monarca, porém, a escolha já havia sido feita: era a capital do Brasil, desde 1763, a cidade do Rio de Janeiro (SOUSA, 2008).

E foi para lá que a nau seguiu, em 26 de fevereiro de 1808, depois de cumpridos vários compromissos do príncipe na Bahia. Após dez dias de viagem, finalmente, em 07 de março de 1808, o príncipe regente chegava à capital do Rio de Janeiro. A nau que transportara duas das filhas de D. João e outros membros da família já estava na cidade desde 17 de janeiro, porém aguardava o príncipe regente para realizar o desembarque de todos conjuntamente (SOUSA, 1972; NORTON, 2008; MEIRELLES, 2015).

Assim como em Salvador, quando o príncipe regente chegou ao porto do Rio de Janeiro foi recebido com salvas, foguetes e sinos e se notava na população local uma euforia e aparente alegria e felicidade (MEIRELLES, 2015). Além disso, alguns pesquisadores citam que pode ter havido um certo desapontamento quando o povo viu a corte desembarcar, pois o príncipe regente era bem diferente da imagem altiva retratada nos quadros oficiais, era um homem gordo, atarracado e de passos lentos, devido a problemas de saúde.

Vista de perto, a família real mal conseguia ficar à altura das imagens idealizadas – as alegorias religiosas, os retratos e gravuras lisonjeiros – pelas quais era conhecida nas colônias. É bem possível que tenha havido desapontamento, ou até desânimo, à primeira visão de D. João, um homem baixo e corpulento, de cabeça grande e braços e pernas truncados (WILCKEN, 2005, p. 107).

A receptividade que os brasileiros demonstraram à chegada dos estrangeiros não foi recíproca. Toda a corte estava “mal-humorada, desgostosa, sem simpatia pela terra a que chegava, e que havia mais de três meses viajava em grande desconforto” (SOUSA, 1972, p. 47). Aliado a isso, a cidade era bem diferente de tudo o que estavam acostumados. A primeira visão que tiveram foi de um paraíso verde, cheio de montanhas de granito e águas calmas que abrigavam a cidade, porém logo se depararam com a precariedade da estrutura da capital (MEIRELLES, 2015).

De um lado, uma monarquia européia, envergando casacas de veludo, sapatos afivelados, meias de seda, perucas e galardões, roupas pesadas e escuras demais sob

o sol escaldante dos trópicos. De outro, uma cidade colonial e quase africana, com dois terços da população formada por negros, mestiços e mulatos, repleta de homens de grossa aventura: traficantes de escravos, tropeiros, negociantes de ouro e diamantes, marinheiros e mercadores das Índias (GOMES, 2007, p. 141).

A vida que se iniciava naquele lugar seria marcada pela simplicidade a que eram submetidos. Tiveram que se adaptar a uma realidade bem diferente do que estavam acostumados nas residências oficiais de Portugal, cheias de cerimônias e mordomias. A vida no Brasil, no início do século XIX, na corte carioca, parecia-se muito mais com um país africano, tendo em vista a paisagem, o clima e os habitantes, bem diferente de uma corte europeia.

Mariana Carlota de Verna, que posteriormente recebeu o título de Condessa de Belmonte, veio para o Brasil em 1808, juntamente com seu marido, Joaquim José de Magalhães Coutinho, e um casal de filhos, acompanhando a família real portuguesa, conforme fizeram muitos outros fidalgos. Não foram encontrados documentos que relatassem em qual embarcação a família Magalhães Coutinho viajou, somente que desembarcou no Rio de Janeiro no dia 07 de março de 1808 (NORTON, 2008; MEIRELLES, 2015).

1.2 A vida na corte nos primórdios dos Oitocentos

Segundo Heitor Lyra (1977), o casal Magalhães Coutinho viveu no Rio de Janeiro, “à sombra da larga e patriarcal generosidade de seu Soberano” (p. 9). No mesmo ano em que chegou ao Brasil, Magalhães Coutinho recebeu do príncipe regente, D. João VI, um terreno no atual bairro do Engenho Novo, onde construiu a chácara do Engenho Novo, endereço oficial da Condessa de Belmonte até o seu falecimento (RAFFARD, 1899). De acordo com Albuquerque (2020), Mariana Carlota de Verna também possuía uma casa na rua do Lavradio, no centro da cidade, para ficar mais próxima dos seus compromissos oficiais⁵⁹. Tomando como base dados atuais de geolocalização, a chácara ficava a cerca de 12 km do Paço da Cidade e a 6 km do Paço de São Cristóvão, contudo, deve-se levar em consideração que naquela época não havia a urbanização da atualidade e, sendo assim, as distâncias acabavam sendo maiores e mais difíceis de serem cumpridas.

Joaquim José de Magalhães Coutinho foi secretário da Fazenda Real (criada no Rio de Janeiro em 28 de junho de 1808), copeiro menor no cerimonial de sagração de D. Pedro I e guarda-roupa⁶⁰ do imperador, emprego de prestígio para um homem de poucos bens.

⁵⁹ Luciano Cavalcanti de Albuquerque publicou o artigo *Dadama do Imperador (A)*, em 2020, no site do Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: <http://ihp.org.br/?p=7036>. Acesso em 11 maio 2021.

⁶⁰ De acordo com escritos do conselheiro José Antônio da Silva Maia, publicado no Anuário do Museu Imperial de 1940, referente aos oficiais e criados menores que havia na Casa Real de Portugal e os da Casa Imperial

De acordo com alguns documentos presentes no Arquivo Pessoal de LCA, é possível inferir que a família tinha uma vida simples, com poucos recursos, conforme carta datada de 31 de outubro de 1811 e enviada pelo esposo de Mariana Carlota de Verna a suas irmãs em Lisboa, que relata a situação financeira de sua família no Brasil:

[...] Com a chegada tão desprovida dos manos e funestos acontecim^{tos} estou impenhado em mais de 500\$000. Sou casado tenho mulher e filhos a q' sou responsável, não posso, nem devo exceder dos gastos a que pertence o Casal e por conseq^a tudo o que compatível aos ditos deveres, eu puder fazer em utilidade das manas, farei com a boa vontade de. Irmão q.e sempre prestou e nada deteriorou. Joaquim⁶¹.

Na carta acima é possível perceber um pouco do que Cunha (2019) pontua sobre o estudo das cartas. Para a autora, por meio da leitura de cartas trocadas entre duas pessoas é possível encontrar diversas informações valiosas sobre elas e o contexto histórico que as cercam, incluindo afetividades, intimidades, relações sociais, culturais, sentidos atribuídos, hábitos e valores. Gomes (2004) complementa:

O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (p. 15).

Ainda a respeito dos ganhos da família, Mariana Carlota de Verna recebia da Tesouraria Geral das Tropas da Corte um soldo de seu pai falecido, o coronel Ernesto Frederico de Verna, que lhe foi concedido por D. João VI em 20 de janeiro de 1794. Essa quantia parece que deixou de ser paga por um período, levando-a a requerer ao órgão responsável a restituição dos valores:

[...] o requerimento de D. Marianna Carlota de Verna, em que pede a continuação do pagamento dos soldos, que recebia pela Thesouraria Geral das Tropas desta Côrte, suspenso por portaria de 5 de fevereiro, e 2 de abril do corrente anno [...] (RAFFARD, 1899, p. 139).

[...] Rio de Janeiro aos 25 de agosto de 1823 [...] (ibidem, p. 140).

[...] Resolução. – Como parece. Paço 28 de agosto de 1823. (ibidem, p. 141).

Nas citações acima, percebe-se que o casal, além de não dispor de muitos recursos, dependendo dos salários e soldos que recebia, tinha dívidas.

Apesar de conhecidos alguns dos cargos desempenhados por Joaquim José de Magalhães Coutinho na corte, não foram encontrados os períodos em que esteve em cada um deles. O único de que se tem relato foi o de guarda-roupa do imperador, recebido de D. Pedro

do Brasil, a definição de guarda-roupa era aquele que colaborava para vestir Sua Majestade e os príncipes e que, para isso, devia ter a seu cargo roupa do uso das pessoas da família imperial.

⁶¹ Transcrição da carta de Joaquim José de Magalhães Coutinho, escrita no Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1811, para suas irmãs, que pertence ao Arquivo Pessoal de LCA.

I somente em 1822. Porém, exerceu essa última função por oito meses apenas, pois logo veio a falecer (LYRA, 1977).

Sobre o episódio de seu falecimento, conta-se que a devoção dele ao imperador lhe abreviou os dias. Apesar de estar muito doente, fez questão de participar da missa celebrada pela saúde de D. Pedro I, que se encontrava com duas costelas quebradas devido a um acidente em que caiu do cavalo. Ao ajoelhar-se na igreja, foi acometido por um ataque fulminante e mortal.

Magalhães Coutinho, no seu fardão de grande gala, com toda a Côrte, apesar da chuva, seguiu a cavallo para a igreja do outeiro de N. S. da Gloria, onde se conservou um quadro commemorando o facto que motivou a Imperial promessa. Ao ajoelhar-se na igreja, por ocasião da elevação, Magalhães Coutinho cahiu fulminado por uma congestão cerebral, isto no dia 9 de agosto de 1823 (RAFFARD, 1899, p. 138).

Quando D. Pedro I foi informado do falecimento de seu dedicado funcionário tomou todas as providências para preparar a viúva, Mariana Carlota de Verna, para receber a triste notícia.

Mandou vir numa rêde, na qual fez transportar o finado para a sua casa de residencia, na rua atraz do Hospicio, hoje do Hospicio, e, querendo evitar que a viuva encontrasse o cadáver em caminho, proibiu o transito de todo vehículo, mas na rua da Lapa ella apeou-se da sua sege para fazer a pé o trajecto, visto a prohibição, que tal não tinha previsto; comtudo, cedendo às reiteradas instancias de varias pessoas suas conhecidas asseverando-lhe não ser a morte real e conveniente ir preparar confortavel leito para o doente, voltou na sua sege para a sua casa, onde não tardou a verificar a triste realidade (RAFFARD, 1899, p. 138).

Também se ocupou de entregar-lhe a quantia de um conto de réis para as despesas do luto e uma carta comunicando que estaria, daí por diante, amparada pelo imperador. Dessa forma, o monarca fez-se protetor de toda a família. Deu emprego a seu filho, Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho, na Secretaria do Conselho de Fazenda, empregou seus sobrinhos e fez da filha mais velha de Mariana Carlota de Verna, Maria Antonia de Verna Magalhães, aia da princesa Francisca⁶².

Percebe-se um espaço temporal de uma década, a partir de 1811, até Magalhães Coutinho reaparecer nos relatos históricos como guarda-roupa do imperador em 1822, o que talvez demonstre que durante esses dez anos, assim como D. João VI, ele viveu no Rio de Janeiro uma vida como a de toda a corte, sobrevivendo às pestes, aos mosquitos, ao calor e às condições ruins da cidade.

⁶² Francisca Carolina Joana Carlota Leopoldina Romana Xavier Paula Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga foi a sexta filha de D. Pedro I e da Imperatriz Leopoldina. Nasceu em 2 de agosto de 1824, e seu nome foi dado em homenagem à Comarca do Rio São Francisco. “Chica” era a forma carinhosa que era chamada pela família. Faleceu em Paris, França, em 27 de março de 1898 (REZZUTTI, 2015).

Segundo Gomes (2007), o Brasil, de um modo geral, na época em que se tornou sede da monarquia portuguesa, era um imenso território virgem e pouco povoado, dividido em capitânicas com certa autonomia e quase nenhuma comunicação com o mundo. Esse isolamento era proposital, já que Portugal queria manter sua colônia cheia de riquezas longe dos interesses de outros países. As principais regiões, do ponto de vista econômico, eram São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Apesar de essas províncias serem um pouco mais desenvolvidas, ainda não havia moeda corrente em nenhuma parte da colônia brasileira. Os negócios giravam à base do escambo.

Toda a colônia era povoada, à época, por aproximadamente 3 milhões de habitantes, pois, após a descoberta de ouro e diamantes, no final do século XVII, houve uma explosão demográfica, quando muitos portugueses se mudaram para o Brasil à procura de fortuna. Do total de pessoas, um terço era composto por escravos e quase outro por índios.

O Rio de Janeiro era a segunda província mais populosa, ficando atrás apenas de Minas Gerais. John Luccock⁶³ (1975) estimou aproximadamente 60 mil habitantes, divididos em umas 4 mil residências e distribuídos conforme o Quadro 7.

Com a chegada dos portugueses, essa quantidade subiu para aproximadamente 70 mil indivíduos.

Esse aumento populacional, as mudanças socioeconômicas na cidade e a abertura dos portos colocaram o Rio de Janeiro como o principal centro econômico do país, contando com um porto de localização privilegiada, onde praticamente todos os navios que saíam da Europa e dos Estados Unidos faziam parada antes de prosseguir viagem rumo à Ásia, à África e a outras terras (MEIRELLES, 2015).

Quadro 7 - Estimativa da composição da população do Rio de Janeiro com a chegada da família real em 1808

Dados
1.000 pessoas relacionadas com a corte de D. João
1.000 funcionários públicos
1.000 pessoas que residiam na cidade, mas tiravam seu sustento das terras vizinhas ou dos navios
700 padres
500 advogados
200 profissionais que praticavam a medicina
40 negociantes regulares
2.000 retalhistas
4.000 caixeiros, aprendizes e criados de lojas
1.250 mecânicos
100 taberneiros, “vulgarmente chamados de vendeiros”

⁶³ Comerciante de Yorkshire que desembarcou no Rio de Janeiro três meses após a chegada da família real portuguesa. Viveu no Brasil por dez anos e conheceu os estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia, por conta de seus negócios (GOMES, 2007).

Quadro 7 - Estimativa da composição da população do Rio de Janeiro com a chegada da família real em 1808

Dados
300 pescadores
1.000 soldados de linha
1.000 marinheiros do porto
1.000 negros forros (libertos)
1.2000 escravos
4.000 mulheres chefes de família
29.000 crianças

Fonte: LUCCOCK, 1975, p. 29.

Quando os navios atracavam, tinham à sua frente uma natureza exuberante e uma cidade pequena à margem da praia. A beleza foi relatada em cartas do Conde de Palmela⁶⁴ para sua esposa, e também por Leopoldina, conforme a citação abaixo:

O país é encantador, cheio de sítios deliciosos, montanhas elevadas, pradarias verdejantes, florestas com árvores as mais raras e magníficas, permeadas pelas mais lindas flores em que vemos adejar pássaros incomparáveis pela plumagem. É preciso dizer que a América portuguesa seria um paraíso terrestre não fosse o calor insuportável de 88 graus e os muitos mosquitos [...] (NORTON, 2008, p.111).

De perto a imagem era outra e os problemas eram muitos, desde a falta de infraestrutura até a pouca educação dos moradores. O centro da cidade contava com menos de cinquenta ruas onde se via animais como porcos, galinhas e cabras soltos e crianças nuas brincando. Também as ruas eram povoadas, essencialmente, por escravizados e ex-escravizados negros, mulatos e mestiços (WILCKEN, 2005).

As casas eram extremamente sujas e úmidas em seus interiores, as ruas eram sujas, estreitas e infestadas de ratos e não havia sistema de coleta de esgoto. A urina e as fezes eram recolhidas à noite e transportadas pela manhã, por escravos, para serem jogadas no mar (COARACY, 1955), atividade que perdurou no Rio de Janeiro até 1860. Essa é uma das tantas tristes histórias de submissão e humilhações absurdas que os negros foram sujeitos nos anos de escravidão. Os escravizados que eram escolhidos para realizar essa dura tarefa acabaram ficando conhecidos como “tigres”, devido às linhas brancas que marcavam suas costas graças as substâncias contidas no esgoto e que escorriam sobre suas peles.

A cidade, no início do século XIX, só apresentava algumas obras de benfeitorias, como o Aqueduto⁶⁵ e o Jardim do Passeio Público⁶⁶. Além disso, só havia cenas de descuido e

⁶⁴ Pedro de Sousa e Holstein nasceu na Itália em 8 de maio de 1781. Filho de diplomata, fixou residência em Portugal em 1795 e no ano seguinte ingressou no exército português. Trabalhou com o pai, tornando-se também diplomata em Roma, e retornou para Portugal em 1805. Era favorável à aproximação de Portugal com a Inglaterra, e por conta disso reintegrou-se às forças de defesa para lutar contra os franceses. Recebeu o título de conde em 1812, de marquês em 1825 e de Duque de Palmela em 1833. Morreu em 12 de outubro de 1850 em Lisboa. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/448-pedro-de-sousa-e-holstein-duque-de-palmela>. Acesso em: 06 ago. 2020.

sujeira. Ruas estreitas com valas abertas, igrejas ricas ao lado de casebres e, resumindo, péssimas condições de vida.

Devido ao clima tropical e quente, as pessoas usavam roupas leves e chinelos, e as mulheres tinham uma dieta à base de farinha de mandioca ou milho, carne seca, feijão, peixes, aves, verduras e legumes e frutas como laranja, banana, abacaxi e goiaba (LUCCOCK, 1975).

O calor e a falta de higiene geravam problemas de saúde que assolavam, inclusive, os nobres fidalgos e que, às vezes, eram fatais. Não havia médicos formados em universidades, em vez disso, barbeiros ou boticários praticavam uma medicina rudimentar: "Creio mesmo que anteriormente à vinda da Côrte não existia um único médico que tivesse sido regularmente educado nas escolas de medicina de Lisboa" (LUCCOCK, 1975, p. 70).

Apesar de muitos problemas relacionados com a higiene da cidade, quando se tratava da higiene pessoal o que se notava era o oposto. Chamava a atenção dos visitantes o fato de os brasileiros serem muito asseados, tomar vários banhos por dia e exibir roupas limpas. Até os mais pobres não saíam de casa sem antes se lavar. Os portugueses, no entanto, não eram muito adeptos dos banhos diários. Segundo relatos, não tomar banho chegava a ser uma honra entre os portugueses de classe alta (WILCKEN, 2005).

Um ponto que gerou muita polêmica e insatisfação na chegada dos nobres portugueses na cidade do Rio de Janeiro foi a escassez de acomodação para tantos acompanhantes da corte. A solução encontrada foi desastrosa e impopular: foram criadas as "aposentadorias", espécie de mandado de despejo sem nenhuma formalidade. Segundo a nova lei, a Coroa tinha o direito de confiscar as casas que desejassem e em suas portas escreviam as iniciais PR (Príncipe Regente), que acabaram ficando conhecidas como "Ponha-se na rua" (WILCKEN, 2005; MEIRELLES, 2015). Era preciso alojar todos que chegaram de Portugal e isso só seria possível desalojando muitos brasileiros.

Alguns ricos donos de terra cederam suas casas espontaneamente e sentiram-se lisonjados em poder proporcionar esse benefício aos recém-chegados. Contudo, alguns portugueses se aproveitaram dessas mordomias por muitos anos (SOUSA, 1972).

⁶⁵ O Aqueduto da Carioca, ou Arcos da Lapa, foi construído em 1723 visando resolver a falta de água da cidade do Rio de Janeiro, conduzindo a água do Morro do Desterro para o Morro de Santo Antônio, localizado em uma região central da cidade. A grandiosa construção arquitetônica possui 42 arcos, 17,8 metros de altura e 270 metros de extensão. No século XIX ele foi desativado e em 1846 passou a ser usado como viaduto de acesso dos bondes que iam para o bairro de Santa Tereza. Atualmente é considerado um dos principais cartões postais da cidade (SILVA, 2014).

⁶⁶ Primeiro parque ajardinado do Brasil, o Passeio Público do Rio de Janeiro foi criado em 1783, no Centro Histórico do Rio de Janeiro, mais precisamente entre a Cinelândia e a Lapa. Era um local de referência para encontros dos cariocas nos séculos XVIII e XIX. Foi construído por mestre Valentim da Fonseca e Silva, escultor, entalhador, arquiteto e urbanista, responsável pelas obras públicas da cidade naquela época. Disponível em: <http://www.passeiopublico.com/>. Acesso em: 20 jul.2020.

Provavelmente, a Condessa de Belmonte teve uma casa concedida por esse sistema, de tirar alguém para acomodar os que vieram com a família real para o Brasil, e depois, logo a seguir, foi para a chácara do Engenho Novo (Figura 7), onde viveu durante os anos que ficou no Brasil.

Figura 7 – Fotografia da chácara do Engenho Novo, onde morou a Condessa de Belmonte

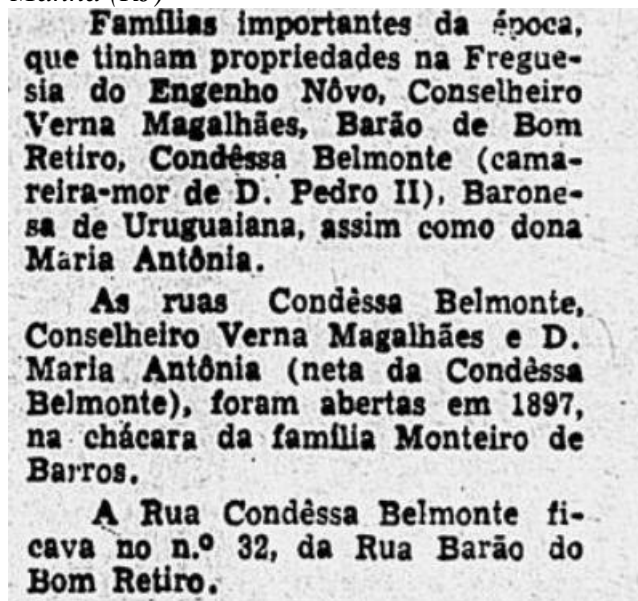


Fonte: Arquivo Pessoal de Luciano Cavalcanti de Albuquerque.

A chácara ficava na região onde está situado o atual bairro do Engenho Novo, que nasceu a partir da construção da capelinha de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo, em 1720, pelos jesuítas. Depois da expulsão dos jesuítas, as fazendas e engenhos foram divididos em confortáveis propriedades rurais que abrigaram famílias distintas da corte. Com a chegada da Estrada de Ferro Dom Pedro II, em 1858, começou a expansão do local, e as chácaras e sítios foram loteados dando origem às ruas que constituíram o futuro bairro (ALBERNAZ; MATTOSO, 2019).

Na Figura 8 é possível conhecer a planta da chácara do Engenho Novo anos depois da expansão do bairro.

Figura 9 – Recorte da edição 23.805, de 20 de novembro de 1970, do periódico *Correio da Manhã (RJ)*⁶⁷



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – BN.

Em relação à localização da chácara da Condessa de Belmonte, consta no Arquivo Pessoal de LCA uma foto da planta baixa com a informação de que se situava na rua Barão do Bom Retiro (antiga Estrada do Cabussú), número 32, no Engenho Novo, o que pôde ser confirmado com o trecho da notícia acima. Ainda consta no trecho do periódico a informação de que as ruas com os nomes da família Verna Magalhães foram instaladas na propriedade da família Monteiro de Barros, que, em parte, descendia dos Verna Magalhães, pois a neta da Condessa de Belmonte, D. Francisca Carolina de Verna Magalhães Fonseca, era casada com Eugênio Augusto de Miranda Monteiro de Barros⁶⁸.

Mariana Carlota de Verna, a partir do convite feito pelo imperador, passou a atuar como aia de D. Pedro II nos dois paços que eram habitados pela família imperial: o Paço de São Cristóvão e o Paço da Cidade.

O Paço da Cidade (Figura 10) foi construído em 1743 pelo Conde de Bobadela e foi chamado de Casa dos Governadores e depois de Casa dos Vice-reis. Por ocasião da chegada da família real, o Conde dos Arcos a adaptou para servir de residência daquela família. Passou então a se chamar Paço da Cidade. Além do paço, dois prédios vizinhos foram requisitados para acomodar a comitiva que acompanhava a família real (LACOMBE, 2007).

⁶⁷ Transcrição da Figura 9 - Famílias importantes da época, que tinham propriedades na Freguesia do Engenho Novo, Conselheiro Verna Magalhães, Barão de Bom Retiro, Condessa Belmonte (camareira-mor de D. Pedro II), Baronesa de Uruguaiana, assim como dona Maria Antônia. As ruas Condessa Belmonte, Conselheiro Verna Magalhães e D. Maria Antônia (neta da Condessa Belmonte), foram abertas em 1897, na chácara da família Monteiro de Barros. A Rua Condessa Belmonte ficava no nº 32, da Rua Barão do Bom Retiro.

⁶⁸ Disponível em: <http://pagfam.geneall.net/2762/costados.php?id=1073771> . Acesso em: 04 set 2020.

Figura 10 – Paço da Cidade no século XIX⁶⁹



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional.

Contudo, mesmo assim foi preciso que a rainha, D. Maria I, fosse para o antigo convento do Carmo, que ficava no outro lado da rua. Em uma parte do paço ficaram D. João com sua família, e a outra foi ocupada por repartições de ministérios.

Outras propriedades foram colocadas à disposição, como a Fazenda Real de Santa Cruz⁷⁰, desapropriada dos jesuítas, a Quinta dos Beneditinos, em Botafogo, onde ficou Carlota Joaquina, e o Paço de São Cristóvão (LACOMBE, 2007; SOUSA; PESSOA, 2018).

Mesmo depois que o Paço da Cidade deixou de ser a residência oficial de D. João, era um lugar onde se realizavam cerimônias religiosas e cívicas que movimentavam a corte. E dessa forma servia como um símbolo de ligação entre a família imperial e as pessoas da

⁶⁹ Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393016/icon393016_04.jpg . Acesso em: 17 nov. 2020.

⁷⁰ As terras da Fazenda de Santa Cruz foram doadas ao primeiro ouvidor do Rio de Janeiro em 1567, e após sua morte foram para os jesuítas, responsáveis pelo cultivo de produtos agrícolas e criação de gado. A fazenda fornecia gêneros alimentícios para o comércio local e o europeu e tinha olaria, ferraria, carpintaria, engenhos, casa de farinha etc. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, ela foi incorporada aos bens da Coroa, passando por um longo período de decadência, que foi agravado com o desmembramento das áreas dos engenhos de Itaguaí e Piaí. Em 1808, a administração da fazenda foi concedida ao viajante inglês John Mawe, que incentivou a imigração de espanhóis e chineses, e a construção da Real Fábrica de Tecidos Santo Agostinho em 1815. A fazenda também passou a ser a residência de verão da família real, e em 1822 ela foi incorporada aos bens pessoais de D. Pedro I. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/246-academia-da-fazenda-de-santa-cruz> . Acesso em: 14 ago. 2020.

cidade. Com o passar dos anos, o Paço da Cidade precisou de obras de restauração porque apresentava problemas estruturais e infestações de cupim (SOUSA; PESSOA, 2018).

D. Pedro II viveu no Paço da Cidade durante o tempo em que José Bonifácio esteve à frente de sua tutoria, de 1831 a 1833. Durante todo o seu reinado viveu no Paço de São Cristóvão, onde nasceu.

O Paço de São Cristóvão (Figura 11) havia sido parte de uma propriedade dos padres jesuítas arrematada em um leilão por Elias Lopes, que já almejava oferecê-la ao príncipe D. João, mesmo antes da chegada dele em 1808.

Figura 11 – Desenho do Paço de São Cristóvão feito por Maria Graham



Fonte: GRAHAM, 1990, p. 246B.

Era uma bela propriedade, mas não se parecia com um palácio e sim com uma casa de fazenda, com uma varanda em toda a sua extensão. Elias Lopes construiu outra casa no terreno vizinho, que lhe pertencia. Dessa forma, teria como vizinha a família imperial (LACOMBE, 2007).

O Paço de São Cristóvão só passou a ser a moradia principal de D. João e sua família em 1816, com a morte da rainha, D. Maria I. Até então ela servia como palácio de verão e era considerada uma bela casa de campo (LACOMBE, 2007). Ele foi o local que abrigou a família real por mais tempo, nos dois reinados, e sofreu inúmeras reformas ao longo dos anos, com a construção de novos cômodos e a modernização dos antigos, passando, com o tempo, a

se parecer mais com um palácio. “Das residências ocupadas pelos soberanos que reinavam no Brasil, nenhuma, na realidade – só mesmo por ficção –, merecia o nome de palácio” (LACOMBE, 2007, p. 11).

Segundo Sousa e Pessoa (2018), após o casamento de D. Pedro I, sua esposa, a princesa Leopoldina, escreveu para sua irmã contando sobre seus aposentos e enfatizando a magnífica vista da serra, do mar e de povoados.

Além do Paço da Cidade e do Paço de São Cristóvão, D. Pedro II passou um bom tempo na Fazenda do Córrego Seco, na colônia de Petrópolis, onde passava os verões com a família. Essa prática de itinerância da corte de acordo com as estações do ano era um hábito comum às famílias europeias (SOUZA; PESSOA, 2018).

1.3 O convite para ser aia de D. Pedro II

Para esclarecer o papel desenvolvido por uma aia de um filho da nobreza, recorre-se à obra de Vasconcelos (2005) acerca da educação doméstica no século XIX, que concluiu que osaios, aias, tutores, governantas, amos e amas também eram chamados de mestres, já que, além das tarefas com a criação, eram responsáveis por parte da instrução dos filhos dos nobres. Essa era uma prática marcadamente desenvolvida pela elite, que valorizava o conhecimento como uma forma de preparar aqueles que estavam destinados a governar uma nação.

Ao aio de um príncipe era confiada a sua tutela, o governo, a criação, a educação e a instrução; lembrando-lhe sempre de que seu discípulo, um dia, havia de reger os destinos de uma Nação. O aio acompanhava seu discípulo cerrando e abrindo as portas, despindo-o e vestindo-o, comendo com ele na mesma mesa, acompanhando-o nas jornadas ou passeios, assistindo, a seu lado, aos atos religiosos, estando junto com ele o tempo todo e em todos os lugares, nunca o perdia de vista, regulando todas as ações e os costumes de sua vida, tinha superintendência e voto na eleição de todos os Mestres que iriam participar de sua educação, estipulava todas as obrigações e deveres, bem como marcava as horas para as lições e estudos, atuava como se fosse pai, considerando-se que os verdadeiros estavam constantemente ocupados, preenchia todos os afazeres destes, sendo dito como “segundo pai”, o que lhe dava prerrogativas para preceder a todos os outros cargos da Casa Real (VASCONCELOS, 2005, p. 66).

A pesquisa também aponta que, assim como em Portugal, pessoas se disponibilizavam no Brasil para prestar o referido serviço, que, inclusive, tinha muito prestígio, pois era noticiado nos periódicos de circulação da época. Pelos periódicos analisados, nota-se o interesse de mulheres estrangeiras em exercer esse ofício, que, até o século XIX, era uma das poucas funções remuneradas e socialmente aceitas exercidas pela mulher, mesmo na Europa.

Fica clara a importância da referida função, especialmente em se tratando da família real portuguesa. E justamente por isso, D. Pedro I, que também teve uma aia, demonstrou preocupação e cuidado ao escolher aias para seus filhos.

Cabe neste momento explicar como foi feita a escolha da preceptora da sua primeira filha Maria da Glória, que mais tarde se tornou Maria II⁷¹, rainha de Portugal.

De acordo com a obra *Diário de uma viagem ao Brasil*, de Maria Graham⁷², no ano de 1821 a futura preceptora de Maria da Glória chegou ao Brasil, a bordo da Fragata Doris, acompanhada do marido, o capitão Graham⁷³, que era o comandante da embarcação, e fez amizades importantes que contribuiriam para a proximidade com a família real.

Deixou o Rio de Janeiro e ficou viúva durante a viagem em direção ao Chile. Muito abalada com a perda, ficou alguns meses no Chile e retornou ao Brasil, onde permaneceu até fins de 1823.

Em uma cerimônia de aniversário do imperador, Graham descobriu que a Imperatriz Leopoldina precisava de uma governanta para os filhos, especialmente para a menina Maria da Glória, que na época estava com 5 anos. E, assim, resolveu se candidatar ao cargo e o fez por meio de uma carta, datada em 13 de outubro de 1823 e publicada nos Anais da Biblioteca Nacional de 1940 por Rodolfo Garcia, endereçada à Imperatriz Leopoldina, conforme citação abaixo:

[...] não sei se terei coragem de propôr-me para uma tão árdua e importante posição. Desde que se tratou disso, peço licença para assegurar a Vossa Magestade Imperial que é minha maior ambição tornar-me governante das Imperiais Crianças do Brasil. Que me seja perdoado agora falar de mim. Meu mais caro, direi mesmo, minha única ligação terrena se partiu quando perdi meu excelente e amado esposo na passagem entre o Rio de Janeiro e a costa do Chile. Gosto imensamente de crianças e dedicaria todos os meus pensamentos e sentimentos ao meu encargo, se ele me fosse confiado, com o maior ardor, porque não tenho agora nem mesmo os apelos do dever para dividir meu coração ou pensamento. **Ofereço-me** a Vossa Magestade Imperial, certa de que uma princesa tão perfeita deve ser a verdadeira diretora dos pontos principais da educação de suas filhas: mas posso prometer ser uma zelosa e fiel assistente. Vossa Magestade Imperial tem o direito de fazer as mais minuciosas investigações a meu respeito, de minha família, relações e caráter, e envaideço-me de que, na Inglaterra, onde sou realmente conhecida, tais investigações darão

⁷¹ Maria da Glória Joana Carlota Leopoldina da Cruz Francisca Xavier de Paula Isidora Micaela Rafaela Gonzaga nasceu no Paço de São Cristóvão em 04 de abril de 1819 e recebeu o título de princesa da Beira, herdeira do Reino de Portugal, Brasil e Algarve. Seria coroada rainha de Portugal em 1826 quando seu pai renunciou à coroa portuguesa em seu nome, mas, devido a seu trono ter sido usurpado por seu tio Miguel, em 1828, só governou de fato a partir de 1834 (REZZUTTI, 2019a).

⁷² Maria Graham nasceu em Papcastle, perto de Cockermouth, na Inglaterra, em 19 de junho de 1785. Seu pai era o vice-almirante George Dundas, comissário do Almirantado Britânico. Recebeu uma educação muito apurada. Conhecia profundamente literatura inglesa e estrangeira, arte e desenhava satisfatoriamente (GRAHAM, 1990).

⁷³ Thomas Graham era capitão da Marinha de Guerra Inglesa, casado com Maria Graham desde 1809, viajou com ela, a bordo da Fragata Doris, para a Índia, Inglaterra e Itália. Em 1821, em viagem à América do Sul, o casal conheceu algumas províncias do Brasil. Em abril de 1822 Thomas faleceu em sua fragata a caminho do Chile (GARCIA, 1940).

resultado satisfatório. Nada direi das aptidões e conhecimentos que deve possuir a pessoa tão altamente honrada em ser colocada tão perto das pessoas das jovens princesas: Vossa Magestade Imperial é um juiz competente e eu, de bom grado, confio na opinião de Vossa Magestade Imperial, e se houver algum ponto em que eu seja deficiente, ousar crer que o compensarei com o estudo, a que me levam os meus hábitos. Caso o grande desejo de meu coração se realize, de ficar com as princesinhas, talvez seja vantajoso que eu vá à Europa escolher os livros e outras cousas essenciais para o desempenho da minha interessante missão, satisfazendo, assim, não só aos Augustos Pais de minhas discípulas, mas às esperanças desta nação, que olha para a Família Imperial como o Paládio do Estado, e que há de considerar como um encargo da maior responsabilidade a direção, em qualquer grau, da educação de seus filhos (GARCIA, 1940, p. 33-34, grifo nosso).

Logo que a imperatriz recebeu a missiva de Maria Graham, respondeu em 15 de outubro de 1823, dando parecer favorável à solicitação, escolhendo a pretendente para ser preceptora da jovem princesa.

Senhora Graham. Recebi vossa carta de ontem, à qual tenho o prazer de responder que Eu e o Imperador **estamos ambos muito satisfeitos em aceitar o vosso oferecimento** para ser governante de minha Filha; e como expuzestes que desejais ir a Inglaterra antes de começar a servi-la, o Imperador não poz dúvida em permitir-vos esta ida e diz que sereis nomeada governante de minha Filha; e como expuzestes que desejais ir à Inglaterra para agradar-vos e mostrar-vos minha grande estima. Vossa muito afeiçoada. Maria Leopoldina (GARCIA, 1940, p. 34-35, grifo nosso).

Já na Europa há mais tempo do que o previsto em busca de livros e outros artigos para o desempenho da função, demonstrando dessa forma a importância do cargo para a educação de uma princesa, a Imperatriz Leopoldina respondeu a Maria Graham, mais uma vez:

São Cristóvão, 10 de maio de 1824. Milady! Com muito gosto recebi as suas duas cartas e ainda mais a certeza que está gozando de perfeita saúde e ocupada a escolher todos os objetos que são precisos para os estudos de minhas muito amadas filhas. As despesas que lhe são precisas a fazer com muita satisfação eu lhe pagarei à sua chegada no Rio; que se é preciso prolongar a sua ausência mais de um ano, o Imperador o concedeu. Eu comecei a ler a sua obra sobre a vasta e interessante Índia, que certamente é muito interessante e ocupa a intenção particular de todas as pessoas que amam as belas letras e história. Esteja persuadida da minha particular estima e amizade, com as quais eu sou. Sua muito afeiçoada, Leopoldina (GARCIA, 1940, p. 36-37).

Segundo Garcia (1940), em 04 de setembro de 1824 a futura preceptora retornou ao Rio de Janeiro após cinquenta dias de viagem. Dirigiu-se, logo que chegou, à casa da família real, o Paço de São de Cristóvão, onde recebeu as boas-vindas do Imperador D. Pedro I. Em seguida, foi ver a Imperatriz Leopoldina, que já a tinha como uma amiga. Na conversa, Leopoldina perguntou-lhe se havia recebido uma carta sua, em Londres, em que pedia para Maria Graham adiar a sua vinda ao Brasil.

O motivo do pedido de adiamento deveu-se à possibilidade de Maria da Glória viajar no ano seguinte para Portugal a fim de se casar com o tio, D. Miguel⁷⁴, por interesses políticos. Caso isso acontecesse, mesmo a contragosto de Leopoldina, a preceptora poderia acompanhar a menina na viagem a Portugal. Porém, como Maria Graham nunca recebera essa carta, viajou para o Rio de Janeiro, conforme relatado anteriormente (GARCIA, 1940).

Em uma carta escrita para sua irmã, Maria Luísa⁷⁵, Leopoldina demonstra claro apreço pela preceptora de seus filhos, assim como elogia o seu trabalho. Também é possível notar que ela já pressentia que pudessem conspirar contra Maria Graham.

[...] Minha Maria está a cada dia mais inteligente e amável e é minha queridinha, já que se parece com teu filho e toda a casa austríaca pelo seu temperamento franco, alegre e bom coração; parece-me que encontrei em Lady Graham uma boa educadora para ela; Deus permita que a maneira de pensar equivocada daqui e a política da corte não me coloquem obstáculos nem afugentem a boa mulher, pois imagina, querida Luísa, por vezes não querem me conceder nem os direitos de uma mãe de decidir sobre a educação das minhas filhas; assim entenderás facilmente que muitas vezes tenho razão para desesperar totalmente (KANN; LIMA, 2006, p. 429-430).

O período em que a inglesa esteve à frente da educação das filhas do monarca foi breve, em torno de um mês, finalizado em 10 de outubro de 1824 devido a uma intriga no palácio. Consta nos Anais da Biblioteca Nacional de 1940 que Maria Graham foi hostilizada pelos membros da corte e pelos empregados da casa, pois era uma estrangeira no meio de tantos portugueses. A única pessoa de quem recebia demonstrações de simpatia era da própria Leopoldina, a primeira estrangeira da corte.

Do Barbeiro Plácido (Plácido Antônio Pereira de Abreu, factotum do Imperador, seu confidente, além de mordomo e tesoureiro da Casa Imperial, diretor da Cozinha e almoxarife da Casa das Obras, que com todos esses empregos figura na lista dos criados do Paço), teve desde o princípio surda oposição, agravada depois pelo fato de não ter consentido que, à noite, ele e outros amigos subissem pelas escadas particulares à ante-câmara da Princesa, quando ela estivesse na cama, para ali poderem jogar cartas confortavelmente. Quando na manhã seguinte contou a Imperatriz esse incidente, ela elogiou e agradeceu sua conduta, mas sacudiu a cabeça, dizendo que daí por diante deveria contar como inimiga toda aquela súcia; e assim aconteceu. Desde aquele dia não mais viu as damas, senão raramente, e

⁷⁴ Miguel Maria do Patrocínio João Carlos Francisco de Assis Xavier de Paula Pedro de Alcântara Antônio Gabriel Rafael Gonzaga Evaristo de Bragança e Bourbon nasceu em 1802 no Paço de Queluz, em Portugal, e morreu em 1866 na Alemanha. Era irmão de D. Pedro I, filho do Rei D. João VI com Carlota Joaquina. Como não era herdeiro direto do trono de Portugal, aceitou se casar com sua sobrinha Maria da Glória quando esta fosse mais velha (a menina tinha apenas 9 anos), porém se autoproclamou rei em 1828. Deixou o poder em 1834, quando foi exilado de Portugal por ocasião da guerra travada com D. Pedro I, que lutava para dar o trono à sua filha. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/miguel1.html>. Acesso em: 05 ago. 2020.

⁷⁵ A arquiduquesa Maria Luísa da Áustria (1791-1847) era a irmã mais velha da Imperatriz Leopoldina e sua confidente. Foi casada com Napoleão Bonaparte (REZZUTTI, 2017b).

quando as encontrava, mostravam-se insolentes, malcriadas e zombeteiras (GARCIA, 1940, p. 14-15).

A intriga que resultou em sua saída foi ocasionada por uma das empregadas da casa, que tinha certa influência com o imperador. A senhora entrou no quarto do monarca, aos prantos, dizendo que deixara seu lar em Portugal para acompanhar a vinda da família real para o Brasil e não achava justo que uma estrangeira tivesse permissão para lhe dar ordens e tratá-la como uma simples criada. E que, caso a inglesa permanecesse no cargo de aia, a senhora e outras damas e amas retornariam para Portugal. Além disso, alertou-o para uma possibilidade de a estrangeira conspirar contra os interesses dele, já que falava em outra língua da qual os empregados não conseguiam entender (GARCIA, 1940). O imperador tomou uma decisão: “Que ela saia imediatamente do Paço! Não quero minha família abalada, nem meus velhos aderentes afrontados, nem os herdeiros de minha casa insultados!” (GARCIA, 1940, p. 15).

A imperatriz lamentou o ocorrido e a saída da amiga como preceptora de sua filha, conforme carta abaixo:

Minha querida amiga! Recebi sua carta, e creia que fiz um enorme sacrifício, separando-me da senhora; mas meu destino foi sempre ser obrigada a me afastar das pessoas mais caras ao meu coração e estima. Mas fique persuadida de que nem a terrível distância que em pouco vai nos separar, nem outras circunstâncias que eu prevejo ter de vencer, poderão enfraquecer a viva amizade e verdadeira estima que lhe dedico, e que procurarei sempre, com todo o empenho, as ocasiões de as provar[...] (KANN; LIMA, 2006, p. 432).

Maria Graham continuou se correspondendo com a imperatriz mesmo após a sua saída⁷⁶ do Rio de Janeiro, que ocorreu em setembro de 1825, demonstrando que as duas realmente constituíram um laço de amizade.

Diante do que ocorreu com Maria Graham, percebe-se o quanto era difícil ocupar o lugar de preceptora na família real de D. Pedro I. Se a função já exigia inúmeras responsabilidades e qualidades da pessoa escolhida para cuidar de uma filha mulher, como a princesa Maria da Glória, imagina-se que para o filho varão, o príncipe D. Pedro II, a exigência ainda era maior. Dessa forma, o episódio e as circunstâncias que envolveram o curto tempo que Maria Graham permaneceu como preceptora, pois logo foi destituída por

⁷⁶ Maria Graham permaneceu no Brasil mesmo depois de deixar o cargo de preceptora de Maria da Glória e sair do palácio em 10 de outubro de 1824. Ela manteve residência na rua dos Pescadores (atual Visconde de Inhaúma) e na Rua das Laranjeiras onde se dedicava a escrever, pintar e estudar a flora brasileira. Partiu para a Europa em 10 de setembro de 1825, mas manteve sua amizade com a Imperatriz Leopoldina correspondendo-se por meio de cartas até a morte desta em 1826. Depois de seu retorno à Inglaterra casou-se pela segunda vez com o pintor Augustus Wall Callcott, em 1827 e faleceu em 28 de novembro de 1842 (GARCIA, 1940); <https://pdfs.semanticscholar.org/82f6/e2a6abe58e97243f94baee65fcd44c59fc7d.pdf> . Acesso em: 08 ago. 2020.

conta das intrigas palacianas, demonstram a dificuldade que era exercer o cargo de preceptora de um príncipe ou princesa dentro da corte brasileira.

Ainda em 1825, D. Pedro I teve mais uma vez a tarefa de escolher uma preceptora, pois sua esposa estava novamente grávida. Esperava-se que fosse um filho varão, ou seja, o herdeiro do trono. Diante disso, a responsabilidade enquanto aia de um futuro imperador era considerada como uma função de Estado.

Era evidente que Mariana Carlota de Verna despertava a admiração e o respeito de D. Pedro I e, por conta disso, tinha prestígio na corte. Ela era tida como uma senhora muito distinta, culta, de grande fé católica e de boa família, atributos que a tornavam a pessoa indicada para tomar conta da augusta criança.

Segundo Vasco Mariz (2016), em uma de suas visitas à chácara do Engenho Novo, residência de Mariana Carlota de Verna, o monarca, que tinha fama de mulherengo e conquistador, “quis se engraçar” com ela, mas a senhora esquivou-se com elegância do gracejo.

D. Pedro I era comandado por emoções, às vezes contraditórias, a que não aprendera a impor barreira alguma. Era impulsivo, romântico, autoritário, ambicioso, generoso, grosseiro, sedutor. Era capaz de grandes ódios e grandes amores (CARVALHO, 2007, p.17).

Paulo Rezzutti (2015) concorda com a visão de Vasco Mariz (2016) no que se refere à vida afetiva e sexual de D. Pedro I: “As amantes de d. Pedro foram tão numerosas e variadas quanto seus tons de pele, nacionalidades ou posições sociais, fazendo do primeiro imperador brasileiro um verdadeiro democrata do amor” (p. 355).

Embora não haja indícios históricos suficientes que nos façam acreditar na hipótese levantada por Vasco Mariz (2016), é fato que o imperador era um homem bastante mulherengo e, mesmo com uma significativa diferença de idade entre os dois – ele tinha 27 anos e Mariana Carlota de Verna, 46 –, é possível que tenha se interessado pela futura preceptora de seus filhos, pois, de acordo com Setúbal (1993), além de encantadora, possuía uma beleza inquestionável em relação às outras mulheres da corte.

Contudo, infere-se que o verdadeiro motivo que o teria levado a escolher Mariana Carlota de Verna para o cargo de aia do filho que estava prestes a nascer tenha sido sua conduta exemplar, seu recato e a devoção que sua família sempre demonstrou pelo monarca. Imaginando que a mulher pudesse ser capaz de assumir esse ofício com maestria, não mediu esforços para convencê-la a aceitar o convite.

Um mês antes de seu nascimento, o pai, D. Pedro I, destacara D. Mariana para ser aia de seu filho, motivado por suas virtudes e ilustração invulgar entre as senhoras da época (FREITAS, 2001, p.43).

No entanto, segundo Raffard (1899) e Lyra (1977), a viúva declinou do convite alegando já estar com 46 anos e ter sob a sua tutela três filhos, tendo a menor 8 anos de idade. Além disso, tinha todas as obrigações em sua chácara, inclusive com outros familiares e os criados que ali serviam. D. Pedro I insistiu com ela, dizendo que tudo ficaria por sua responsabilidade, de forma que, em meados de 1825, todos da chácara do Engenho Novo foram empregados no Paço de São Cristóvão, começando para Mariana Carlota de Verna uma vida pública como preceptora do futuro imperador.

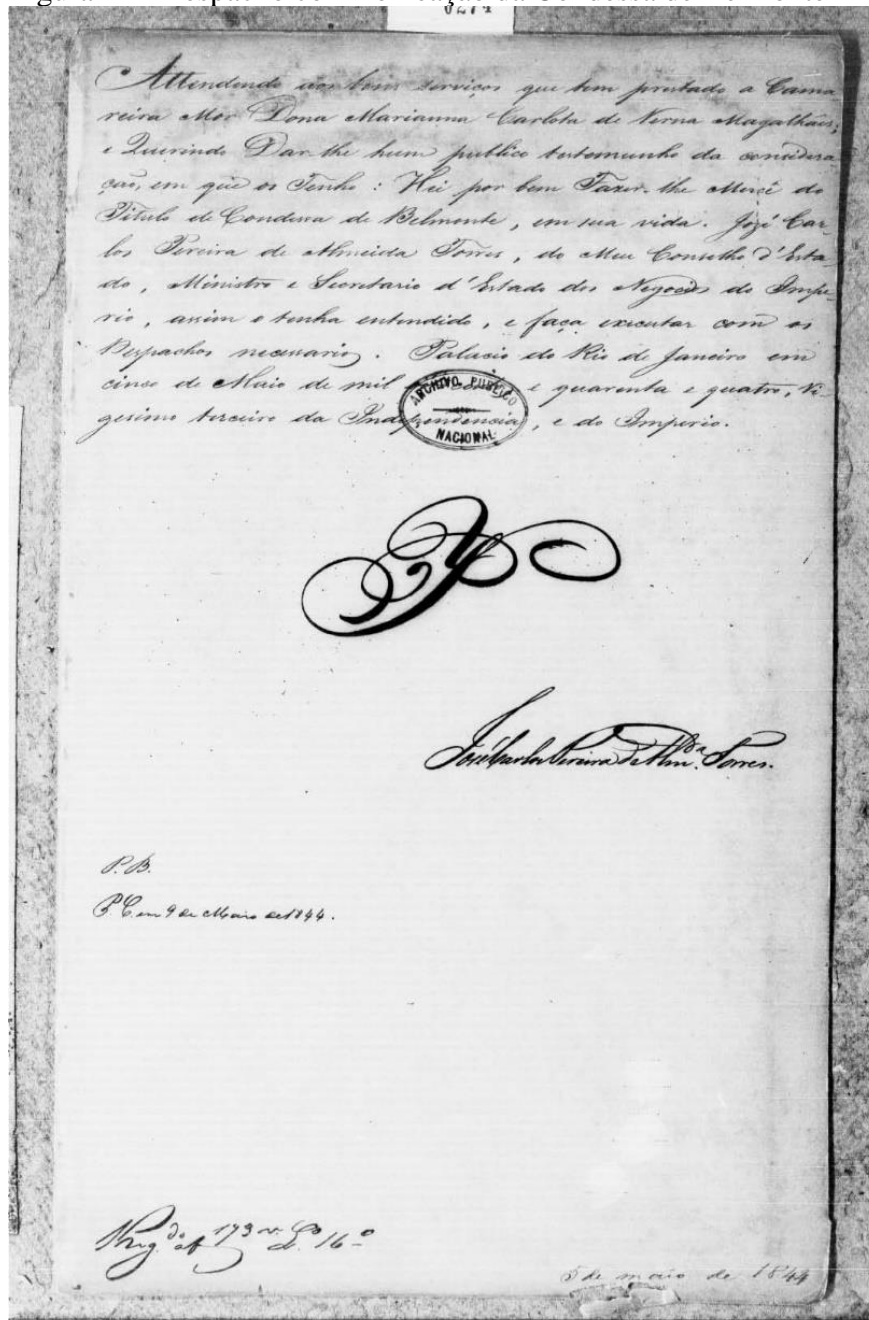
Assim, antes de abordar a vida de Mariana Carlota de Verna no palácio e sua possível influência na educação de D. Pedro II, optou-se por trazer os periódicos da época em que constam diversas alusões a ela, elogiosas e outras nem tanto, até depreciativas, para que se possa ter uma ideia do perfil dessa mulher e da representação do seu caráter e personalidade.

1.4 A condessa nos periódicos da época

A já Condessa de Belmonte⁷⁷ foi uma mulher que teve uma representatividade muito grande na corte do Rio de Janeiro, que pôde ser observada graças à análise dos periódicos pesquisados na Biblioteca Digital Brasileira, por meio da página da Hemeroteca Digital, referentes ao período entre 1808 e 1855, ou seja, do momento em que ela chegou com a família real portuguesa ao Brasil até o seu falecimento. A busca estendeu-se até o ano de 1859, pois os intervalos temporais no site da hemeroteca são de nove anos.

Dos anos citados, Mariana Carlota de Verna aparece entre 1834 e 1857, porém as publicações intensificaram-se após o período em que já havia obtido o título de condessa, graças ao despacho imperial de 5 de maio de 1844 (Figura 12).

⁷⁷ Mariana Carlota de Verna tornou-se Condessa de Belmonte por meio do despacho imperial assinado em 5 de maio de 1844.

Figura 12 - Despacho com nomeação da Condessa de Belmonte⁷⁸

Fonte: Arquivo Nacional, Coleção Titulares, [BR.RJANRIO.C3.274], Marianna Carlota de Verna Magalhães, 05 de maio de 1844.

Como se observa, o decreto de nomeação de Mariana Carlota de Verna como Condessa de Belmonte é muito posterior ao início de sua atuação como preceptora de D. Pedro II. Quando ele o fez, estava com 18 anos e era um homem casado, já não precisava

⁷⁸ Transcrição da Figura 12: Attendendo aos bons serviços que tem prestado a Camareira Mor Dona Marianna Carlota de Verna Magalhães; e Querendo Dar-lhe hum publico testemunho da consideração, em que os Tenho: Hei por bem Fazer-lhe Mercê do Titulo de Condessa de Belmonte, em sua vida. Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres, do Meu Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Maio de mil oitocentos e quarenta e quatro, vigesimo terceiro da Independencia, e do Imperio. Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres. P. B. P. C. em 9 de maio de 1844.

mais de uma aia, de uma cuidadora. E, além disso, a condessa estava com 65 anos, uma idade avançada para a época. Provavelmente por esses motivos, o imperador quis retribuir sua antiga aia com o título de nobreza, como agradecimento pelos serviços prestados.

Conforme já mencionado, as palavras usadas para realizar a busca foram: o nome completo de Mariana Carlota de Verna; a forma como o jovem monarca a chamava, Dadama; e, por último, o seu título de nobreza: Condessa de Belmonte.

Segundo Tânia de Luca (2011), o pesquisador, ao trabalhar com notícias de periódicos, deve considerar as motivações que levaram à decisão de tornar algo público, e isso passa por entender que as notícias estão impregnadas por decisões políticas e vieses que também devem ser analisados. Por boa parte da primeira metade do século XIX, a maioria da imprensa era, de certo modo, controlada pela monarquia, que impunha certo tipo de censura.

A imprensa só chegou ao Brasil com a vinda da família real. Antes disso, qualquer atividade desse tipo era proibida. O primeiro periódico institucional a circular no Brasil foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808, que difundia as informações de acordo com os interesses reais (MEIRELLES, 2006). Esse periódico, apesar de ter mudado de nome, permanece com caráter oficial até hoje e continua em circulação com o nome de *Diário Oficial*. Ainda em 1808 surgiu o *Correio Braziliense*, periódico clandestino e liberal que refletia os ideais iluministas da Europa. Somente em 1821 foi abolida a censura prévia, concebendo mais liberdade para a imprensa, que passou a ter características que a assemelhavam à imprensa europeia iluminista (PALLARES-BURKE, 1998). A partir dessa abertura, houve um crescimento expressivo da imprensa, resultando na criação de diversas publicações e tipografias na capital do Império. De acordo com o *Catálogo de títulos de jornais e revistas do Rio de Janeiro*, elaborado em 1965 por Plínio Doyle, existiram no Rio de Janeiro, no período de 1808 a 1889, cerca de 1.380 periódicos.

A maior parte das notícias analisadas nesta pesquisa saíram em três periódicos: o *Diário do Rio de Janeiro*; o *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do RJ*; e o *Correio Mercantil e Instructivo, Politico, Universal*. Por esse motivo, será feito um breve relato da história de cada um deles.

O *Diário do Rio de Janeiro* foi o primeiro periódico diário publicado no país e funcionou de 1821 a 1878. Seu fundador, Zeferino Vitor de Meireles, obteve licença do

governo para abrir uma tipografia própria, a Tipografia do Diário⁷⁹, localizada na rua da Ajuda, nº 79, no Centro do Rio de Janeiro. Já na primeira edição, o redator enfatizou que o periódico seria marcadamente informativo, com anúncios variados de cunho comercial e notícias a respeito de publicações diversas. Segundo Claudio (2016), o periódico manteve-se fora das discussões políticas até 1845, embora timidamente já tivesse incorporado notícias oficiais dos acontecimentos políticos do Senado, da Câmara e do Império de maneira geral.

[...] Até aqui tinha se o Diário abtido de questões políticas; do principio do anno em diante consagraremos algumas columnas a esse importante objeto. Não impedirá isso que registremos em nossas paginas o que de mais importante occorrer nos paizes estrangeiros [...] (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1845 ed. 6807)⁸⁰.

Nesse momento, o periódico passou por uma ampliação em todos os sentidos e incluiu temas políticos, colunas literárias e com notícias internacionais, mantendo-se assim até a sua extinção.

O periódico *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do RJ*, também conhecido como Almanak Laemmert, foi publicado de 1844 a 1889 pela Tipografia Universal de Laemmert⁸¹, que funcionava na rua do Lavradio, nº 71, no bairro da Lapa, e depois na rua dos Inválidos, nº 61B, no Centro, ambos no Rio de Janeiro. A tipografia iniciou suas atividades em 1838 e seus fundadores foram os irmãos Eduard e Heirich Laemmert, dois franceses que imigraram para o Rio de Janeiro. O Almanack Laemmert é considerado o primeiro almanaque do Brasil e teve muita importância e difusão na época (LIMA, 2006; ANTUNES, 2015).

[...] Não há necessidade de demonstrar o que todos sabem – a utilidade dos Almanques. Em livros tais não ha só o interesse do momento: geralmente são eles depósito de estatísticas importantes e curiosas, instrutivas e que podem ser base de trabalhos externos e proveitosos, que não coligidos a tempo, perdem-se e com prejuízo. Damos parabéns aos Sr. Laemmert pela constância com que a tem progredido neste trabalho, e auguramos para o seu Almanaque estabilidade e apoio do público, se, como é de esperar, continuarem a esforçar-se como se esforçarão para a redação e coordenação d’este 4º volume (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1846 apud DONEGÁ, 2012, p. 23-24).

Sua edição era anual, com mais de mil páginas e capa dura. Trazia anúncios de todos os tipos, particulares e públicos, publicações da corte, dados de instituições, percursos de

⁷⁹ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/tipografias/typographia-do-diario/>. Acesso em: 25 ago. 2020

⁸⁰ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 02 maio 2021.

⁸¹ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/tipografias/typographia-universal-de-laemmert/#:~:text=Seu%20Almanak%20Laemmert%20foi%20sinônimo,Brasil%3a20180%20ar>. Acesso em: 25 ago. 2020.

transportes etc. Era uma infinidade de informações em um único material impresso, compondo um retrato bem detalhado daquela sociedade.

O Correio Mercantil e Instructivo, Politico, Universal foi um periódico que circulou de 1848 a 1868, com publicações diárias de quatro páginas divididas em seções diversas, como: exterior; notícias diversas; avisos marítimos; anúncios; e leilões. Trazia colunas de política e literatura na forma de folhetins e crônicas. Era impresso na tipografia do dono do periódico, Francisco José dos Santos Rodrigues, localizada na rua da Quitanda, nº 13, no Rio de Janeiro (ABREU; TOGNOLO, 2015). Dentre os três periódicos em destaque nesta tese, este foi o que aderiu às ideias liberais que emergiram no século XIX.

Para uma melhor compreensão da vida de Mariana Carlota de Verna e sua relevância na corte, selecionaram-se algumas notícias que representam e exemplificam os assuntos que versam sobre ela, dentre as 73 ocorrências encontradas nos periódicos durante os anos de 1844 a 1855 (Quadro 8).

Quadro 8 - Síntese das notícias encontradas nos periódicos analisados

Periódico	Título da notícia	Edição	Ano
O Diario Novo – PE	Interior – Rio de Janeiro	00277	1846
Sentinella da Monarchia – periódico político e litterario – RJ	Condessa de Belmonte	00854	1846
A Revista – Folha Política e Litteraria (MA)	Notícias diversas – Interior – Rio de Janeiro	00411	1847
Diário do Rio de Janeiro	A Opposição e a Corôa	07547	1847
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro	Relação dos nobres da Corte e Casa Imperial	00005	1848
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro	Relação dos nobres da Corte e Casa Imperial	00006	1849
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ	Comunicado	00061	1852
O Globo Jornal Commercial Litterario e Politico (MA)	Semana Sancta	00253	1854
O Republico – RJ	Crítica a respeito da concessão de títulos de nobreza ⁸²	00121	1854
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ	A Sra. condessa de Belmonte	00288	1855
Diário do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro – Chronica Diaria	B00013	1855

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

De acordo com o conteúdo das notícias foi possível agrupá-las em dois eixos: as que tratam da presença da condessa em eventos públicos e as que abordam o seu falecimento. No próximo item serão analisadas as aparições públicas da preceptora de D. Pedro II.

⁸² Título da notícia feito pela autora em função do tema abordado.

1.4.1 Aparições públicas de Mariana Carlota de Verna

Mariana Carlota de Verna desempenhou algumas funções na corte desde sua chegada ao Brasil. Foi aia do filho de D. Pedro I, dama⁸³ e posteriormente camareira-mor da casa imperial (RANGEL, 1945). Segundo Garcia (1946), Mariana Carlota de Verna ocupou o cargo de aia até o ano de 1833, quando deixou a função devido à uma desavença com José Bonifácio de Andrada e Silva⁸⁴, tutor do futuro imperador. Contudo, logo que Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, o Marquês de Itanhaém⁸⁵, assumiu a tutoria de D. Pedro II, a senhora retornou ao palácio, dessa vez como dama e camareira-mor interina.

Não foram encontradas citações a Mariana Carlota de Verna nos periódicos enquanto foi aia e dama, somente no cargo de camareira-mor, a partir de 1834, o que nos leva à leitura de Silva Maia (1940), a qual esclarece que esse cargo era considerado superior a outros destinados a senhoras no paço, sendo exercido por uma fidalga que servia à imperatriz e suas filhas, conforme a citação: “Nos atos, em que as senhoras têm assento na presença de Sua Majestade, sempre teve a preeminência de sentar-se em almofada, ainda que não seja marquesa” (p. 110). Sendo assim, pode-se concluir que esse cargo já lhe atribuía prestígio elevado, visto que Mariana Carlota de Verna foi noticiada nessa função no *Jornal do Commercio (RJ)*, ed. 00251 de 08 de novembro de 1834, data em que ainda não havia recebido o título de condessa.

Além dessa ocorrência, foram encontradas mais treze publicações nos periódicos pesquisados que a citam como camareira-mor do Paço Imperial, de anos posteriores, já com o título de Condessa de Belmonte.

Hontem (15 do passado) teve lugar o baptizado de S. A. a princeza recém-nascida, que recebeu os nomes de D. Isabel-Christina-Leopoldina-Augusta-Michaela-Gabriela- Raphaela-Gonzaga. Foi madrinha S. M. A rainha viuva de Napoles e o padrinho S. M. O rei de Portugal. Pelas 5 horas da tarde, o mordomo-mór de S. M. a Imperatriz, o Sr. Ernesto Frederico de Werna Magalhães, vestido de rica opa de

⁸³ Damas: senhoras fidalgas que assistem no paço para fazer companhia à imperatriz e às princesas (SILVA MAIA, 1940).

⁸⁴ José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em São Paulo, em 13 de junho de 1763. Em 1780 foi para o Rio de Janeiro, visando preparar-se para estudar na Universidade de Coimbra, onde se formou em Direito e passou a se interessar também pela mineralogia. Foi um grande conselheiro político de D. Pedro I e contribuiu para a independência do Brasil, em 1822. Com a abdicação do imperador ao trono, em favor de seu filho D. Pedro II, José Bonifácio foi nomeado o primeiro tutor dos príncipes, oficialmente, em ato de 7 de outubro de 1831. Faleceu em 6 de abril de 1838, em Niterói, Rio de Janeiro (REZZUTTI, 2019a).

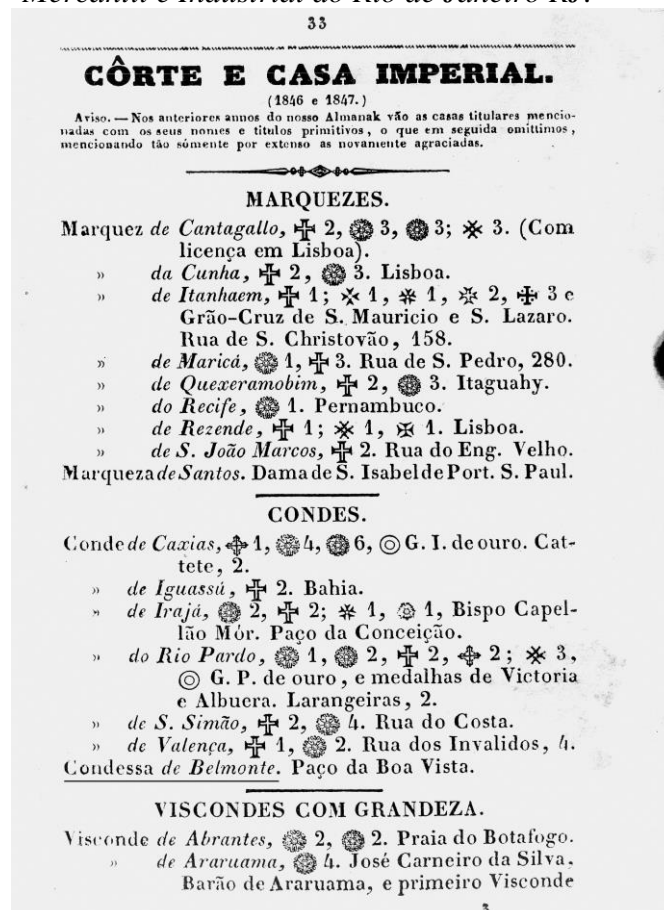
⁸⁵ O Marquês de Itanhaém nasceu em Marapicu, capitania do Rio de Janeiro, filho de um brigadeiro, foi capitão em Lisboa junto com seu pai, coronel de milícias de Guaratiba e comandante do Distrito de Irajá. Pertencia a uma família de fazendeiros e senhores feudais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e sempre foi um áulico neutro e passivo, o que lhe proporcionou vários cargos e títulos. Em 1819 ganhou o título de barão; em 1822, as honras de grandeza; e em 1826 D. Pedro I o elevou a marquês. Na Corte foi alferes, mordomo-mor, estribeiro-mor, conselheiro de estado, tutor dos príncipes e senador (RANGEL, 1945).

velludo carmezim e sendal, dirigio-se, por ordem de S. M., á respectiva camara; e recebendo ahi das mãos da aia a augusta princeza, o conduzio em seus braços, e entre os padrinhos, para a sala do docel, sendo seguido pela **camareira-mór a Exma. condessa de Belmonte**, e pela aia D. Rita Rosa. (O DIARIO NOVO (PE), 1846 ed. 00277, grifo nosso).

Nota-se que também foi dado na notícia um destaque para Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho, que, por ser filho da Condessa de Belmonte, também exercia uma função importante na corte, de mordomo-mor⁸⁶, que lhe permitia gozar da intimidade da Imperatriz Teresa Cristina, esposa de D. Pedro II.

Após ser nomeada condessa, teve seu nome divulgado dez vezes nas listagens de nobres da corte nos periódicos de 1845 a 1855, ano de seu falecimento, conforme o exemplo destacado na Figura 13.

Figura 13 - Lista dos nobres retirada da edição 05, do ano de 1848, do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro RJ*.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – BN - grifo nosso.

⁸⁶ Encarregado pela gestão e funcionamento da casa imperial, incluindo o pagamento dos oficiais, dos empregados e suas habitações. Sobre o assunto, ver: CAMARGO, Angelica Ricci, CABRAL, Dilma (Orgs.) *Guia da administração brasileira: Império e Governo Provisório (1822-1891)* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

A partir do mesmo periódico foi possível construir o Quadro 9 com os títulos e a quantidade de nobres da corte e da casa imperial entre os anos de 1846 e 1847.

Quadro 9 – Relação dos títulos de nobreza⁸⁷ colhidos no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do RJ - 1848, referente aos anos 1846 e 1847

Títulos de nobreza	Quantidade
Marquês	08
Marquesa	01
Conde	06
Condessa	01
Visconde com grandeza	22
Visconde	02
Barão com grandeza	09
Barão	30
Viúvas titulares: Marquesa	09
Condessa	02
Viscondessa com grandeza	06
Viscondessa	01
Baronesa com grandeza	03
Baronesa	05

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

O quadro acima traz a relação dos nobres da corte nos anos 1846 e 1847, incluindo os que tinham a designação “com grandeza” em alguns títulos, demonstrando uma clara diferença na hierarquia. Os viscondes e barões com grandeza entravam no grupo seletivo que era constituído por duques, marqueses e condes, que recebiam tratamento diferenciado (SCHWARCZ, 1998).

Desde o tempo em que D. João VI governou, muitos títulos de nobreza foram distribuídos, mesmo após a Constituição de 1824, em que se manteve como competência do imperador o direito “de conceder títulos, honras, ordens militares e distinções em recompensas dos serviços feitos ao Estado” (SCHWARCZ, 1998, p. 160). Durante todo o Império foram concedidos 1.439 títulos de nobreza.

Formaliza-se dessa maneira, o nascimento de uma nobreza que surgia umbilicalmente vinculada ao imperador, guardando-se, porém, algumas originalidades. Em lugar do que acontecia no modelo europeu, que recompensava os bons serviços com títulos não só vitalícios como hereditários, no Brasil os nobres “nascem e ficam jovens”. A hereditariedade só era garantida para o sangue real, enquanto a titularidade se resumia ao seu legítimo proprietário (ibidem p. 160).

Contudo, quando se analisa a listagem acima, chama a atenção a diferença entre homens e mulheres com títulos de nobreza. A Condessa de Belmonte é a única mulher dentre seis homens com o mesmo título hierárquico, nos anos de 1846 e 1847. Apesar de existirem

⁸⁷ Relação disposta na ordem do documento analisado.

outras condessas, estas receberam seus títulos por serem casadas com condes, portanto, só apareceriam na listagem se fossem viúvas desses nobres. Além da Condessa de Belmonte, apenas a Marquesa de Santos⁸⁸ figura, nesses anos, entre os nobres da mesma forma, ou seja, sem ter herdado o título por estar casada. Segundo Schwarcz (1998), durante o império no Brasil apenas 2,5% de todos os títulos de nobreza concedidos foram destinados ao sexo feminino.

Segundo Michelle Perrot (2005), a mulher no século XIX era valorizada em seu papel doméstico e familiar, e quando exerciam algum papel fora de casa era de caráter social, filantrópico, sendo-lhes destinados trabalhos com crianças, doentes e pobres, mas nunca representações que envolvessem grandes decisões ou poder, mesmo quando se tratava da esfera privada.

É o olhar que faz a história. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, esta vontade foi por muito tempo inexistente. Escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê a relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades (PERROT, 2005, p. 14).

Evidentemente, a Marquesa de Santos havia exercido um poder imenso, visto ter sido amante de D. Pedro I, podendo ser considerada uma pioneira entre as mulheres numa época em que não havia nenhuma representação do gênero feminino desse tipo:

[...] Domitila foi mais influente do que uma simples amante e, mais tarde, do que uma mulher casada com o presidente da Província de São Paulo, desempenhando apenas o seu papel social. [...] Certo é que, num contexto de mulheres silenciadas, ela soube fazer sobressair sua fala, ainda que pela locução dos homens (VASCONCELOS; REZZUTTI, 2018, p.13).

Traçando um paralelo, acredita-se que a Condessa de Belmonte, assim como a Marquesa de Santos, exerceu um papel de destaque nas esferas de poder na corte brasileira, fato incomum no século XIX. Tal destaque foi reconhecido e valorizado visto que Mariana Carlota de Verna recebeu o terceiro título de nobreza em hierarquia, ficando atrás apenas dos títulos de duquesa e marquesa. A Condessa de Belmonte foi uma mulher que desempenhou um papel de extrema importância para a família real, e por conta de todo o prestígio e consideração que lhe foram confiados recebeu um título de tamanha grandeza.

⁸⁸ Domitila de Castro Canto e Melo nasceu em São Paulo em 27 de dezembro de 1797. Aos 15 anos casou-se com o alferes Felício Pinto Coelho de Mendonça, manteve um casamento tumultuado, incluindo agressões físicas e a luta pela guarda dos filhos. Em agosto de 1822, Domitila teve a primeira relação com o imperador, tornaram-se amantes e exerceu forte influência no governo do primeiro reinado. Em março de 1824 deu início ao processo de divórcio com o primeiro marido. Recebeu o título de viscondessa de Santos em 12 de outubro de 1825 e após um ano o de marquesa. Faleceu em 3 de novembro de 1867 (REZZUTTI, 2019b; REZZUTTI, 2017a).

Apesar disso, segundo Perrot (2005), “a cidade do século 19 é um espaço sexuado” (p. 34) em que há uma ausência das mulheres como protagonistas nas narrativas históricas. Geralmente elas eram colocadas à sombra dos homens, excluídas das decisões e também silenciadas, ou então eram retratadas com estereótipos pejorativos, como mulheres vociferantes, megeras e histéricas.

Dessa forma, reforça-se a importância do presente estudo sobre a Condessa de Belmonte, tendo em vista que, apesar de aparecer no rol de nobres juntamente com a Marquesa de Santos, ela não foi retratada, estudada e discutida até hoje.

Em 1854, o periódico *O Republico*, do Rio de Janeiro, publicou uma matéria fazendo críticas à distribuição de títulos de nobreza pela monarquia. No que se refere a Mariana Carlota de Verna, a notícia questionava o recebimento do título de condessa em detrimento ao de marquesa: “A Sra. condessa de Belmonte, que recebeu ao Imperador em seus braços, não tinha direito ao título de marquezia?” (O REPUBLICO, 1854, edição 00121).

A paciencia humana tem limites; não é possível soffrer eternamente; e o Brazil não é uma chacara cujos fructos sejam exclusivamente para umas 50 famílias. [...] Leia-se essa monstroza e escandalosa lista de despachos, e ver-se-ha as injustiças, as perseguições mesquinhas de um lado, e o patronato escandalozo de outro. Não é possível analisar aqui todos os homens que obtiveram attenções do ministerio, nem todos os que foram esquecidos pelo governo; ou destes, sobre os quas o governo estendeu seu manto protector (O REPUBLICO, 1854, edição 00121).

Outra crítica envolvendo o nome de Mariana Carlota de Verna consta do periódico *Sentinella da Monarchia*, o qual relata uma suposta conspiração palaciana organizada para influenciar o monarca. Não há intenção de aprofundar neste momento essa análise, porém faz-se aqui uma primeira abordagem que nos leva a refletir o tamanho da influência que essa mulher teria dentro, e até mesmo fora, dos muros do palácio.

[...] Qualquer que seja o merecimento da Condessa de Belmonte, nós vivemos hoje sob um governo, que se diz representativo, e elle não reconhece a acção das mulheres. Se a Sra. Werna quer figurar espere para quando tivermos o governo absoluto, ou então va para a Europa, onde inda tem prestimo as intrigantes e mexeriqueiras. Cá no Brasil repelliremos, e sempre tão audaciosas pretenções, e nunca nos subjeitaremos à vontade de uma cortesã. Se isto fôr assim, se isto continuar, se o Ministerio não governa, seja que Ministerio fôr, conte a côrte com a separação do Norte; porque o Norte não quer ser governado por mulheres, como assegura – que o Brasil o é – o indefectivel Sr. Nunes Machado, que bem razão tem para saber d’estas cousas, porque tambem é cortezão, e ja foi, e talvez inda é, vassalo do Sr. José Carlos Pereira de Almeida Torres que se diz caíra por intrigas da Joanna, por mexericos da excellentissima senhora condessa de Magalhães Belmonte Werna, ou cousa que o valha. Nós os do Norte só conhecemos como entidades sociaes na Côrte, para o governo do paiz, ao Imperador, que deve reinar e não governar, ao Ministerio, que deve governar e não reinar. Clubs, facções palacianas, gabinetes secretos, Joannas, e cousas taes com listas de prescriptos, são cousas irregulares, a que nós os Brasileiros nos não subjeitaremos já, queira-o quem quizer, a que nós os Brasileiros faremos sempre formal opposição até sermos ouvidos; e

quando o não formos, lançaremos mão de meios extraordinarios para nos desembaraçarmos, isto é, iremos a uma revolução. Acorde quem deve acordar, afim que não tenha de chorar inutilmente. “Nazareno” de 26 de outubro (SENTINELLA DA MONARCHIA – PERIODICO POLITICO E LITTERARIO RJ, 1846 edição 00854).

A mesma notícia foi publicada anteriormente pelo periódico *O Nazareno*, de Pernambuco, que teve sua circulação entre os anos de 1843 e 1848, e tinha a escrita caracterizada pela linguagem menos rebuscada e pela crítica, marcando o início do jornalismo em Nazaré (NASCIMENTO, 1966).

No mesmo sentido, o periódico *Diário do Rio de Janeiro*, de 1847, insinua que a condessa estaria governando o monarca:

D’esta vez não será tal ou tal homem quem governará o monarcha, e lhe traçará a conducta, será todo o mundo que vive ou tem entrada no paço, os médicos, a condessa de Belmonte, o bispo de Crysopolis, o Sr. Aureliano, os criados grandes e pequenos! (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1847, edição 07547).

De fato, Mariana Carlota de Verna era uma mulher com uma personalidade muito forte, que esteve junto ao monarca desde o seu nascimento, desempenhando o papel de segunda mãe e cuidadora, portanto, é possível que ela também tenha sido uma espécie de conselheira, exercendo certa influência sobre D. Pedro II. O recorte do periódico acima também nos faz refletir sobre o espaço da mulher no século XIX. Como uma mulher poderia exercer alguma influência sobre o imperador? Não era admissível tamanha importância. As mulheres não ocupavam lugar de destaque e de poder naquela sociedade, a elas estavam destinados os serviços domésticos e os cuidados com os filhos e nada mais (PERROT, 2005). Porém, Mariana Carlota de Verna foi uma mulher incomum em sua época, apesar de tentar demonstrar discrição e simplicidade, ocupou uma função de destaque na corte de D. Pedro II.

Retomando as aparições da Condessa de Belmonte, alguns periódicos da época enalteciam sua presença em determinadas ocasiões sociais, como recepções, missas etc. Foram encontradas oito menções de seu nome, durante essas ocasiões, nos periódicos *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal* – RJ nos anos de 1852, 1853 e 1855 e no *O Globo Jornal Commercial Litterario e Politico (MA)* de 1854.

A Figura 14, por exemplo, mostra o trecho do periódico que registra a presença da condessa em um dos eventos promovidos pela família real: uma noite de apresentação de um recital no Palácio de Petrópolis, em que estavam presentes autoridades políticas, alguns nobres e outros fidalgos influentes na corte, demonstrando a notoriedade que essa mulher exibiu à época.

Figura 14 - Recorte da edição 61, do ano de 1852, do periódico *Correio Mercantil, Instructivo, Político, Universal – RJ*.⁸⁹

Tiverão a honra de em Petropolis comprimentarem as SS. MM. II. e Altezas os Srs ministros Tosta, Paulino, e Torres; os senadores Lopes Gama, Jobim, marquez de Valença, José Clemente, marquez de Itanhaem e sua senhora; o conselheiro Lisboa Serra, José Severiano da Rocha; camaristas José Joaquim de Sequeira, Verna Magalhães; os guarda-roupas Canto Brum, José Manoel Ferreira e Camillo Faro; os doutores Luiz Carlos, Pereira da Cunha, Paula Candido, Valladão; Alexandre Fortuna, Cordovil; o engenheiro Azeredo Coutinho; os moços fidalgos Francisco Joaquim de Sequeira e Antonio Dias Paes Leme; o desembargador Antonio Joaquim de Sequeira; os doutores Francisco Velho da Veiga e Caetano Maria de Paiva Lopes Gama; condessa de Belmonte, general Pinto Peixoto, Hermenegildo Feijó; camarista João Antonio Pereira da Cunha.

Teve o Sr. Achille de Malavasi pela segunda vez a honra de tocar na sua flauta de metal, no palacio de Petropolis, na noite de 26, diversas peças de musica em presença de SS. MM. II., sendo acompanhado no piano pelo Sr. Caldeira, professor de musica do collegio do Sr. Kopek. Além dos Srs. semanarios achavão-se presentes os Srs. marquez de Itanhaem e sua senhora, condessa de Belmonte, Verna Magalhães, e os doutores Pereira da Cunha e Luiz Carlos com suas familias.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira - BN - grifo nosso.

Nota-se que seu filho, Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho, que na ocasião ocupava a função de camarista, também figurava entre as autoridades e nobres da corte, demonstrando mais uma vez a notoriedade da família Magalhães Coutinho. Ernesto, inclusive, tentou a carreira diplomática anos antes, mas foi preterido, motivo de arrependimento de D. Pedro I, como consta em carta de 10 de janeiro de 1834, dele para Mariana Carlota de Verna: “louvo muito o procedimento do seu filho, D. Marianna, não diz que é de outro, não o conhecia, peço perdão, eu sempre o conheci homem de honra e digno filho do meu amigo Joaquim José de Magalhães Coutinho”⁹⁰.

⁸⁹ Transcrição da Figura 14 - Tiverão a honra de em Petropolis comprimentarem as SS. MM. II. e Altezas os Srs ministros Tosta, Paulino, e Torres; os senadores Lopes Gama, Jobim, marquez de Valença, José Clemente, marquez de Itanhaem e sua senhora; o conselheiro Lisboa Serra, José Severiano da Rocha; camaristas José Joaquim de Sequeira, Verna Magalhães; os guarda-roupas Canto Brum, José Manoel Ferreira e Camillo Faro; os doutores Luiz Carlos, Pereira da Cunha, Paula Candido, Valladão; Alexandre Fortuna, Cordovil; o engenheiro Azeredo Coutinho; os moços fidalgos Francisco Joaquim de Sequeira e Antonio Dias Paes Leme; o desembargador Antonio Joaquim de Sequeira; os doutores Francisco Velho da Veiga e Caetano Maria de Paiva Lopes Gama; condessa de Belmonte, general Pinto Peixoto, Hermenegildo Feijó; camarista João Antonio Pereira da Cunha. Teve o Sr. Achille de Malavasi pela segunda vez a honra de tocar na sua flauta de metal, no palacio de Petropolis, na noite de 26, diversas peças de musica em presença de SS. MM. II., sendo acompanhado no piano pelo Sr. Caldeira, professor de musica do collegio do Sr. Kopek. Além dos Srs. Semanarios achavão-se presentes os Srs. marquez de Itanhaem e sua senhora, condessa de Belmonte, Verna Magalhães, e os doutores Pereira da Cunha e Luiz Carlos com suas familias.

⁹⁰ CARTA DE D. PEDRO I À CONDESSA DE BELMONTE. Paris, 10 de janeiro de 1834. Fonte: Biblioteca Nacional 64,02,002 n° 21.

Dentre essas aparições, a condessa foi citada por cumprimentar D. Pedro II em ocasiões importantes na corte ou em visitas ao paço, estas nos anos de 1852 a 1855, período em que já não vivia na companhia da família real.

No periódico *O Globo Jornal Commercial Litterario e Politico (MA)*⁹¹ (Figuras 15) foi divulgada mais uma presença da Condessa de Belmonte. Desta vez, em comemoração à Semana Santa, Mariana Carlota de Verna foi mais que uma das convidadas ilustres do Conde de Redondo⁹², ela foi a atração musical, cantando um solo de cunho religioso. Ao que parece, a condessa fazia parte de um grupo de amigos que se reuniam para apreciar a música, chamado “Sociedade de Amigos da Música”.

Figura 15 - Recorte da edição 253, do ano de 1854, do periódico O Globo Jornal Commercial Litterario e Politico (MA)⁹³.

Houve, porem, um trecho, que tanto sobresabiu em composição e execução aos demais, que não podemos deixar de fazer delle menção especial. Foi um solo cantado pela exm.^a sr.^a condessa de Belmonte, *O' vos omnes qui transitis, etc.*

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira - BN - grifo nosso.

Mariana Carlota de Verna também aparece em mais três publicações, na listagem de um grupo intitulado “Servas do Senhor” (Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1849, ed. f 00006).

Esses recortes nos dão pistas de que Mariana Carlota de Verna era uma mulher religiosa, devota da fé católica. Além disso, demonstra que possuía dotes artísticos, pois o trecho acima enaltece a sua performance musical. Destaca-se, mais uma vez, a notoriedade dada à condessa, já que foi a única dama citada no referido periódico dentre todas as senhoras presentes naquela ocasião.

Em 1855 foram encontrados três anúncios da tesouraria do correio-geral da corte, indicando haver correspondências em seu nome em posse daquela repartição: uma notícia que

⁹¹ O periódico *O Globo Jornal Commercial Litterario e Politico (MA)* tinha como redator José da Cunha Torres, e sua periodicidade era de três vezes na semana. Entrou em circulação em 1852 e foi até 1859. Nesse período a publicação foi suspensa por aproximadamente três anos. Sobre o assunto, ver: SOUZA, Antonia Pereira de. A prosa de ficção nos jornais do Maranhão Oitocentista. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2017.

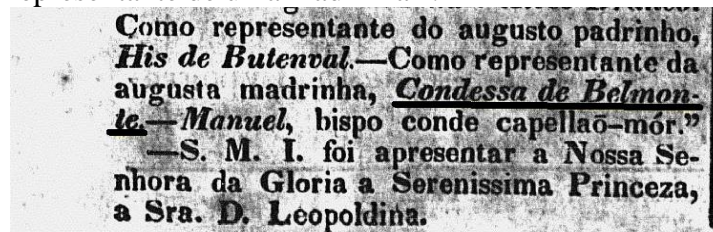
⁹² D. José Luís Gonzaga de Souza Coutinho Castelo Branco e Menezes nasceu em 1797 e faleceu em 1863, ambos em Lisboa. Foi ajudante de D. Miguel, embaixador e o 15º Conde do Redondo. Não se elevou a Marquês de Borba, por não aceitar receber o título por intermédio de um governante constitucional (LANCASTRE Y SERRANO et al., 2013).

⁹³ Transcrição da Figura 15 - Houve, porem, um trecho, que tanto sobresabiu em composição e execução aos demais, que não podemos deixar de fazer delle menção especial. Foi um solo cantado pela exm.^a sr.^a condessa de Belmonte, *O' vos omnes qui transitis, etc.*

faz referência à utilização de sua casa para abrigar um posto médico; e duas publicações referentes ao anúncio da reclusão de um escravo de propriedade da condessa em uma prisão. Essa última notícia era típica de uma época escravagista, quando capturavam negros fugitivos ou “desordeiros” e os enviavam para a prisão do Calabouço⁹⁴, onde sofriam o castigo de açoites.

Foram encontradas, ainda, dezenove publicações sobre o fato de Mariana Carlota de Verna ter atuado como representante de algumas madrinhas quando ocupava o cargo de camareira-mor, conforme o exemplo em destaque na Figura 16, retirado do periódico *A Revista – Folha Política e Litteraria (MA)*, do ano de 1847.

Figura 16 - Recorte da edição 00411, do ano de 1847, do periódico *A Revista – Folha Política e Litteraria (MA)*, sobre a Condessa de Belmonte ter sido representante de uma madrinha⁹⁵.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira - BN - grifo nosso.

A partir da leitura dos periódicos, percebeu-se que uma prática comum entre a elite oitocentista era convidar nobres e pessoas muito influentes para serem padrinhos de batismo. Caso não pudessem comparecer à ocasião, eram então representados por outros nobres ou pessoas da confiança e do convívio dos pais, conforme destaque na citação acima. Acredita-se que Mariana Carlota de Verna tenha recebido inúmeras vezes essa atribuição, em função da relação de proximidade e respeito que nutria com a família real.

1.4.2 O falecimento da condessa nos periódicos

A morte da condessa, ocorrida em 17 de outubro de 1855⁹⁶, foi noticiada em diferentes periódicos no Rio de Janeiro e também em outras localidades. Em dez publicações foram

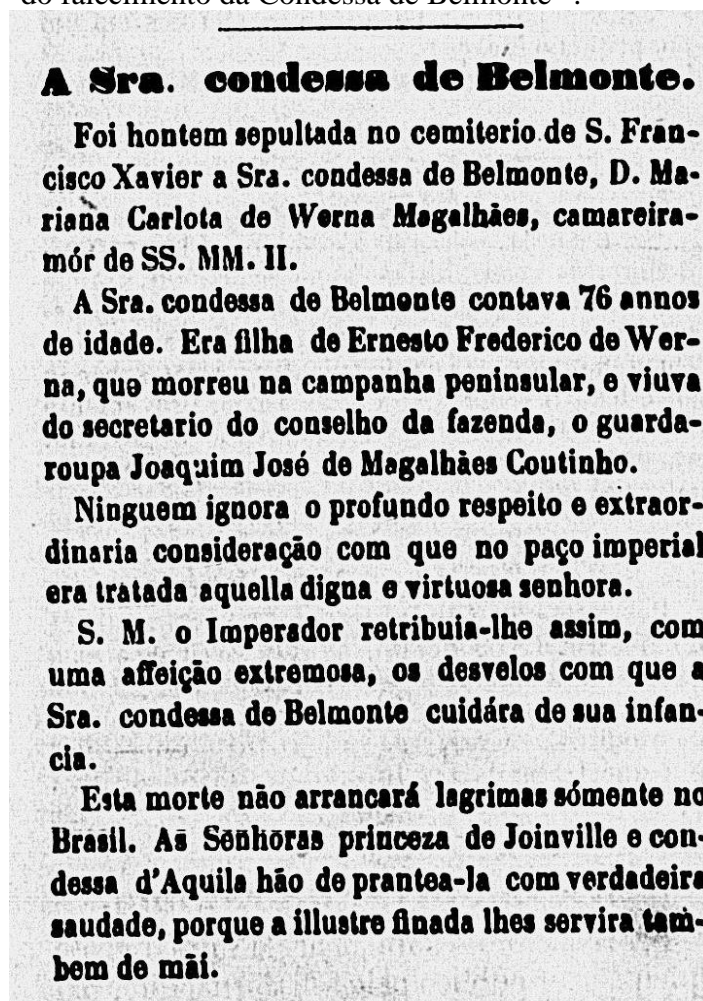
⁹⁴ “O Calabouço era uma prisão destinada exclusivamente aos escravos e nessa época estava localizada no Morro do Castelo. Para lá eram enviados apenas escravos detidos como “suspeitos de fugidos”, praticantes de capoeira, infratores das posturas municipais ou a mando de seus senhores” (ARAÚJO, 2009, p.21).

⁹⁵ Transcrição da Figura 16 - Como representante do augusto padrinho, His de Butenval – Como representante da augusta madrinha, Condessa de Belmonte – Manuel, bispo conde capellão-mór.” – S. M. I. foi apresentar a Nossa Senhora da Gloria a Serenissima Princeza, a Sra. D. Leopoldina.

⁹⁶ Livro de assentamentos de óbitos n. 3, fls. 52v, conforme declaração do pároco da Paróquia de São Francisco Xavier, Mons. Vital B. Cavalcanti, emitida em 20 de outubro de 1965 (ARQUIVO PESSOAL DE LCA).

enaltecidas as qualidades de Mariana Carlota de Verna e sua contribuição para a formação de D. Pedro II e de suas irmãs: “A Sra. condessa de Belmonte, era a dama de honra mais antiga, e suas virtudes, dedicação as Augustas pessoas imperiais a tornarão digna de todo o respeito e consideração” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1855, ed. B00013). A Figura 17 também ilustra o sentimento de pesar e de gratidão que a família real nutriu a seu respeito.

Figura 17 – Recorte da edição 00288, do ano de 1855, do periódico *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ*, com a notícia do falecimento da Condessa de Belmonte⁹⁷.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – BN.

⁹⁷ Transcrição da Figura 17 - A Sra. condessa de Belmonte. Foi hontem sepultada no cemiterio de S. Francisco Xavier a Sra. condessa de Belmonte, D. Mariana Carlota de Werna Magalhães, camareira-mor de SS.MM.II. A Sra. condessa de Belmonte contava 76 annos de idade. Era filha de Ernesto Frederico de Werna, que morreu na campanha peninsular, e viuva do secretario do conselho da fazenda, o guarda-roupa Joaquim José de Magalhães Coutinho. Ninguem ignora o profundo respeito e extraordinaria consideração com que no paço imperial era tratada aquella digna e virtuosa senhora. S. M. o Imperador retribuia-lhe assim, com uma affeição extremosa, os desvelos com que a Sra. condessa de Belmonte cuidára de sua infancia. Esta morte não arrancará lágrimas sómente no Brasil. As Senhoras princeza de Joinville e condessa d’Aquila hão de prantea-la com verdadeira saudade, porque a illustre finada lhes servira também de mãe.

Mesmo após seu falecimento, foi possível identificar dez citações do nome da Condessa de Belmonte nos periódicos *Diário do Rio de Janeiro*, *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal – RJ*, entre 1856 e 1857. No entanto, essas notícias não foram agrupadas na listagem dos periódicos analisados, pois as datas de publicação são posteriores ao recorte temporal desta pesquisa. Trata-se de duas notícias tardias sobre o seu falecimento; uma em que seu nome figura numa lista de nobres falecidos; e sete publicações referentes à construção de duas pequenas pontes próximas de sua propriedade, na região que hoje é o bairro do Engenho Novo, em que seu nome aparece como uma referência do local.

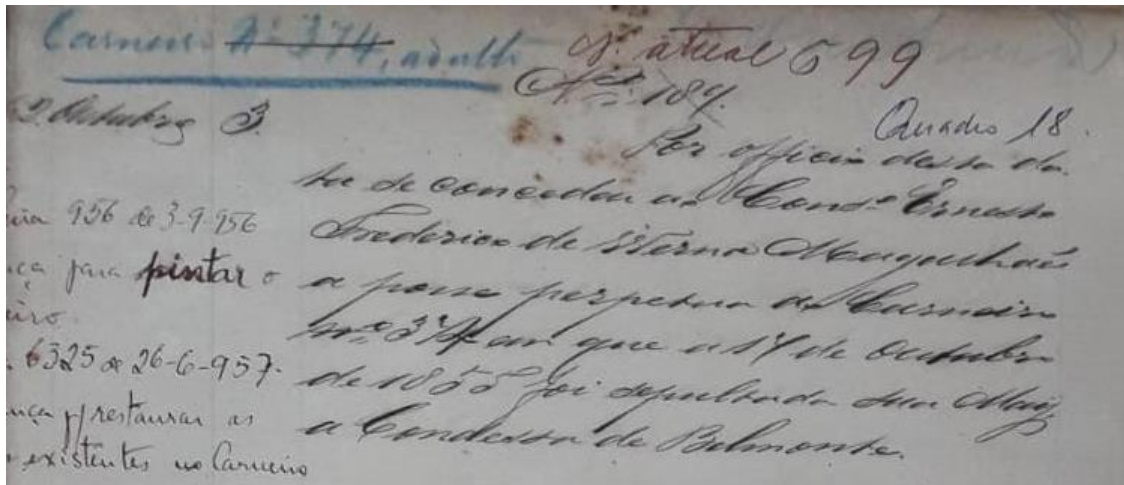
Diante das informações coletadas nos periódicos, e após análise à luz de Tânia de Luca (2011), percebe-se que a mulher de que trata esta tese, Mariana Carlota de Verna, a Condessa de Belmonte, foi uma figura importante na sociedade no período do Segundo Reinado. As notícias dão pistas dos hábitos, de suas obrigações e funções na casa imperial, como também da sua influência em determinados acontecimentos.

Para finalizar a narrativa sobre seu falecimento e trazendo-a para os dias atuais, buscou-se no livro de registros de sepultamentos do cemitério São Francisco Xavier⁹⁸, no bairro do Caju, no município do Rio de Janeiro, conforme a Figura 18, a localização do túmulo da condessa.

Ainda no documento de assentamento do túmulo, foi possível verificar que o filho da Condessa de Belmonte, Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho, se encontra sepultado no mesmo local (Figura 19). A partir da localização foi possível encontrar e fotografar o monumento funerário (Figura 20) que abriga os restos mortais de Mariana Carlota de Verna, a Condessa de Belmonte, e de seu filho, Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho.

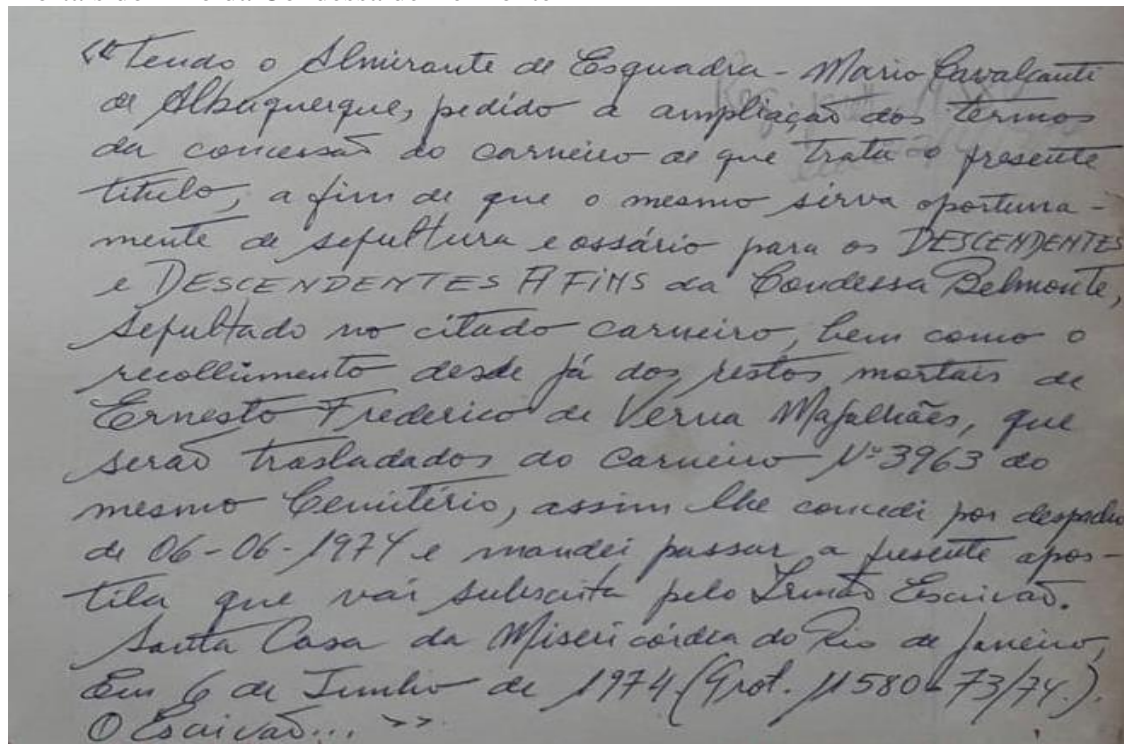
⁹⁸ Até meados do século XIX existiam espaços específicos para enterrar os pobres, os escravos, os ingleses e a elite carioca. A partir de 1851, a Santa Casa de Misericórdia responsabilizou-se pela construção e pelo gerenciamento dos cemitérios públicos e dos serviços funerários. Seu provedor à época, José Clemente, após obter uma extensa área de terras na região do Caju, conhecida como Fazenda do Murundu, inaugurou o primeiro e vultoso cemitério, denominado São Francisco Xavier, para atender a todas as classes sociais (ALVES, 2007)

Figura 18 - Trecho do documento de assentamento do túmulo da Condessa de Belmonte⁹⁹



Fonte: Livro 3 CP folha 68 de concessão do cemitério São Francisco Xavier.

Figura 19 - Trecho do documento de assentamento com a transferência dos restos mortais do filho da Condessa de Belmonte¹⁰⁰

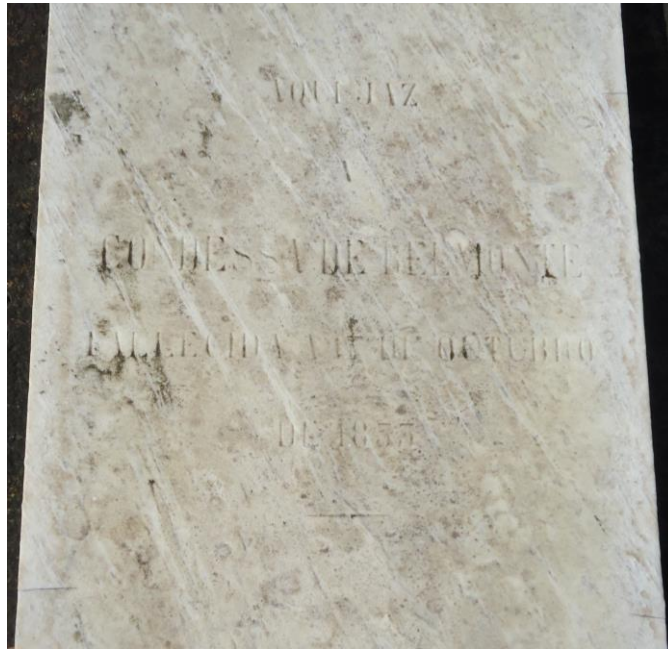


Fonte: Livro 3 CP folha 68 de concessão do cemitério São Francisco Xavier.

⁹⁹ Transcrição da Figura 18 - Por officio dessa data de conceder ao Conde Ernesto Frederico de Verna Magalhães a posse perpetua de Carneiro n.º 374 em que a 17 de outubro de 1850 foi sepultada sua May, a Condessa de Belmonte.

¹⁰⁰ Transcrição da Figura 19 - Tendo o Almirante de Esquadra – Mario Cavalcanti de Albuquerque, pedido a ampliação dos termos da concessão do carneiro de que trata o presente titulo, a fim de que o mesmo sirva oportunamente de sepultura e ossário para os DESCENDENTES e DESCENDENTES AFINS da Condessa Belmonte, sepultado no citado carneiro, bem como o recolhimento desde já dos restos mortais de Ernesto Frederico de Verna Magalhães, que serão trasladados do carneiro n.º 3963 do mesmo Cemitério, assim lhe concedi por despacho de 06-06-1974 e mandei passar a presente apostila que vai subscrita pelo Irmão Escrivão. Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Em 6 de Junho de 1974 (Prot. 11580.73/74) O Escrivão...

Figura 20 - Fotografia da lápide onde estão os restos mortais da Condessa de Belmonte¹⁰¹



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora.

A lápide no túmulo da condessa já está quase apagada, o que dificulta a compreensão exata do que está escrito. Trata-se de um monumento funerário simples, sem nenhuma escultura, com moldura de cantaria, de mármore claro. Não há imagens, não há fotografias, é um túmulo de tijolo, colocado entre tantos outros. É bastante surpreendente que o último vestígio da condessa, uma mulher tão importante, seja um monumento esquecido historicamente, no meio de tantos outros túmulos do cemitério São Francisco Xavier (Figura 21).

Figura 21 - Fotografia da lápide da Condessa de Belmonte e de parte da quadra com outros túmulos.



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora.

¹⁰¹ Transcrição da Figura 20 - Aqui jaz a Condessa de Belmonte falecida a 17 de outubro de 1855.

A partir da síntese apresentada sobre a condessa, terminando com os vestígios que se têm hoje, que qualquer um passante pelas ruas do cemitério do Caju pode ver, na quadra 18, número 699, foi possível apresentar uma parte de sua trajetória, uma história que foi silenciada como a de tantas outras mulheres do seu tempo.

De acordo com Albuquerque (1946), Mariana Carlota de Verna era uma mulher:

Discreta, sem projeção pública, tão dissemelhante nêsse, como noutros aspectos – mas de igual ânimo voluntarioso e forte – ao ruidoso homem de estado, que veio, em porfiado páreo, desigual e difícil, disputar-lhe a autoridade nos salões de São Cristóvão e infligir à sua influência preponderante, na côrte e no ânimo do imperador-menino, os riscos de uma competição desabrida, a Condessa de Belmonte, a veneranda e altiva vencedora do “colosso” abatido, precisa ser melhor conhecida e emergir das sombras iníquas, em que mergulham a sua virtuosa e memorável existência (p. 183).

Dessa forma, a seguir, a história dessa mulher será apresentada no capítulo 2 desta tese, que discutirá a educação de D. Pedro II, a Regência, o cotidiano do palácio e o contexto político em que se inserem os acontecimentos narrados.

2 A EDUCAÇÃO DE D. PEDRO II, A REGÊNCIA E AS INTRIGAS PALACIANAS

Quando D. Pedro II nasceu, a monarquia no Brasil enfrentava um momento difícil, iniciado após a dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823, que teve como consequência a organização de um movimento separatista e republicano, a Confederação do Equador¹⁰², organizado por Frei Caneca¹⁰³. Apesar de ter derrotado esse movimento, D. Pedro I julgou sumariamente seus líderes e os mandou para o enforcamento ou fuzilamento, fato que deixou os brasileiros, especialmente os liberais, chocados e descontentes com a monarquia (CARVALHO, 2007).

Além disso, ainda havia a crise conjugal, que também reverberava em sua imagem política, pois era casado com a arquiduquesa Leopoldina, filha do Imperador da Áustria, mulher de fina educação e inteligência notável, mas tinha várias amantes, sendo a favorita delas, Domitila, a futura Marquesa de Santos, a quem fazia questão de exibir publicamente, deixando a esposa humilhada e o povo, que a admirava, ainda mais revoltado com o imperador.

Segundo Carvalho (2007), Leopoldina atuava na política, chegando a ser regente por ocasião de uma viagem de D. Pedro I, e também presidiu a reunião que decidiu pela independência do Brasil. Rezzutti (2019a, p. 31) afirma que ela “foi educada como uma mulher apta a governar”, inclusive foi quem articulou o Dia do Fico, em 1822.

O nascimento de D. Pedro II, 2 de dezembro de 1825, acabou por fortalecer a monarquia naquele momento conturbado. O imperador proclamou a Independência do Brasil e deu-lhe um herdeiro ao trono, um brasileiro legítimo. Houve muita comemoração ao seu nascimento, com três dias de festas com sons de canhões e de sinos (REZZUTTI, 2019a).

Foi nessa época que Mariana Carlota de Verna se instalou no Paço de São Cristóvão, a serviço da família imperial, para assumir o cargo de aia do pequeno Pedro II. Em carta

¹⁰² Foi um movimento que inicialmente lutava por um sistema constitucional próximo de uma federação e propôs uma nova organização política em que os estados seriam autônomos e o poder executivo, composto pelo presidente, deveria seguir e fazer respeitar as leis feitas pelo Poder Legislativo. Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5229&Itemid=283 . Acesso em: 07 ago. 2020.

¹⁰³ Joaquim do Amor Divino Rabelo nasceu em Recife (PE), em 1779, e morreu na mesma cidade, em 13 de janeiro de 1825. Foi padre carmelita, intelectual, juntou-se aos liberais na luta pela independência e pela república. Participou de uma revolta pernambucana em 1817, e por isso ficou preso por quatro anos. Após ser solto, fundou o jornal Tífis Pernambucano, em que colocava suas ideias revolucionárias. Em julho de 1824 participou de outra revolta, a Confederação do Equador, na qual foi derrotado e seus líderes sentenciados à morte. Frei Caneca foi fuzilado em 13 de janeiro de 1825. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/177569-frei-caneca/>; [https://www.ebiografia.com/frei_caneca/#:~:text=Frei%20Caneca%20\(1779%2D1825\),20%20de%20agosto%20de%201779](https://www.ebiografia.com/frei_caneca/#:~:text=Frei%20Caneca%20(1779%2D1825),20%20de%20agosto%20de%201779) . Acesso em: 07 ago. 2020.

endereçada a seu filho, Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho, e datada de 27 de janeiro de 1826, ela relatou sua satisfação com o cargo e com o reconhecimento que estava tendo.

[...] bem recompensada com o bom tratamento que tenho recebido do Imperador. Estou tratando o nosso Príncipe, o que dá para suavisar as minhas penas e todo o trabalho que tenho, a que me vou acostumando com perfeita saude, e tudo fica pago com a cara alegre e a aprovação do Pai. A tudo que eu faço ainda não achou nenhuma recommendação a fazer, sempre me diz “Você entende d’isto melhor do que eu” é quanto se póde desejar, de sorte que todos à proporção seguem o mesmo... emquanto aos demais, esteja descansado, que estou muito bem. [...] No quarto do Príncipe reina uma paz podre, desde nós até a moça do quarto. Todos os dias ouço só dizeres de felicidade em que se reputão por estarem connosco. Eu sou advogado de todos e qualquer cousa que querem veem ter commigo, de sorte que me julgo como em minha casa. Isto dirás tu, he muita presumpção, mas tambem te conto para que saibas que não tens uma mãe tão má... (RAFFARD, 1899, p. 161).

Henri Raffard (1899) conta-nos que Leopoldina confiava inteiramente em Mariana Carlota de Verna e em sua filha Maria Antonia para cuidarem da princesa Francisca e do príncipe herdeiro¹⁰⁴.

A imperatriz dividia-se entre a função de mãe, os estudos a que se dedicava e a participação na política. Enfrentava muitos problemas de ordem pessoal, desde a saída de seus amigos José Bonifácio e Maria Graham do palácio até as humilhações que passava com a presença da Marquesa de Santos em sua casa e em toda a corte (CARVALHO, 2007).

No mesmo ano, em 1826, em carta para a amiga e ex-preceptora de seus filhos, Maria Graham, desabafou: “Estou desde há algum tempo em uma melancolia realmente negra” (CARVALHO, 2007, p.15). Viveu em solidão e até mesmo em depressão até sua morte, também em 1826, na ocasião com 29 anos.

A sra. D. Maria Leopoldina, filha de Francisco II da Allemanha e I de Austria, rei da Hungria e da Bohemia, buscára no céu guarida para as muitas virtudes que na terra a haviam adornado, e deixára tão só no mundo o filho querido, assim como as infantas, suas irmãs, D. Maria, que foi rainha de Portugal, D. Januária e D. Francisca, unicos sobreviventes d’aquelle enlace, de poucos annos mais velhas do que elle, e que como elle deviam tambem as vicissitudes da politica deixar tão cedo orpham do paternal carinho (BELLEM, s.d., p. 12-13).

Em 11 de dezembro de 1826 a Imperatriz Leopoldina morreu devido a complicações após um aborto espontâneo. Houve grande consternação na cidade, pois ela era muito querida e admirada por todos.

Após a morte de Leopoldina, D. Pedro I ainda manteve o caso com a amante por mais dois anos e, em seguida, casou-se com a princesa alemã Amélia de Leuchtenberg. A princesa,

¹⁰⁴ Além de Pedro de Alcântara, D. Pedro I e Leopoldina tiveram mais seis filhos: Maria da Glória, D. Miguel, D. João, Januária, Paula Mariana e Francisca, mas os varões morreram antes de completarem um ano de vida. O imperador teve mais seis filhos reconhecidos, cinco com a Marquesa de Santos e uma com sua segunda esposa.

com 17 anos, chegou ao Rio de Janeiro em 16 de outubro de 1829, já casada por procuração com ele.

A popularidade de D. Pedro I só diminuía, pois além de perder a Imperatriz Leopoldina em meio a boatos sobre as circunstâncias de sua morte, perdeu a Guerra da Cisplatina¹⁰⁵, manteve conflitos frequentes com a Câmara dos Deputados e também foi acusado de se exceder na questão da sucessão do trono português¹⁰⁶ para garantir a vaga para sua filha Maria da Glória.

Em 1831 a situação chegou ao limite, e o imperador foi a Minas Gerais em busca de apoio, como fez em 1822, mas dessa vez foi recebido com hostilidade. Segundo Freitas (2001), D. Pedro I não era mais o mesmo. Sua atenção estava voltada à nova esposa e à obsessão em entregar o trono de Portugal para sua filha D. Maria II. E, dessa forma, os liberais consideravam-no como o principal defensor dos interesses portugueses e não dos interesses do povo brasileiro.

Acontecia que os portugueses eram, aqui, tudo o que havia de pior. Ansiosamente procuravam monopolizar o comércio, a agricultura, a política, e os assessores íntimos do imperador, os homens que eram os principais responsáveis por seus atos extremados, eram portugueses: o resultado inevitável era uma exaltação nativista. Com ela, a crise se aproximava (FREITAS, 2001, p. 48).

Na sequência houve a chamada Noite das Garrafadas, que foi um conflito entre brasileiros e comerciantes portugueses, e a dissolução de um ministério composto por deputados para substituí-lo por marquês. Este último fato causou uma manifestação de cerca de quatro mil pessoas, em frente ao Campo de Santana, solicitando que retomassem o ministério. Como não aceitou a imposição, sua alternativa foi abdicar o trono em 07 de abril

¹⁰⁵ Foi um confronto que ocorreu de 1825 a 1828, entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, hoje Argentina, com o objetivo de dominar a região da Cisplatina, atual Uruguai. A Coroa Portuguesa havia incorporado esse território em 1821, mas quatro anos depois iniciou-se na Cisplatina um movimento pela independência da região, que contou com o apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata, levando D. Pedro I a declarar guerra. No entanto, em agosto de 1828, o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata assinaram um acordo de paz, reconhecendo a independência da Cisplatina, que passou a se chamar República Oriental do Uruguai. Sobre o assunto, ver: CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946

¹⁰⁶ A crise pela sucessão ao trono português começou com a Independência do Brasil, em 1822, passou pela morte de D. João VI, em 1826, e durou até 1834. Com a morte de D. João VI, D. Pedro I passou a ser o legítimo herdeiro ao trono português e chegou a ser aclamado rei, mas abdicou de seu direito em favor de sua filha D. Maria da Glória, que deveria se casar com seu tio, D. Miguel. Porém, em 1828, D. Miguel assumiu o trono, contrariando os interesses do irmão. O reinado de D. Miguel foi marcado por lutas entre os liberais constitucionais e os absolutistas (miguelistas), encontrando resistência da Inglaterra e da França. Em 1831, devido à abdicção de D. Pedro I ao trono do Brasil, este foi para Portugal lutar pelo direito de sua filha em assumir o posto de rainha de Portugal. A guerra civil durou até 1834, quando D. Miguel foi derrotado e D. Maria da Glória foi nomeada rainha. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/ha-189-anos-d-pedro-abdicava-trono-brasil> ; <http://arqnet.pt/dicionario/miguel1.html> . Acesso em: 25 ago. 2020.

de 1831, em favor de seu filho. Antes de voltar para Portugal, nomeou José Bonifácio como tutor do futuro imperador, por decreto.

Prefiro descer do trono com honra a governar desonrado e envilecido. Não nos iludamos. A contenda se tornou nacional. Todos quanto nasceram no Brasil estão no Campo e contra mim. Não me querem para governo porque sou português. Seja por que meio for, estão dispostos a se livrarem de mim. [...] Meu filho tem uma vantagem sobre mim, é brasileiro e os brasileiros gostam dele. Reinará sem dificuldade e a Constituição lhe garante os direitos. Descerei do trono com a glória de findar como príncipe, constitucionalmente (DÓRIA apud REZZUTTI, 2019a, p. 57).

Sem acordar os filhos menores, D. Pedro I partiu para a Europa com a esposa, D. Amélia, a irmã e o cunhado, sendo seguido por sua filha D. Maria II e parte de sua corte. No dia seguinte, o Congresso Nacional recebeu a renúncia e aprovou uma regência provisória, que decidiu reinstalar o ministério que D. Pedro I havia dissolvido. A solução encontrada foi eleger uma regência temporária para reinar enquanto D. Pedro II não alcançasse a maioridade.

No dia 09 de abril, o menino D. Pedro II, órfão de mãe e, agora, sem o pai e a madrasta, foi levado ao Paço da Cidade na companhia de Mariana Carlota de Verna, sua aia, para ser aclamado imperador. Houve um cortejo pelas ruas até a capela imperial, onde foi celebrado o Tedeum. O povo glorificou o menino e o que ele significava naquele momento: a verdadeira consolidação da independência nacional (LYRA, 1977; CAMPOS, 1871). O fervor da multidão era tamanho que, num determinado momento, soltaram os animais e puxaram o coche até a igreja.

Sentado ao fundo do carro, “como um deus de amor”, o jovem Imperador nada podia compreender, na despreocupação dos seus cinco anos, da cena histórica que os seus olhinhos azuis ali presenciavam. Às aclamações repetidas do povo, que comprimia a carruagem, ele respondia com o mais inocente sorriso infantil, cheio de curiosidade e de ternura. Ao seu lado, velando pela perfeita compostura do Monarca, segredava-lhe de vez em quando D. Mariana de Verna: *Imperador, cumprimente; cumprimente, Imperador*. E o menino, muito solene, muito compenetrado, mas já desde então muito dócil e obediente, balançava a cabecinha loura, ora para a direita, ora para a esquerda (LYRA, 1977, p. 18).

É possível perceber em momentos como esse, do cortejo do menino, que sua imagem já estava sendo retratada com uma narrativa repleta de emoção e significado. Outro exemplo é na publicação da carta de D. Amélia, madrasta de D. Pedro II, pedindo que todas as mães brasileiras cuidassem do menino como se fosse seus filhos. Assim, o príncipe passou a ser visto como o pupilo da nação e o salvador da pátria (SCHWARCZ, 1998). Burke (2009) esclarece que a figura de um rei exerce um poder que atrai e intimida os fiéis, um poder quase mágico. Sua representação é definida em sentido duplo, o primeiro é mortal, permeado de emoções, vícios e coisas comuns a todos, mas o segundo é sacralizado e representa o poder

divino, o homem enviado por Deus para governar um povo. Segundo Bourdieu (2007), esse poder simbólico foi notadamente usado para fins políticos pela monarquia moderna.

Voltando ao momento de aclamação de D. Pedro II, Paulo Rezzutti (2019) ressalta que o menino se encontrava assustado e banhado em lágrimas, e que a futura Condessa de Belmonte foi a responsável por acalmá-lo. Mais uma vez Mariana Carlota de Verna foi uma figura importante em um momento marcante da história de vida de D. Pedro II. Sua Dadama, com a vacância dos pais, assumia um papel ainda mais primordial em sua vida, não apenas de cuidadora, mas sim de uma referência afetiva.

No mesmo dia, o menino, com a ajuda de Mariana Carlota de Verna, escreveu uma carta de despedida ao pai:

Meu querido Pay e meu Senhor. Quando me levantei e não achei a V. M. I e a Maman p^a lhe beijar a mão não me podia conçolar nem posso meu querido papa peço a V. M. I. nunca se esquece deste filho que sempre heide guardar a obediencia respeito e amor ao melhor dos Pays tão cedo perdido para seu filho beija respeitoso as augustas mãos (RANGEL, 1945, p. 63).

Nesse contexto, a seguir será abordada a situação política instalada no Paço de São Cristóvão após a abdicação de D. Pedro I ao trono, em favor do jovem monarca, incluindo a nomeação dos regentes que governaram o Brasil até D. Pedro II atingir a maioridade, a escolha do tutor, as intrigas palacianas e o envolvimento de Mariana Carlota de Verna nessas articulações.

2.1 “Os órfãos da Quinta”: os tutores, a preceptora, os regentes e as intrigas

Com a saída de D. Pedro I, os deputados e senadores elegeram três governantes (Marquês de Caravelas¹⁰⁷, Senador Vergueiro¹⁰⁸ e o general Francisco de Lima e Silva¹⁰⁹)

¹⁰⁷ José Joaquim Carneiro de Campos, o marquês de Caravelas, nasceu em Salvador em 4 de março de 1768. O propósito dos seus pais é que ele seguisse vida sacerdotal, e por isso foi enviado nos seus primeiros anos de vida para o mosteiro de S. Bento, para completar seus estudos até se tornar monge beneditino. Conseguiu convencê-los que não era sua vocação e foi para Portugal cursar direito na Universidade de Coimbra. Assumiu função pública em Portugal e no Brasil, foi convidado a servir na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, criada no Rio de Janeiro quando D. João VI chegou ao Brasil. Foi deputado, senador pela província da Bahia, elevado aos títulos de visconde e marquês de Caravelas. Faleceu no Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1836 (SISSON, 1999, vol. 2).

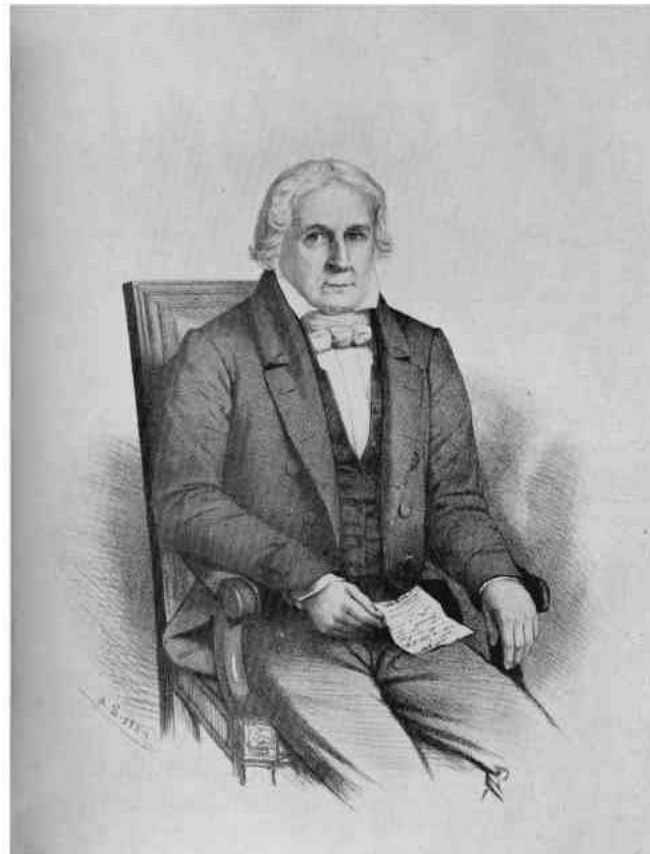
¹⁰⁸ Nicolau Pereira de Campos Vergueiro nasceu em Portugal em 20 de dezembro de 1778. Em 1801 formou-se em direito na Universidade de Coimbra e no ano seguinte passou a residir na província de São Paulo e exercer o ofício de advogado. Foi nomeado membro do governo provisório do Brasil. Exerceu funções de deputado e senador, e votou pela maioridade do Imperador D. Pedro II como necessidade imprescindível. Faleceu no Rio de Janeiro em 18 de setembro de 1859, aos 80 anos (SISSON, 1999, vol. 1).

¹⁰⁹ Nasceu no Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1785. Dentre as funções que exerceu, foi marechal, comendador e regente do Império. Prestou serviços notáveis na época da independência, era considerado um militar completo. Além disso, tinha apreço paternal por D. Pedro II e foi ele quem leu o decreto que proclamou o

para ocupar a regência interina, ou seja, o período transitório de 1831 a 1840, até que o futuro imperador alcançasse a maioridade. A primeira providência foi publicar a determinação de D. Pedro I: a nomeação de José Bonifácio (Figura 22) como tutor do jovem monarca (CAMPOS, 1871).

Figura 22 – José Bonifácio de Andrada e Silva

OS CONTEMPORANEOS



Alves 1871

1871 & W. A. H. & Co.

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE.

José Bonifácio de Andrada e Silva

Fonte: SISSOM, 1999, p. 166.

Porém, mesmo com data retroativa à abdicação, o documento de D. Pedro I não foi aceito, com a alegação de que a nomeação feria a Constituição de 1824, que designava à Assembleia-Geral essa atribuição. Na verdade, havia uma luta pelo poder, e a pessoa que estivesse por trás do jovem monarca obviamente teria certa influência sobre ele. Dessa forma, era preciso limitar o poder do tutor, regulamentando suas funções, o que foi feito em 23 de

jovem monarca Imperador do Brasil. Faleceu em 2 de dezembro de 1853, no Rio de Janeiro (SISSON, 1999, vol. 1).

abril de 1831. Na sequência, em 30 de junho, a Assembleia elegeu José Bonifácio como tutor de D. Pedro II e suas irmãs (RANGEL, 1945).

Além de ilegal, aos olhos dos políticos, a nomeação de José Bonifácio feita por D. Pedro I era perigosa, uma vez que não havia, até então, instrumentação jurídica para que a Assembléia ou mesmo o governo pudessem substituir, se necessário, o tutor. Agora com a lei havia, e o artigo 2º do decreto demonstrava bem o que se temia: **Este tutor não terá parte em ato algum político em nome de seus pupilos** (REZZUTTI, 2019a, p. 66, grifo nosso).

Com menos poder, José Bonifácio tomou posse da função de tutor após quatro meses da partida de D. Pedro I, em 24 agosto de 1831. De abril a agosto quem ocupou o cargo foi o Marquês de Itanhaém.

Mesmo com toda a crise e embate político no período de Regência, para José Bonifácio o jovem monarca significava dois de seus principais objetivos na vida: a monarquia e a unidade do país (CARVALHO, 2007).

Quando assumiu o cargo, José Bonifácio já contava 68 anos. Veio de uma família rica de Santos e era formado em Direito e Mineralogia na Europa. Em Portugal ocupou os cargos de professor de metalurgia, de secretário-geral da Academia Real das Ciências e também lutou contra o exército de Napoleão. Retornou ao Brasil em 1819, onde foi vice-presidente da província de São Paulo. Pensava em um projeto renovador para o estado brasileiro, como o aumento de número de escolas, a implantação de uma universidade e o fortalecimento do governo executivo. Também lutava para o término da escravidão e para que as terras improdutivas de grandes latifundiários fossem para o governo, que as distribuiria para povoar o interior do país (REZZUTTI, 2019a).

Diante dessas ideias, é de se esperar que alguns grupos que estavam no poder temessem a influência de José Bonifácio na formação dos príncipes. E, justamente por isso, a sua posse foi adiada até que houvesse uma regulamentação limitando seus poderes.

Apesar do controle da regência, a direção da educação do imperador menino e de suas irmãs era do tutor, e, para auxiliá-lo na tarefa, os menores tinham Mariana Carlota de Verna. A futura Condessa de Belmonte procurava manter D. Pedro I sempre informado do que ocorria no Paço da Cidade, especialmente no que dizia respeito à educação e saúde dos filhos do monarca, conforme explícito no trecho da carta datada de 23 de outubro de 1831:

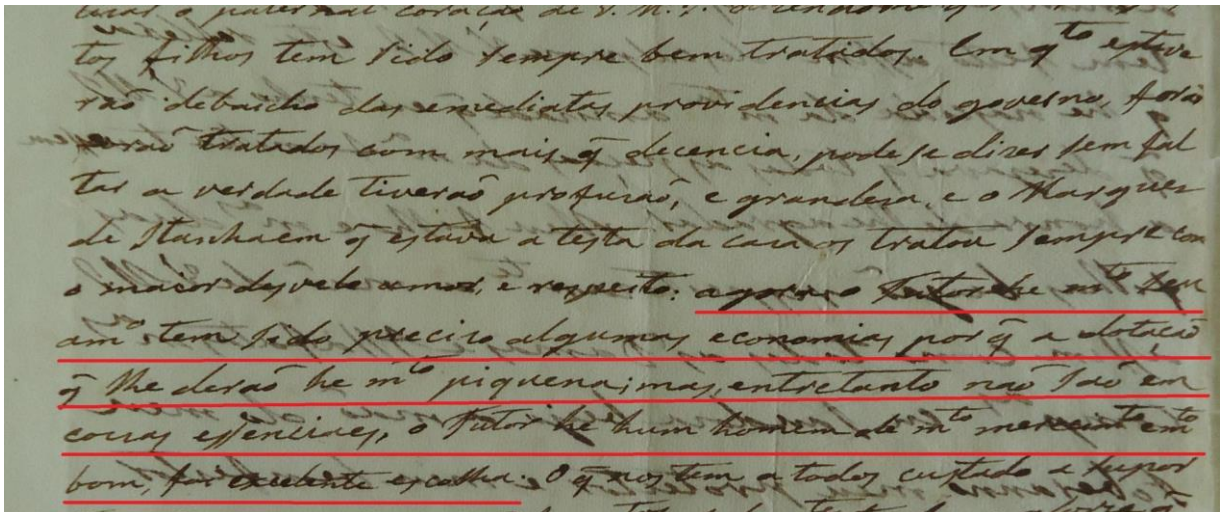
O Imperador, este menino raro em tudo, esta adiantadissimo, esta lêndo portugues quase corretam^e., lê tambem ingles e vai agora ler frances, q principiando agora a dar lições regulares com M^r. Boiret; faz-lhe os cadernos de palavras, pergunta-lhe e sem estudar responde-lhe a todas. Sabe todas as palavras, esta aprendendo gramatica, isto sem ter ainda 6 annos. Faz hum gosto tal com as lições q elles tomão em classe todos juntos, q, estando com hum destes pequenos emcomodos e não

podendo sahir do quarto p^a hir dar lição com as manas, desatou a chorar e foi preciso mudar a casa de lição p^a o quarto d'elle, e apesar d'estar com a cara inchada não perdeu lição nenhuma, sem q ninguém o obrigasse ou persuadissee, tem o melhor carater possível: franco, docil, polido e alegre, assim tão bem as Princesas, que são huns anjinhos.¹¹⁰

Também em outra missiva, escrita em 1826, quando o jovem monarca ainda se encontrava com meses de idade e em companhia de sua mãe, Mariana Carlota de Verna ressaltava a natureza pródiga do menino e a saudade que todo o povo sentia de D. Pedro I, que se encontrava em viagem à Bahia. Além disso, fica nítido o perfil cortesão com que se reportava ao imperador e sua família, demonstrando respeito, humildade e gratidão: “Quando a saudade he justa e geral em todos q’ farei eu Senhor q’ não só como todos os mais, estou longe do meu Soberanno e Amo, mas do meu Bemfeitor a q^m tudo devo a q^m amo logo a baicho de Ds”¹¹¹.

Retomando a análise da carta escrita em outubro de 1831, percebe-se que, no início de seu período como tutor, José Bonifácio mantinha uma boa relação com Mariana Carlota de Verna, como pode ser verificado no relato feito por ela em destaque na Figura 23.

Figura 23: Trecho da carta de Mariana Carlota de Verna para D. Pedro I, de 23 de outubro de 1831¹¹²



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo/nº 05/2021.

De acordo com Gomes (2004), analisar cartas não é uma tarefa fácil de fazer e requer muita atenção, pois essas fontes, principalmente se forem manuscritas, não costumam ser

¹¹⁰ CARTA DA CONDESSA DE BELMONTE PARA D. PEDRO I. Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo I-POB-23.10.1831-Mag c.

¹¹¹ CARTA DA CONDESSA DE BELMONTE PARA D. PEDRO I. Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo I-POB-05.02.1826-Mag c 1-2.

¹¹² Transcrição da Figura 23 - Agora o tutor he m^o seu am^o tem sido preciso algumas economias por q a dotação q lhe devão he m^o piquena; mas entretanto não são em coisas essenciaes, o tutor he hum homem de m^o merecim^{to} e m^o bom, foi excelente escolha.

muito legíveis. Ainda assim, e apesar de a carta estar com a tinta do verso aparente, é possível fazer a transcrição e perceber que, no trecho destacado, a aia enaltece o tutor, atribuindo-lhe adjetivos: “[...] *he um homem de m^{to} merecim^{to} e m^{to} bom, foi excelente escolha*”.

Em 09 de novembro do mesmo ano, o tutor a nomeia primeira-dama do imperador, com ordenado mensal de 80\$000, reconhecendo os serviços prestados por ela. Porém, esse quadro mudou com o passar do tempo (RANGEL, 1945). O estranhamento entre os dois iniciou-se quando o tutor nomeou Ana Romana de Aragão Calmon, a Condessa de Itapagipe, para o cargo de camareira-mor, deixando Mariana Carlota de Verna e a outra aia, D. Joana, insatisfeitas por se sentirem preteridas (FREITAS, 2001). Com isso, José Bonifácio, que já enfrentava resistências na política, também as encontrou dentro do palácio. Formaram-se dois grupos entre as damas do paço, um com a Condessa de Itapagipe e a sobrinha de Mariana Carlota de Verna, D. Joaquina Adelaide de Verna e Bilstein, e outro com Mariana Carlota de Verna, sua filha Maria Antonia, sua sobrinha D. Maria José de Verna e Bilstein e as irmãs D. Marianna e D. Joanna Pinto (RAFFARD, 1899.).

[...]A Sra. Condessa de Itapagipe, Dama de sua Magestade com 80\$ de vencimentos mensaes, que por portaria de 1º de março de 1832 passou a ser Camareira-mór, vencendo mensalmente 110\$000 (RAFFARD, 1899, p.344).

Segundo Rangel (1945), o jeito cortês de Mariana Carlota de Verna e a soberba e presunção de José Bonifácio colocaram-nos em posições incompatíveis, com um desagradando o outro. Para o autor, José Bonifácio era um homem culto e amigo, porém um tanto ríspido, e “não suportaria com bonomia aquele ninho de invejas e apetências de vário emprêgo e meia altura, na rondagem administrativa e doméstica de uma casa...” (p. 85). Decerto que havia muita disputa por poder naquela casa, e Mariana Carlota de Verna encontrava-se talvez no centro dessas questões, uma vez que era uma pessoa de prestígio por ser bem próxima de D. Pedro I e cuidadora de seu filho. E, como o tutor era a figura máxima dentro do Paço de São Cristóvão, tratando de todos os encargos da educação das crianças e do funcionamento da casa, acredita-se que tenha entrado em conflito com Mariana Carlota de Verna por julgar que algumas decisões ou formas de agir daquela senhora se chocavam com o que ele acreditava ser correto. Um exemplo dessa divergência de opiniões pode ser notado quando José Bonifácio soube que os brinquedos das crianças ficavam trancados por ordem da segunda esposa do imperador, D. Amélia, que diariamente escolhia um para cada enteado brincar e depois o guardava novamente em seu quarto. O homem ordenou que entregassem todos os brinquedos, exclamando: “Acabou-se o monopólio; podeis brincar com tudo, pois tudo isso vos pertence.” (RANGEL, 1945, p. 85). Esse fato demonstra que o tutor acreditava

que as crianças, apesar de seus inúmeros deveres, incluindo as horas destinadas ao estudo, tinham o direito de brincar e de escolher seus brinquedos.

Outra questão que Rangel (1945) levanta é a possibilidade de o tutor ter como princípio que a educação de um príncipe deveria ser dada exclusivamente por homens, tendo, dessa forma, um certo receio da supremacia feminina que Mariana Carlota de Verna exercia na educação de D. Pedro II. Entretanto, trata-se de uma suposição que o tutor tenha lido e aprovado um manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris que sustenta oposição às mulheres no que tange à educação de D. João V.

Já Henri Raffard (1899) acredita que José Bonifácio foi influenciado a achar que Mariana Carlota de Verna conspirava contra ele e arquitetava sua saída com a esposa de Aureliano de Souza Coutinho¹¹³, seu desafeto, e do mordomo Paulo Barbosa¹¹⁴.

O que se sabe ao certo é que no palácio se instituíram dois lados: um que apoiava o tutor, e outro contrário a ele. E essa divisão interna foi percebida por grupos políticos opostos a José Bonifácio, que a utilizaram para conseguir o seu propósito, de destituir o tutor. O chamado Clube da Joana¹¹⁵, nome dado a um grupo de áulicos e políticos do qual o ministro da justiça, Aureliano Coutinho, juntamente com Paulo Barbosa, fazia parte, opunha-se a José Bonifácio e temia a volta de D. Pedro I.

Durante o período em que esteve à frente do Palácio, José Bonifácio não se dedicou integralmente à função de tutor, pois estava envolvido com a política. Três grupos brigavam pelo controle da Regência: os caramurus¹¹⁶ – velhos monarquistas; os farroupilhas¹¹⁷ – radicais antiabsolutistas; e os liberais moderados¹¹⁸ – que lutavam pela monarquia constitucional. Esse último grupo manteve-se no poder durante todo o período de Regência.

¹¹³ Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho nasceu em Niterói, em 21 de julho de 1800 e faleceu na mesma cidade em 1855. Exerceu funções renomadas na corte, dentre elas a de ministro da Justiça, das Relações Exteriores, além de presidente de duas províncias (MARIZ, 2016).

¹¹⁴ Paulo Barbosa da Silva nasceu em 15 de janeiro de 1790 em Sabará/MG. Foi mordomo do paço, função de prestígio, responsável pela administração da casa imperial. Faleceu em 28 de janeiro de 1868. (MARIZ, 2016).

¹¹⁵ Esse nome foi dado porque as reuniões aconteciam na chácara do mordomo, que ficava na proximidade do Paço de São Cristóvão e ao lado do Rio da Joana (REZZUTTI, 2019a).

¹¹⁶ Grupo filiado ao liberalismo conservador, que defendia a monarquia constitucional centralizadora, firmada na Constituição de 1824, uma parte dos caramurus apoiava a restauração de D. Pedro I como imperador (BASILE, 2007).

¹¹⁷ Designação dos liberais extremistas que se opunham à monarquia. Esse grupo publicava notícias em jornais como *a Jurubeba dos Farroupilhas* e *a Matraca dos Farroupilhas*. O nome Farroupilha foi usado para chamar a guerra que aconteceu entre a Província do Rio Grande de São Pedro e o governo imperial. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tem/v19n35/aop_mr0055_13.pdf ; <https://www.scielo.br/pdf/alm/n4/2236-4633-alm-04-00130.pdf> . Acesso em: 18 ago. 2020.

¹¹⁸ Os liberais moderados formavam o grupo que, apesar de aceitar alterações na Constituição, defendia a manutenção do centralismo político e a monarquia constitucional. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/297-partidos-politicos-no-periodo-imperialtesouraria> . Acesso em: 18 ago. 2020.

De acordo com Carvalho (2007), o tutor de D. Pedro II aliou-se aos caramurus e chegou a participar de conspirações até mesmo dentro do Paço de São Cristóvão, almejando o retorno do imperador, e, com isso, suas relações com a Regência ficaram insustentáveis.

Em meio a tanto caos, mais um golpe, desta vez do destino, era dado ao tutor: a princesa Paula Mariana, aos 9 anos, morreu de impaludismo e hepatite, em 16 de janeiro de 1833¹¹⁹. O falecimento da menina abalou severamente seus irmãos e todos da casa, inclusive Mariana Carlota de Verna, que cuidou da princesa durante os onze dias em que esteve doente e a segurou nos braços no momento de sua morte (CALMON, 1938).

Como ele era o responsável pelo bem-estar das crianças, o falecimento de uma delas colocava em dúvida a competência na execução do seu trabalho (FREITAS, 2001).

No auge das intrigas palacianas, em agosto de 1833 Mariana Carlota de Verna e sua filha Maria Antonia foram demitidas de seus cargos por José Bonifácio, que nomeou a camareira-mor, a Condessa de Itapagipe para ocupar concomitantemente o cargo de aia de D. Pedro II. Mesmo após sua saída, Mariana Carlota de Verna conservou seus aposentos no palácio, pois continuava a frequentá-lo, especialmente quando o jovem monarca se encontrava doente (RAFFARD, 1899).

Deprehende-se de cartas escriptas pelo Sr. D. Pedro II e pela Sra. Princeza D. Francisca, que S. M. e S. A. muito sentirão a retirada das duas senhoras - as queridas Dadama e Totonia - como as chamavão e quando tivessem sido de mais idade bem certamente terião sabido manifestar o seu descontentamento” (RAFFARD, 1899, p.343)

Para Rangel (1945), José Bonifácio, ao retirar Mariana Carlota de Verna, assinou a própria sentença de expulsão, pois aquela portuguesa, a viúva do *Pequeno Catecismo Histórico*, tinha a simpatia de quase todos no paço e do “Club da Joana” (p.122).

Além disso, foi a mulher escolhida por D. Pedro I para cuidar de seu filho e, como já foi mencionado, mantinha correspondência frequente com o ex-imperador e gozava de muito prestígio e confiança. A esse respeito, ainda em 1833, D. Pedro I escreveu a Mariana Carlota de Verna, pois se encontrava preocupado com o fato de José Bonifácio não se dedicar integralmente aos seus filhos, por conta do seu envolvimento com a política:

Peço-lhe com tôda a eficácia, faça guardar o decoro devido aos meos filhos, e não permita de maneira alguma que pessoas desconhecidas, mal educadas, ou de conduta equívoca tenham trato ou conversação com ellas; muito me tem affligido o que por aqui se diz das companhias e reuniões, que ahi se fazem no Paço, de pessoas que

¹¹⁹ Paula Mariana Joana Carlota Faustina Matias Francisca Xavier de Paula Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga, quinta filha de D. Pedro I e da Imperatriz Leopoldina, nasceu em 17 de fevereiro de 1823 e recebeu esse nome em homenagem às províncias de São Paulo e Minas Gerais. Foi uma criança que viveu praticamente todo o tempo enferma e faleceu em 16 de janeiro de 1833, no Paço de São Cristóvão (REZZUTTI, 2015).

nem por nome conheço, mas de quem ouço dizer bem nem política nem moralmente; enfim, eu confio, que terá todo o cuidado, e que dirigirá meus filhos pelo caminho da virtude com a lição e bons exemplos (RANGEL, 1945, p. 151-152).

O trecho acima revela mais que o sentimento de preocupação de um pai com a educação dos filhos, ele deixa claro que havia um elo de confiança e respeito entre Mariana Carlota de Verna e D. Pedro I, como também o pano de fundo político em que estavam inseridos. Nesse sentido, Cunha (2019) afirma que por meio de cartas é possível transpor as barreiras do espaço e do tempo, transmitindo informações, afetos e significados embutidos em um pedaço de papel com tinta.

Voltando ao contexto político que envolvia José Bonifácio, no início de dezembro houve rumores de uma revolta organizada pela Sociedade Militar¹²⁰, e o governo, aproveitando-se disso, invadiu a sede dessa sociedade e de seus jornais. Rangel (1945) afirma que a chamada Sociedade Defensora¹²¹ (que representava os interesses da Regência) presidia todas as manobras de briga e de excitação do povo para elencar uma espécie de guerra civil e conseguir derrotar o grupo do qual José Bonifácio fazia parte.

A sociedade clamava pela saída do tutor. No dia 02 de dezembro, houve tumulto e gritos de “Abaixo o tutor!” em uma apresentação no Teatro São Pedro em que toda a corte estava presente. Nessa ocasião, ironicamente, o próprio ministro Aureliano Coutinho discursou tentando apaziguar os ânimos (RANGEL, 1945).

Finalmente, em 14 de dezembro, foi decretada a suspensão de José Bonifácio e nomeado o Marquês de Itanhaém como tutor, assim como foram expedidas portarias obrigando os responsáveis pelos principais serviços do Paço de São Cristóvão, da Fazenda de Santa Cruz e da Tesouraria da Casa Imperial¹²² a não aceitarem nenhuma ordem que viesse de José Bonifácio (RANGEL, 1945). No dia seguinte, o governo mandou que ele deixasse o Paço de São Cristóvão, mas José Bonifácio reagiu à ordem, enviando ao ministro do Império a seguinte carta:

¹²⁰ A Sociedade Militar ou Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira foi o grupo político fundado por José Bonifácio e seus irmãos em 11 de agosto de 1833 e pelo partido restaurador (caramurus) (RAFFARD, 1899). Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/297-partidos-politicos-no-periodo-imperial> . Acesso em: 18 ago. 2020.

¹²¹ A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional foi o grupo político organizado pelos liberais moderados. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/297-partidos-politicos-no-periodo-imperial> . Acesso em: 18 ago. 2020.

¹²² O Tesouro Nacional era encarregado da receita e despesa do Império tendo subordinado à ele as tesourarias das províncias. Ao tesoureiro geral competia inclusive as despesas da Casa Imperial. (BRASIL. Lei de 4 de outubro de 1831 - Dá organização ao Tesouro Publico Nacional e ás Thesourarias das Provincias). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37582-4-outubro-1831-564543-publicacaooriginal-88471-pl.html; <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/339-secretaria-de-estado-dos-negocios-da-fazenda>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Tendo de responder ao ofício de V. Exa. que acompanhava o Decreto da Regência de 14 do corrente, digo que não reconheço na mesma o direito de suspender-me do exercício de Tutor de Sua Majestade o Imperador e de Suas Augustas Irmãs. Cederei à força, pois que não a tenho; mas estou capacitado que nisto obro conforme a Lei e a razão; pois que nunca cedi a injustiças e a despotismos, há longo tempo premeditados, e ultimamente executados para vergonha deste Imperio. Os Juizes de Paz fizeram tudo para me commover; porém a tudo resisti, e torno a dizer que só cederei à fôrça (RANGEL, 1945, p. 156).

Diante da recusa em sair, a Regência mandou dez juizes de paz, juntamente com um grande reforço policial de mais de 240 soldados, para garantir que um senhor de 70 anos deixasse a casa. O ato era ilegal, pois somente a Assembleia poderia substituir o tutor, porém, em face de tamanha força policial, José Bonifácio, depois de sete horas de resistência, foi levado para sua chácara em Paquetá, onde deveria ficar numa espécie de prisão-exílio (FREITAS, 2001). Seu julgamento ocorreu dois anos depois, quando foi provada a “montagem grosseira e maldosa da trama que o derrubara” (p.54). José Bonifácio permaneceu em Paquetá até a sua morte, em 1838.

O novo tutor, nomeado interinamente em 14 de dezembro de 1833, foi o Marquês de Itanhaém, militar reformado, homem que não se metia nas brigas políticas da Regência. Em 11 de agosto de 1834, o nome do novo tutor foi aceito pela Assembleia-Geral Legislativa (RAFFARD, 1899).

Mariana Carlota de Verna foi avisada da derrocada por Paulo Barbosa, como mostra a carta:

Ex^{ma}. Sra. Está o tutor preso e está em seu lugar o Marquez de Itahahem. Os Srs. do Governo esperão S. M. I. e A. A. agora mesmo e pretendem que o tutor chame a V. Ex. para o Paço; entretanto queira V. Ex. de ordem dos Srs. do Governo, vir para o Paço da cidade hoje mesmo o mais breve possivel, onde receberá a ordem do tutor. Digne-se receber meus parabens. Seu obrigadissimo e affectuosissimo criado. Paulo Barbosa da Silva (RAFFARD, 1899, p.358).

Aureliano Coutinho, ministro da Justiça, em carta, também parabenizou Mariana Carlota de Verna pela queda do tutor, demonstrando que as intrigas palacianas tiveram papel importante na derrubada de José Bonifácio e que ela foi peça-chave, ou seja, apesar de ser uma mulher que vivia em um universo masculino silenciador do sexo oposto (PERROT, 2005), ela teve papel de destaque naquela época:

Parabens, minha Sra. custou, mas demos com o colosso em terra: a conspiração estava disposta para arrebentar qualquer destes dias, e chegarão a distribuir antes de hontem 18 mil cartuchos, e algum armamento, tudo foi descoberto e providenciado a tempo; o ex-tutor resistiu às ordens, e Decreto da Regencia, e foi preciso empregar a força, e prendel-o. Seria bom que V. Ex. viesse hoje para minha casa, pois que vamos falar ao novo tutor para chamar a V. Ex. para o Paço, porque convem muito que ao pé do Monarcha esteja pessoa sua amiga, e de muita confiança – Não tenho tempo para mais – Sou de V. Ex. affectuoso respeitador e criado. Aureliano (RAFFARD, 1899, p. 358-359).

É possível notar na carta acima a notícia da suposta rebelião que estaria sendo orquestrada por José Bonifácio e que teria levado a Regência a destituí-lo do cargo, porém nada disso foi confirmado e, portanto, o julgamento desse senhor, que aconteceu dois anos depois, inocentou-o.

De acordo com Freitas (2001), saiu vitorioso o grupo de áulicos que pretendiam manipular o jovem monarca, e com isso terminou ali a pretensão de se oferecer uma grande educação ao imperador, pois colocava-se, no lugar de um homem ilustre e culto, um tutor que diziam não saber assinar o nome, o Marquês de Itanhaém.

Em relação aos estudos, Rangel (1945) informa-nos que o Marquês de Itanhaém fez um curso de humanidades em Lisboa e um de infantaria, em 1805, bem menos instrução que o antigo tutor.

Rangel (1945) também cita duas críticas à indicação do Marquês de Itanhaém em Pasquins da época: “instrumento mole e passivo nas mãos da Regência” (p. 173 tradução nossa); “É um ente nulo, Paulo Barbosa quem faz tudo, e êle assigna de cruz” (p.175).

O autor demonstra a relação de subordinação do tutor à Regência e ao ministro da Justiça, quando este escreve para Mariana Carlota de Verna: “pois que vamos falar ao novo tutor para chamar a V. Ex. para o Paço, porque convém muito que ao pé do Monarca esteja pessoa sua amiga, e de muita confiança” (ibidem, p.169) e cita o verbo na primeira pessoa do plural, parecendo referir-se ao governo.

Pedro Calmon (1938) também discorre sobre a influência de Aureliano Coutinho na vida do imperador e de todos os fatos e pessoas em torno dele, incluindo o Marquês de Itanhaém:

A conspiração infiltrou-se no paço, instalou-se em S. Cristovão, com Aureliano ou Itanhaem, seu agradecido amigo. Os conluiados orientavam-se – como os gascões atrás da pena de galo do seu capitão – pelo chapéu de castor do antigo ministro. Onde estivesse ele, lá se acharia o caminho do imperador! Aureliano dominava S. Cristovão. Expulsara José Bonifácio. Nomeára Itanhaem, frei Pedro, o mordomo Paulo Barbosa e reintegrara a Dadama, as quatro principais pessoas dali. Nada acontecia na Quinta Imperial que ele não soubesse. Podia influenciar sem aparecer, dirigir sem se comprometer, á sombra das relações sociais da chacara da “Joana” (CALMON, 1938, p. 59-60).

Além das críticas relacionadas à subordinação ainda havia as que mencionavam a vida pessoal do tutor, fazendo chacota pelo fato de as últimas três esposas do Marquês de Itanhaém terem sido criadas do paço. Seu primeiro matrimônio foi com Teodora Egina Arnaut, sua prima, e durou vinte anos. Após ficar viúvo, casou-se novamente, em novembro de 1831, com Francisca Matilde Pinto Ribeiro, dama da princesa Januária, que após um ano do enlace veio a falecer. Pouco tempo depois, casou-se com a cunhada, Joana Severiana Pinto Ribeiro,

açafata¹²³ da princesa Januária, que também veio a falecer prematuramente. Em 1834, o Marquês de Itanhaém, já com 52 anos, casou-se secretamente com uma criada do palácio muito mais jovem, a retreta¹²⁴ Maria Angelina Beltrão (REZZUTI, 2019; RAFFARD, 1899). A condição social dos dois era discrepante, a mulher era filha de Policarpo, um músico ambulante que se vestia de palhaço e saía às ruas a tocar. Talvez esse tenha sido o motivo para manter o casamento em segredo, porém, a jovem engravidou e o marquês precisou assumir o casamento.

Mariana Carlota de Verna era muito próxima do casal e sempre que podia ajudava a moça em ocasiões sociais:

Tornou-se, porém, crítica a situação de D. Maria Angelina, quando ella se conheceu em estado interessante e tendo recorrido a D. Marianna, esta senhora foi ter com o Marquez, que acceitou com prazer o auxilio d'ella para fazer opportunamente a conveniente participação. Effectivamente, aproveitando o primeiro dia de cortejo, D. Marianna collocou perto de si a D. Maria Angelina e sempre que tinha occasião apresentava a Sra. Marqueza de Itanhaen (RAFFARD, 1899, p. 402).

Mesmo assim, o marquês foi alvo de críticas e acabou por ser um foco para os pasquins e jornalecos sensacionalistas da época, como mostram os trechos abaixo:

É voz pública que o tutor está aprendendo a tocar rabeca, não para fazer disso profissão, mais para de algum modo suavisar as saudades que de seu sogro Policarpo tem a marquesa sua consorte.

[...] a única coisa para que semelhante animalejo tem mostrado algum geito, é para arranjar casamentos com vantagem; tanto que diz-se que no caso de falecer a sra. marquesa Policarpo (o que é bem de esperar), já tem de olho na Fazenda de Sta. Cruz uma Beleza descendente da Etiopia (RANGEL, 1945, p. 175).

Apesar de muitas críticas ao seu estilo de vida, à pouca erudição e oratória, foi no tempo desse tutor que D. Pedro II e suas irmãs puderam viver em um ambiente mais tranquilo e favorável à sua formação intelectual e emocional, pois os ânimos políticos acalmaram-se, e o marquês, como se mantivesse neutro, tinha tempo para dedicar-se à função de tutor.

E a nomeação do Marquês de Itanhaém satisfazia a todos, aos políticos da Regência, incluindo Aureliano Coutinho, ao mordomo Paulo Barbosa, a Mariana Carlota de Verna e aos filhos do ex-imperador: “Dou parte a V. M. I. que eu e as manas estamos muito contentes com o nosso amigo o marquês de Itanhaém que gosta muito de nós e nós gostamos muito dêle” (RANGEL, 1945, p. 185).

¹²³ De acordo com escritos do conselheiro José Antônio da Silva Maia, publicado no Anuário do Museu Imperial de 1940, referente às senhoras que eram empregadas no Paço Imperial, a definição de açafata era a pessoa encarregada de servir à imperatriz, ajudando-a a se despir e vestir, além de guardar os seus vestidos.

¹²⁴ Retreta: pessoa responsável pelos serviços internos da câmara da imperatriz e de suas filhas (SILVA MAIA, 1940).

Assim que o novo tutor tomou posse, chamou Mariana Carlota de Verna e sua filha Maria Antonia para retornarem ao palácio, e, mesmo tendo conhecimento das intrigas internas que contribuíram para a queda de José Bonifácio, ela retornou, dessa vez exercendo, de forma interina, o cargo de camareira-mor, registrado em decreto de 01 de setembro de 1834, passando a titular em 01 de agosto de 1840 (RAFFARD, 1899).

O retorno de Mariana Carlota de Verna seguramente foi comemorado pelas augustas crianças e, parcialmente, por D. Pedro I, que, em carta de 20 de junho do mesmo ano, endereçada àquela senhora, expressou o seu descontentamento com as mudanças no paço:

D. Marianna. Pela sua carta de 17 de janeiro vejo que está novamente no Paço, e encarregada da educação moral de meu filho, e filhas, espero, e desejo, que seja igual, á que eu lhes dava, e que D. Marianna não ignora, não gostando eu das mudanças, que houve principalmente d'algumas pessoas, que se fazião recommendaveis por suas virtudes, e maneiras (RAFFARD, 1899, p. 367).

A Dadama e as crianças permaneceram no Paço da Cidade por mais alguns meses, e o retorno para São Cristóvão significou a volta a um ambiente familiar, mais afetivo e permeado de boas lembranças (CALMON, 1938). No entanto, em 1837, quando o deputado Rafael de Carvalho visitou o Paço de São Cristóvão, relatou que o imperador tinha poucos divertimentos, como um jogo de cavalinhos, um bote que ficava em um tanque e um teatrinho encenado por eles. Nesse teatro, D. Pedro II e suas irmãs brincavam de atuar, declamando em francês. Também havia um pequeno jardim onde as crianças se distraíam plantando flores (RAFFARD, 1899).

Em 1834 os ânimos na política foram acalmados por duas situações: a morte de D. Pedro I em Portugal, desencorajando os caramurus que desejavam seu retorno; e a aprovação do Ato Adicional à Constituição, contemplando os interesses liberais.

O falecimento de D. Pedro I ocorreu no dia 24 de setembro de 1834 no Palácio de Queluz, depois de muito padecer de complicações provocadas pela tuberculose. A falta de cuidados consigo mesmo agravou seu problema de saúde, pois vivia montando a cavalo, de maneira desmedida e sofria quedas, que podem ter contribuído para o enfraquecimento dos seus pulmões (REZZUTTI, 2015).

O comunicado chegou ao Brasil por meio de uma carta escrita por D. Amélia para sua enteada, D. Januária, cinco dias após o acontecimento. A notícia fez com que as crianças imperiais permanecessem em luto, como era costume na época. No entanto, isso não impediu que continuassem as lições, porque, embora vestidos de luto, continuavam com a rotina normal de estudos no palácio, como demonstra a Figura 24.

Figura 24 – Crianças imperiais retratadas em um momento de estudo



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

Segundo Azeredo (s.d.), apesar de D. Pedro II ter vivido dentro de um palácio repleto de intrigas, de conspirações políticas, de mudanças de tutores e de ter convivido desde seus primeiros anos com pessoas que o tratavam como um ser superior e inatingível, demonstrava um caráter alheio a superficialidades e a excentricidades da nobreza. Para ele, era um homem humilde, reservado e bondoso.

Não faltavam, naquela turva phase histórica, elementos e perspectivas para a formação de um déspota suspeitoso, intrigante e violento – de um príncipe conspirador, fosse olygarchista ou demagogo. Formou-se, ao contrario, um homem honesto, clemente, generoso e intrépido, um defensor estrenuo da lei, do direito, da liberdade, um filósopho coroadado que reconhecia, ao lado e acima da soberania dos reis, a transcendente soberania do Espírito (AZEREDO, s.d., p. 26).

A seguir, serão apresentados os mestres contratados pelos tutores para a educação do jovem monarca, assim como a gratificação que recebiam pelos serviços prestados, os conteúdos ensinados, o acompanhamento e a evolução dos estudos de D. Pedro II, conforme constam nos documentos analisados.

2.2 A formação do imperador: professores, salários, estudos e preferências

D. Pedro II perdeu a mãe com um ano de idade, o que impediu que recebesse a educação doméstica materna e seus conselhos. Além disso, vivia em meio a crises políticas e intrigas que resvalavam em mudanças constantes em seu cotidiano, passando por alteração de endereço, de tutores, mestres e aias.

O menino tinha uma aparência frágil, corpo magro, episódios de epilepsia e outros problemas de saúde. Era muito parecido fisicamente com a família de sua mãe: loiro, olhos azuis e um porte alto. Assim como a mãe, sua inteligência era notável, e desde cedo transparecia sua avidez por conhecimento (CALMON, 1938).

Enquanto seu pai ainda residia no Brasil, D. Pedro II esteve sob os cuidados de sua aia, Mariana Carlota de Verna, como se fosse sua segunda mãe, recebendo dela os primeiros ensinamentos de religião, ética, leitura e escrita. Dadama, como era chamada, era uma devota fiel da fé católica e presenteou o príncipe com um livrinho, *Pequeno Catecismo Histórico*, que escreveu especialmente para ensinar-lhe os princípios religiosos e morais que acreditava serem essenciais para a educação de um imperador. O livro continha os preconceitos e tabus religiosos da época, que D. Mariana procurava transmitir a seu pupilo, considerados por ela como o “resumo dos dogmas da santa religião cristã e os fundamentos da fé” (FREITAS, 2001, p. 48).

A aia acompanhava D. Pedro II tanto nos momentos de estudo quanto nos de diversão. Era ela quem convidava outras crianças para brincarem com o menino. E geralmente escolhia os filhos do ministro Aureliano Coutinho, de alguns professores da casa imperial e de um vizinho da chácara do Engenho Novo. Este último, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, tornou-se um grande amigo do imperador, sendo agraciado com os títulos de Barão e Visconde do Bom Retiro (RAFFARD, 1899).

D. Pedro II desde cedo deu provas de bondade, justiça e respeito pelas pessoas que estiveram presentes em sua infância, como as que ficaram responsáveis por seus aposentos ou mantiveram com ele relações diretas. Por exemplo, sua ama de leite, Marie Catherine Equey, recebeu pensão e manteve moradia no palácio até sua morte, em 1878; e Mariana Carlota de Verna, além de receber o título de condessa, recebeu benefícios para ela e sua família e sempre manteve proximidade com o imperador (BARMAN, 2012).

Outro ponto relevante que demonstra um pouco do caráter do jovem príncipe é que, apesar de ter recebido todas as regalias e facilidades provenientes de sua posição, as quais poderiam ter favorecido o desenvolvimento de soberba ou outra característica egoísta, ele se manteve simples, respeitoso e bondoso com todas as pessoas que prestavam algum serviço

para a família: “Nunca de sua bocca se ouviu sahir uma phrase ofensiva, uma palavra aspera, nada que possa ferir um coração, ou um amor proprio” [...] (RAFFARD, 1899, p. 512). Já sua irmã mais velha, D. Maria da Glória, aparentemente não apresentava tanto apreço e respeito pelos criados, sendo protagonista de um episódio contado por Maria Graham:

Ela tinha sido sempre acostumada não somente a ter pequenos escravos negros para brincar, bater ou maltratar, mas a tratar do mesmo modo uma pequena menina branca, filha de uma das damas. Observei que, nos seus muito folguedos, ela não somente dava pontapés e batia nos negrinhos, mas esbofeteava sua companheira branca (uma pequena e tímida menina) com a energia e com o ânimo de uma tiranazinha indiferente. Eu havia falado, em particular, à mãe dessa menina, esperando que ela cooperasse comigo na correção desse costume impróprio, mas ela me respondeu que daria a morte a um filho que não julgasse uma honra receber uma bofetada de uma princesa (BARMAN, 2012, p. 44-45).

Na citação também fica evidente a forte relação de deferência e subserviência da criadagem com as crianças imperiais, típicas relações de poder presentes na monarquia. No mesmo sentido, havia uma superioridade entre os irmãos, principalmente envolvendo o gênero e o cargo que ocupariam.

Quanto à educação do príncipe, o menino tomou suas primeiras lições com as professoras das irmãs (BARMAN, 2012), e com apenas 5 anos já apresentava conhecimentos rudimentares em três línguas e em outras áreas, o que, se nos tempos de hoje parece surpreendente, sobretudo no século XIX, o era ainda mais. Em relação ao francês, é possível que ele tenha obtido mais facilidade com o seu aprendizado, por ser a principal língua utilizada no palácio no período em que sua madrasta, D. Amélia, esteve no Brasil.

Frei Antônio de Arrábida (Figura 25), que veio de Portugal com a família real em 1808 e já havia sido professor de D. Pedro I, assumiu o posto de diretor de educação literária em 1824, ficando responsável por todos os outros mestres das crianças imperiais, com um salário anual de um conto de réis (RANGEL, 1945). Por ser muito próximo de D. Pedro I, este o agraciou com o título de bispo titular de Anemúria, de coadjutor do capelão-mor e, posteriormente, o condecorou com a Grã-Cruz da Imperial Ordem da Rosa. Após a abdicação do imperador, frei Antônio de Arrábida passou por problemas, pois, devido à sua proximidade com D. Pedro I, era malvisto pela Regência, tendo inclusive sofrido ameaças de morte, o que o fez pedir exoneração do cargo de bibliotecário da Biblioteca Imperial e Pública da Corte, em 16 de agosto de 1831, e se esconder por três anos. Em 1837, com a criação do Colégio Pedro II, ele foi convidado a ser seu reitor, em 05 de fevereiro do ano seguinte, permanecendo no cargo por apenas um ano, devido a problemas de saúde (BETTAMIO, 2010).

Apesar de Lyra (1977) afirmar que frei Antônio de Arrábida foi substituído pelo frei Pedro de Santa Mariana em 1834, dando a entender com isso que Arrábida tenha permanecido

no cargo até essa data, acredita-se que ele tenha exercido o cargo de diretor de estudos até meados de 1831, data em que foi obrigado a se esconder por motivo de segurança. Sisson (1999) esclarece que, após ser exonerado da Biblioteca Imperial, o frei passou por dificuldades financeiras a ponto de precisar que amigos lhe dessem o que comer. E somente em 1834 lhe foi concedida uma bonificação pelos serviços prestados, que perdurou até o seu falecimento.

Figura 25 – Frei Antônio de Arrábida



Em carta ao parlamento, a 12 de maio de 1830, quando ainda era diretor de estudos dos príncipes, expôs:

O Príncipe Imperial não perde tempo, ocupa seus tenros annos em aprender a par da língua Nacional, a Francesa e a Inglesa, repetindo símplices vocábulos a vista dos objectos, e m^{mo} phrazes, amedida que se estimulão seus dezejões. Conhece as letras do Alfabeto, as pronuncia e principia a pintalas nestes trez idiomas. Tem se lhe dado, como brinco, e por meio de Estampas, conhecimento dos principaes Factos da Historia Sagrada; que repete: finalmente para o familiarizar com o dever de huma lição regular, e até por exercicio gymnastico tem se lhe dado e com aproveitamento, lições de Dansa (RANGEL, 1945, p. 44-45).

Com a partida de D. Pedro I para a Europa em 1831, a tarefa de educar seu filho foi intensificada, pois havia pressa em prepará-lo para assumir o trono. Com isso, a rotina do menino passou a ser ainda mais árdua, pois, diferentemente de outras crianças de sua idade, que costumavam ter um bom tempo para correr pelos campos fazendo “meninices”, o príncipe passava quase todo o seu dia estudando.

Levantava-se às 7 horas. O almoço, às 8, tinha a rigorosa fiscalização do medico. Estudava, de 9 às 11 e meia. Ficava com hora e meia para esperar o jantar, às 2, com o medico ao lado, o camarista e a camareira-mór, que dizia o Regulamento, podiam conversar, porém “sobre objéto científicos ou de beneficencia”. Historia natural, a sorte dos deserdados, passaros e borboletas, historia sagrada e outros assuntos sérios... Devia repousar em seguida: mas nalgum passeio ligeiro, moderado, sem saltos nem carreiras, até o crepusculo, quando recolhia, para ler. Às 8, fazia as orações da noite, ceava às 9; e às 10 devia estar deitado. O dia seguinte seria igual ao anterior. O Regulamento inflexível, a camareira, o camarista, o medico impecaveis, as palestras examinadas com antecedencia, como os pratos: tudo quiéto, regrado e previsto (CALMON, 1938, p. 46-47).

Roberto DaMatta (1997) afirma que o príncipe não havia nascido e sim teria sido fundado e transformado em patrimônio nacional, a fim de fortalecer a monarquia que estava abalada. O livro *A fabricação do rei*, de Peter Burke (2009), mostra como foi a construção da imagem de Luís XIV e o significado dessa representação como uma estratégia política de permanência no poder. Essa estratégia foi tão exitosa que Luís XIV reinou por 69 anos. Nesse sentido, pode-se entender que a figura de um rei é esculpida de forma planejada e cuidadosa, para que ele seja um ícone, um símbolo maior em uma sociedade.

No caso de D. Pedro II, essa imagem foi trabalhada desde os primeiros anos de sua vida, como pode ser observado na Figura 26. Mesmo tratando-se de uma imagem do imperador em sua infância, posando com um brinquedo, já se percebem elementos que indicam a construção de um símbolo de Estado, como os emblemas da monarquia estampados no tambor e na roupa dele (SCHWARCZ, 1998).

Figura 26 – D. Pedro II em 1830, com 5 anos de idade



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo.

Em 12 de agosto do mesmo ano, foi sancionada uma carta de lei que determinava as funções do tutor dos filhos de D. Pedro I, dando pleno poderes para a nomeação dos mestres da casa imperial. José Bonifácio, o patriarca da independência, como era chamado, foi instituído como tutor das crianças e deveria dar-lhes uma educação forte, moral e intelectual.

D. Pedro II deveria ser educado desde cedo para representar a nação e ser um exemplo de soberano, sem as excentricidades de seu pai e com a sabedoria e virtudes que a Regência desejava.

Por isso, segundo Calmon (1975), seus mestres foram escolhidos com muito cuidado, para alcançar uma formação condizente com a sua posição de rei.

Seus educadores procuraram fazer dele um chefe de Estado perfeito, sem paixões, escravo das leis e do dever, quase uma máquina de governar. Passou a vida tentando ajustar-se a esse modelo de servidor público exemplar, exercendo com zelo um poder que o destino lhe pusera nas mãos (CARVALHO, 2007, p. 10).

Já para Rangel (1945), o elenco de professores que acompanhavam o príncipe, “além de exótico, não era de todos dos mais brilhantes e capazes” (p.110). Quando assumiu o cargo, em agosto de 1831, o tutor decidiu manter os professores que já lecionavam no Paço de São Cristóvão para D. Pedro II: Simplício Rodrigues de Sá, Fortunato Mazziotti, padre René Pierre Boiret, Giuseppe Muraglia, Luís Lacombe, padre Guilherme Paulo Tilbury e o frei Severino de Santo Antônio (LYRA, 1977).

A partir de uma relação de objetos comprados pela casa imperial, datada de 21 de junho de 1832, confirma-se o estudo de línguas, geografia, desenho e pintura, música e biografias de homens ilustres:

[...] Três Forte-Pianos a 960\$000, 2:880\$000; Cincoenta peças de Muzica para Sua Magestade, e Altezas Imp.^s, 160\$000; Selectas, Diccionarios e poetas p^a S. Mag. ^{de}, 150\$000; Um jogo de Diccionarios Portuguezes, 20\$000; Um diccionario alemão, 24\$000; Três caixas de tintas, e pinceis, 90\$000; Vida dos Homens illustres por Plutarco, 24\$000; Três Diccionarios da Lingua Italiana, 60\$000; Um jogo de Cartas Geographicas, 80\$000; Um atlas Geographico, 200\$000; Exemplares de Dezenho, de gessos, papel, pennas, e diversos fornecimentos para dezenho, pintura, e outras lições, 600\$000 (RANGEL, 1945, p.141).

O Quadro 10, a seguir, apresenta os professores das crianças imperiais, entre elas D. Pedro II:

Quadro 10 – Relação dos mestres que lecionaram para D. Pedro II

Professores	Conteúdo	Nacionalidade	Gratificação	Período
Frei Antônio de Arrábida	Diretor da educação literária	Português	1.000\$000 anuais (um conto de réis)	1824 – 1831
Frei Severino de Santo Antônio	Português	Português	400\$000 anuais ¹²⁵ (quatrocentos mil réis)	1824 – s.d.
Padre Guilherme Paulo Tilbury	Língua inglesa	Inglês	s.i.	1827- s.d.
Nathaniel Lucas	Língua inglesa	Inglês	750\$000 anuais ¹²⁶	1832-1842
Marcos Neville	Língua inglesa	Francês	s.i.	1842- s.d.
Simplicio Rodrigues de Sá	Desenho e pintura	Português	400\$000 anuais ¹²⁷	1826 - 1835
Felix Emilio Taunay	Desenho e pintura	Francês	Recebia ajuda de custo ¹²⁸	1835-1839
Félix Emilio Taunay	Francês	Francês	1:000\$000 anuais ¹²⁹	1838- s.d.
Luís Lacombe	Dança	Francês	900\$000 anuais ¹³⁰	1825- 1833
Lourenço Lacombe	Dança	Francês	750\$000 anuais ¹³¹	1833- s.d.
Marcos Antônio Portugal	Música e composição	Português	480\$000 anuais	1824-1830
Fortunato Mazzioti	Música e composição	Italiano	750\$000 anuais ¹³²	1830-1845
Giuseppe Muraglia	Rabequista	Italiano		1828- s.d.
Nuno Alves Pereira	Rabequista	s.i.	384\$000 anuais	1827-1835
Luiz Aleixo Boulanger	Escrita e geografia	Francês	750\$000 anuais ¹³³	1831-1839
Padre René Pierre Boiret	Francês	Francês	400\$000 anuais ¹³⁴	1821-1838
Frei Pedro de Santa Mariana e Sousa	Latim, lógica, matemática e religião	Brasileiro	360\$000 anuais	1833- s.d.
Roberto João Damby	Equitação	s.i.	1:000\$000 anuais ¹³⁵	1835-1842
Alexandre Antônio Vandelli	Ciências Naturais	Português	ordenado de 1:000\$000 ¹³⁶	1839- s.d.
Cândido José de Araújo Viana	Literatura e “ciências positivas”	Brasileiro	ordenado de 1:000\$000 anuais ¹³⁷	1839- s.d.
Roque Schuch	Alemão e italiano	Austríaco	ordenado de 1:000\$000 anuais ¹³⁸	1839-1844
Luís Alves de Lima e Silva	Esgrima	Brasileiro	s.i.	1839 – s.d.

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

¹²⁵ Salário anual que frei Severino de Santo Antonio começou a receber a partir de 1827. Antes dessa data, lecionava gratuitamente (LYRA, 1977).

¹²⁶ Em 1833 seu ordenado baixou para 400\$000 anuais, e no mesmo ano voltou a receber o valor inicial de 750\$000. Em 1835 passou a receber 1:000\$000 (GARCIA, 1946).

¹²⁷ Simplicio Rodrigues de Sá deixou de ser mestre das crianças imperiais em 1835, porém continuou recebendo o ordenado até o seu falecimento, em 1839 (LYRA, 1977).

¹²⁸ Felix Emilio Taunay recebia gratificação de transporte para lecionar no Paço de São Cristóvão ou na Fazenda Santa Cruz. No primeiro caso, 4\$000 e no segundo, 50\$000 para cada viagem (LYRA, 1977).

¹²⁹ Felix Emilio Taunay recebia ordenado de 400\$000 e gratificação de 600\$000 anuais (GARCIA, 1946).

¹³⁰ Luis Lacombe recebia 400\$000 anuais, que passaram a 900\$000 ainda no ano de 1825. Em 1831 seu ordenado baixou para 400\$000 (LYRA, 1977).

¹³¹ Lourenço Lacombe assumiu o cargo em 1833, com ordenado de 400\$000 anuais, que no mesmo ano aumentou para 750\$000 anuais (LYRA, 1977).

¹³² Em 1830 recebia 480\$000, em julho de 1833 teve seu ordenado reduzido a 400\$000 anuais, e em novembro do mesmo ano foi para 750\$000 anuais (GARCIA, 1946).

¹³³ Boulanger recebia em 1831 a quantia de 400\$000 anuais, que foi reajustada para 750\$000 em 1833.

¹³⁴ Ordenado anual desde 1821 até novembro de 1833, que aumentou para 750\$000. Em 1835 obteve outro aumento, passando a receber 1:000\$000 (GARCIA, 1946).

¹³⁵ Roberto João Damby recebia ordenado de 400\$000, e 600\$000 de gratificação de transporte anual (RANGEL, 1945).

¹³⁶ Além do ordenado, recebia gratificação de 1:400\$000 anuais (GARCIA, 1946).

¹³⁷ O mestre recebia também gratificação de 1:400\$000 anuais (GARCIA, 1946).

¹³⁸ Roque Schuch recebia 400\$000 de ordenado mais 600\$000 de gratificação anual (GARCIA, 1946).

É possível notar que os professores acima listados recebiam salários anuais que variavam de 360\$000 a 1:400\$000, entre 1824 e 1845, de acordo com os reajustes obtidos ao longo do tempo e também com o conteúdo que lecionavam.

Cabe ressaltar que a lei de 15 de outubro de 1827¹³⁹, que ordenava criar escolas de primeiras letras em todos os locais mais habitados do Império, definiu o salário dos mestres, conforme consta no Art. 3: “Os Presidentes, em Conselho, taxarão inteiramente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 annuaes: com atenção ás circumstancias da população e carestia dos logares, e o farão presente á Assembléa Geral para a aprovação” (BRASIL, 1827). Consta nos Anais do Parlamento Brasileiro que em 1833 um professor de latim recebia 500\$000 anuais, e uma edição do Jornal do Commercio, de 1845, informa que esse valor foi reajustado para 700\$000 (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO RJ, 1833, edição 2; JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 1845, edição 00078)¹⁴⁰.

Desse modo, percebe-se que os ordenados dos mestres das crianças imperiais estavam em consonância, ou até mesmo acima dos valores praticados à época. Além disso, acreditava-se que ser mestre das crianças imperiais era vantajoso, pois existia certa segurança no recebimento dos salários, uma vez que era a Coroa que os pagava, tinham boas condições de trabalho, lecionavam para no máximo três alunos, ao invés de muitos dentro de uma sala de aula, sem contar que a convivência com os pupilos dava a eles *status* naquela sociedade.

O frei Severino de Santo Antônio, que chegou ao Brasil com a família real portuguesa (LYRA, 1977), lecionava português para as princesas desde 1824, gratuitamente, passando a receber salário de 400\$000 em 1827. Não há informações de quando tenha parado de lecionar para D. Pedro II, somente que fazia parte do corpo de mestres em 1831.

Já o padre Guilherme Paulo Tilbury foi um sacerdote inglês que imigrou para o Brasil e teve forte atuação religiosa e política contra o protestantismo, que tentava se disseminar no país, escrevendo diversas críticas que foram publicadas na imprensa. Naquela época, o catolicismo era a religião oficial e, inclusive, legitimada na Constituição de 1824 (SILVA; CARVALHO, 2017). Segundo Lyra (1977), padre Guilherme Paulo Tilbury foi mestre de inglês desde 1827, mas não se sabe exatamente quando deixou de dar aulas para D. Pedro II e suas irmãs, somente que, em 1832, outro professor foi contratado.

Havia se oferecido para ensinar a língua inglesa ao jovem monarca um patricio daquela nacionalidade, Nathaniel Lucas, recebendo apenas o aluguel do transporte durante um

¹³⁹ A lei de 15 de outubro de 1827 encontra-se na íntegra no anexo A desta tese.

¹⁴⁰ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 02 maio 2021.

ano, pois já julgava ser uma honraria ocupar tal cargo (RANGEL, 1945). Contudo, foi admitido em 26 de março de 1832, com um ordenado anual de 750\$000 (LYRA, 1977). Em 1833 seu ordenado anual baixou para 400\$000, mas no mesmo ano voltou ao valor inicial. Em outro documento analisado, o periódico *Diário de Pernambuco*, ed. 00142 de 1836, há uma nota em que Nathaniel Lucas relata ao tutor a evolução de D. Pedro II e suas irmãs nas aulas de inglês. Diante disso, acredita-se que em algum momento os dois mestres lecionaram a língua inglesa para as crianças imperiais concomitantemente, pois não faz sentido o governo autorizar o pagamento dos salários pelo serviço prestado de professor, se o padre Guilherme Paulo Tilbury não tivesse efetivamente lecionado. Nathaniel Lucas permaneceu na função de mestre de inglês até 1842, ano em que pediu afastamento de seis meses para fazer uma viagem à Inglaterra e cuidar da saúde, mas acabou falecendo nesse período (GARCIA, 1946). Foi substituído pelo padre Marcos Neville, um francês naturalizado brasileiro que anos depois foi professor da princesa Isabel (LYRA, 1977). Ainda em relação à língua inglesa, além dos mestres, sabe-se que D. Pedro II, ainda menino, gostava de praticar o idioma com um criado inglês chamado Richard Shelly.

Discípulo de Debret, deu aula de pintura e desenho para as crianças, Simplício Rodrigues de Sá, de 1826, com ordenado de 400\$000, até 1835, ano em que foi substituído porque estava com catarata nos dois olhos e com isso precisou pedir exoneração. Continuou recebendo o ordenado até o seu falecimento, em 1839. Também foi mestre de pintura histórica da Imperial Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro (RANGEL, 1945; LYRA, 1977). Para seu lugar foi nomeado o diretor da Academia de Belas Artes, Félix Emílio Taunay. Raffard (1899) cita que esse professor se oferecera para lecionar gratuitamente, recebendo somente a gratificação para transporte entre o Paço de São Cristóvão – 4\$000 - e a Fazenda Santa Cruz – 50\$000 - para cada viagem. Era mestre de desenho e pintura.

Em 1838, Félix Emílio Taunay substituiu o mestre de francês por motivo do seu falecimento, recebendo ordenado de 400\$000 mais uma gratificação anual de 600\$000 (GARCIA, 1946).

Segundo Lyra (1977), o mestre cultivou uma grande amizade com D. Pedro II até o fim de sua vida, em 1881, encontrando-se duas vezes por semana com ele para discutirem sobre literatura, progresso científico e artes. O imperador, em certa ocasião, teria dito do amigo: “Espírito vasto, versado em quase todos os conhecimentos humanos, êste, sim, foi o meu verdadeiro mestre” (RANGEL p. 235).

O respeito e a admiração que o soberano nutria pelo mestre e amigo agraciado com o título de Barão de Taunay foram estendidos também para o seu filho, o Visconde de Taunay,

a quem escreveria bem perto do fim da vida: “Muitas e respeitosas lembranças a sua mãe. Nunca esqueço a família de Félix Emílio Taunay, a quem tanto devo o que talvez não seja completamente aquilatado. Nunca me esquecerei do que devo a seu pai” (TAUNAY, 2016, p. 107).

Um francês que chegou ao Rio em 1811, Luís Lacombe, incumbia-se das aulas de todas as danças da sociedade, desde 25 de fevereiro de 1825 (RANGEL, 1945), com um salário anual de 400\$000, passando para 900\$000 no mesmo ano. Com a entrada de José Bonifácio como tutor, seu salário foi reduzido a 400\$000, pois não se justificava a diferença entre os salários dos mestres. Veio a falecer em 1833, sendo substituído por seu irmão, Lourenço Lacombe, que veio para o Brasil em 1819 para ser bailarino de teatro no Teatro de São João. Consta que seu salário era de 400\$000 em julho de 1833 e no mesmo ano foi para 750\$000 (LYRA, 1977).

Já o compositor português Marcos Antônio Portugal foi professor de música e de composição de D. Pedro II e suas irmãs até o seu falecimento, em 1830. Já havia dado aulas para o Imperador D. Pedro I, e em dezembro de 1824 saiu um decreto para que ele continuasse lecionando para a família, com um ordenado anual de 480\$000, que começou a valer a partir de 1825 (RANGEL, 1945). Foi substituído por Fortunato Mazziotti, um italiano, músico e mestre da capela imperial que assumiu o posto em março de 1830, com um ordenado anual de 480\$000, lecionando até o ano de 1845. Seus vencimentos tiveram as mesmas alterações dos outros mestres da casa imperial (em julho de 1833 para 400\$000 e em novembro do mesmo ano para 750\$000) (GARCIA, 1946).

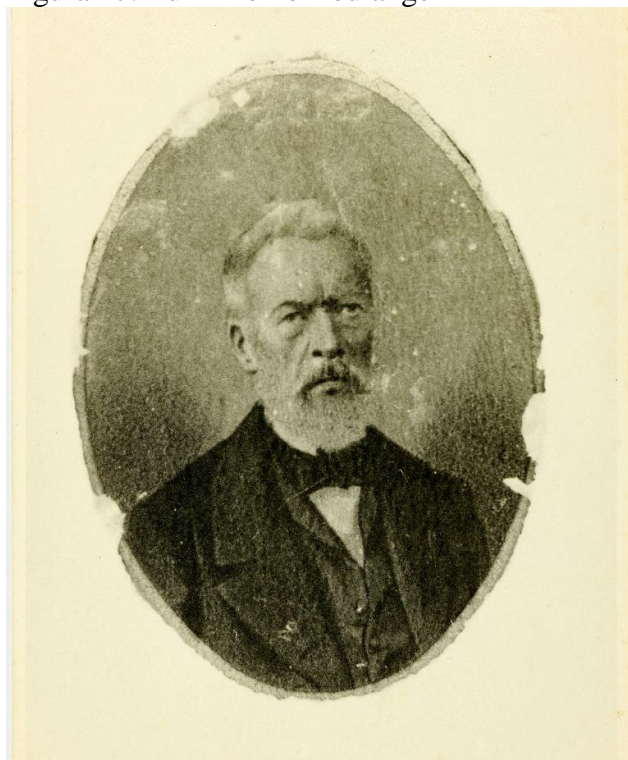
Chegado ao Brasil em 1819 para trabalhar no Real Teatro de São João, Giuseppe Muraglia, italiano e músico, desde abril de 1828 tocava rabeça para as princesas dançarem. Consta que Nuno Alves Pereira também exercia a mesma função desde julho de 1827 e recebia 32\$000 mensais (RANGEL, 1945), mantendo-se no cargo até 1835, ano de seu falecimento. Não ficou claro se Muraglia e Nuno Pereira tivessem dado aulas a D. Pedro II, pois em todas as publicações analisadas somente havia referência às princesas.

O francês Luiz Aleixo Boulanger era um bom desenhista e, portanto, encarregava-se de ensinar caligrafia, as primeiras letras e geografia, desde 07 de outubro de 1831, com ordenado de 400\$000. Foi escrivão da nobreza e pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (CALMON, 1938; RANGEL, 1945; RAFFARD, 1899). Manteve-se como mestre do jovem monarca até o ano de 1839 (GARCIA, 1946; CORREIO OFFICIAL, 1839).

O professor Boulanger, que dava sempre magníficos pensamentos para a matéria de escripta aos seus Imperiaes discipulos, os fazia escrever de 15 em 15 dias para o Sr. D. Pedro de Bragança, além de escreverem às vezes para a Sra. D. Amelia e para a rainha D. Maria II (RAFFARD, 1899, p.360).

Neste estudo importa falar de Boulanger porque, além de professor do jovem monarca, foi ele quem pintou o retrato da Condessa de Belmonte, o que demonstra a proximidade entre eles. Os dois foram também contemporâneos e provavelmente se encontraram muitas vezes nos paços imperiais, o que fez com que o mestre Boulanger tivesse tido o cuidado de desenhá-la, talvez por muitas vezes, ainda que tenha chegado a nós apenas a pintura que está no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mostrada nesta tese. A seguir, a Figura 27 mostra uma imagem de Luiz Aleixo Boulanger, do acervo do Museu Imperial.

Figura 27: Luiz Aleixo Boulanger



Fonte Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo/nº 05/2021.

Outro mestre citado nos documentos pesquisados foi o padre René Pierre Boiret, um francês que, após viver um longo período em Portugal, desembarcou no Brasil, onde desempenhou os cargos de cônego da Sé do Rio de Janeiro e capelão-mor do Exército Nacional. Além disso, lecionou a língua francesa para Maria da Glória, desde 1821, e para o seu irmão, o jovem monarca, a partir de julho de 1833, com um ordenado de 400\$000, reajustado no mesmo ano para 750\$000. Consta em portaria de 8 de novembro de 1834 que o padre René Pierre Boiret recebeu uma gratificação de 350\$000 e no ano seguinte, em outra

portaria, de 600\$000 (RANGEL, 1945; GARCIA, 1946). Padre René Pierre Boiret não tinha boa fama, inclusive Maria Graham, que na época ocupava o cargo de preceptora da princesa Maria da Glória, queixava-se de sua inimizade e espírito de intriga (RANGEL, 1945). O padre organizava eventos em sua chácara, onde era comum a presença de D. Pedro I, possivelmente porque este sabia da intimidade que o reverendo tinha com a Marquesa de Santos, que também frequentava a chácara; mantinha boas relações tanto com D. Pedro I quanto com José Bonifácio (LYRA, 1977) e conservou-se na função de mestre de francês até julho de 1838, data em que faleceu.

Foi possível constatar nos documentos que José Bonifácio manteve uma preocupação em equiparar os vencimentos dos professores e também de zelar pela frequência das aulas. Sobre isso, Rangel (1945) relata que cabia ao mordomo verificar a assiduidade dos mestres e só então lhes pagar a quantia de 4\$000 (quatro mil réis) para o transporte até o Paço de São Cristóvão.

Mariana Carlota de Verna incumbia-se de dar notícias ao antigo imperador, por meio de cartas, sobre o progresso de D. Pedro II nos estudos, e, em resposta, o pai sempre demonstrava sua preocupação com a educação dos filhos, pois dizia que não queria que eles fossem malcriados como ele e seu irmão, D. Miguel (CALMON, 1938).

Peço-te que continues a estudar, e que obedças ao seu Tutor, e que faças, da minha parte esta mesma recomendação a tuas irmãs¹⁴¹

[...] Não posso deixar de vos pedir que estudeis com aplicação; que siguis os conselhos do meu amigo e vosso Tutor; que trateis bem a todos; e que vois lembreis de mim: que tanto vos amo¹⁴²

Em outra carta, D. Pedro I reclama da falta de comunicação com José Bonifácio, mas também atenua o fato por acreditar que as circunstâncias políticas conflituosas daquele momento poderiam ser o motivo. Rangel (1945) questiona se a relação entre os dois não estaria estremecida, visto que só se tem notícia da troca de cartas entre D. Pedro I e Mariana Carlota de Verna.

Durante o período em que José Bonifácio esteve na tutoria, as crianças sofreram por diversas situações que iam além das questões de saúde. Elas viviam em um ambiente tenso, cheio de intrigas e cercado pelos problemas políticos que o tutor não fazia nenhum esforço para manter longe do cotidiano das crianças. Vivia bradando a quatro cantos injúrias contra os

¹⁴¹ CARTA DE D. PEDRO I PARA SEU FILHO. Portugal, 16 de outubro de 1832. Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo Maço 94 Doc 4505 MFN 05536.

¹⁴² CARTA DE D. PEDRO I PARA SEUS FILHOS. Portugal, 24 de novembro de 1832. Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo Maço 94 Doc 4505 MFN 05536.

regentes e ministros, além disso, em agosto de 1833, destituiu Mariana Carlota de Verna dos aposentos de D. Pedro II e Maria Antonia de Verna Magalhães como dama da princesa D. Francisca. No lugar da aia do jovem monarca colocou a Condessa de Itapagipe, sua aliada (BARMAN, 2012). Todos esses acontecimentos possivelmente afetaram D. Pedro II, que já havia perdido a mãe quando ainda era um bebê, estava distante do pai desde os 5 anos e a pessoa que provavelmente era a referência afetiva mais próxima de uma mãe estava sendo retirada de sua companhia. Coincidência ou não, o estado de saúde do futuro imperador agravou-se nesse período.

Em dezembro de 1833, José Bonifácio foi suspenso de suas funções e o Marquês de Itanhaém foi nomeado para ocupar seu lugar. Com isso, ocorreu uma série de mudanças nas funções exercidas na corte. Mariana Carlota de Verna e seus parentes retornaram às antigas funções, Francisco Maria Teles foi destituído do cargo de aia do imperador e Paulo Barbosa da Silva assumiu o posto de mordomo, cargo que controlava as finanças e as posses do soberano (BARMAN, 2012). A respeito da saída de Bonifácio, segundo o enviado francês Alexis Guinard: “O imperador não demonstrou a menor emoção. Ele, no entanto, ficou feliz em rever sua antiga governanta, Dona Mariana[...]” (BARMAN, 2012, p. 78).

As mudanças foram benéficas para as crianças, pois o novo tutor lhes dava mais atenção e, com o retorno para São Cristóvão, houve uma melhoria na qualidade de vida, incluindo alimentação mais adequada e a prática de exercícios físicos: “A criança que há apenas pouco tempo era tão tímida e tremia ao menor ruído, já se tornou um bom atirador e um cavaleiro destemido” (BARMAN, 2012, p.79-80).

Em outubro de 1834, o Marquês de Itanhaém nomeou o frei Pedro de Santa Mariana e Sousa, o futuro Bispo de Crisópolis, para o cargo de superintendente de estudos e aia do imperador. O frei já lecionava, desde 1833, noções de lógica e matemática (RANGEL, 1945).

Tendo no ano próximo passado convocado uma comissão composta de pessoas conhecidamente interessadas no progresso da educação de S.M.I. e A.A. para concertarem um método que estes augustos senhores deveriam seguir, concordaram todos na necessidade de pôr se ao lado do imperador um pedagogo, que não só assistisse às suas lições, e às das princesas, como o preservasse de adquirir idéias falsas das coisas, aumentando-lhe pela lição os conhecimentos indispensáveis a um monarca constitucional, dando para assim dizer unidade e sistema à educação. Convencido também desta necessidade, convidei frei Pedro de Santa Mariana, lente jubilado de matemática, para desempenhar essas funções, ao que ele do melhor grado se prestou. Devo acrescentar que tem desempenhado o seu lugar com todo o desvelo e probidade, que suas virtudes davam lugar a esperar (GARCIA, 1946, p.17).

Conforme a citação do relatório apresentado à Assembleia Legislativa, o tutor deixa claro que queria ajustar a educação do príncipe, substituindo o antigo responsável por alguém

que comungasse dos ideais da monarquia constitucional e orientasse o jovem com essas lentes. Esse mestre seria frei Pedro de Santa Mariana e Sousa, um pedagogo que em 1834 já dava algumas aulas de latim, lógica e matemática e recebia ordenado mensal de 30\$000, ou seja, 360\$000 anuais.

Por ter assumido a direção dos estudos do imperador, precisou deixar o Exército, recebendo uma bonificação da casa imperial de 360\$000 anuais, que posteriormente passou para 600\$000. Ensinava também religião e matemática, e até a maioridade do imperador permaneceu como diretor-geral de estudos (LYRA, 1977).

Frei Pedro de Santa Mariana e Sousa nasceu em Recife em 1772 e entrou para o convento com 14 anos, onde estudou filosofia e retórica, sendo um aluno notável (RAFFARD, 1899). Tornou-se um monge carmelita respeitado, devido ao seu caráter e conhecimento, sendo o responsável por apresentar o conhecimento científico ao príncipe, que manteve o gosto e a crença pela ciência até o fim de seus dias. Manteve-se ao lado de D. Pedro II, com residência no Paço de São Cristóvão até seu falecimento em 1864.

Padre mestre frei Pedro, que lhe foi simultaneamente **professor de religião, rudimentos de latim e mathematicas**, sendo coadjuvado no espinhoso mister de enriquecer aquelle elevado espirito com o ensinamento das variadissimas disciplinas, pelos homens mais illustres e competentes do império ou por estrangeiros distinctos (BELLEM, s.d., p.18).

Segundo Calmon (1938), frei Pedro de Santa Mariana e Sousa completou a educação do jovem especialmente contribuindo na formação do seu caráter. D. Pedro II aprendeu a ouvir muito mais que a falar, a ser paciente, dedicado e cauteloso. Ainda se somavam outras características, como a compreensão, a obstinação, a pontualidade e o desejo de conhecer e aprender sempre mais e mais: “O amor nato do jovem príncipe pelos estudos tornou-o ávido por aceitar o equilíbrio entre o conhecimento e capacidade, sabedoria e comportamento civilizado” (BARMAN, 2012, p.86). Por vezes, quando já estava na hora de dormir e D. Pedro II ainda se encontrava estudando, frei Pedro pedia que se recolhesse por conta do avançado da hora, mas o menino insistia e continuava estudando: “tal disposição de espirito, favorecida por uma memoria estupenda, devia produzir seus naturaes effeitos” (RAFFARD, 1899, p. 415). De acordo com o *Jornal do Commercio* de 06 de junho de 1841, assim que o imperador foi declarado maior solicitou ao ministro de estado que providenciasse um bispado para seu mestre, que, ao saber, não teve como recusar a honraria e tornou-se bispo de Crisópolis (RAFFARD, 1899).

O Marquês de Itanhaém manteve os professores que quiseram continuar e nomeou novos apenas em caso de necessidade. Era preciso que o imperador aprendesse a arte da equitação e montasse com destreza, pois teria que percorrer longas distâncias em cima de um

cavalo. Nomeou-se em dezembro de 1835, como mestre de equitação, Roberto João Damby, um oficial de guerra, com ordenado anual de 400\$000 mais 600\$000 de gratificação para transporte, totalizando 1.000\$000 (um conto de réis), porém, segundo as fontes documentais pesquisadas, esse mestre teve prejuízo em seus vencimentos desde o início, fato que o levou a requerer a quantia descontada ao governo e ao Poder Legislativo. Consta que, em 06 de abril de 1839, Roberto João Damby ainda reivindicava por seus direitos (RANGEL, 1945). O mestre de equitação faleceu em abril de 1842 (GARCIA, 1946).

Apesar do progresso nas aulas de equitação, D. Pedro II nunca se sentiu atraído pela montaria e só a fazia por dever do ofício (LYRA, 1977; RANGEL, 1945).

À medida que o menino avançava em seus estudos e desenvolvimento, outros mestres foram agregados, como Alexandre Antônio Vandelli, para as ciências naturais (CALMON, 1938). O português, nomeado em 1839, genro de José Bonifácio, era mineralogista e botânico e, na época em que deu aulas para D. Pedro II, já tinha mais de 50 anos. Recebia um ordenado de 1.000\$000 e gratificação anual de 1:400\$000. Faleceu em 1859, no Rio de Janeiro (RANGEL, 1945; LYRA, 1977; GARCIA, 1946).

Em janeiro de 1839, Cândido José de Araújo Viana (Figura 28), cujo nome verdadeiro era Cândido Cardoso Campos da Cunha, futuro Marquês de Sapucaí, foi nomeado professor de literatura e ciências positivas com ordenado de 1:000\$000 e gratificação anual de 1:400\$000 (RANGEL, 1945; GARCIA, 1946).

Figura 28 – Cândido José de Araújo Viana



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Nasceu em Minas Gerais em 1793, formou-se em direito pela Universidade de Coimbra, foi magistrado, ministro e senador do Império e faleceu em 1875 (GARCIA, 1946). Em declaração feita ao tutor em 1839, Cândido José de Araújo Viana declarou:

[...] que tal é o desejo de saber, a docilidade no talento de S.M.I., que eu espero vê-lo em pouco mais de hum ano instruido suficientemente na litteratura em geral, e particularmente no da língua que fallamos, sem deixar, comtudo, de acompanhar opportunamente esse estudo com o daquella disciplina, cujo complexo constitue a ciência do govêrno (RANGEL, 1945, p.241).

Em abril de 1839, o austríaco Roque Schuch foi nomeado professor de alemão e italiano do jovem monarca. O referido mestre possuía várias formações: filosofia, matemática, física, medicina veterinária e economia rural, e tinha ocupado cargos de relevância na Áustria antes de vir para o Brasil em 1817. Já em nossas terras, ocupou o cargo de bibliotecário e diretor do museu particular da Imperatriz Leopoldina, sua compatriota e protetora (RANGEL, 1945; LYRA, 1977). Recebia o ordenado de 400\$000 e gratificação anual de 600\$000, e faleceu em 1844. Segundo Raffard (1899), Roque Schuch já figurava como mestre de D. Pedro II em 1831, porém não fica claro qual disciplina ele lecionava, somente que o instruía na literatura.

O Coronel Luís Alves de Lima e Silva (Figura 29), posteriormente nomeado Duque de Caxias, foi professor de esgrima do jovem monarca, que costumava praticar o esporte com Guilherme Schuch, futuro Barão de Capanema, filho de Roque Schuch. Segundo Raffard (1899), em 1839 o jovem já mostrava firmeza e agilidade na esgrima.

Figura 29 – Coronel Luís Alves de Lima e Silva



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

A respeito do andamento dos estudos do imperador, de tempos em tempos o Marquês de Itanhaém apresentava para a Assembleia Geral, em 1834, notícias do desenvolvimento do príncipe, em que exaltava o talento para os estudos e a capacidade reflexiva do jovem:

A educação do Imperador, fazia um progresso pasmoso, devendo muito ao seu talento e espírito indagador[...] Lê e escreve bem; traduz as línguas francesa e inglesa. Aplica-se, além disso, à Geografia à Música, Dança e Desenho. Nisto, principalmente, faz progressos admiráveis, por ser o estudo que mais o deleita (LYRA, 1977, p. 48).

Apesar de o tutor manifestar-se de forma otimista em seus relatórios, solicitou, em 1837, para a mesma casa, um ajudante para o diretor de estudos: frei Pedro de Santa Mariana e Sousa. Porém, o pedido foi negado pela Assembleia Geral, que alegou não entender a necessidade de mais um pedagogo para o jovem (RANGEL, 1945).

Durante seu período de tutoria, o Marquês de Itanhaém determinou que os mestres de D. Pedro II seguissem algumas instruções¹⁴³ que norteavam a educação literária e moral do príncipe herdeiro, como, por exemplo, que lhe dessem as ideias exatas de todas as coisas, para que pudesse discernir entre o verdadeiro e o falso; que lhe apresentassem o planeta, a natureza e a humanidade; que a tirania e a violência não fariam dele um grande imperador; que a religião, a política e as ciências deveriam se manter em harmonia, entre outras (QUINTANILHA, 2006). Segundo Rangel (1945), as instruções foram tardias, somente em 1838, e que provavelmente não teriam sido escritas por ele, e sim pelo frei Pedro de Santa Mariana e Sousa e por Aureliano Coutinho.

O Marquês de Itanhaém permaneceu no paço até a maioridade do imperador, quando se dedicou aos próprios negócios, retornando ao Paço Imperial por ocasião de cerimônias da corte. Foi nomeado senador por Minas Gerais em 1844 e faleceu em 1867, com 85 anos (RAFFARD, 1899).

No que se refere à maioridade, a Constituição de 1824 determinava que ela se daria quando o imperador completasse 21 anos, e um ato adicional a diminuiu para 18. Porém, como o período regencial foi marcado pela intranquilidade política ocasionada pela disputa pelo poder entre os dois grupos (conservadores e liberais) e pelos conflitos populares que se intensificavam, o Senado resolveu restabelecer a ordem no Império através da autoridade monárquica, declarando a maioridade de D. Pedro II em 23 de julho de 1840, quando o jovem ainda tinha 14 anos (MOSSÉ, 2015). Sobre isso, Raffard (1899) cita um trecho do periódico *O Paiz*, de 06 de dezembro de 1891:

¹⁴³ As doze instruções do Marquês de Itanhaém encontram-se na íntegra no anexo B desta tese.

Prevaleceu, porém, no espírito dos próprios brasileiros adiantados, a preocupação funesta de ver despedaçado, pela revolução e pela República, o elo da unidade nacional [...]. Assim chegou-se, no meio de uma verdadeira anarquia governamental, e através das contendas dos partidos políticos, sem orientação, sem coesão, sem disciplina, ao ano de 1840, quando, por uma conspiração aulica, favorecida pelo despeito de um dos partidos, se tramou a ilegal proclamação da maioria do Sr. D. Pedro de Alcantara (p.445-446).

A citação faz uma crítica à antecipação, também chamada de Golpe da Maioridade, e revela a turbulência do período em que acontecera. Não foi uma tarefa fácil aprovar o projeto no Senado. Foi preciso que inflamassem o povo, que se reuniu em frente à instituição para pedir pela deflagração da maioria. A respeito do golpe e do seu impacto na construção da imagem pública de D. Pedro II, Schwarcz (1998) esclarece:

Unindo a autoridade da qual se via ungido à metáfora poderosa de Luís XIV, o brilhante Rei Sol, o pequeno monarca tornava-se grande à frente de seus súditos, tanto quanto a peça que se montava. O imperador iniciava sua vida cívica envolto de um suntuoso teatro, o da sua precoce maturidade. As roupas de adulto, os gestos maduros, as lições avançadas, a fama de filósofo, tudo contribuía para fazer do monarca um personagem excepcional, estranho a si mesmo (p. 71).

Carvalho (2007) explica que há divergência em relação às versões dessa história. Alguns dizem que o próprio D. Pedro II maquinou pela sua maioria e, quando foi consultado, confirmou que a desejava. Contudo, em seu diário, ele nega, afirmando que aceitar o ato foi uma decisão que sacrificou uma parte de sua juventude e que só o fez porque seu tutor e frei Pedro o aconselharam nesse sentido, dizendo que a medida se fazia necessária para conter a desordem. Silva (2003) pontua em seu livro *Memórias do meu tempo* que D. Pedro II lhe disse que se convencera da necessidade de decretar a maioria quando Araújo Vianna, mesmo após ter votado contra a medida por ser inconstitucional, afirmou que em virtude dos acontecimentos ela seria a única medida capaz de salvar o país.

Segundo Raffard (1899), após a maioria não existem muitas informações referentes aos estudos de D. Pedro II, somente que “cultivou o grego e as línguas orientais, iniciou-se na astronomia e adiantou-se na matemática” (p. 418). Aguiar (2015) informa que o imperador aprimorou seus conhecimentos com os professores de suas filhas, Leopoldina e Isabel, consultando-os e assistindo algumas aulas.

As primeiras medidas tomadas pelo imperador foi anistiar todos os envolvidos nas revoluções e nomear Mariana Carlota de Verna, sua madrinha, definitivamente como camareira-mor, cargo que já exercia interinamente desde 1834 (RAFFARD, 1899). Sua nomeação demonstra o reconhecimento de D. Pedro II pelos seus serviços e sua proximidade e afeto por Mariana. Acerca disso, Raffard (1899) conta uma passagem em que D. Pedro II colocou em sua mesa a seguinte ordem: “Fica expressamente proibido às pessoas da minha

casa fazerem-me qualquer pedido” (p. 472), mas que essa ordem não se dirigia à condessa, pois ela “intervinha sempre em benefício de uns e de outros com tamanho exito que, vendo crescer extraordinariamente o numero dos que a ella recorrião, espontaneamente resolveu nada mais solicitar do seu Augusto filho de adopção” (ibidem, p.472-473).

Além da nomeação de Mariana Carlota de Verna, o imperador também empossou sua filha, Dona Leopoldina Isabel de Verna Magalhães Figueiredo, como dama do palácio.

Quando já se encontrava com 17 anos, o Príncipe Adalberto da Prússia, que o conheceu em setembro de 1842, afirmou que o povo brasileiro tinha muita sorte em tê-lo como imperador: “Que felicidade para este bello paiz ser governado por quem conhece tão perfeitamente os deveres de sua posição, e tão seriamente deseja fazer a felicidade do seu povo!” (RAFFARD, 1899, p.476). E o descreveu como um jovem notável, estudioso e maduro, conforme mostra a citação abaixo:

D. Pedro II está notavelmente adiantado em vigor mental e conhecimentos para sua idade: é de estatura pequena, um tanto corpulento, cabeça regular, cabellos louros e feições bem feitas; seus olhos azues, expressivos, indicam seriedade e benevolencia. Embora não conte mais de dezeseite annos, tem a gravidade de porte de homem maduro. Manifesta grande prazer no avanço e na aquisição de conhecimentos, e cultivou cada ramo completamente. A historia é o seu estudo predilecto, embora se interesse por varios outros assumptos entre os quaes a botanica. O jovem Soberano manifesta tambem grande talento na arte, na pintura; aqui evidencia-se o seu interesse por tudo quanto é grande e nobre, pois geralmente escolhe para assumptos de seu lapis o retrato dos grandes reis, celebrados na historia, cujo exemplo deseja emular (ibidem, p.475).

Segundo Calmon (1938), D. Pedro II fora educado de modo a priorizar o dever em detrimento das paixões. Não tinha o espírito aventureiro de seu pai, principalmente no que se refere às emoções.

Foi a sua idéa imutavel: a de quem cumpre a obrigação, e não vê heroismo nisto. Limitava-se a exigir dos outros igual honestidade. No trôno, nos seus horarios de rei metodico, que ainda tinha professores, no casamento, tambem foi um cativo de sua missão (p. 94).

Ainda com 17 anos, o jovem monarca casou-se por procuração com a Princesa Thereza Christina Maria de Bourbon, filha do Rei Francisco I das Duas Sicílias, de 21 anos. A cerimônia aconteceu na Capela Palatina, na Itália, em 30 de maio de 1843, onde o imperador foi representado pelo Príncipe de Syracuse. Somente em 4 de setembro de 1843, a então imperatriz Tereza Cristina desembarcou no Rio de Janeiro para conhecer de fato seu marido (RAFFARD, 1899).

O imperador havia recebido uma imagem de sua futura esposa que não condizia com a realidade, ao invés de uma princesa bonita, como qualquer rapaz desejaria, a imperatriz era baixa e manca de uma perna. Mesmo assim, quando D. Pedro II a recebeu, não esboçou o

descontentamento e manteve-se comedido e reservado, guardando sua decepção. Somente quando encontrou com sua Dadama abriu seu coração e chorou sem saber o que fazer:

Renunciara á infancia para reinar na idade dos brinquedos; agora queriam que renunciasse ao sentimento, para continuar a ser distinto dos demais, dos que pódem amar, dos que vivem livremente a sua dôr e a sua alegria...[...] D. Mariana de Verna apertou-o de encontro ao peito magro. Uma chispa de piedade materna ardeu-lhe nos olhos vivos. Aconselhou-o suavemente (CALMON, 1938, p. 90).

A futura Condessa de Belmonte aconselhou-o a ter paciência e aceitar o matrimônio, pois este não poderia mais ser desfeito e o amor viria com o tempo. Mais uma vez o dever estava em primeiro lugar. Na cerimônia de casamento o que se viu foi o semblante habitual do imperador, sisudo e austero, sem demonstrar as emoções. Tereza Cristina foi recebida com proclamações e cortejos do povo de “Viva a Imperatriz”. “Seria a mãe dos brasileiros! – profetizava a Câmara Municipal. Mas o imperador – diziam outros – quizéra esposa; aquela parecia bondosa e modesta...” (Ibidem, p. 92). Segundo Carvalho (2007), apesar da decepção inicial, o casamento contribuiu para dar segurança ao imperador, que se tornou um jovem mais confiante e sociável.

Tereza Cristina veio acompanhada de seu irmão, o Conde d’Áquila, que se entendeu muito bem com a D. Januária, irmã de D. Pedro II, casando-se com ela no início de 1844. O casamento foi grandioso, com toda a pompa, e eles foram convidados a morar no Paço da Cidade, que ficou sendo a residência oficial dos dois até que retornassem para a Europa, o que aconteceu somente quando nasceu o primeiro filho de D. Pedro II (REZZUTTI, 2019a; CARVALHO, 2007).

Mariana Carlota de Verna e sua filha Maria Antonia assistiram aos casamentos das duas irmãs do imperador: D. Francisca, com o Príncipe de Joinville, em 1843; e o de D. Januária, em 1844. De acordo com Paulo Rezzutti (2019a), após o casamento de D. Januária, Mariana Carlota de Verna, já com 65 anos, foi dispensada de suas funções no palácio e, em reconhecimento a todo o seu trabalho e importância na criação do imperador, recebeu o título de Condessa de Belmonte em 05 de maio de 1844.

Mesmo após a finalização de seus serviços a condessa manteve-se muito próxima da família imperial. É inegável que havia entre as duas famílias mais que uma relação de trabalho. No livro *Apontamento acerca de pessoas e cousas do Brasil*, de Raffard (1899), há vários trechos que dão pistas dessa proximidade. Em 1847, por exemplo, a condessa foi convidada para ser representante da Princesa de Joinville como madrinha de batismo da filha de D. Pedro II, a princesa D. Leopoldina (RAFFARD, 1899).

Inclusive, a chácara do Engenho Novo, de sua propriedade, era um local visitado pela família imperial: “Depois de 1840, o Sr. D. Pedro II com suas Augustas irmãs, acompanhadas de suas Damas e Camaristas de semana forão por diversas vezes em seges para a chacara de D. Marianna. Gostavão de merendar perto do Rio do Principe, como fazia o seu Augusto Pai” (RAFFARD, 1899, p.473). Naquela época o Engenho Novo era um local com pouquíssimas moradias, a chácara de Mariana Carlota de Verna ficava ao lado da propriedade do Visconde do Bom Retiro, onde posteriormente foi aberta a rua que levou o nome de Barão do Bom Retiro.

Essa proximidade não era somente com a condessa, mas também com seus filhos. A Princesa de Joinville, D. Francisca, tinha um carinho especial por Maria Antonia, filha da condessa, que havia sido sua dama desde o nascimento. Como reconhecimento a esses anos de dedicação, em 8 de junho de 1843, D. Pedro II concedeu-lhe uma pensão de cem mil réis mensais (RAFFARD, 1899).

Do apreço e da amizade que a Sra D. Maria Antonia soube inculcar à sua Imperial discipula dá prova a não interrompida correspondencia que se manteve de lado a lado, sempre affectuosa e da maior intimidade até finir-se em 1893, depois continuada entre a Princeza e sua afilhada de baptismo D. Francisca Carolina de Verna Fonseca Monteiro de Barros, filha de Maria Antonia, assim estreitamente relacionadas sem se terem visto (p. 543).

Essa mesma chácara foi utilizada em 1855, durante a epidemia de cólera, para tratar os doentes da região. A condessa abrigou em sua casa o médico Dr. Figueiredo e o padre Antônio, e juntos cuidaram de muitos enfermos. Apesar dos pedidos de seus filhos para que deixasse a chácara durante a moléstia, a condessa continuou a cuidar dos doentes e, infelizmente, contraiu a doença que acabou a levando à morte (RAFFARD, 1899).

Vendo chegar sua derradeira hora, pediu que não a deixassem morrer sem confissão e mandassem chamar o padre e o medico, seus collaboradores, para o bom desempenho da nobre missão que se havia imposto em beneficio do povo do Engenho Novo. Apoz quatro dias de doença falleceu á 1 hora da madrugada de 17 de outubro de 1855 a muito distincta e bondosa Sra. condessa de Belmonte (D. Marianna Carlota de Verna Magalhães) contando 76 annos de idade (ibidem, p. 538).

Quando soube do falecimento de Mariana Carlota de Verna, sua mãe postiça, D. Pedro II instruiu seu mordomo-mor a providenciar o funeral, que aconteceu com todas as honras possíveis: “o corpo foi levado no coche funebre dos Principes e sepultado no cemiterio de S. Francisco Xavier no dia do passamento, achando-se presente ao acto de um representante do soberano” (ibidem, p. 538). A missa de sétimo dia foi realizada na capela do Paço de São

Cristóvão com a presença do imperador. Segundo Raffard (1899), anos depois D. Pedro II ainda lembrava da condessa com gratidão e carinho.

De acordo com Raffard (1899), Mariana Carlota de Verna destruiu as memórias que escreveu, impossibilitando assim que se conhecesse momentos de sua vida e fatos da história do Brasil que não estão totalmente claros ou são desconhecidos. Sobre isso, Perrot (2005) esclarece que essa era uma prática comum no século XIX, porque a leitura e a escrita eram consideradas “freqüentemente, para as mulheres, um fruto proibido” (p. 36), e por isso “apagam de si mesmas as marcas tênues de seus passos neste mundo, como se sua aparição fosse uma ofensa à ordem” (p. 37). Além disso, havia o receio de que fossem mal interpretadas ou ironizadas pelos seus descendentes.

O próximo capítulo vai tratar de um dos principais escritos de Mariana Carlota de Verna para a educação do príncipe D. Pedro II. Embora não tenha guardado suas memórias, o *Pequeno Catecismo Histórico*, integralmente elaborado pela Condessa de Belmonte e analisado a seguir, demonstra um pouco do seu pensamento em relação à importância da religião e da moral cristã para a formação do soberano.

3 CATECISMO HISTÓRICO: UM MONUMENTO PARA A FORMAÇÃO DO PRÍNCIPE

O *Pequeno Catecismo Histórico* elaborado por Mariana Carlota de Verna está sendo tratado nesta tese como monumento para a educação de D. Pedro II porque a obra delinea o cenário de uma expectativa e de uma utilização: o consumo do objeto impresso, ensinado, utilizado e conservado como monumento de uma devoção para a difusão do cristianismo. Segundo Le Goff (2013), toda prova histórica deve ser monumentalizada e desmonumentalizada.

Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos (LE GOFF, 2013, p. 107).

Nenhum documento é inocente. Todos devem ser julgados. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado (ibidem, p. 108).

Um monumento é um sinal do passado, algo que nos faz recordar, que é capaz de perpetuar um tempo, um modo de vida, uma sociedade. Nesse sentido, quando um historiador analisa um documento histórico ele está indo além do que está impresso ou do que está sendo visualizado. Ele se remete a um tempo passado, a uma representação cheia de sentidos. Quando Le Goff (2013) cita que todo documento tem um caráter de monumento é justamente nesse sentido, de evocar a memória de um tempo e espaço.

Com o surgimento da escrita, a perpetuação da memória e da história dos tempos ficou mais fácil. Antes disso as memórias eram passadas através da oralidade e de monumentos visuais. Com a escrita, essas memórias são passadas também através dos documentos, das cartas e de uma infinidade de fontes escritas (LE GOFF, 2013). O *Pequeno Catecismo Histórico* constitui-se como um documento escrito, mas sobretudo como um monumento que nos remete a um passado de devoção cristã católica, de uma sociedade majoritariamente católica e de um método educacional de transmissão e inculcação de valores morais que sustentavam uma sociedade inteira. Além disso, ele traz uma característica a mais que ajuda a perpetuação da memória, que está no seu método de perguntas e respostas curtas, ou seja, o seu caráter mnemônico contribui para que ele seja decorado. E a palavra decorar, segundo Azevedo, Quednau e Costa (2016) se origina do latim *cor*, que significa coração, o que remete a sentir pelo coração, mobilizando os sentidos, a sensibilidade de quem o faz.

Analisar o catecismo de Mariana Carlota de Verna significa, então, adentrar nas bases da educação que D. Pedro II obteve, nos valores que lhe eram ensinados. E pensar em como esses ensinamentos foram importantes para a vida do imperador do Brasil faz parte desse movimento de recontar o passado, empreendido nesta tese. Um passado que, de certo modo, escondeu o papel de uma mulher, como fez com tantas outras.

A história dos catecismos remonta da Baixa Idade Média, quando surgiu esse tipo de literatura, usada para educar nobres e príncipes. O termo catecismo origina-se do grego *katechismós*, que significa instruir, e esses livros eram uma espécie de manual de cunho moral e religioso que traziam como meta alcançar o perfil de um governante ideal (VASCONCELOS, 2006). Depois da invenção da imprensa, a prática de imprimir esse instrumento pedagógico foi bastante difundida pela Igreja Católica a partir do século XVI.

Segundo Bollin e Gasparini (1998), o catecismo já era usado no século XIV e servia para instruir pessoas iletradas ou crianças sobre a doutrina do cristianismo, sendo que, após a Reforma Protestante (século XVI), Martinho Lutero (1481-1546) foi o responsável por disseminar o uso do catecismo como um instrumento pedagógico para a propagação da fé. A Igreja Católica também utilizou o mesmo recurso.

Orlando (2013) informa-nos que havia uma variedade de textos, tanto por parte dos protestantes quanto dos católicos, sendo, por vezes, mais populares que a Bíblia. Os catecismos protestantes mais conhecidos tinham duas vertentes: a de Martinho Lutero e a de João Calvino (1509-1564). Martinho Lutero publicou em 1529 oito tábuas catequéticas para a família, um catecismo grande para professores e pregadores – com texto discursivo contínuo –, e um catecismo pequeno para párocos e pais de família – com formato mais didático e simples, escrito por meio de perguntas e respostas. Já os catecismos de João Calvino eram uma espécie de condensado da teologia que deveria ser ensinada a crianças e adultos.

A Igreja Católica seguiu o mesmo projeto empreendido pelos protestantes, disseminando vários impressos destinados às crianças e aos fiéis para que aprendessem a doutrina. Os catecismos escritos, por exemplo, pelo religioso Roberto Bellarmino (1542-1621) foram aprovados pelo Papa como modelo para o ensino da religião, tornando-se obrigatórios em Roma, sendo utilizados até 1905 (BOLLIN; GASPARINI, 1998).

De agora em diante a doutrina já não é apenas explicada e depois resumida em algumas fórmulas de fácil retenção. Ela deve ser apreendida em pormenor e recitada de cor. O livro já não é apenas um manual do pároco ou da pessoa instruída, que serve de guia para a instrução das pessoas. Ele é colocado diretamente na mão das crianças e dos adultos. O seu formato é tanto mais reduzido quanto mais o livro é difundido. Tudo isso é novo em relação ao passado (BOLLIN; GASPARINI, 1998, p. 117).

Conforme se nota, o formato de instrução de catequese apostólica da Idade Antiga, com uma preocupação de cunho teológico, e da Média, baseada na oralidade, foi substituído por um método de instrução individualizada, em que cada um se dedica à sua prática de leitura. Na modernidade, a catequese deixou de ser vista como apenas de conteúdo doutrinário religioso para ser utilizada sob a ótica do ensino, ou seja: “o ensino da doutrina cristã, concentrada no catecismo, o livro (impresso) que compila, de um modo simples, essencial e completo, tudo o que o fiel deve conhecer” (BOLLIN; GASPARINI, 1998, p.105).

No século XVII houve uma multiplicação de catecismos e de escolas religiosas, estabelecendo como norma “a demonstração da fé pelo comportamento e pela conduta moral” (ORLANDO, 2013, p. 164-165), ou seja, a religião servia também para moldar os indivíduos dentro de um padrão, de uma conduta estabelecida por aquela sociedade. A sociedade de corte determinava os padrões comportamentais do mundo civilizado, divulgados pelos clérigos que comungavam dos mesmos interesses, o que acabou por conferir um viés de cunho religioso e cristão para a palavra civilidade (ORLANDO, 2013).

Diante dessa expansão, decidiu-se transformar o catecismo também em educação escolar, e os textos serviam, além de ensinar a doutrina católica e os preceitos morais, para alfabetizar as crianças: “Tal prática reunia à aprendizagem da língua escrita os preceitos religiosos e morais, tornando-os inseparáveis, ou seja, a educação era entendida, também, como formação moral e religiosa” (VASCONCELOS, 2006, p. 72). Essa prática estendeu-se, contudo havia a necessidade de incorporar novas representações mais inovadoras e de acordo com seu tempo.

No Brasil, desde quando ainda era uma colônia ultramarina portuguesa, o catecismo esteve vinculado aos saberes elementares. Além disso, o projeto educacional serviu como um mecanismo de controle da sociedade, no sentido de que ele adotasse um estilo de vida ético condizente com os costumes determinados pelos parâmetros cristãos católicos. Como os índios falavam a sua língua nativa, os catecismos tiveram que ser redigidos em Tupi-Guarani (ORLANDO, 2013).

No regime do padroado¹⁴⁴, a religião e a educação eram processos conjuntos, com o ensino religioso ditando as regras da sociedade e inserindo-se no centro do currículo escolar.

¹⁴⁴ Regime de padroado - conferia à Coroa o direito de arrecadar e redistribuir os dízimos devidos à Igreja e indicar os ocupantes de todos os cargos eclesiais. Assim, a estrutura dos Reinos de Portugal tinha não só uma dimensão político-administrativa, mas também religiosa. Com a criação do padroado, muitas das atividades características da Igreja Católica eram, na verdade, funções do poder político. Esse regime perdurou até 1889 (LIMA, 2014).

Divulgava-se não só as verdades da fé, mas também os modos de conduta socialmente aceitáveis, como os padrões de moralidade, numa rede de interdependência na qual não era possível dissociar o que era religioso do que era padrão de comportamento social (ORLANDO, 2013, p. 167-168).

Somado a isso, permanecia no século XIX o Regalismo, ou seja, o direito dos reis de interferir nas questões religiosas, mantendo-as unidas à dimensão política (ORLANDO, 2013). Com a Independência do Brasil, em 1822, parte da sociedade tinha a expectativa de que esse controle ideológico e econômico cessaria e de que seria instaurado um governo mais liberal. Contudo, o novo império continuou com a doutrina político-ideológica do sistema de padroado, permanecendo com a vinculação entre a Igreja e o Estado (TAMBARA, 2005).

O cotidiano escolar era, portanto, um campo de disputas ideológicas e também políticas, um reflexo da luta pela hegemonia de grupos que queriam se consolidar no poder, e os currículos eram submetidos a um escrutínio doutrinário, com a Igreja Católica também participando do processo educacional.

Todo aquelle que abusar da liberdade da Imprensa contra a Religião Catholica Romana, negando a verdade de todo ou alguns dos seus dogmas, ou estabelecendo e defendendo dogmas falsos, será condemnado em hum anno de prisão e 100\$000; e si o abuso consistir em blasphemar ou zombar de Deos, dos seus santos, ou do culto religioso, approvedo pela Igreja Catholica, terá a pena de seis mezes de prisão e 50\$000 (BRASIL, 1823).

Segundo Elomar Tambara (2005), os materiais escolares eram submetidos a um processo de censura doutrinária e precisavam ser aprovados pela Igreja (Roma), o que também ocorria com relação àquilo que era determinado por ela. Assim, a título exemplificativo, as decisões tomadas no Concílio de Trento (1545-1563) para serem aplicadas na Colônia Ultramarina Portuguesa, no Reino e depois no Império brasileiro tinham que ter a aprovação do rei e dos imperadores. Dessa forma, traziam como características a submissão à fé católica e a obediência ao Estado, demonstrando claramente a associação da educação à religião.

Os catecismos serviram como recursos pedagógicos para padronizar os modos de pensar e de agir das pessoas, baseados no modelo prescrito pela Igreja (NASCIMENTO; FELDENS; ALMEIDA, 2013). Para além dos seus limites teológicos, os textos religiosos também eram utilizados nas escolas com finalidade pedagógica, como meio de alfabetização e de enfatizar o processo de leitura das crianças.

Dentre esses textos figuravam 46 catecismos, sendo o mais recorrente o que foi escrito pelo abade Fleury, chamado de Catecismo Histórico, seguido pelo Catecismo da Diocese de Montpellier, escrito pelo Bispo Charency.

A seguir será apresentada a primeira parte de um livro pertencente à Real Biblioteca de Lisboa, trazido pela família real para o Brasil e que contém orientações para a elaboração de catecismos: o Pequeno Catecismo Histórico ou Compêndio Histórico da Doutrina Cristã, do padre José Caetano de Mesquita.

3.1 Orientações do Compêndio Histórico da Doutrina Cristã do Padre José Caetano de Mesquita

O livro foi escrito em 1787 pelo padre José Caetano de Mesquita, a partir dos ensinamentos de Santo Agostinho. É composto por 205¹⁴⁵ páginas contendo apresentação, uma seção sobre seu uso e finalidade e outra com o compêndio da doutrina.

Foi inspirado no Tratado de *Catechizandis Rudibus*, escrito por Santo Agostinho (351-430), em que este dá orientações a um diácono de como ensinar a doutrina cristã católica. Aconselhou-o a começar o catecismo pela história da criação do mundo até os tempos em que viviam, mas sem excessos, sem esmiuçar todos os detalhes contidos nos livros sagrados. Pediu que fizesse um resumo com os acontecimentos mais importantes e dignos de admiração e, dessa forma, capazes de aguçar a curiosidade e impressionar o leitor e aprendiz. Possivelmente o compêndio de doutrina cristã tem como escopo apresentar também a narrativa histórica da Bíblia (História da Salvação).

O melhor método para ensinar a religião, segundo Santo Agostinho, era por meio do conhecimento dos fatos mais notáveis na história do Antigo Testamento, no Evangelho e na Igreja.

[...] que este methodo era proprio para imprimir nos corações, e na memoria a Doutrina Christã, e fazer que os Fieis entrassem na ordem dos conselhos de Deos, pelos quaes fomos salvos, e para os fazer capazes de todas as instrucções, que ouvem na Igreja: que isto o faria utilissimo (MESQUITA, 1787, p. 8).

O autor dessa obra afirma que se sentiu compelido a reimprimir o método criado por Santo Agostinho, quando estava à frente da igreja de São Lourenço, pois acreditava que o livro seria útil para preparar as crianças para acompanhar os sermões e práticas da Igreja, tendo ele o cuidado com a clareza, a simplicidade e a fidedignidade para que a leitura pudesse ser mais bem aproveitada.

Na seção que trata sobre o uso e a finalidade do catecismo, assuntos como a ignorância das pessoas, a justificativa em ensinar o catecismo, os defeitos comuns e os métodos de

¹⁴⁵ Nesta tese utilizou-se a numeração das páginas do livro de acordo com a publicação, em que constam nas 61 páginas iniciais a numeração em algarismos romanos e nas páginas seguintes em arábicos.

ensino são trazidos à tona com uma linguagem simples, acessível e separadas por tópicos. Para facilitar a leitura desta parte da tese, decidiu-se elaborar um quadro-síntese agrupando os tópicos da primeira seção do livro, de acordo com temas atribuídos pela pesquisadora em função dos assuntos abordados (Quadro 11).

Quadro 11 – Síntese dos assuntos elencados nas orientações, que constam no Compêndio Histórico da Doutrina Cristã, do padre José Caetano de Mesquita.

Tópicos da primeira parte do Catecismo	Temas Abordados
Ignorância, quanto é geral: seus perniciosos efeitos	Ignorância e suas causas
Causas desta ignorância: necessidade de instrução	
É muito desprezado o cuidado de ensinar a Doutrina: necessidade deste ensino, e dos catecismos	A necessidade deste ensino e dos catecismos
Defeitos ordinários dos catecismos: remédio destes defeitos	Defeitos dos catecismos
Antigo método de ensinar a religião desde o princípio do mundo	Os métodos
O mesmo método se observou sempre na igreja desde o tempo de Jesus Cristo	
Quanto seja útil juntar a Doutrina e os fatos: e o quanto seja fácil	
Utilidade das estampas, que se juntam aos livros: os de Doutrina contudo não dependem delas	
Com que fim e porque causa se escreveu este Compêndio da Doutrina	Objetivo desse compêndio da doutrina
Qual seja o uso deste Catecismo: porque é menor um e outro maior	
Que se deve ensinar sobre os exercícios da religião	
Com que estilo se deve ensinar	Com que estilo se deve ensinar
Deve imitar-se o estilo de Jesus Cristo, dos apóstolos e dos profetas	
É necessária concisão quando se ensina: o estilo seja simples, não baixo, nem grosseiro	
De que modo se deve usar deste catecismo pequeno ou compêndio	O uso do catecismo
De que modo se deve usar do catecismo grande	pequeno e grande
Os melhores catequistas, ou mestres da Doutrina seriam os pais	Os mestres
O catequista, ou o que ensina a Doutrina, fale ao coração, assim com as coisas que diz, como com o modo de as dizer	
O catequista deve ser homem de oração	

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

Cabe nesse momento abordar resumidamente as orientações do Compêndio Histórico da Doutrina Cristã, de 1787, da Real Biblioteca de Lisboa, de acordo com os temas propostos.

3.1.1 Ignorância e suas causas

Diz-se que a maior parte dos cristãos vive na ignorância, e isso não se resume aos mais rústicos e às pessoas grosseiras, sem entendimento e educação, pois até mesmo os mais polidos e sábios ou letrados são mal instruídos nos mistérios e nas regras de moral. Algumas pessoas devotas, ou sacerdotes e religiosos, ainda não compreendem o que é essencial na religião. Dessa forma, é a ignorância a responsável pelo desrespeito aos costumes, pois quando se conhece a doutrina cristã é impossível não a admirar e amar. Porém, esse conhecimento às leis de Deus deve ser fundado em princípios sólidos e não apenas ser feito de maneira superficial, sem a devida devoção.

Segundo o autor, a ignorância nasce conosco, como efeito da corrupção da natureza, pois viemos ao mundo totalmente ignorantes e mesmo que pertençamos a famílias de cristãos isso não será suficiente para sairmos do estado de ignorância. Dessa forma, devemos nos instruir e aperfeiçoar essa instrução ao longo dos anos. Assim como os homens se empenham em estudar muitas áreas do conhecimento ou os saberes necessários para o desempenho de seu trabalho e não os consideram difíceis ou impossíveis de aprender, deveriam ver o estudo das leis de Deus. No entanto, ao contrário, consideram que a religião é difícil de entender e de se conservar na memória, e a maioria das pessoas não acredita que seja necessário dedicar-se para instruir-se na fé católica e cria pretextos para não o fazer, mas a verdade é que a preguiça e a ignorância as impedem de compreender a importância disso.

A mesma Escritura, que nos manda aceitar com submissão as verdades reveladas por Deos, cativar-lhe o nosso entendimento, e obedecer a Fé, nos manda tambem expressamente que meditemos a Lei deste Senhor de dia, e de noite; que nos applicuemos com todas as nossas forças ao estudo da sciencia, e da sabedoria; e que trabalhemos toda a nossa vida por conhecer a vontade de Deos o mais distinctamente que for possível (MESQUITA, 1787, p. V).

Para se entender o que consta no catecismo do padre Mesquita é preciso refletir sobre todas as suas palavras, pois ele contém o básico da doutrina. Contudo, é importante buscar outras leituras, outros compêndios, de acordo com a capacidade de entendimento de cada leitor.

O livro afirma que a melhor maneira de estudar a moral é praticando-a, mas isso não significa que somente a aprenderemos na prática, porque é provável que durante a nossa vida não nos deparemos com situações suficientes para praticarmos todos os mandamentos da lei de Deus. Dessa forma, mais uma vez é destacada a importância do aprendizado da doutrina cristã católica e da relação entre a teoria e a prática, no sentido de dar orientação e suporte para as ações das pessoas na sociedade.

3.1.2 A necessidade desse ensino e dos catecismos

Nesta seção o compêndio traz a justificativa para se ensinar a doutrina. Afirma que a ignorância que reina há muito tempo na Igreja também ocorre por culpa dos sacerdotes e de todos que ensinam a palavra de Deus, pois apesar de haver muitos livros, de diversas obras teológicas, eles estão cheios de pormenores que os fiéis não precisam conhecer e geralmente estão em latim e com um estilo difícil de entender. Além disso, os sermões e ensinamentos

são extensos, e raras vezes os primeiros princípios da fé e os fatos, que são fundamentos dos dogmas, são ensinados.

Daqui vem que as lições públicas da Escritura Sagrada, que compõem parte do Officio da Igreja, servem de tão pouco para a instrucção dos Fieis, para a qual foram instituidas (MESQUITA, 1787, p. VIII).

De acordo com o padre Mesquita, os sermões em latim não são compreendidos pela maioria das pessoas e quase não têm traduções, o que prejudica seu objetivo de instruir. Há pessoas que passam muitos anos ouvindo os ensinamentos e mesmo assim desconhecem os primeiros elementos da doutrina cristã. No entanto, acreditam que sabem o catecismo porque o aprenderam na infância. A questão é que nem sempre os ensinamentos permanecem em suas memórias ou então nunca foram bem entendidos. E ainda há casos em que se têm vergonha de buscar o conhecimento por não querer confessar a ignorância.

3.1.3 Defeitos dos catecismos

O livro indica que o ensino dos catecismos não é atrativo para os que aprendem - que precisam entender em poucas palavras o que é considerado mais essencial e decorar por meio de perguntas e respostas - nem para os que ensinam, que se sentem desmotivados por ter que repetir muitas vezes as mesmas coisas. Além disso, o estilo dos catecismos é muito seco e por vezes até triste, com discursos fastidiosos, fazendo com que as pessoas os estudem sem vontade e tomem, até mesmo, aversão pelo aprendizado da religião.

Segue afirmando que se a dureza e a secura dos catecismos precisam ser suavizadas, antes é necessário entender sua causa. Os teólogos que escreveram os primeiros catecismos retiraram das escrituras as partes que julgavam mais necessárias, porém não se preocuparam em mudar o estilo da escrita, resultando numa leitura austera e pouco atrativa.

3.1.4 Os métodos

Conforme consta nas orientações do catecismo do padre Mesquita, a princípio a religião foi passada de pai para filho, sem escritura. Assim aconteceu com Adão para instruir seus filhos, contando-lhes a felicidade do primeiro estado, o seu pecado e o seu castigo. Quando surgiram as escrituras sagradas, estas serviram para confirmar o que já vinha sendo ensinado por meio da oralidade e das histórias.

Consta ainda que, depois da existência de Jesus, acrescentou-se às escrituras o seu nascimento e vida, seus discursos e milagres, a ressurreição e seus ensinamentos. Nos séculos seguintes, conservou-se o mesmo método de ensino da religião. A maior parte das leituras é fundada em fatos em que se narra tudo o que Deus fez desde o princípio do mundo.

Assim como no livro de Santo Agostinho, *Da verdadeira religião*, padre Mesquita, no livro que fez para ensinar como catequizar, propõe que se conte fatos, narrando e estendendo-se de acordo com o perfil do aprendiz. E o seu modelo de catecismo é um resumo da história da religião acrescido de reflexões.

Nas obras, Santo Agostinho fala de um catecismo para adultos, para pessoas não batizadas (catecúmenos) ou que passaram muito tempo fora da igreja, pois presumia-se que as crianças batizadas já tinham recebido as instruções religiosas dadas por seus pais e completado seu aprendizado com a frequência à igreja.

Por isso, para os adultos deve-se introduzir mais discursos (exposições doutrinárias) para confirmar a conversão para a doutrina cristã e somente depois ensinar-lhes os mistérios (sacramentos) e o símbolo (Credo). Já os meninos batizados não precisam dessa preparação porque já têm a fé, a docilidade própria dos jovens e o batismo. Dessa forma, era possível ensinar-lhes logo o símbolo apostólico, isto é, as verdades da fé contidas no Credo. Essa maneira de ensinar durou até o século nono.

Quando começaram a batizar praticamente só as crianças, a partir do tempo de Santo Agostinho (século V), essas instruções deixaram de ser dadas aos adultos e isso contribuiu para a ignorância. Ensinavam aos povos somente o símbolo e a oração dominical, pois entendiam que “explicar, ou dar o Symbolo, segundo os antigos, he catequizar; porque o symbolo he o resumo de toda a Doutrina Christã” (MESQUITA, 1787, p. XXI- XXII).

Ainda segundo o livro, as crianças e a maioria dos homens não são capazes de entender o que é superior à razão, como, por exemplo, a Trindade, a Encarnação, a predestinação e o mistério. Por essa razão, Deus criou os fatos, como a vocação de Abraão, o Dilúvio, e o Livramento do Egito, para que não deixassem dúvidas quanto à sua existência.

Sendo assim, de acordo com o sacerdote, essa é a melhor forma de ensinar, a mais fácil e agradável, pois todos entendem uma mensagem quando ela está carregada dos fatos que Deus nos colocou, ou seja, de uma história. Ela contribui para a compreensão, na medida em que instiga a curiosidade e a imaginação e que retrata assuntos abstratos por meio de fatos concretos.

Os que compuzerão os Catecismos modernos bem virão a utilidade dos factos para prenderem a imaginação dos meninos, e lhes fazer as instrucções agradaveis; e

muitos estabeleceram como regra do seu methodo, acabar cada lição com alguma historia (MESQUITA, 1787, p. XXV).

Como nem sempre as histórias estivessem nas escrituras, os autores dos catecismos mais atuais recorriam a exemplos ou histórias de milagres pouco averiguados, o que pode ser perigoso, pois quando se é criança é possível acreditar em tudo que se ouve, mas quando a criança se torna adulta há um olhar mais crítico, podendo causar descrédito e desinteresse no estudo da religião.

Em suas orientações para os catecismos, o sacerdote defende que uma maneira de mudar o estilo seco dos livros sagrados é por meio da utilização de figuras, especialmente para crianças, pois elas nutrem a imaginação e ajudam a memorizar. Contudo, ressalta que as escrituras só devem conter figuras se não estiverem subordinadas a elas, mas sim o contrário. Ou seja, para se entender as figuras é necessário que se faça a leitura dos escritos e, dessa forma, as imagens acabam motivando a leitura.

3.1.5 Objetivo desse compêndio da doutrina

De acordo com as orientações, os catecismos não devem conter coisas desnecessárias, e sim o que é fundamental, o que é precisamente da fé. É desejável também que não se baseiem em opiniões nem tragam excesso de termos que não sejam entendidos por todos, pois mesmo as pessoas que nunca ouviram falar da palavra de Deus devem ser capazes de entendê-la.

Ainda que toda a Escritura seja utilissima para nossa salvação, nem todas as suas partes são necessarias igualmente a todos[...] Na Lei temos muito maior necessidade de saber os preceitos da Moral, do que os das ceremonias que tem sido extinctos. Mas he impossivel distinguir-se tudo isto, senão for advertido por alguem, que tenha lido bem a Escritura (MESQUITA, 1787, p. XXXI-XXXII).

Por isso é tão necessário que se estude a palavra de Deus com muito afinco, o que é feito por sacerdotes e pastores, para depois explicá-la ao público de uma maneira mais adequada, elucidando o que não está claro devido a traduções ou à distância dos tempos (MESQUITA, 1787).

Nesse contexto, o autor explica que o motivo que o levou a escrever esse catecismo foi sustentar o modelo de Santo Agostinho, que utiliza fatos (narrativas, histórias) à explicação de toda a doutrina cristã, pois: “Não se pôde explicar o primeiro Artigo do Credo, sem contar a criação do Mundo; nem o Batismo, sem fallar do peccado de nosso primeiro pai [...]” (ibidem p. XXVIII). Dessa forma, tanto a linguagem quanto o entendimento do catecismo serão mais acessíveis.

Esse catecismo não é um livro feito somente para ler ou decorar, ele deve ser um modelo de instrução que se possa seguir, mudando e diversificando conforme as pessoas e ocasiões. Portanto, foram propostos dois modelos: um menor, para as crianças e as pessoas menos instruídas; e outro maior, para as pessoas mais instruídas, com conteúdo mais extenso, porém com os mesmos fatos e dogmas. O catecismo menor não é necessário aos que farão uso somente do maior, mas quem iniciar seus estudos com o menor poderá continuar com o outro posteriormente. O modelo maior contém uma narrativa doutrinária mais explicada, possivelmente com uma preocupação com aqueles que vão ensinar, enquanto o menor se apresenta de maneira resumida, com recurso mnemônico para ser gravado, decorado.

A força de ouvir repetir as mesmas verdades por tantos modos diferentes, póde ser que em fim lhes fiquem na memoria: póde ser que faça gosto, e que se afeição e a se instruir mais a fundo todo o tempo da sua vida com a lição da Escritura Sagrada (MESQUITA, 1787, p. XXXV).

Quem for ensiná-lo deve julgar quem poderá usar o catecismo maior, como também deve abreviar ou estender suas narrações de acordo com os seus aprendizes.

A orientação dada no texto refere-se ao que se deve ensinar nos exercícios de religião: que não se acrescentem novidades ou orações que não estejam autorizadas pela Igreja. Justifica-se, afirmando que já existem orações suficientes e bem completas nas escrituras, como o Credo, o Rosário e até mesmo todos os Salmos. E que mesmo as mais simples têm um significado enorme, pois o que importa é penetrar os corações: “quando os sentimentos estiverem bem impressos no ânimo, não faltarão palavras; e quando faltarem, nem por isso Deus nos entenderia menos” (MESQUITA, 1787, p. XLI).

3.1.6 Com que estilo se deve ensinar

O autor reafirma que não se deve apenas decorar as palavras e sim entendê-las, dar-lhes significado. Nesse sentido, “não he da boca que se crê, he do coração; e a boca não faz mais do que declarar exteriormente o que o coração crê” (MESQUITA, 1787, p. XLII).

Na doutrina cristã os ensinamentos não são compreendidos sob a ótica da razão e sim por meio da fé. Pela crença de que fazem parte do mistério da existência de Deus todo poderoso criador do céu e da terra. Porém, mesmo assim, é desejável que se utilizem palavras que possam ser compreendidas por todos. O autor cita o exemplo de um livro que traz a definição que Deus “he um Acto puro, sem mistura de potencia” (ibidem, p. XLIII) e explica que, para alguns, talvez pareça que Deus não tem poder, pois a palavra potência denota

significados diferentes de acordo com o grau de entendimento e estudo de cada um. Dessa forma, aconselha-se que se procure utilizar termos conhecidos por todos, para que as escrituras sagradas sejam mais bem interpretadas e compreendidas. Os apóstolos e o próprio Jesus Cristo evangelizavam usando a língua do povo, eram simples e claros em suas falas e assim disseminavam a palavra de Deus.

Sublinha também que o método de apresentar as histórias e milagres do mundo antecedendo os ensinamentos das escrituras sagradas é muito útil para mostrar o significado das coisas e para que as pessoas consigam entender o sentido das coisas sem que estejam presas às palavras.

Além disso, é desejável que aquele que vá ensinar o catecismo o faça de maneira concisa, que tenha firmeza e segurança ao falar. Não é necessário falar baixo nem ser grosseiro ou falar como as crianças pequenas para que elas entendam o que se diz. Ao contrário, deve-se usar uma linguagem simples, mas demonstrando desenvoltura e conhecimento.

3.1.7 O uso do catecismo pequeno e grande

Novamente é citado que no método histórico proposto as lições apresentam-se primeiramente com um discurso, uma história e depois em formato de perguntas e respostas para subsidiar o entendimento das crianças.

O mais racionavel no meu conceito he, que o pai, ou o Mestre tomem para si o menino, quando o acharem em estado de entender, que lhe contem huma historia, ou expliquem algum Mysterio, e depois lhe perguntem por isso, para ver o que lhe ficou na memoria, e o encaminhem, se tiverem entendido mal alguma cousa, ou senão tiver attendido ao mais essencial (MESQUITA, 1787, p. L-LI).

De acordo com o compêndio, no catecismo pequeno as respostas são breves para não cansar as crianças, e as perguntas são claras para que eles não possam responder outra coisa que não seja aquilo que lhes foi ensinado ou não mudem mais do que as palavras. É interessante que as crianças, ao responderem, usem suas palavras, sem trocar o sentido do que aprenderam, e, segundo o autor, isso seria a comprovação de que realmente entenderam o que lhes foi ensinado. Destaca-se ainda que os mestres podem ter a liberdade para aumentar ou diminuir as perguntas, as respostas e até mesmo o discurso, contanto que observem as orientações dadas e não digam nada que não esteja na doutrina.

Já o catecismo grande não apresenta perguntas e respostas, pois foi concebido para pessoas mais velhas e mais sábias, bastando fazer-lhes ler e depois explicar o que não ficou

claro. Para esse público também é importante que leiam a doutrina nas fontes, para que possam ser multiplicadores desses saberes.

3.1.8 Os mestres

Segundo o autor, os melhores catequistas ou mestres da doutrina deveriam ser os pais, se estes forem bem instruídos, pois passam mais tempo com os filhos e os conhecem, sabem o momento ideal para ensiná-los. Os pais podem instruir seus filhos devagar e continuamente, pois é preciso renovar a instrução muitas vezes e continuar por anos, avançando nos ensinamentos de acordo com a idade. Já os padres e sacerdotes só falam com as crianças em determinados momentos e mesmo assim elas podem não estar tão atentas.

Porém, há poucos pais que queiram esse trabalho, sendo mais cômodo contratar um mestre, ainda que os pais que cumprem esse papel sejam virtuosos e instruem seus filhos como homens honrados e bons cristãos.

Sobre a conduta dos mestres, é recomendável que se tenha cuidado com a forma de explicar a doutrina, pois eles estão falando diretamente ao coração das pessoas, levando ensinamentos relativos ao amor de Deus. Sendo assim, é preciso usar palavras que inspirem o amor, a esperança e também o temor a Deus. Como exemplo, o autor cita que se souberem contar a criação do mundo o aluno aprenderá sobre o temor. Nesse sentido, os fatos e as histórias são fundamentais para conduzir esses sentimentos, mas dependerá de como o professor o está fazendo. Se o fizer secamente não conseguirá demonstrar o amor a Deus e, conseqüentemente, os meninos não o aprenderão.

Se lhes quizermos inspirar o temor, e o amor de Deos, he preciso que nos mostremos penetrados destes sentimentos; e para nos mostrarmos, he preciso que o estejamos com effeito (MESQUITA, 1787, p. LIX).

Outro ponto importante é que o catequista seja um homem de oração, pois, segundo o autor, é por meio dela que se fortalecem os princípios da religião e as ações com Deus e com o próximo, que se caminha na vida com virtude, na caridade e humildade. Os mestres também devem orar por seus alunos, pedindo que eles se instruem e sigam os ensinamentos sagrados.

Na próxima seção, o leitor terá contato com os principais aspectos da educação transmitida por Mariana Carlota de Verna a partir do *Pequeno Catecismo Histórico*, organizado por ela. Como já foi dito na introdução deste estudo, a autoria da Condessa de Belmonte refere-se à forma como ela organizou um catecismo direcionado ao imperador D. Pedro II e oferecido a ele para contribuir com sua formação cristã e seus estudos.

3.2 Escritos da Condessa para a educação de D. Pedro II

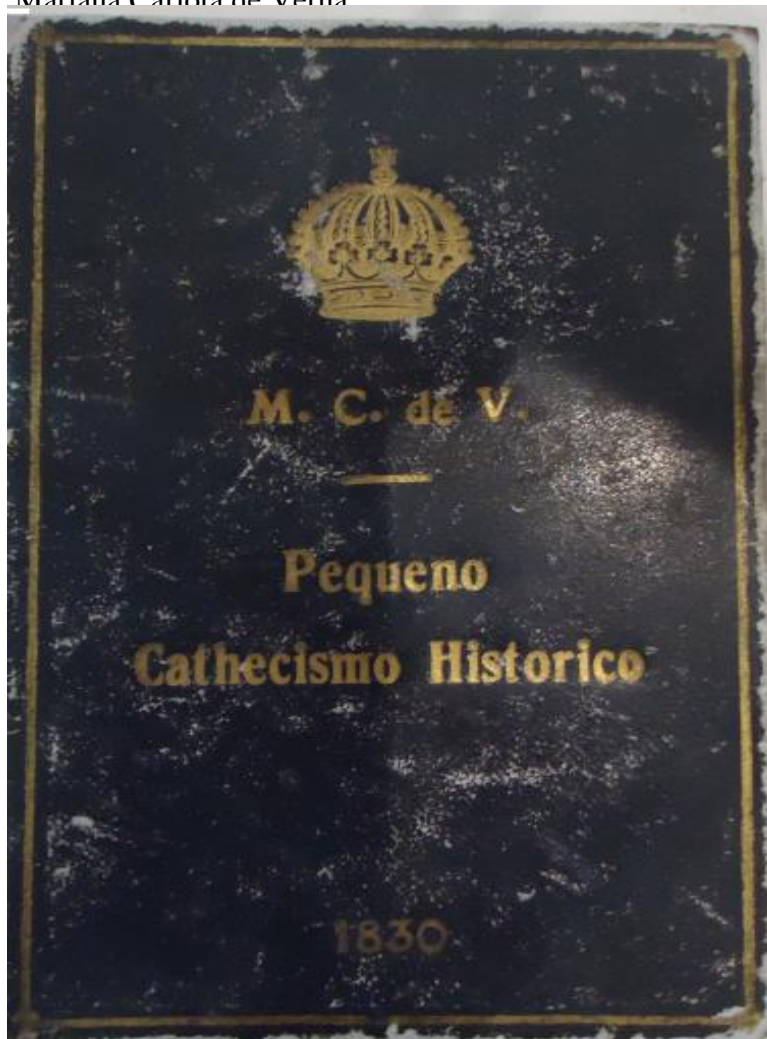
A Condessa de Belmonte, tendo em vista que foi uma das responsáveis pela criação de D. Pedro II, sendo sua aia e preceptora, decidiu compilar um catecismo para fazer parte da educação do futuro imperador. Percebe-se que ela seguiu as mesmas orientações defendidas pelo padre Mesquita, ao elaborar o catecismo que seria oferecido a D. Pedro II. O padre Mesquita cita a preocupação em fazer com que as crianças entendam as ideias abstratas contidas nos catecismos, por isso recomenda que sejam usadas situações concretas como forma de facilitar o processo de aprendizagem. Por isso, o catecismo foi também escrito no formato de contação de histórias bíblicas seguidas de perguntas e respostas simples, com uma linguagem fácil, menos seca e rígida, para tornar a leitura mais atrativa e com isso difundir a doutrina cristã e os princípios morais e civilizatórios da época.

Ela procurou colocar em seu livro somente o que julgou ser fundamental para que o jovem monarca entendesse o significado das coisas e os sentidos além das palavras, como também não acrescentou novidades e nada que não estivesse autorizado pela Igreja Católica. Nas orientações do padre Mesquita, consta que a melhor pessoa para ensinar a doutrina cristã para as crianças são os pais, se estes forem bem instruídos, e nada mais indicado do que essa tarefa ficar a cargo da Condessa de Belmonte, uma vez que foi a mulher que figurou como uma segunda mãe de D. Pedro II, estando ao lado do menino desde o seu nascimento, em quase todos os momentos, consolando-o e orientando-o. Além disso, um outro ponto destacado no catecismo do padre José Caetano de Mesquita diz respeito ao perfil do mestre de catequese, que se assemelha ao de Mariana Carlota de Verna, pois ela era uma mulher de oração, que praticava a doutrina e possuía muitas virtudes (FREITAS, 2001) tão necessárias para que o imperador também aprendesse pelo exemplo.

O livro *Pequeno Catecismo Histórico* (Figura 30) foi impresso na Typographia Imperial de Émile Seignot-Plancher¹⁴⁶. Possui na capa dura preta uma coroa dourada na parte superior central, provavelmente para fazer referência ao fato de se destinar à realeza, margens douradas ao redor da capa e letras da mesma cor posicionadas abaixo da coroa, de forma centralizada. Abaixo da coroa também constam as iniciais do nome da Condessa de Belmonte (M. C. de V.), o título e o ano de publicação da obra. Cada uma das 127 páginas amareladas, manchadas pelos sinais do uso e pelo passar do tempo, possui as medidas de 13,5cm x 9cm.

¹⁴⁶ Famoso impressor de Paris, Pierre René François Plancher de la Noé fugiu de perseguições no seu país de origem e chegou ao Rio de Janeiro em 1824, onde instalou a oficina tipográfica com seu filho Émile. Possuía a amizade e proteção de D. Pedro I (COSTA, 2007).

Figura 30 – Capa do livro *Introdução ao Pequeno Catecismo Histórico*, de D. Pedro II, elaborado por Mariana Carlota de Verna



Fonte: Arquivo Pessoal de Luciano Cavalcanti de Albuquerque.

É provável que a condessa tenha se inspirado em um dos vários catecismos já existentes na coroa portuguesa, como, por exemplo, no catecismo escrito pelo padre José Caetano de Mesquita. Ao comparar os dois, verifica-se que existem poucas diferenças entre eles, uma delas é que no livro do padre Mesquita há uma parte inicial com orientações para a elaboração de um catecismo que no outro não consta. Além disso, o de Mariana Carlota de Verna, em alguns trechos, usa uma linguagem mais simples, que pode ser explicada até mesmo pelo espaço temporal entre os dois.

Logo após a capa de rosto do livro *Pequeno Catecismo Histórico*, organizado por Mariana Carlota de Verna em 1830 para tomar lições com o seu pupilo, que completaria 5 anos na época, constam duas páginas com uma dedicatória escrita por ela:

Senhor, OFFEREÇO a VOSSA ALTEZA IMPERIAL este pequeno CATHECISMO HISTORICO, na esperança que possa ser d'alguma utilidade a VOSSA ALTEZA

IMPERIAL, pois que em sessenta e huma lições ensina em resumo todos os Dogmas da Santa Religião Christã, e os fundamentos da nossa fé, principiando na creação do mundo até a Igreja actual. VOSSA ALTEZA IMPERIAL fará depois (quando a idade lh'o permittir) hum estudo mais extenso sobre a Religião; estudo tão necessario bem que desgraçadamente hoje tão abandonado, e por isso ha tantos incredulos que achão mais commodo duvidar, que estudar para adquirir o conhecimento da verdade, e os costumes tanto soffrem desta indesculpavel negligencia. A Religião Christã, mesmo temperalmente fallando, fará sempre a felicidade da Sociedade. Se d'ella se tem feito abusos, nada alterão a sua perfeição e pureza, elles só vem da perversidade dos homens que de tu abusão, e invocando o nome da Religião cometerem crimes que ella tão expressamente prohibe. Hum Soberano verdadeiramente Christão ha de infallivelmente fazer a felicidade dos Povos que lhe forem sujeitos, sendo as bases do Seu Throno as Virtudes principaes da Religião a Justiça e a Caridade. VOSSA ALTEZA IMPERIAL que em tão tenros annos principia a desenvolver tantos principios de virtude e firmeza de character, espero que com o andar do tempo fará gloria ao Brasil, a quem VOSSA ALTEZA IMPERIAL se dará por bem pago dos sacrificios que fizer merecer a sua admiração: este são os ardentos votos e bem esperanças, desta – De VOSSA ALTEZA IMPERIAL Fiel Criada – D^a. M. C. de V. (VERNA, 1830, s/p)

A partir da dedicatória, nota-se que Mariana Carlota de Verna era uma mulher de intensa fé católica e, sendo responsável por parte da formação do jovem monarca, coube a ela a preocupação em elaborar um material consistente para tal finalidade, em virtude da relevância da educação cristã para a formação dos valores morais e virtudes desejáveis a um imperador (VASCONCELOS, 2006).

Também é possível notar, subliminarmente, no trecho “A Religião Christã, mesmo temperalmente fallando, fará sempre a felicidade da Sociedade”, que a relação entre a Igreja e o Estado era marcada por um catolicismo regalista, no qual a Igreja permanecia sob o jugo imperial (ANJOS, 2016; TAMBARA, 2005). Nesse contexto, o projeto educacional do Brasil no período imperial estava pautado em moldar uma sociedade com certos padrões religiosos, morais e sobretudo de submissão e obediência ao Estado e ao Rei. Segundo Anjos (2016), os catecismos, para além de servirem de suporte para a leitura e escolarização, foram recursos para inculcar um conjunto de hábitos, atitudes e comportamentos de subordinação e obediência a serem aprendidos desde a infância, em nome da preservação do poder monárquico e sob o pretexto de ser da vontade de Deus.

Com efeito, ao submeter o poder espiritual ao temporal, o Estado submetia também a doutrina religiosa aos seus interesses, dentre os quais estava o de produzir na população o respeito e a obediência às instituições em fase de implantação (como a lei) e ao governo, na pessoa do Imperador e de seus representantes, na burocracia estatal e judiciária (ANJOS, 2016, p. 1031).

Ela também escreve na dedicatória que o livro é um estudo inicial da religião, devendo ser aprofundado posteriormente, de acordo com a maturidade de D. Pedro II, porque, segundo ela, seria um conhecimento indispensável para um soberano justo e caridoso ter discernimento para governar uma sociedade. Porém, esses ensinamentos vinham sendo abandonados ou

negligenciados por muitas pessoas e deturpados por outras, que se comportavam de maneira inadequada para um cristão e, em nome da religião, cometiam, inclusive, crimes.

Com a afirmação da imprensa, um dos temas mais recorrentes para as publicações vai ser a educação, principalmente dos príncipes e das crianças nobres. Muitas publicações surgem com essa finalidade, enfocando, particularmente, como se devia educar e que conhecimentos e princípios deviam ser ensinados aos filhos ou pupilos (VASCONCELOS, 2006, p. 72, grifo nosso).

No parágrafo final da dedicatória, Mariana Carlota de Verna ressalta que, apesar da tenra idade, o futuro imperador deveria iniciar o desenvolvimento da firmeza de caráter e princípios de virtude que fariam com que fosse admirado pelo seu povo, e com isso daria glória ao Brasil.

Segundo Calmon (1938), D. Pedro II era um menino símbolo da monarquia e por isso havia uma preocupação de toda a corte com a sua educação, que deveria ser exemplar:

No dia seguinte à partida dos paes, só havia em S. Cristovão uma preocupação: fazer depressa, do órfão da pátria o imperador. Mas rapidamente, como se fora em plástica de escultura, que os dedos modelam, corrigindo aqui, melhorando acolá, conforme a imagem que se copia. Esta, era a d'algum rei da Bíblia – para as ilustres senhoras, para Dadama e o seu Catecismo Historico” – ou a de Luiz XIV – para os camaristas voltaireanos. Um David, um Salomão, um Rei Sol. Tinha cinco anos...Não importava! Nasceria nos degrãos do trôno e a monarquia sobrevivia com ele. Se desaparecesse, se falhasse, também ela acabaria. Mãos á obra, portanto. Que estudasse, que se convencesse de sua posição, que fosse como os príncipes excelsos, justos como santos, instruídos como sábios, de halo místico, sobre a corôa (p. 26).

Assim, Mariana Carlota de Verna e o *Pequeno Catecismo Histórico*, que deu de presente ao príncipe, fizeram parte da construção de um rei, da conformação de sua personalidade, sobretudo no que diz respeito às virtudes e aos valores morais católicos. O livro com sessenta lições divididas em duas partes, conforme descrito no Quadro 12, contém um resumo de todos os dogmas da religião cristã e os fundamentos da fé, desde o início da criação do mundo até a Igreja atual, em que cada lição se inicia com uma narrativa, contextualizando o tema, e em seguida apresenta um questionário com perguntas e respostas curtas, antecedidas pela representação das letras P e R.

Quadro 12 - Tópicos que são ensinados em cada lição do *Pequeno Catecismo Histórico*

Primeira parte	Segunda parte
Que trata da criação do mundo	Da fé, esperança e caridade
Do pecado do primeiro homem	Da trindade
Do dilúvio e da lei natural	Da encarnação do verbo e da redenção do gênero humano
De Abraão e outros patriarcas	Descida de Jesus Cristo aos infernos, sua ressurreição e ascensão
Da escravidão do Egito e a Páscoa	Do juízo eterno
Da viagem no deserto e da Lei Escrita	Do Espírito Santo
Aliança de Deus com os israelitas	Da igreja
Da idolatria	Da comunicação dos santos

Quadro 12 - Tópicos que são ensinados em cada lição do *Pequeno Catecismo Histórico*

Primeira parte	Segunda parte
De David e do Messias	Da remissão dos pecados
Cisma de Samaria	Da ressurreição da carne e da vida eterna
Dos profetas	Da oração dominical
Do cativo de Babilônia	Continuação do Pai Nosso
Estado dos judeus depois do cativo	Das outras orações
Judeus carnis e judeus espirituais	Do decálogo
Nascimento de Jesus Cristo	Dos três primeiros mandamentos
Adoração dos Magos	Do quarto, quinto e sexto mandamentos
São João Batista	Dos últimos quatro mandamentos
Vocação dos apóstolos	Dos mandamentos da Igreja
Pregação de Jesus Cristo	Continuação dos mandamentos
Os inimigos de Jesus	Dos sacramentos
Paixão de Jesus Cristo	Do batismo
Morte de Jesus Cristo	Da confirmação
Ressurreição de Jesus Cristo	Do sacramento da penitência
Descida do Espírito Santo sobre os apóstolos	Continuação da penitência
Vocação dos gentios	Da penitência pública
Da Fundação da Igreja	Da eucaristia
Da tradição e da escritura	Da comunhão
Da ruína de Jerusalém	Da extrema unção
Das perseguições que sofreu a igreja	Da ordem
Liberdade da igreja e fundação dos religiosos	Do matrimônio

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

Meu contato inicial com o *Pequeno Catecismo Histórico* ocorreu na primeira visita ao ateliê do descendente da Condessa de Belmonte, o arquiteto Luciano Cavalcanti de Albuquerque, que me disponibilizou, com toda presteza, seu arquivo pessoal como fonte para esta pesquisa.

A fim de entender como foi a educação dada por Mariana Carlota de Verna a D. Pedro II, realizou-se uma análise desse livro, a qual está organizada em duas partes, a saber: a história da religião cristã na formação do monarca; e as virtudes cristãs para a educação de um soberano. A primeira parte apresenta as histórias bíblicas, e a segunda, a oração do Credo, do Pai Nosso e outras orações, os dez mandamentos da lei de Deus, os sete sacramentos, os mandamentos da igreja e os valores necessários a um cristão. Dessa forma, o *Pequeno Catecismo Histórico*, organizado por Mariana Carlota de Verna, aborda os ensinamentos da doutrina cristã católica, que fizeram parte da educação de D. Pedro II.

3.2.1 A história da religião cristã na formação do monarca

A primeira lição do *Pequeno Catecismo Histórico* descreve a criação do mundo por Deus em sete dias. Ele criou o homem sendo sua semelhança e imagem. Criou os animais, a

terra, o céu, as águas, a luz, os anjos. O primeiro homem a habitar a Terra foi Adão, que teve como companheira a Eva, criada a partir de uma de suas costelas.

Seguindo as orientações contidas no catecismo escrito pelo padre José Caetano de Mesquita, após a narração bíblica vem a parte com perguntas e respostas, o que ocorre também na obra oferecida para a educação do futuro imperador.

P. Como fez Deos o Mundo?
 R. Pela sua palavra.
 P. Para que fez Deos o Mundo?
 R. Para sua gloria. [...] (VERNA, 1830, p. 2).

[...] P. De que foi feita a primeira mulher?
 R. De huma costella do homem.
 P. Para que foi isto?
 R. Para mostrar que erão ambos de huma mesma carne [...] (ibidem p. 3).

Com as perguntas e as respostas o aluno memorizava a lição, porém, o entendimento dela facilitava a narrativa e o discurso do professor. Nesse contexto, é provável que Mariana Carlota de Verna lesse e repetisse sucessivamente as lições, as perguntas e as respostas do catecismo para que o jovem monarca memorizasse, além de procurar explicar cada lição com uma linguagem compreensível para que uma criança com pouca idade pudesse entender.

A segunda lição relata o pecado de Adão e Eva, que desobedeceram a Deus e comeram o fruto da árvore proibida. Esse pecado foi impulsionado por um demônio, que se vestiu de serpente e persuadiu Eva a provar o fruto proibido e oferecê-lo a Adão. Os demônios são anjos que se rebelaram e foram mandados para o inferno.

Um dos ensinamentos necessários para uma criança, como é o caso de D. Pedro II, era o temor a Deus (que não é ter medo de Deus). Quando se tem medo de algo preocupa-se mais com as consequências de seus atos. Dessa forma, o temor a Deus auxilia os homens a buscarem o caminho de seus ensinamentos e não o caminho do pecado. Uma criança de menos de 10 anos, lendo e ouvindo uma história tão impactante como a do pecado original, provavelmente vai sentir temor e receio do que possa lhe acontecer caso desrespeite as leis de Deus.

Continua o *Pequeno Catecismo Histórico* a contar as façanhas dos filhos de Adão e Eva: Caim, Abel e Seth. Caim matou Abel por inveja. Aumentando a violência, Deus então enviou um dilúvio para acabar com todos os homens que se encontravam em pecado. Ordenou que Noé construísse uma arca e embarcasse nela com sua esposa e filhos e com um casal de cada espécie animal. O motivo de tudo isso foi porque, ao descumprirem as leis de Deus, os homens roubam, matam e caluniam, erros que são contrários à lei natural, contra a nossa consciência, nossa razão humana. Os homens não vivem uma vida fraterna, de comunhão.

P. Todos os homens são irmãos?
 R. Sim; pois que todos descendem de Adão, e Noé.
 P. O que he a Ley Natural?
 R. He a razão, e a consciencia.
 P. Que nos ensina a respeito de Deos?
 R. Que só a elle devemos adorar.
 P. E a respeito dos homens?
 R. Que não devemos fazer a ninguem o que não quizer-mos que nos fação á nós.
 P. E a respeito de nós mesmos?
 R. A moderar nossas paixões, e dezejos (VERNA, 1830, p. 8-9).

Pode-se entender que, apesar de ser uma criança, o futuro imperador deveria tomar consciência das leis divinas e das leis naturais para não se deixar levar pelos vícios humanos.

O catecismo, no início de um novo momento bíblico, narra as façanhas de Abraão, Isaac, José e Moisés, apresentando então os dez mandamentos, também chamados de lei natural:

Eu sou o Senhor teo Deos, que te resgatei da escravidão do Egyto; Tu não adorarás outro Deos se não a mim; não faras Idolos nem imagens para adorar; Nunca tomarás o nome do Senhor teo Deos em vão; Lembra-se de santificar o dia de Sabbado, que he o descanso do septimo dia; Honra a teu Pay, e a tua May, para viveres longo tempo na terra promettida; tu não mataras; não cometterás adulterio; Não roubaras; Não dirás falsos testemunhos; Não dezejaras a mulher do teu próximo; Não cobiçarás os bens alheios (VERNA, 1830, p. 14).

A lição nove trata dos reis de Israel: Saul, Davi e Salomão. Os reis bíblicos são, pois, um ponto de referência para o futuro monarca D. Pedro II, que seria imperador do Brasil, de uma família real portuguesa católica, e, como tal, precisaria pautar a sua vivência nos valores morais e éticos, a partir do viés católico.

No processo histórico bíblico, agora com o término das figuras reais, há uma nova configuração político-administrativa, o reino de Judá, composto pelas tribos de Judá e de Benjamim, e o reino de Israel, composto de outras dez tribos. Nesse contexto, surgem os profetas, que pela ação divina anunciam uma mensagem de fraternidade e denunciam os erros da sociedade. Contam-se feitos, milagres e nomes de vários profetas, como Isaías e Jeremias.

Após o término do reino de Samaria (antigo reino de Israel no Norte), o reino do Sul foi dominado por um rei mais forte e bélico, Nabucodonosor, que destruiu o templo de Jerusalém e colocou o povo em cativeiro.

Durante muito tempo os judeus pereceram no meio de outras nações. Seu templo, que havia sido reedificado, foi novamente destruído e muitos homens morreram, até que mais tarde ocorreu o domínio dos romanos. Os judeus espirituais são os verdadeiros judeus, tementes que serviam a Deus com afeição e amor e acreditavam que eram viajantes na terra (peregrinos), que há uma outra vida e esperam o Messias.

Dessa forma, percebe-se que, desde a infância, o imperador já tinha conhecimento sobre a história dos judeus, vistos através da Bíblia, no Antigo Testamento, e também de como a história sagrada os colocava no cenário da religiosidade, o que fazia com que o menino, que seria soberano dentro de poucos anos, tivesse a ideia de como houve a separação entre judeus e cristãos, que se daria a partir da vinda de Cristo.

Na lição quinze fala-se do nascimento de Cristo, da Virgem Maria e do poder do Espírito Santo. Ainda no tempo de Herodes e de Cesar Augusto, uma virgem chamada Maria recebeu o Anjo Gabriel, que anunciou que ela seria a mãe do filho de Deus por obra do Espírito Santo. Ela casou-se com José, descendente da tribo de Judá, que aceitou essa condição, e juntos foram para Belém, onde nasceu, em uma estribaria, o filho de Deus. Deram-lhe o nome de Jesus e circuncidaram-no aos oito dias de nascido.

Ao apresentar a família de Jesus, de certa forma está se valorizando a família. O futuro monarca estava aprendendo, embora ainda criança, a valorizar a família que ele teria e que todas as pessoas que eram seus súditos também tinham. O menino era órfão de mãe (Leopoldina), e o pai (D. Pedro I) ficava muito tempo fora de casa devido às questões políticas e ao cotidiano de um imperador, principalmente quando atravessava momentos instáveis na política. Portanto, era extremamente importante transmitir valores da família, da formação, do amor, da colaboração e respeito familiar. Mariana Carlota de Verna foi, sem dúvida, parte da família de D. Pedro II, a pessoa mais próxima do menino, quem passava mais tempo com ele e a responsável pela criação do monarca criança e depois jovem.

Na narrativa dos fatos bíblicos consta que os magos do Oriente foram adorar Jesus e ofereceram-lhe ouro, mirra e incenso. Quando o Rei Herodes descobriu que o menino Jesus havia nascido, o suposto rei dos judeus, ordenou que se matassem todas as crianças de Belém. José e Maria tiveram que ir para o Egito até que Herodes falecesse, quando eles pudessem voltar para a Galileia.

Vale salientar que no catecismo de Mariana Carlota de Verna há duas lições que não constam no do padre Mesquita: a lição que trata da penitência pública e a que aborda a adoração dos magos. Sobre essa última, apesar de não haver comprovação, acredita-se que Mariana Carlota de Verna a tenha incluído no *Pequeno Catecismo Histórico* porque a história dessa passagem bíblica remete a um perigo de morte a que Jesus esteve sujeito, sem que tivesse feito nada para merecê-lo, apenas por Herodes considerá-lo uma ameaça ao seu poder. D. Pedro II, mesmo sendo ainda uma criança, já deveria aprender que futuramente assumiria a função de um imperador, o que o deixaria exposto a muitos perigos e desafios, pois nem

sempre é possível agradar a todos. Além disso, uma função como essa exigiria sacrifícios e abnegação.

Jesus foi batizado no Rio Jordão e chamou doze homens para acompanhá-lo na sua missão. Ele andava pelas ruas e aldeias, pregava o evangelho e anunciava que Ele era o filho de Deus, o Messias, o enviado para salvar o mundo. Fez muitos milagres (sinais) e também deu o exemplo, tendo uma vida de ação e oração. Além disso, Jesus ensinou a seus discípulos a oração do Pai Nosso. Ao dar ênfase a isso, Mariana Carlota de Verna talvez quisesse que o jovem monarca conhecesse e seguisse os ensinamentos de Jesus Cristo, que foi um homem de oração, que semeou o amor e que pregou o bem para todos os povos, e assim o influenciaria para que, no futuro, se tornasse um homem de bem, de oração e temente a Deus.

Conforme a lição vinte, Jesus pregava a humildade, o desprendimento dos bens materiais e dos prazeres, a renúncia a tudo e a total obediência e fé em Deus. O povo o admirava e o seguia pelo deserto. Porém, alguns homens sentiam inveja e por isso colocaram-se como seus inimigos. Judas Iscariotes era um deles, que prometeu entregar Jesus em troca de dinheiro. No tempo da Páscoa dos judeus esses inimigos prenderam Jesus e o entregaram à morte. Após a ceia, Judas, o traidor, entregou Jesus. Foi na véspera da Páscoa que Jesus, o cordeiro de Deus, o inocente, pagou pelos culpados na cruz. Mas Jesus Cristo ressuscitou e subiu aos céus. E foi a partir de Pentecostes que os apóstolos saíram para pregar o Evangelho a todas as nações conhecidas naquele tempo.

De acordo com o *Pequeno Catecismo Histórico*, antes de os apóstolos se espalharem pelo mundo para disseminar as leis de Deus, eles instituíram como símbolo apostólico o Credo, como um sinal para conhecerem os verdadeiros fiéis. São Pedro ocupou uma função especial dentro do grupo dos doze e estabeleceu-se em Roma, “o primeiro de todos os Bispos por instituição de Deus: sendo o vigário de Jesus Christo na terra, e o Chefe visível da igreja” (VERNA, 1830, p. 56).

Na sequência da apresentação dos trechos bíblicos, conta-se como ocorreu a ruína de Jerusalém e do seu templo. Algumas comunidades cristãs nasceram e foram formadas por judeus que se tornaram cristãos, e outras comunidades foram formadas, em grande parte, por gentios. Os discípulos, os apóstolos e os membros da igreja de Cristo sofreram perseguições e martírios, como aconteceu com São Sebastião e Santa Inez. Os fiéis honravam esses mártires, os heróis da fé que louvavam a Deus, no local onde foram sepultados.

Para finalizar a primeira parte do *Pequeno Catecismo Histórico* tem-se, após esse período de tormento, que Deus concedeu a paz à Igreja e multiplicou seus fiéis. O imperador romano Constantino acolheu a religião cristã e muitos começaram a pregar livremente. E isso

levou aqueles que queriam realmente se dedicar à Igreja e a Deus a desligarem-se do mundo, tornando-se o que chamamos de religiosos, que são as pessoas que vivem jejuando, orando e continuamente trabalhando na obra de Deus.

De acordo com o exposto na primeira parte do catecismo organizado por Mariana Carlota de Verna, percebe-se que as trinta lições trazem histórias bíblicas, que vão desde a criação do mundo, passando pelo nascimento e morte de Jesus Cristo, até a consolidação da religião cristã. Em relação ao que a condessa queria ensinar e transmitir para D. Pedro II, em algumas dessas lições fica claro que a narrativa discorre sobre a obediência e o temor a Deus, como, por exemplo, quando é contada a história de Adão e Eva e a expulsão do Paraíso, ou ainda nos castigos do dilúvio ou o sofrido por Salomão. Outras mensagens importantes são transmitidas a partir da contação das histórias, como o poder da fé em Deus, narrada na história de Abraão e seu filho, a necessidade de se perdoar, de ter paciência, bondade, caridade e de dar o bom exemplo. Essas mensagens são reforçadas nos trechos de perguntas e respostas que constam em todas as lições. São também apresentados, de maneira exemplificativa, os grandes heróis bíblicos.

3.2.2 As virtudes cristãs para a educação de um soberano

A segunda parte do *Pequeno Catecismo Histórico* traz os três fundamentos da doutrina cristã (virtudes teológicas): a fé, a esperança e a caridade, dando ênfase ao último. Explica-se que não se nasce com essas virtudes, mas que elas podem ser adquiridas pela graça de Deus. E que, pela fé, as pessoas creem nas escrituras, em milagres e nas palavras dos profetas, mesmo quando não compreendem uma determinada situação. Pela esperança elas acreditam que terão a graça em vida e também a vida eterna, e pela caridade devem amar todas as criaturas de Deus e ao próximo como a si mesmos.

Em seguida apresenta-se a oração do Credo, que é o símbolo (crença) da igreja, e a Trindade Santa, composta pelo Pai, Filho e Espírito Santo. Ressalta que Deus (Deus pai) é soberano, como quem criou todas as coisas, e que seu filho, Jesus, é, como Ele, perfeito em sabedoria e bondade, assim como o amor que emana deles, o Espírito Santo. Mariana Carlota de Verna, ao ensinar o credo, possivelmente queria que D. Pedro II se apropriasse de uma síntese de tudo o que um cristão deve crer e que, além disso, professasse a sua fé cristã e católica. Dentro do sistema do padroado, necessariamente os reis (coroa lusitana) e os imperadores (monarcas imperiais) são, antes de tudo, governantes cristãos e católicos.

Na explicação do Credo tem-se a narrativa do nascimento, da morte na cruz, da sepultura, da ressurreição e da subida de Jesus aos céus, onde está sentado à direita de Deus Pai, bem como a crença dos cristãos a respeito do juízo final, na qual consta que quando o mundo acabar todos os mortos ressuscitarão. Jesus Cristo virá e será feito um julgamento em que os bons serão levados à glória e “os máos ao fogo eterno” (VERNA, 1830, p. 74). Esse julgamento será feito com base nas obras que cada um fez ao longo da vida.

Ao ensinar essa lição para o jovem monarca, a Condessa de Belmonte trouxe à tona uma das questões fundamentais para um futuro imperador: a consequência de seus atos, que vão até mesmo para além da religião. Dessa maneira, desde cedo D. Pedro II já ia se moldando de acordo com os princípios católicos e com um forte senso de responsabilidade com seu país e seu povo, como pôde ser observado ao longo de sua vida.

Nas lições seguintes ensina-se o Pai Nosso, que é apresentado e explicado. O fato de estar no plural (nosso Pai) é para que os fiéis não peçam somente para si mesmos, e sim para todos, pois são todos filhos de Deus e irmãos. O “pão nosso de cada dia” (VERNA, 1830, p. 89) significa o sustento material e espiritual, por isso deve-se pedir por ele, no início de cada dia, assim como a remissão dos pecados e para se manter à distância das tentações.

Além do Pai Nosso, tem-se a Ave Maria, o Credo e a Confissão. Ao final de cada oração deve-se fazer o sinal da cruz, que representa a doutrina cristã, invocando o nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Ao ensinar as orações, Mariana Carlota de Verna queria que o imperador tivesse o hábito de rezar constantemente e fosse devoto da fé católica. O fato de inserir na educação de uma criança o ensino da religião era algo comum na época, dentro de uma sociedade que ainda não era laica. No caso de D. Pedro II, a tarefa de educá-lo dentro da fé católica e de um padrão estabelecido naquela sociedade, com virtudes morais e deveres para com o Estado, era fundamental para que a monarquia se fortalecesse. Havia uma enorme preocupação com a formação moral do menino, uma vez que seu pai gozava de fama de mulherengo e imprudente (REZZUTI, 2015), e por isso havia a necessidade de torná-lo tão envolvido nas questões religiosas.

Na décima quarta lição da segunda parte *do Pequeno Catecismo Histórico* e nas seguintes são citados e explicados os dez mandamentos, ressaltando-se que podem ser resumidos em dois: amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo.

Conforme já mencionado, Mariana Carlota de Verna foi a responsável por introduzir a religião no cotidiano do jovem monarca, e especificamente nas lições que abordam os mandamentos. A mensagem transmitida é a do bem viver, do amar ao próximo e de viver em

comunhão com Deus. Um imperador com esses valores certamente teria um olhar mais sensível para o povo, para as necessidades dos seus súditos e não apenas para satisfazer a sua vontade.

Há também o ensino dos cinco mandamentos da igreja católica: ouvir a missa de domingo inteira e as de dias de festas religiosas; confessar pelo menos uma vez por ano; comungar pela Ressureição; jejuar quando manda a Igreja; e pagar dízimos, oferecer as primícias a Deus.

Nas dez últimas lições abordam-se os sacramentos, citados como os sinais visíveis que santificam os fiéis, ou seja, são momentos vividos na igreja para fortalecer a fé e o cumprimento dos mandamentos. O primeiro deles é o batismo, sacramento que só pode ser realizado uma vez e por um sacerdote e significa o renascimento de uma pessoa pela água, que purifica o corpo, e pelo Espírito Santo, que purifica a alma. O segundo sacramento é a confirmação, que é realizado após os fiéis conhecerem a doutrina, contida no catecismo, para que se tornem “perfeitos Christãos” (VERNA, 1830, p. 110). Na sequência, o *Pequeno Catecismo Histórico* explica o sacramento da penitência, que tem como finalidade a remissão dos pecados dos cristãos e sua reconciliação com Deus e com a Igreja.

No catecismo compilado por Mariana Carlota de Verna consta uma lição sobre a penitência pública¹⁴⁷, realizada por aqueles que tenham cometido pecados públicos e escandalosos. Nesse caso, após a confissão, segundo o *Pequeno Catecismo Histórico*, o cristão, na Quarta-Feira de Cinzas, deve entrar na igreja descalço e com vestimenta pobre, e o sacerdote colocará em sua cabeça um punhado de cinzas, para que se lembre que foi pó e que voltará a sê-lo, e recitará os salmos penitenciais e outras orações. Em seguida, o bispo coloca o cristão para fora da igreja e este se mantém de joelhos na porta, só podendo retornar quando for absolvido. Segundo o texto, o tempo até a absolvição é destinado ao arrependimento, ao jejum, às orações e às boas obras.

¹⁴⁷ No decorrer dos séculos, a forma concreta segundo a qual a Igreja exerceu a penitência variou muito. Durante os primeiros séculos, a reconciliação dos cristãos que tinham cometido pecados particularmente graves depois do Baptismo estava ligada a uma disciplina muito rigorosa, segundo a qual os penitentes tinham de fazer penitência pública pelos seus pecados, muitas vezes durante longos anos, antes de receberem a reconciliação. Durante o século VII, inspirados pela tradição monástica do Oriente, os missionários irlandeses trouxeram para a Europa continental a prática privada da penitência que não exigia a realização pública e prolongada de obras de penitência, antes de receber a reconciliação com a Igreja. O sacramento processa-se, em um modo mais secreto, entre o penitente e o sacerdote. Esta nova prática previa a possibilidade da repetição e abria assim o caminho a uma frequência regular deste sacramento. Permitia integrar, numa só celebração sacramental, o perdão dos pecados graves e dos pecados veniais. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p2s2cap1_1420-1532_po.html. Acesso em 15 jun. 2021. Porém, a penitência pública, gerida pelo bispo, permaneceu vigente, limitada a pecados públicos e particularmente escandalosos, até por volta do século XVI (REGIDOR, 1983).

Acredita-se que a Condessa de Belmonte tenha recorrido a um catecismo que tratava da penitência nos primeiros séculos da religião cristã, para usar como referência no que tange a esse sacramento, pois no seu catecismo incluiu a penitência pública. Vale ressaltar que a penitência pública era um ato praticado, segundo Regidor (1983), até por volta do século XVI e que só deixou de ocorrer depois da grande Reforma da Igreja, que aconteceu com o Concílio de Trento, de 1545 a 1563, e que foi um marco divisor na Igreja.

A respeito de sua intenção ao incluir essa lição, é possível que ela tivesse um pensamento mais próximo da igreja antiga (primeiros séculos da igreja) ou até mesmo que considerasse que um imperador, por ser um homem público, precisasse se preocupar mais com o rumo de suas ações, pois, segundo o texto, pecados públicos tinham que ter penitências públicas, ou seja, ele teria que se desculpar publicamente perante o povo.

O próximo sacramento citado é a eucaristia, que é a memória do corpo e do sangue de Jesus Cristo, fazendo referência ao sacrifício da cruz, e que é distribuído na missa, quando o sacerdote pronuncia as palavras que Jesus disse aos apóstolos na última ceia. Porém, antes da comunhão é preciso que o cristão tenha idade suficiente para entender a doutrina e creia firmemente nos ensinamentos de Deus.

O sacramento da extrema-unção é abordado na lição seguinte do catecismo, que explica que se trata de um ato realizado pelo sacerdote aos enfermos para lhes dar a graça do “bem morrer” (VERNA, 1830, p. 122). Eram feitas sete unções com óleo abençoado nos olhos, boca, orelhas, nariz, mãos, peito e nos pés. Hoje, diferentemente, a unção com o óleo próprio é somente nas mãos e na testa de cada doente ou de pessoas idosas. Também não é mais chamado de extrema-unção e sim de unção do enfermos, pois não é considerado um sacramento de morte, e sim de vida e recuperação¹⁴⁸.

O penúltimo sacramento abordado é o da Ordem, destinado aos que desejam ingressar na vida sacerdotal. Por fim, o sacramento do matrimônio, instituído por Deus quando criou o homem e lhe deu uma companheira, a mulher, para que construíssem uma família:

He a união de hum só homem com huma só mulher, que não pode ser quebrada se não pela morte; devem amar-se como se não tivessem mais que hum só corpo, com duas almas, soccorer-se mutuamente nos trabalhos da vida, e tomarem cuidado nos filhos que lhe nascerem, a fim de que continuem a servir á Deos sobre a terra (VERNA, 1830, p. 126).

¹⁴⁸ Mais informações em SOUZA, Pe. Evaldo César de. Só as pessoas que estão no leito de morte podem receber a Unção dos Enfermos? In: **Jornal Santuário**. Disponível em: <https://www.a12.com/jornalsantuário/artigos/so-as-pessoas-que-estao-no-leito-de-morte-podem-receber-a-uncao-dos-enfermos>. Acesso em: 16 jun. 2021.

Ao apresentar os sete sacramentos para o jovem monarca, Mariana Carlota de Verna ensinava-lhe sobre os sinais do amor de Deus representados nos gestos concretos recebidos pela Igreja.

Ensinar a doutrina cristã, segundo as orientações do padre Mesquita, era obrigação dos pais, porém, como D. Pedro II ficou órfão de mãe com apenas um ano de idade e aos cinco já não tinha pai em sua companhia, coube a sua aia, Mariana Carlota de Verna, a responsabilidade de apresentar-lhe tais conhecimentos.

Para além da doutrina cristã, os catecismos também eram usados para ensinar a ler e escrever (ANJOS, 2016; CASIMIRO, 2005; CUCUZZA, 2002). Héctor Rúben Cucuzza esclarece que no século XIX, na Espanha, a escrita e a leitura eram restritas aos nobres e que os catecismos eram utilizados como material pedagógico. Assim, os preceptores liam enquanto seus alunos acompanhavam memorizando as lições, mesmo antes de aprenderem a ler e escrever. Talvez por esse motivo os catecismos menores fossem compostos de perguntas e respostas fixas e geralmente curtas, que lhes atribuíam um caráter mnemônico, ou seja, era empregado um método de memorização para formar os jovens na fé católica e ainda iniciá-los no letramento.

Aqui o catecismo é utilizado como metáfora: catecismo se recita, se memoriza, coletivamente, “de viva voz”. Seu mecanismo dialógico reclama memorizar não só a resposta correta, mas, além disso, a pergunta correta. E o controle de verificação do cumprimento da “ortodoxia” se ritualiza em um contato cara a cara entre o iniciador e o iniciado. A escrita da obra como mero suporte da oralidade (CUCUZZA, 2002, p. 63 – tradução nossa).

Portanto, Mariana Carlota de Verna, ao elaborar um catecismo especialmente organizado para D. Pedro II e utilizá-lo em sua educação, pretendia promover os primeiros ensinamentos da fé cristã e uma formação com base católica para o menino. Mais tarde, quando fosse adulto, ele deveria aprofundar esse conhecimento, conforme sua educadora, a Condessa de Belmonte, expressa na dedicatória da obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese trata de uma pesquisa histórico-documental que analisou e discutiu os principais direcionamentos na primeira educação do imperador D. Pedro II, particularmente a formação recebida pelo monarca sob a tutela de Mariana Carlota de Verna e sua importância na formação do futuro imperador.

Acredita-se que essa mulher tenha sido um dos alicerces da criação e, por conseguinte, tenha participado de alguns acontecimentos históricos durante a regência e o segundo reinado. Mariana Carlota de Verna acompanhou a vida do jovem monarca até o seu casamento e teve um papel muito importante, influenciando nas tomadas de decisões do imperador e, conseqüentemente, nos rumos do próprio país.

Dessa forma, ela possuía uma situação privilegiada e incomum entre as mulheres no século XIX, assumindo um protagonismo de grande magnitude e exercendo um poder que, embora velado, pode ser mensurado pela proximidade que tinha com D. Pedro II.

Mariana Carlota de Verna, a Condessa de Belmonte, nasceu em Portugal em 1779 e veio para o Brasil com seu marido e dois filhos em 1808, junto com a família real portuguesa. Seu marido, Joaquim José, era guarda-roupa de D. Pedro I, e após o seu falecimento, em 1823, ela e seus filhos foram amparados pelo imperador.

Em 1825 Mariana Carlota de Verna tornou-se aia de D. Pedro II. O cargo tinha grande prestígio na época, sendo inclusive noticiado em periódicos, e era uma das poucas funções remuneradas exercidas por mulheres no século XIX. Assim, ela ficou responsável pela criação de D. Pedro II e também por parte de sua educação.

Partindo dessa informação, procurei a trajetória de vida da Condessa de Belmonte, sua família, sua vinda para o Brasil e os acontecimentos em que esteve envolvida, fossem pessoais ou políticos, além de ter examinado detalhadamente o *Pequeno Catecismo Histórico* que escreveu para ensinar o monarca. Foi necessário, ainda, buscar elementos sobre o contexto político do período estudado nesta tese, que compreendeu os anos de 1808 a 1855.

O objetivo desta tese foi, portanto, investigar e analisar a formação educacional que Mariana Carlota de Verna ofereceu a D. Pedro II. Para tanto, debruicei-me sobre diversas fontes, como cartas e periódicos, localizadas na Biblioteca Nacional e no Museu Imperial e, sobretudo, no arquivo pessoal de um descendente da Condessa de Belmonte. Nesse arquivo localizei o livro *Pequeno Catecismo Histórico*, escrito em 1830 pela condessa para ensinar ao jovem monarca a doutrina cristã católica. Também recorri a biografias de D. Pedro II e a outros estudos para conhecer e entender como se deu sua educação.

Esta pesquisa justifica-se pela inexistência de estudos que esclareçam a legítima contribuição da Condessa de Belmonte para a educação de D. Pedro II, sua vida, sua família, seu papel e os conhecimentos transmitidos para a formação de quem seria, no futuro, o imperador do Brasil.

É oportuno destacar que durante o desenvolvimento deste estudo, mais precisamente a partir de meados de março de 2020, o mundo começou a enfrentar a maior pandemia dos últimos cem anos, causada pelo vírus Sars-Cov-2 ou coronavírus, como ficou mais popularmente conhecido. E, lamentavelmente, até a conclusão da tese, já tínhamos no Brasil mais de 500 mil mortos, um cenário assustador e cheio de incertezas, que mexeu profundamente com a vida das pessoas e que ficará eternamente em nossa memória. Nesse contexto, os procedimentos adotados para o enfrentamento da pandemia impactaram este trabalho na medida em que as instituições de guarda de documentos precisaram ser fechadas. No entanto, graças às visitas anteriores a essas instituições e aos acervos disponíveis de forma digital, foi possível concluir a pesquisa. Além disso, entrei em contato com funcionários do Museu Imperial, do IHGB e do Arquivo Nacional, que haviam retornado ao trabalho em 2021, mas que ainda não realizavam atendimentos de forma presencial, e todos, sem distinção, não mediram esforços para localizar as fontes que eu precisava, prontamente se colocando à disposição para procurar e providenciar as autorizações, caso eu precisasse, para usá-las na tese.

Em uma pesquisa histórica é indispensável saber interrogar as fontes e interpretá-las. Uma das fontes utilizadas foram as diversas cartas escritas por Mariana Carlota de Verna, as missivas endereçadas a ela ou que, de alguma forma, a envolveram. As cartas revelam experiências, emoções e o contexto em que estão inseridas. Sendo assim, foi possível conhecer alguns detalhes de sua vida, como, por exemplo, que Mariana Carlota de Verna e sua família viveram no Brasil de forma simples e que em certos momentos passaram por dificuldades financeiras.

Também através das missivas, ela relata sua satisfação com o cargo de aia do jovem monarca e do reconhecimento que o imperador demonstrava pelos seus serviços, assim como a constante comunicação com D. Pedro I, nos momentos em que este se ausentava, por conta de viagens, e posteriormente, quando abdicou do trono e retornou para a Europa.

Mariana Carlota de Verna dava notícias dos estudos e da saúde das crianças imperiais, da rotina da casa, dos tutores, de pedidos pessoais, das intrigas e dos inconstantes momentos políticos do país. Um exemplo disso são as cartas que certamente escreveu informando a D. Pedro I da saída de José Bonifácio do cargo de tutor de D. Pedro II, e as cartas recebidas de

diversos políticos que a parabenizavam por isso, indicando a influência que essa mulher exercia no Paço de São Cristóvão e para além dele. Ela pertencia a uma ala, dentro do palácio, contrária ao primeiro tutor, que comungava com o grupo de áulicos e políticos chamado de “Clube da Joana”, cujo plano era destituí-lo.

A suposta conspiração que se formou, tanto no Paço Imperial quanto no parlamento, para retirar José Bonifácio do cargo e influenciar o jovem monarca a aceitar a mudança, foi noticiada em periódicos da época, que também foram fontes importantes para esta pesquisa.

Tânia de Luca (2011) afirma que esse tipo de publicação - os periódicos - permite que o historiador desenvolva uma análise ampliada, envolvendo os temas em voga e as motivações para as reportagens. As citações da Condessa de Belmonte nos periódicos analisados são variadas, desde as elogiosas até algumas depreciativas, que envolvem críticas ao recebimento do título de condessa, bem como relativas à sua influência sobre D. Pedro II. Além disso, constam nos folhetins aparições da condessa em eventos da corte, em cerimônias religiosas, nas listagens de nobres e, de forma bastante elogiosa, no seu obituário quando do seu falecimento. É possível, a partir das notícias veiculadas nos periódicos, inferir a relevância da condessa tanto na corte quanto no seu papel na vida de D. Pedro II.

A representatividade de Mariana Carlota de Verna na corte deve-se, especialmente, aos cargos que ocupou desde sua vinda de Portugal, como aia, dama e camareira-mor da casa imperial. Esta última função já lhe conferia grande prestígio, pois foi noticiada em um periódico de 1834, dez anos antes de Mariana Carlota de Verna receber o título de nobreza. Após ser nomeada Condessa de Belmonte, em 05 de maio de 1844, seu nome passou a ser divulgado também nas listagens de nobres da corte, no seleto grupo das raras mulheres, no Brasil, que possuíam títulos de nobreza próprios, não sendo consortes dos títulos dos maridos. Vale ressaltar ainda que a Condessa de Belmonte foi uma das poucas mulheres a receber um título de nobreza pelo desempenho de sua função.

A maioria absoluta dos títulos era distribuída aos homens, fato que reforça o pensamento da época a respeito do papel ocupado pela mulher na sociedade. Às mulheres destinavam-se as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, raramente davam-lhes voz e protagonismo no curso da história. Nesse sentido, Mariana Carlota de Verna foi um ponto fora da curva, ocupou um papel de destaque e de poder naquela sociedade.

De acordo com os periódicos da época, Mariana Carlota de Verna foi uma figura importante no segundo reinado, graças à proximidade e respeito que nutria com a família real. Algumas publicações reforçam que era uma mulher religiosa e devota da fé católica, como quando aparece nas listagens do grupo Servas do Senhor, em batizados, representando os

padrinhos imperiais, ou em eventos comemorativos cristãos. Encontrei também informações a respeito de parte do desenvolvimento do bairro do Engenho Novo, onde se situava a chácara de Mariana Carlota de Verna, inclusive que foram abertas ruas em sua homenagem e a dois de seus descendentes.

Outra fonte relevante para a pesquisa foi o arquivo pessoal de um descendente da Condessa de Belmonte. Nele foi possível conhecer detalhes que somente a família da condessa poderia ter, como, por exemplo, a planta da chácara do Engenho Novo. Constam também no arquivo muitas transcrições de documentos de Portugal, certidões de nascimento, batismo e óbito, testamento, cartas, recortes de jornais e imagens. Talvez o documento mais importante no arquivo seja o original do livro *Pequeno Catecismo Histórico*, um catecismo elaborado por ela especialmente para D. Pedro II.

Esse livro fez parte da educação do jovem monarca, pois era com ele que sua Dadama, como era carinhosamente chamada, lhe ensinava os princípios religiosos e morais que acreditava serem necessários a um futuro imperador. Acerca da educação do príncipe, constatei, a partir das biografias e de outras fontes, que após a partida de D. Pedro I havia muita preocupação em preparar seu filho para assumir o trono e fortalecer a monarquia.

Seu primeiro tutor, José Bonifácio, era um homem culto, com formação em direito e mineralogia, e nutria ideais de fortalecimento do estado brasileiro, sobretudo com investimento em educação. Tinha plenos poderes para nomear os mestres das crianças imperiais e, juntamente com o Frei Antônio de Arrábida, que exercia a função de diretor de estudos desde 1824, manteve os professores que já atuavam no paço.

Segundo Pedro Calmon (1938), D. Pedro II tinha uma rotina bem diferente de outros meninos de sua idade. Acordava cedo e dedicava praticamente todo o seu tempo aos estudos, pois estava sendo preparado para governar e recaía sobre ele a responsabilidade de fortalecer a monarquia, que se encontrava abalada devido aos acontecimentos políticos do Primeiro Reinado.

Nesse sentido, utilizei Peter Burke (2009) para compreender como a monarquia pode ser fortalecida por meio da construção de uma imagem imortal e sacralizada de seu soberano. Essa estratégia política esteve presente em toda a vida do menino, desde sua infância, quando exaltavam o lado emotivo do povo com a menção de que o monarca era o órfão da nação, ou quando enalteciam sua inteligência e bondade. Dessa forma, o futuro rei foi se construindo como um rei erudito, virtuoso, símbolo de estado, e foi se tornando, aos olhos de seus súditos, o salvador da nação.

Seus mestres procuraram fazer dele um imperador perfeito, que se empenhasse nos deveres de estado e exercesse um modelo exemplar de cidadão. Mariana Carlota de Verna fez parte dessa equipe, pois, conforme já mencionado, foi ela quem lhe deu os primeiros ensinamentos de leitura, escrita, religião e moral. A aia o acompanhava em todos os momentos, fossem de estudo ou os poucos de diversão, cumprindo o papel de orientadora, de cuidadora e de segunda mãe.

O período em que José Bonifácio esteve à frente da educação de D. Pedro II foi marcado por intrigas palacianas e políticas que culminaram com a saída da Condessa de Belmonte de sua função ao lado do príncipe e, a seguir, com a derrocada do próprio tutor. Na sequência, a regência nomeou o Marquês de Itanhaém para o cargo antes ocupado por José Bonifácio, que logo quando assumiu convidou Mariana Carlota de Verna para retornar ao paço, mas, dessa vez, como camareira-mor.

No que se refere a essa passagem da tese, percebi que a Condessa de Belmonte teve papel fundamental na troca dos tutores. Ela era uma mulher influente, mantinha uma relação de amizade e cumplicidade com o ministro da justiça, Aureliano Coutinho, e com o mordomo Paulo Barbosa, peças-chave nesse jogo de xadrez.

Com a ida do Marquês de Itanhaém para o cargo de tutor, houve uma melhoria na qualidade de vida das crianças imperiais, que retornaram do Paço da Cidade para o Paço de São Cristóvão, onde podiam ficar mais tranquilas e tinham a atenção exclusiva do tutor, que não se envolvia com os assuntos políticos como seu antecessor.

Assim que o Marquês de Itanhaém assumiu a tutoria, nomeou para o cargo de diretor de estudos o frei Pedro de Santa Mariana, um monge carmelita respeitado por seu conhecimento e caráter, que comungava dos ideais da monarquia constitucional. Segundo Calmon (1938), o frei contribuiu na formação do jovem monarca, especialmente no que diz respeito ao caráter. O menino aprendeu a ser paciente, dedicado, cauteloso e pontual. Ainda se somavam às características pessoais o gosto pelos estudos e a amabilidade, que contribuíram para que se tornasse um homem equilibrado e um governante que, aparentemente, cultuava uma vida austera.

Quanto aos outros mestres de D. Pedro II, o novo tutor manteve os que desejaram continuar em suas funções e nomeou novos professores, de acordo com as necessidades de aprendizagem do jovem, como foi o caso de Roberto Damby (equitação), Alexandre Vandelli (ciências naturais), Araújo Viana (literatura e ciências positivas), Roque Schuch (alemão e italiano), Luís Alves de Lima e Silva (esgrima) e de Félix Emílio Taunay (francês), que cultivou uma longa amizade com D. Pedro II, que perdurou até o fim de sua vida.

Mariana Carlota de Verna, além de desempenhar as funções de aia, dama e camareira-mor, fez parte do rol de mestres de D. Pedro II, pois, quando o jovem monarca tinha 5 anos de idade, ela elaborou um livro com histórias bíblicas e a doutrina cristã católica, o *Pequeno Catecismo Histórico*, para ensinar-lhe princípios morais e religiosos. Sendo assim, um dos objetivos deste estudo foi analisar a educação que a Condessa de Belmonte forneceu para D. Pedro II com base no livro escrito por ela.

O *Pequeno Catecismo Histórico* está sendo tratado nesta tese como monumento para a educação de D. Pedro II porque a obra se constitui como um documento escrito, mas, sobretudo, como um monumento que nos remete a um passado de devoção cristã, de uma sociedade majoritariamente católica, e de um método educacional de transmissão e inculcação de valores morais que sustentavam a cristandade inteira. Analisar o catecismo de Mariana Carlota de Verna significa, então, adentrar nas bases da educação que D. Pedro II obteve e nos valores que lhe foram ensinados.

Para compreender a forma como um catecismo era utilizado na educação religiosa e moral do século XIX, recorri às orientações do padre José Caetano de Mesquita de como elaborar um catecismo, seguidas por Mariana Carlota de Verna. O livro foi escrito no formato de contação de histórias bíblicas acompanhadas por perguntas e respostas simples, com uma linguagem fácil, menos seca e rígida, para tornar a leitura mais atrativa e com isso difundir a doutrina cristã e os princípios morais e civilizatórios da época. Ela procurou colocar em seu livro somente o que julgou ser fundamental para que o jovem monarca entendesse o significado das coisas e os sentidos além das palavras, como também não acrescentou novidades e nada que não estivesse autorizado pela Igreja Católica.

Além disso, Mariana Carlota de Verna enquadrava-se no perfil do mestre de catequese preconizado pelo padre Mesquita, pois ela era uma mulher de oração, que praticava a doutrina e possuía muitas virtudes tão necessárias para que o imperador também aprendesse pelo exemplo. E como foi muito mais do que a primeira mestra do imperador, foi a mulher que, na ausência da mãe e da madrasta de D. Pedro II, o criou como se fosse sua segunda mãe, nada mais indicado do que ficar a cargo da Condessa de Belmonte a tarefa de ensinar as primeiras lições do cristianismo.

Ao analisar o *Pequeno Catecismo Histórico*, nota-se, inicialmente, na dedicatória da obra, que Mariana Carlota de Verna era uma mulher de intensa fé católica e, por ser uma das responsáveis pela criação de D. Pedro II, coube a ela a preocupação em elaborar um material que demonstrasse a relevância da educação cristã e que contribuísse para a formação de valores morais. Ainda na dedicatória, ela ressalta que aquele era um estudo inicial e que, por

isso, esperava que o jovem o aprofundasse no futuro, justificando que aqueles ensinamentos eram indispensáveis a um imperador e que estavam sendo negligenciados ou deturpados por muitas pessoas.

O livro é composto por sessenta lições que trazem um resumo de todos os dogmas da religião cristã e os fundamentos da fé, desde o início da criação do mundo até a igreja atual, em formato de uma narrativa inicial seguida de perguntas e respostas curtas que, provavelmente, deveriam ser repetidas até a memorização.

Ao longo das lições, o menino tinha contato com histórias bíblicas que destacavam diversos princípios a serem seguidos, como, por exemplo, a obediência e o temor a Deus, o amor ao próximo, a valorização da família, a compaixão, a caridade, a humildade e a consciência das leis divinas. Além disso, algumas lições traziam a história de reis bíblicos, um ponto de referência para D. Pedro II, que seria imperador e precisaria pautar sua vivência em valores morais e éticos a partir de um viés católico. Outras contavam histórias que envolviam intrigas e perigos, situações a que um governante poderia estar exposto.

Mariana Carlota de Verna também queria que o jovem monarca não se deixasse levar pelos vícios humanos, que valorizasse a família e entendesse que assumir um trono requer fazer sacrifícios em prol de uma nação. A esse respeito, o próprio D. Pedro II citou em seu diário que aceitar a maioridade com apenas 14 anos foi uma decisão que sacrificou sua juventude, mas que foi necessária para fortalecer a monarquia e conter a desordem.

Vale ressaltar que os catecismos eram utilizados inclusive para ensinar a ler e escrever, pois mesmo aqueles que ainda não sabiam, podiam acompanhar as lições que já estavam memorizadas e, dessa forma, acabavam por conhecer as letras. No caso de D. Pedro II, sabe-se que iniciou seus estudos com os professores das irmãs, ainda bem pequeno, e recebeu o catecismo com 5 anos, logo, pressupõe-se que o catecismo tenha sido utilizado em seu processo de alfabetização.

Para finalizar as considerações finais desta tese sobre a protagonista da história que procurei contar ao longo do percurso acadêmico, é preciso voltar ao princípio e registrar como comecei a busca pela Condessa de Belmonte. Marc Bloch (2001, p. 66) afirma que somente é possível, a partir de “nossas experiências cotidianas” no presente, atribuímos “matizes novos” e elementos para investigar e problematizar o passado, buscando o quanto dele ainda se encontra na atualidade. Na perspectiva do autor, fui procurar a condessa, inicialmente, onde ela está hoje, isto é, no lugar em que foi sepultada.

Como eu, qualquer passante que, indiferentemente, caminhe pelas quadras do cemitério São Francisco Xavier, localizado no bairro do Caju, no Rio de Janeiro, talvez não

tenha a curiosidade de parar em frente a uma lápide discreta que se encontra na quadra 18, número 699, onde, em letras quase apagadas, repousa o nome de Mariana Carlota de Verna, seus restos mortais e os de seu filho. No entanto, ali está o último vestígio, no presente, dessa mulher que enfrentou períodos extremamente conturbados da história de nosso país. Ela foi testemunha dos momentos em que a nação se formava, quando o país buscava a sua identidade política, religiosa, social e administrativa. Mariana Carlota de Verna aqui estava na ascensão do Brasil a reino e na transformação do Rio de Janeiro à sede de um império; com a vinda da família real, conviveu com D. João VI, com Carlota Joaquina, com os príncipes e as princesas ainda crianças; posteriormente, viu D. Pedro, que conheceu ainda menino, ser elevado ao trono como primeiro imperador do país; acompanhou seu casamento com a austríaca Leopoldina, suas vicissitudes, amores e dramas vividos na corte em meio a inúmeras revoltas em um país de dimensões continentais; além de assistir, anos depois, à imposta abdicação de D. Pedro I e à despedida silenciosa dos filhos que deixava, para garantir o trono da primogênita em Portugal.

Assim, coube a ela, durante toda a sua existência, um lugar de coadjuvante e protagonista. Quando não foi testemunha, foi a atriz principal dos acontecimentos que, ao longo do século XIX, direcionaram a vida política do país, com consequências em todos os setores. Responsável pela criação de D. Pedro II ainda menino, foi dado a ela um poder tão invejável que contribuiu para a destituição do próprio tutor dos príncipes, José Bonifácio. Moveu a Câmara e o Senado a favor dos seus pleitos, que culminaram com a nomeação de um novo tutor, o Marquês de Itanhaém, o que demonstra o poder, a rede de sociabilidade e a influência política que essa mulher adquiriu após a partida de D. Pedro I e a assunção do seu cargo como aia e dama de D. Pedro II.

Nesse sentido, voltando à lápide, podemos nos perguntar: o quanto de passado esse túmulo guarda no presente? Quantas histórias sobre Mariana Carlota de Verna já foram escritas? Quantas ainda serão? A minha história é apenas uma contribuição que se propõe a mostrar o caminho para tantas outras, de outros pesquisadores que virão a seguir.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria; TOGNOLO, William. **Dou-lhe uma, dou-lhe duas e dou-lhe três. Vendido!** – um estudo sobre anúncios de leilões de livros no jornal Correio Mercantil (1848-1868). *Signótica*, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 199-220, jan/jun. 2015.
- AGUIAR, Jaqueline Vieira de. **Princesas Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar**. Curitiba: Appris, 2015.
- ALBERNAZ, Maria Paula, MATTOSO, Rafael. **Suburbanização carioca: reflexos de uma identidade construída na configuração do engenho novo**. In: Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid. Campinas, SP, v. 11, n. 1[20] p. 93-120, jan./abr. 2019.
- ALBUQUERQUE, Manoel Ignacio Cavalcanti de. A propósito da condessa de Belmonte. **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, v. 7, p. 177-189, 1946.
- ALCANTARA, D. **Pedro de. Fé de Offício**. Rio de Janeiro: Typ de G. Leuzinger & Filhos, 1891.
- ALVES, Eliane Baptista. **O Bairro do Caju : A Construção de uma periferia empobrecida**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2007.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O catecismo de Montpellier e a educação da criança no Brasil Imperial. In: **Cadernos de Pesquisa** v. 46, n. 162, p. 1028-1048 out./dez. 2016.
- ANTUNES, Vinícius Volcof. **Aspectos da modernização carioca a partir do Almanak Laemmert (1902-1906)**. Programa de Residência em Pesquisa na Biblioteca Nacional, out. 2015. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2015/aspectos-modernizacao-carioca-partir-almanak-laemmert-1902.pdf>.
- ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. **Cárceres Imperiais: a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império, 1830-1861**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009.
- AZEREDO, Carlos Magalhães de. **Dom Pedro II: traços de sua physionomia moral**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, Editor, s/d.
- AZEREDO, Daiane Estevam. **Na proa dos negócios: a inserção feminina nas transações de crédito fluminense no início do século XIX (1800-1820)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Seropédica, 2016.
- AZEVEDO, Katia Teonia Costa de; QUEDNAU, Laura; COSTA, Matheus Knispel da (Org). **Vocabulário latim-português baseado no livro Lingua Latina Per Se Illustrata – Familia Romana**. Porto Alegre; Rio de Janeiro: 2016.

BARMAN, Roderick J. **Imperador cidadão**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BASILE, Marcello. **Revolta e cidadania na Corte regencial**. Tempo. Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 31-57, jan. 2007.

BELLEM, Antonio Manuel da Cunha. **Os contemporâneos**: esboço biográfico. Imperador do Brasil n. 15. Lisboa, s/d.

BETTAMIO, Rafaella. **Frei Antônio de Arrábida, o Bispo de Anemúria**. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/projetos/200anos/antonioArrabia.html> . Acesso em: 04 set. 2020.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOLLIN, Antônio; GASPARINI, Francesco. **A catequese na vida da Igreja**: notas de história. São Paulo: Paulinas, 1998.

BOURDIER, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL, **Carta-Lei de 2 de outubro de 1823**.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 10 de jan. de 2020.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Infância e adolescência de D. Pedro II**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Archivo Nacional, 1925.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luis XIV. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. São Paulo: EDUSC, 2004.

CALMON, Pedro. **História de D. Pedro II**. Livraria José Olympio Editora, 1975.

CALMON, Pedro. **O rei filósofo**: a vida de D. Pedro II. Companhia Editora Nacional, 1938.

CAMARGO, Angelica Ricci, CABRAL, Dilma (Orgs.) **Guia da administração brasileira**: Império e Governo Provisório (1822-1891) [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

CAMPOS, Joaquim Pinto de. **O senhor D. Pedro II**: imperador do Brasil. Porto: Typographia Pereira da Silva, 1871.

CARNEIRO, David. **História da Guerra Cisplatina**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Cartilhas e catecismos usados no Brasil colonial. In: **Revista Educação em Questão**, v. 22, n. 8, p. 182-205, jan./abr. 2005

CHUDZIK, Gilberto. **Educação na era do hipertexto**: uma experiência diferenciada na Biologia.. Dissertação (mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas Sociais e da Natureza, Londrina, 2015.

CLAUDIO, Juliana. **Discurso em deslocamento**: a tradução nas páginas do Diário do Rio de Janeiro no Segundo Reinado. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2016.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

COGGIOLA, Osvaldo. Novamente, a Revolução Francesa. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, pp. 281-322, Ago. 2013.

COSTA, Carlos Roberto da. **A Revista no Brasil, o século XIX**. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CUCUZZA, Héctor Rubén. Leer y rezar em la Buenos Aires aldeana. In: **Para una historia de la enseñanza de la lectura y escritura en Argentina**. Del catecismo colonial a La Razón de Mi Vida. CUCCUZZA, Héctor Rubén; PINEAU, Pablo (Orgs). Buenos Aires: Miño y Dávila, 2002, p. 51-73.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **(Des)arquivar**: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente, 1. ed. São Paulo: Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2019.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DONEGÁ, Ana Laura. Folhinha e Almanaque Laemmert: pequenos formatos e altas tiragens nas publicações da tipografia universal. **Revista Seta**, Unicamp, v. 6, 2012.

DOYLE, Plínio. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1965. v. 85.

ENGLUND, Steven. **Napoleão**: uma biografia política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

FERTIG, André Átila; PETTER, Augusto Castanho da Maia. **Um imperador estoico**: O Dom Pedro II de Heitor Lyra. ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB- Año VIII - Julio 2016 - Nº 16 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay.

FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. **El emperador D. Pedro II y el Instituto Histórico**. Buenos Aires, 1938.

FREITAS, Sebastião Costa Teixeira de. **D. Pedro II**. São Paulo: Ed. Três, 2001. (A vida dos grandes brasileiros; v. 12).

GARCIA, Rodolfo. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. 1940, v. LX. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Ministério da Educação. 1940.

GARCIA, Rodolfo Augusto de Amorim. Os mestres do Imperador. **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, v. 7, p. 7-20, 1946.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ, 2012.

KANN, Bettina; LIMA, Patrícia Souza (org). **D. Leopoldina: cartas de uma imperatriz**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

KONELL, Vânia; ODORIZZI, Tatiane Jerusa; KREISCH, Cristiane. **Desenho da figura humana**. Indaial: UNIASSELVI, 2016.

LACOMBE, Lourenço Luiz. **Biografia de um palácio**. Petrópolis: Museu Imperial, 2007.

LANCASTRE Y SERRANO et al. **O Senhor do Bomjardim**. 1ª ed. Bruxelas: outubro/novembro, 2013.

LE GOFF, **História e memória**. 7ª ed. revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LIGHT, Kenneth. **A viagem da família real para o Brasil**. Tribuna de Petrópolis, nov. 1997.

LIMA, Edna Lucia Oliveira da Cunha. **Fundidora de Tipo do Século XIX Anunciantes no Almanak Laemmert**. Relatório de pesquisa. Biblioteca Nacional, dez/2006. Disponível em <https://www.bn.gov.br/producao-intelectual/documentos/fundidoras-tipo-seculo-xix-anunciantes-almanack>.

LIMA, Lana Lage da Gama. **O Padroado e a Sustentação do Clero no Brasil Colonial**. SAECULUM – Revista de História [30]. João Pessoa, jan/jun 2014.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-153.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II**: volume 1º ascensão 1825-1870. Companhia Editora Nacional, 1977.

MARCUSCHI, Luíz Antônio. **Linearização, Cognição e Referência**: o desafio do hipertexto. In: Línguas e instrumentos linguísticos, n. 3 Campinas, SP: Pontes, 1999.

MARIZ, Vasco. **Retratos do Império**: os Orléans, os Saxe-Coburgo e outras personalidades da época. 1. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A família real no Brasil**: política e cotidiano (1808-1821) [online]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015, 91p. ISBN: 978-85-68576-96-0.

MESQUITA, P. José Caetano de. **Pequeno Catecismo Historico ou Compendio Historico da Doutrina Christã**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1787.

MOSSÉ, Benjamin. **Dom Pedro II, Imperador do Brasil**: o Imperador visto pelo barão do Rio Branco. Brasília: FUNAG, 2015.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do; FELDENS, Dinamara Garcia; ALMEIDA, Mirianne Santos de. **Fontes para história da educação brasileira**: considerações acerca dos catecismos protestantes. Educação, v. 36, n. 1, p. 88-95, jan/abr. 2013.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954) vol. II**. Diários do Recife – 1890/1900. Universidade Federal de Pernambuco. Imprensa Universitária, 1966.

NORTON, Luís. **A Corte de Portugal no Brasil**: notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Os manuais de catecismo nas trilhas da educação**: notas de história. Hist. Educ. [Online] Porto Alegre, v. 17, nº 41, set/dez 2013, p. 159-173.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Caderno de pesquisa**, n. 104 p. 144-161, jul. 1998.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

QUINTANILHA, Marli Maria da Silva. **A educação e a ação político-educativa do Imperador do Brasil D. Pedro II**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

RAFFARD, Henri. Apontamentos acerca das pessoas e cousas do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo LXI, 809p, 1899.

RANGEL, Alberto. **A educação do príncipe**. 1945.

REGIDOR, José Ramos. A evolução histórica da penitência. In: **Revista Com-Nuovi Tempi**, n. 15, 24-04-1983. Tradução de Moisés Sbardelotto.

REZZUTTI, Paulo. **Domitila**: a verdadeira história da marquesa de Santos. Geração editorial, 2017a.

REZZUTTI, Paulo. **D. Leopoldina**: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil. Rio de Janeiro: LeYa, 2017b.

REZZUTTI, Paulo. **D. Pedro**: a história não contada. 1. ed. São Paulo: LeYa, 2015.

REZZUTTI, Paulo. **Pedro II**: o último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos. São Paulo: LeYa, 2019a.

REZZUTTI, Paulo. **Titília e o Demonão**: a vida amorosa na corte imperial: mensagens de d. Pedro I à marquesa de Santos. São Paulo: LeYa, 2019b.

RIO DE JANEIRO. IHGB. **Homenagem do IHGB à memória de sua majestade o senhor D. Pedro II**. Rio de Janeiro: Companhia Typografica do Brazil, 1894.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação à edição brasileira. Por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 7-12.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SETÚBAL, Paulo. **Ensaios Históricos**. 10ª ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1993, pp. 9-18.

SILVA, Alessa Patricia Dias da. **O imaginário da Lapa**: apogeu, decadência e reconstrução. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2014, 123f.

SILVA, Ana Rosa Clochet da; CARVALHO, Thaís da Rocha. **Ultramontanismo e Protestantismo no período da Regência**: uma análise dos padres Perereca e Tilbury críticos da missão metodista no Brasil. Almanack *Versão on-line* nº15, Guarulhos: Jan./Apr. 2017. ISSN: 2236-4633. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332017000100106&lng=en&tlng=en. Acesso em: 04 set. 2020.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Memórias do Meu Tempo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

SILVA MAIA, José Antônio da. Apontamentos de Legislação para uso dos procuradores da Coroa e Fazenda Nacional. **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, v. 1, 1940.

SISSON, Sébastien Auguste. **Galeria dos brasileiros ilustres**. 2v.: il, retrs. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, 1999.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e; PESSOA, Ana (Org). Actas do III Colóquio Internacional **A Casa Senhorial**: Anatomia dos Interiores. Porto: Clássica Artes Gráficas, 2018.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **Bahia**: de capitania a província, 1808-1823. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 2008.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. **A vida de D. Pedro I**. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1972. v. 3.

SOUZA, Antonia Pereira de. **A prosa de ficção nos jornais do Maranhão Oitocentista**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2017.

SVOBODOVÁ, Petra. **Olivença, filha da Espanha e neta de Portugal**. *Romanica Olomucensia* 28.1 (2016): 93–105 (ISSN 1803-4136).

TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. **Da leitura do catecismo à catequização da leitura** – O catecismo como texto de leitura na escola primária no Brasil no século XIX. In: Simpósio Nacional de História, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

TAUNAY, Alfredo Maria Adriano d’Escragno. **Dom Pedro II**. Projeto Livro Livre. Livro 809. 1938. Reimpressão, São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2016.

TAVARES, Mariana Rodrigues. **Editando a nação e escrevendo sua história**: O Instituto Nacional do Livro e as disputas editoriais entre 1937-1991 *Aedos*, n°15, v.6, Jul./Dez. 2014.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres**: a educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Igreja e Educação: a influência da catequese nos primórdios da literatura pedagógica. In: LEMOS, Maria Teresa Toribio Brittes (org.). **Religião, Violência e Exclusão**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006. p. 71-96

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; FARIA, Lia Ciomar Macedo de (Orgs.). **Histórias de pesquisa na educação**: pesquisa na história da educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; REZZUTTI, Paulo Marcelo. A marquesa de Santos e o gosto pelo poder: de “favorita” à militante liberal. **R. Estudos Feministas**. Florianópolis v. 26, n. 2, e48809, p. 1-15, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n248809>. Acesso em: mar.2019.

VERNA, Mariana Carlota de. **Pequeno Catecismo Histórico**. Rio de Janeiro: Typ. Imperial de Emile Seignot-Plancher, 1830.

WILCKEN, Patrick. **Império à deriva**: A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

WILLIAMS, Mary Wilhelmine. **Dom Pedro The Magnanimous**. Second Emperor of Brazil. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1937.

APÊNDICE A – Fontes de Pesquisa

Cartas

CARTA DA CONDESSA DE BELMONTE PARA D. PEDRO I. Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo I-POB-05.02.1826-Mag.c 1-2.

CARTA DA CONDESSA DE BELMONTE PARA D. PEDRO I. Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo I-POB-23.10.1831-Mag.c.

CARTA DE D. PEDRO I A SEU FILHO. Portugal, 16 de outubro de 1832. Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo M94 Doc 4505 MFN5536.

CARTA DE D. PEDRO I A SEUS FILHOS. Portugal, 24 de novembro de 1832. Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério do Turismo M94 Doc 4505 MFN5536.

CARTA DE D. PEDRO I A CONDESSA DE BELMONTE. Paris, 10 de janeiro de 1834. Fonte: Biblioteca Nacional. 64,02,002 nº 021.

Periódicos

Idade D'Ouro do Brazil (BA), 1816, ed. 103.

Gazeta do Rio de Janeiro, 1817, ed. 00022.

Annaes do Parlamento Brasileiro RJ, 1833, ed. 2

Jornal do Commercio (RJ), 1834, ed. 00251.

Diário de Pernambuco, ed. 00142, 1836.

Correio Official: In Medio Posita Virtus (RJ), 1839, ed. 0117.

O Diario Novo – PE, 1844, ed. 00121

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1845, ed. 00002.

Diário do Rio de Janeiro, 1845, ed. 6807

Jornal do Commercio (RJ), 1845, ed. 00078

Novo e Completo Indice Chronologico da Historia do Brasil, 1845, ed. 00001.

O Mercantil (s.i), 1845, ed. 00088.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1846, ed. 00003.

Diario de Pernambuco (PE), 1846, ed. 00288.

Jornal do Commercio (RJ), 1846, ed. 00318.

O Diario Novo – PE, 1846, ed. 00277.

Sentinela da Monarchia – periódico politico e litterario – RJ, 1846, ed. 00854.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1847, ed. 00004.

Anuario politico, historico e estatistico do Brazil – RJ, 1847, ed. 00002.

A Revista – Folha Politica e Litteraria (MA), 1847, ed. 00411.
Diario de Pernambuco (PE), 1847, ed. 00218.
Diário do Rio de Janeiro, 1847, ed. 07547.
Diário do Rio de Janeiro, 1847, ed. 07595.
Jornal do Commercio(RJ), 1847, ed. 00248.
O Cearense (CE), 1847, ed. 00088.
A Revista – Folha Politica e Litteraria (MA), 1848, ed. 00466.
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1848, 00005.
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ, 1848, ed. 00277.
Diário do Rio de Janeiro, 1848, ed. 07911.
Diário do Rio de Janeiro, 1848, ed. 07916.
Jornal do Commercio (RJ), 1848, ed. 00282.
Novo e Completo Indice Chronologico da Historia do Brasil, 1848, ed. 00001.
O Brasil – Vestra res agitur – RJ, 1848, 01241.
O Correio da Tarde: Jornal Politico, Litterario e Commercial – RJ, 1848, 00218.
O Correio da Tarde: Jornal Politico, Litterario e Commercial – RJ, 1848, 00222.
O Diario Novo – PE, 1848, 00235.
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1849, ed. 00006.
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1850, ed. 00007.
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1851, ed. 00008.
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1852, ed. 00009.
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ, 1852, ed. 00061.
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ, 1852, 000354.
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1853, ed. 00010.
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ, 1853, ed. 00094.
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ, 1853, ed. 00103.
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ, 1853, ed. 00150.
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ, 1853, ed. 00220.
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia, 1854, ed. 0001.
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1854, 00011.
O Globo Jornal Commercial Litterario e Politico – MA, 1854, ed. 00253.
O Republico – RJ, 1854, ed. 00121.
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1855, ed. 00012.
Treze de Maio – PA, 1855, ed. 00588.

Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ, 1855, ed. 00202.
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ, 1855, ed. 00288.
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ, 1855, ed. 00289.
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ, 1855, ed. 00294.
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal – RJ, 1855, ed. 00299.
Diario de Pernambuco (PE), 1855, ed. 00255.
Diário do Rio de Janeiro, 1855, ed. 00131.
Diário do Rio de Janeiro, 1855, 00151.
Diário do Rio de Janeiro, 1855, ed. B00013.
Diário do Rio de Janeiro, 1855, ed. B00014.
Diário do Rio de Janeiro, 1855, ed. B00020.
Diário do Rio de Janeiro, 1855, ed. B00028.
Imprensa e Lei, 1855, ed. 00683.
Jornal do Commercio (RJ), 1855, 00287.
Jornal do Commercio (RJ), 1855, 00292.
Jornal do Commercio (RJ), 1855, ed. 00296.
O Correio da Tarde: Jornal Commercial, Politico, Litterario e Noticioso – RJ, 1855,ed. 00059.
O Globo (RJ), 1957, ed. 9617.
Correio da Manhã (RJ), 1970, ed. 23805.

ANEXO A – Lei de 15 de outubro de 1827, publicado na Coleção de Leis do Império do Brasil do mesmo ano

LEI — DE 15 DE OUTUBRO DE 1827.

Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio.

D. Pedro I, por Graça de Deus e unanime acclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil : Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou, e nós queremos a lei seguinte :

Art. 1.º Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessarias.

Art. 2.º Os Presidentes das provincias, em Conselho e com audiencia das respectivas Camaras, emquanto não tiverem exercicio os Conselhos Geraes, marcarão o numero e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em logares pouco populosos e remover os Professores dellas para as que se crearem, onde mais aproveitem, dando conta á Assembléa Geral para final resolução.

Art. 3.º Os Presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 annuaes : com attenção ás circumstancias da população e carestia dos logares, e o farão presente á Assembléa Geral para a approvação.

Art. 4.º As escolas serão de ensino mutuo nas capitães das provincias ; e o serão tambem nas cidades, villas e logares populosos dellas, em que fôr possível estabelecerem-se.

Art. 5.º Para as escolas do ensino mutuo se applicarão os edificios, que houverem com sufficiencia nos logares dellas, arranjando-se com os utensilios necessarios á custa da Fazenda Publica e os Professores ; que

não tiverem a necessaria instrucção deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e á custa dos seus ordenados nas escolas das capitaes.

Art. 6.º Os Professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionados á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil.

Art. 7.º Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que fôr julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação.

Art. 8.º Só serão admittidos á opposição e examinados os cidadãos brazileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e politicos, sem nota na regularidade de sua conducta.

Art. 9.º Os Professores actuaes não serão providos nas cadeiras que novamente se crearem, sem exame e approvação, na fórma do art. 7.º

Art. 10. Os Presidentes, em Conselho, ficam autorizados a conceder uma gratificação annual, que não exceda á terça parte do ordenado, áquelles Professores, que por mais de doze annos de exercicio não interrompido se tiverem distinguido por sua prudencia, desvelos, grande numero e aproveitamento de discipulos.

Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no art. 6.º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrucção da arithmetica só ás suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brazileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórma do art. 7.º

Art. 13. As Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres.

Art. 14. Os provimentos dos Professores e Mestras serão vitalicios; mas os Presidentes em Conselho, a quem pertence a fiscalisação das escolas, os poderão suspender, e só por sentenças serão demittidos, provendo interinamente quem substitua.

Art. 15. Estas escolas serão regidas pelos estatutos actuaes no que se não oppozerem á presente lei; os castigos serão os praticados pelo methodo de Lencastre.

Art. 16. Na provincia, onde estiver a Côrte, pertence ao Ministro do Imperio, o que nas outras se incumbe aos Presidentes.

Art. 17. Ficam revogadas todas as leis, alvarás, regimentos, decretos e mais resoluções em contrario.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr. Dada do Palacio do Rio de Janeiro aos 15 dias do mez de Outubro de 1872, 6.º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

(L. S.)

Visconde de S. Leopoldo.

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade Imperial manda executar o decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem sancionar, sobre a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio, na fórma acima declarada.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Joaquim José Lopes a fez.

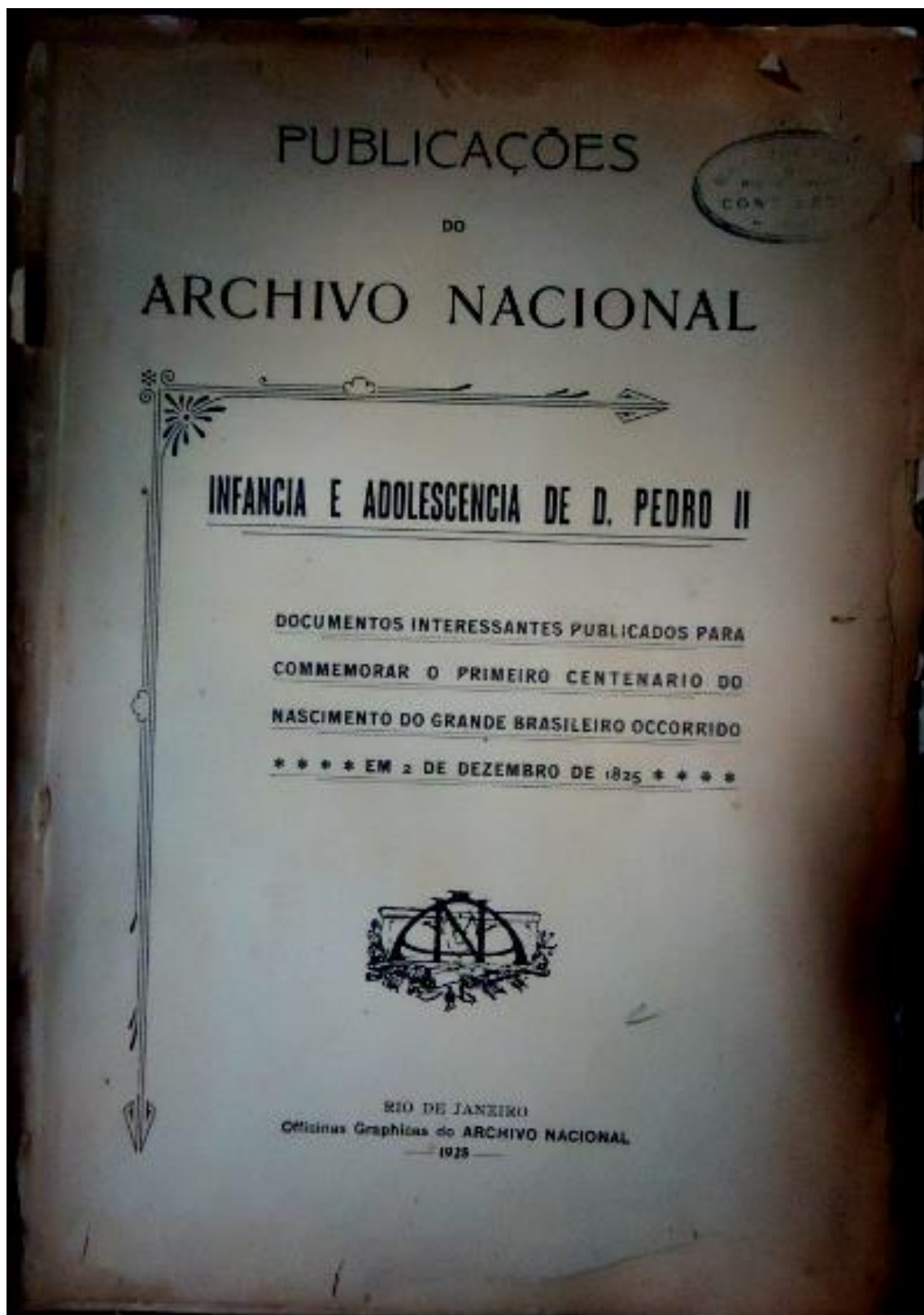
Registrada a fl. 180 do livro 4.º de registro de cartas, leis e alvarás.—Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 29 de Outubro de 1827.—*Albino dos Santos Pereira.*

Monsenhor Miranda.

Foi publicada esta carta de lei nesta Chancellaria-mór do Imperio do Brazil.—Rio de Janeiro em 31 de Outubro de 1827.—*Francisco Xavier Raposo de Albuquerque.*

Registrada na Chancellaria-mór do Imperio do Brazil a fl. 86 do livro 1.º de cartas, leis e alvarás.—Rio de Janeiro em 31 de Outubro de 1827.—*Demetrio José da Cruz.*

ANEXO B – Instruções do Marquês de Itanhaém para os mestres de D. Pedro II, da obra: BRASIL, Arquivo Nacional. Infância e adolescência de D. Pedro II. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Archivo Nacional, 1925



INSTRUCCÕES

Para serem observadas pelos Mestres do Senhor
D. Pedro II, Imperador
Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil

DADAS

Pelo Marquez de Stanhaem,

Tutor do Meemo Augusto Senhor.



RIO DE JANEIRO

1838.

O Marquez de Itanhaem, Tutor de Sua Magestade Imperial o Senhor Dom Pedro II, e de Suas Augustas Irmãs, aos mestres de sciencias naturaes e positivas do Mesmo Senhor. > > >

Cumprindo-me á mim como tutor de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II, promover e zelar os interesses e direitos, a fortuna, a honra e a gloria do meu Augusto Pupillo, em relação sempre com os interesses e direitos, fortuna, honra e gloria da Nação Brasileira, á qual são de certo subordinados os interesses e direitos do Imperador, pois que, além de não ser o governo hum patrimonio de familia mas só huma delegação nacional, como he expresso na Constituição art. 12, demais á mais accresce que, em vigor do direito natural e commum, a tutoria do Imperador e do Imperio em menor idade he devolvida á Nação toda, por serem os orlãos da Dinastia Reinante, huns verdadeiros pupillos do povo em geral; do que nos-deixarão nossos maiores terminantes exemplos nos bellos tempos da Monarquia Portugueza, quando os primeiros Reis de Portugal, sem que nomeassem pessoas certas e determinadas para tutores de seus filhos, legavão entretanto a tutela delles e do Reino á todos os cidadãos em geral, como se-acha escrito no testamento de D. Affonso 2.^o feito no anno de 1221: *Et si in tempore mortis meae filias meus et filia, qui vel quae debuerit habere Regnum, non habuerit roboram, sit ipse vel ipsa et Regnum in potestate vassalorum meorum quousque habeat roboram.*

E querendo eu, em cumprimento dos deveres do meu cargo, satisfazer aos votos e desejos, não só dos meus compatriotas todos, mas tambem e particularmente aos votos e desejos da Assembléa Geral da Nação que na lei tutelar de 12 de Agosto de 1831, art. 5. mui sabiamente decretou que o tutor do Imperador se-houvesse de reger pelas disposições de Direito em tudo quanto se-não achasse expressamente disposto na mesma lei:

E sendo natro sem lóra de duvida que a sorte futura do Brasil está dependente da educação do Imperador, a qual, se for boa e consentanea com o genio natural dos filhos do paiz, dará em resultado a liberdade, honra, e vida dos brasileiros; e pelo contrario, se for má, e opposta ao genio natural dos filhos do paiz, dará só em resultado mil desgraças e males innumeraveis, de que pode vir á ser victima a Mesma

Alta Pessoa do meu Augusto Pupillo, cuja vida, cuja honra e liberdade e fortuna e gloria eu estimo em muito e me-honro de prezar grandemente, porque O-amo como filho e O-respeito como pai e soberano :

Por todas estas considerações tenho resolvido dar as seguintes

INSTRUCÇÕES

PARA SEREM OBSERVADAS PELOS MESTRES DO IMPERADOR NA EDUCAÇÃO LITERARIA E MORAL DO MESMO AUGUSTO SENHOR

Artigo 1.

Conhece-te a ti mesmo. Esta maxima, que todos sabem ser huma sentença de hum dos sete sabios da Grecia e hum dos mais virtuosos e honrados homens que tem visto o mundo; esta maxima servirá de base ao sistema da educação do Imperador, e huma base da qual os Mestres deverão tirar precizamente todos os corolarios, que formem hum corpo completo de doutrinas, cujo estudo possa dar ao Imperador ideias exactas de todas as couzas, á fim de que Elle, discernindo sempre do falso o verdadeiro, venha em ultimo resultado á comprehender bem o que he a dignidade da especie humana, ante a qual o Monarca he sempre homem, sem differença natural de qualquer outro individuo humano, posto que sua cathegoria civil o-eleve á cima de todas as condições sociaes.

Artigo 2.

Em seguimento, os Mestres, apresentando ao Seu Augusto Discipulo este planeta que se-chama *terra*, onde nasce, vive e morre o homem, Lhe-hirão indicando ao mesmo tempo as relações que existem sempre entre a humanidade e a natureza em geral, para que o Imperador, conhecendo perfeitamente a força da natureza social, venha á sentir, sem o-querer mesmo, aquella necessidade absoluta de ser hum Monarca bom, sabio e justo, fazendo-se garbo de ser o amigo fiel dos Representantes da Nação e o companheiro de todas as influencias e homens de bem do paiz, como outr'hora se-fazia disso huma gloria o grande e immortal pontifice Benedicto 14, quando em pleno Consistorio e com a maior singeleza e a mais boa lé do mundo se-propunha a si mesmo para occupar o Solio da Igreja Universal em Roma Christã.

Artigo 3.

Farão igualmente os Mestres ver ao Imperador, que a tirannia, a violencia da espada, e o derramamento de sangue nunca fez bem á pessoa alguma; e que, antes pelo contrario, o grande imperador romano, Augusto Cezar, acabava de huma vez todas as conspirações com hum passo muito simples, hindo elle mesmo á caça do seu adversario Cinna para lhe-dar hum abraço fraternal e chamal-o para seu collega no Governo.

Artigo 4.

Aqui deverão os Mestres pôr todos os seus desvelos para mostrarem ao Imperador palpavelmente o accordo e harmonia da Religião com a Política, e d'ambas com as Sciencias todas; porquanto, se a fisica estabelece a famosa lei da resistencia na impenetrabilidade dos corpos, he verdade tambem que a moral funda ao mesmo tempo a tolerancia e o mutuo perdão das injurias, defeitos, e erros; essa tolerancia ou mutuo perdão que, sobre revelar a perfeição do Christianismo, revela tambem os quilates das almas boas nas relações da civilidade entre todos os povos, seja qual for sua Religião e a forma do seu Governo; pois d'outra sorte não he possível existir no mundo, cuja essencia está no complexo dos corpos e dos espiritos, cada hum dos quaes he sempre huma potencia pelas leis da Natureza, á despeito da vontade de quem quer que seja que por ventura pretendesse em seus delirios oppôr-se á vontade de Deos que fez o mundo como quiz fazel-o, sem dar satisfacção á homem algum.

Artigo 5.

Lembrem-se pois os Mestres que o Imperador he homem; e partindo sempre desta ideia fixa, tratem de lhe-dar conhecimentos exactos e reaes das couzas, sem gastarem o tempo com palavras e palavões que ostentão huma erudição esteril e prejudicial, pois d'outra forma virá o seu discipulo á cair no vicio que o Nosso Divino Redemptor tanto combateu no Evangelho, quando clamava contra os doutores que invertião e desfiguravão a lei, enganando as viúvas e aos homens ignorantes com discursos compridos e longas orações, e impondo de sabios, sendo apenas huns pedantes falladores.

Artigo 6.

Em consequencia os Mestres não fação decorar o Imperador hum montão de palavras ou hum dictionario de vocabulos sem significação,

porque a educação literaria não consiste de certo nas regras da grammatica nem na arte de fallar, visto que toda a gente falla. O fim da educação literaria he *saber por meio das letras*: em consequencia os Mestres devem limitar-se á *fazer com que o Imperador conheça perfeitamente cada hum objecto de qualquer ideia enunciada na pronunciação de cada hum vocabulo*: e para se-conseguir este nobre e unico fim das Letras, he absolutamente necessario que os Mestres adoptem os methodos das explicações do Aio do Imperador, o muito respeitavel Senhor Padre Mestre Frei Pedro, cujs alta reputação he muito bem fundada por seus vastos conhecimentos em Sciencias exactas, e sua longa pratica do magisterio, em cujo exercicio só teve á merecer immenso louvor da parte dos Governos e dos povos no aproveitamento certo de seus discipulos todos.

Artigo 7.

Julgo portanto inutil dizer, que os prolegomenos ou preliminares de qualquer sciencia devem conter-se em muito poucas regras, assim como os axiomas e doutrinas geraes. Os Mestres não gastem o tempo com theses nem mortifiquem a memoria do seu discipulo com sentenças abstractas; mas descendo logo ás hypotheses, classifiquem as couzas e ideias, de maneira que o Imperador, sem abraçar nunca a ruvem por Juno, comprehenda bem que o pão he pão e o queijo he queijo.

Assim, por exemplo, tratando das virtudes e vicios, o Mestre de sciencias moraes deverá classificar todas as acções filhas da soberba distinguindo-as sempre de todas as acções oppostas que são filhas da humildade. E não basta ensinar ao Imperador que o homem não deve ser soberbo, mas he preciso indicar-lhe cada huma acção, onde exista a soberba, pois se o não fizer assim, bem pode acontecer que o Monarca venha para o futuro á praticar muitos actos de arrogancia e altivez, suppondo mesmo que tem obrado acções meritorias e dignas de louvor, e isto por não ter, em tempo, sabido conhecer a differença entre a soberba e a humildade.

Artigo 8.

Da mesma sorte, tratando-se das potencias e das forças dellas, o Mestre de sciencias fisicas fará uma rezenha de todos os corpos computando os graus de força que tem cada hum delles, para que venha o Imperador á comprehender que o poder monarchico se limita ao estudo e observancia das leis da Natureza e que, não obstante ser o Monarca hum representante da Divindade na terra, todavia he sempre

homem e hum homem tão sujeito, que nada pode contra as leis da Natureza feitas por Deos em todos os corpos, e em todos os espíritos.

Artigo 9.

Em seguimento ensinarão os Mestres ao Imperador que todos os deveres do Monarca se-reduzem á animar sempre a Industria, a Agricultura, o Commercio, e as Artes; e que tudo isto só se-pode conseguir estudando o mesmo Imperador, de dia e de noite, as Sciencias todas, das quaes o primeiro e principal objecto he sempre o corpo e a alma da homem; vindo portanto á achar-se a Politica e a Religião no amor dos homens. E o amor dos homens he que he o fim de todas as sciencias; pois se ellas, em vez de promoverem a existencia feliz da humanidade, ao contrario promovem a morte e as desgraças dos povos; então de certo não devem chamar-se sciencias mas erros e prejuizos da intelligencia.

Artigo 10.

Entendão-me porém os Mestres do Imperador. Eu quero que o meu Augusto Pupillo seja hum sabio consummado e profundamente versado em todas as Sciencias e Artes e até mesmo nos officios mechanicos, para que Elle saiba amar o trabalho como principio de todas as virtudes, e saiba igualmente honrar os homens laboriozos e uteis ao Estado. Mas não quererei de certo que Elle se-faça hum literato supersticioso para não gastar tempo em discussões theologicas como o imperador Justiniano; nem que seja hum politico frenetico para não prodigalizar o dinheiro e o sangue dos brasileiros em conquistas e guerras e construcção de edificios de luxo, como fazia Luiz 14 na França todo absorvido nas ideias de grandeza; pois bem pode ser hum grande Monarca o Senhor D. Pedro 2.^o sendo justo, sabio, honrado e virtuoso e amante da felicidade dos seus súditos, sem ter precisão alguma de vexar os povos com as tyrannias e violentas extorsões de dinheiro e sangue.

Artigo 11.

Sobretudo, recommendo muito aos Mestres do Imperador, hajão de observar quanto Elle he talentoso e dócil de genio e de muito boa indole. Assim não custa nada encaminhar-lhe o entendimento sempre para o bem e verdade, huma vez que cada hum dos Mestres em sua classe respectiva tenham com effeito ideias exactas da verdade e do bem, para que as-possão transmitir e inspirar ao seu Augusto Discipulo. Eu não cessarei de repetir aos Mestres que não olhem para os livros das

Escolas, mas tão somente para o livro da Natureza, corpo e alma do homem; porque fóra disto só pode haver sciencia de papagaio ou de menino d'escola, mas não verdade nem conhecimento exacto das couzas, e dos homems, e de Deos.

Artigo 12.

Finalmente, não deixarão os *Mestres do Imperador* de lhe-repetir todos os dias que hum Monarca, toda a vez que não cuida seriamente dos deveres do trono, vem sempre a ser victima dos erros, caprichos e iniquidades dos seus Ministros, cujos erros, caprichos e iniquidades são sempre a origem das revoluções e guerras civis; e então paga o justo pelos peccadores, e o Monarca he que padece, em quanto que seus Ministros sempre ficam rindo-se e cheios de dinheiro e de toda a sorte de commodidades. Por isso cumpre absolutamente ao Monarca ler com attenção todos os *Jornaes e Periodicos da Corte e das Provincias*, e, além disto, receber com attenção todas as queixas e representações que qualquer pessoa lhe-fizer contra os Ministros d'Estado, pois só tendo conhecimento da vida publica e privada de cada hum dos seus Ministros e Agentes he que o Monarca pode saber, se os-deve conservar ou dimiti-los immediatamente e nomear outros que melhor cumprão seus deveres e fação a felicidade da Nação.

Eu cuido que não he necessario desenvolver mais amplamente estas Instrucções na certeza de que cada hum dos *Mestres do Imperador* lhes-addicionará tudo quanto lhe-dictarem as circumstancias a proporção das doutrinas que no momento ensinarem. E confio grandemente da sabedoria e prudencia do Muito Respeitavel S^{ar}, Padre Mestre Frei Pedro de Santa Marianna, que, devendo elle presidir sempre a todos os actos lectivos do Imperador como seu Aio e Primeiro Preceptor, seja o encarregado de pôr em pratica estas Instrucções, uniformizando o sistema da Educação do Senhor D. Pedro 2.^o, de accordo com todos os outros *Mestres do Mesmo Augusto Senhor*.

Paço da Boa Vista no Rio de Janeiro 2 de Dezembro de 1838.

Marquez de Itanhaem,
Tutor da Real Casa Imperial do Brasil.